



Universidade Católica Dom Bosco  
Instituição Salesiana de Educação Superior

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local



V. 8 N. 1 Março 2007



# Universidade Católica Dom Bosco

**Reitor** Pe. José Marinoni  
**Pró-Reitor Acadêmico** Pe. Jair Marques de Araújo  
**Editora UCDB** Av. Tamararé, 6000 - Jardim Seminário  
79117-900 Campo Grande-MS  
Fone/Fax: (67) 3312-3373  
e-mail: editora@ucdb.br www.ucdb.br/editora

## INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

### Conselho de Redação

Cleonice Alexandre Le Bourlegat  
Maria Augusta de Castilho  
Olivier Francois Vilpoux

### Editora Responsável

Maria Augusta Castilho

### Coordenação de Editoração

Ereni dos Santos Benvenuti

### Editoração Eletrônica

Glaciene da Silva Lima Souza

### Abstracts

Os próprios autores

### Resúmenes

Mari Neli Dória

### Resumé

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

### Tradutor

Juliano Hipólito Ferreira

### Revisão de Texto

Os próprios autores

### Capa

Projeto: Marcelo Marinho

Foto: [www.campogrande.ms.gov.br](http://www.campogrande.ms.gov.br)

Igreja São Francisco - Campo Grande-MS

**Tiragem:** 1.000 exemplares

**Distribuição:** Bibliotecas universitárias

## Conselho Editorial

Adyr Balastri Rodrigues (USP)  
Alberto Palombo (Florida Atlantic University)  
Alicia Rivero (SERCAL)  
Amália Ines Geraiges de Lemos (USP)  
Antonio Elizalde Hevia (Universidad Bolivariana de Chile-UBC)  
Cezar Augusto Benevides (UFMS)  
Doris Morales Alarcón (Pontificia Universidad Javeriana)  
Emiko Kawakami Rezende (EMBRAPA)  
Everson Alves Miranda (UNICAMP)  
José Arocena (Universidad Católica del Uruguay - UCU)  
José Carpio Martín (Universidad Complutense de Madrid)  
Leila Christina Dias (UFSC)  
Marcel Bursztyn (UNB)  
Maria Adélia Aparecida de Souza (UNICAMP)  
Maria do Carmo Zinato (Florida Center for Environmental Studies)  
Maria Helena Vallon (Fund. João Pinheiro)  
Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP)  
Marília Luiza Peluso (UNB)  
Marisa Bittar (UFSCar)  
Maurides Batista de Macedo Filha Oliveira (UCG)  
Michel Rochefort (IFU - Université de Paris VIII)  
Miguel Ángel Troitiño Vinuesa (Univ. Complutense de Madrid)  
Paulo Tarso Vilela de Resende (Fund. Dom Cabral)  
Rafael Ojeda Suarez (Universidad Agraria de la Habana - Cuba - UAH)  
Ricardo Méndez Gutiérrez del Valle (Univ. Complutense de Madrid)  
Rosa Esther Rossini (USP)  
Tito Carlos Machado de Oliveira (UFMS)

## Conselheiros fundadores

Milton Santos (*in memoriam*)  
Nilo Odália (*in memoriam*)

---

Interações. Revista Internacional de Desenvolvimento Local,  
n. 1 (Março 2007). Campo Grande: UCDB, 2007.

146 p. V. 8

ISSN 1518-7012

Semestral

1. Desenvolvimento Local.

---

Cecília Luna  
Bibliotecária - CRB n. 1/1.201

Publicação do Programa Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco.

### Indexada em:

**Latindex**, Directorio de publicaciones científicas seriadas de America Latina, El Caribe, España y Portugal  
([www.latindex.org](http://www.latindex.org))

**GeoDados**, Indexador de Geografia e Ciências Sociais. Universidade Estadual de Maringá  
([www.dge.uem.br/geodados](http://www.dge.uem.br/geodados))

**Dursi**, Sistema d'informació per a la identificació i avaluació de revistes, Catalunya  
([www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval\\_rec\\_sist\\_siar\\_economia\\_multidisciplinar.htm](http://www10.gencat.net/dursi/ca/re/aval_rec_sist_siar_economia_multidisciplinar.htm))

**Clase**, Base de datos bibliográfica en ciencias sociales y humanidades  
([www.dgb.unam.mx/clase.html](http://www.dgb.unam.mx/clase.html))

**IAIPK**, Instituto Ibero Americano do Patrimônio Prussiano  
(<http://www.iai.spk-berlin.de>)

## Editorial

---

A **Interações** – Revista Internacional de Desenvolvimento Local – n.14, contempla artigos de autores nacionais e internacionais, pertencentes a instituições renomadas.

Esta publicação destaca artigos que abordam o meio ambiente, ecologia política, recursos hídricos e o protocolo de Kyoto, objetivando uma reflexão sobre essa temática que tem preocupado muitos os cientistas do planeta terra. Nesse contexto, estão os artigos de Lemuel Dourado Guerra, Deolinda de Souza Ramalho, Jairo Bezerra Silva e Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos – *Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável*; Valéria Cristina Palmeira Zago – *A valoração econômica da água: uma reflexão sobre a legislação de gestão dos recursos hídricos do Mato Grosso do Sul*; Luiz Augusto Meneguello e Marcus César Avezum Alves de Castro – *O protocolo de Kyoto e a geração de energia elétrica pela biomassa da cana-de-açúcar como mecanismo de desenvolvimento limpo*; Cássia S. Camillo, Lidiamar Barbosa de Albuquerque e Elaine Aparecida dos Anjos Aquino – *Análise crítica do estudo ambiental preliminar do projeto urbanístico Reviva Lagoa Itatiaia, em Campo Grande-MS*.

Em outro aporte estão os artigos voltados para os assentamentos rurais e a geopolítica das cidades: Liliane Lacerda, Lidiamar Barbosa de Albuquerque, Sinéia Mara Zattoni Milano e Márcia Brambilla – *Agroindustrialização de alimentos nos assentamentos rurais do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua inserção no mercado turístico, Bonito-MS*; Lúcia de Fátima Correia de Castro e Jaíra Maria Alcobaça Gomes – *Atividades agrícolas no Assentamento Iracema (PI) e suas repercussões sobre o meio ambiente*; Rosemarly Fernandes Mendes

Candil, Eduardo José Arruda e Andréa Haruko Arakaki – *O Cumbaru (dipteryx alata Vog), o desenvolvimento local e a sustentabilidade biológica no Assentamento Andaluçia, Nioaque-MS*; José Rogério Lopes – *Cidade, subjetividade e território: representações de moradores de favelas*; Felipe De Alba – *Geopolítica del agua em México: la oposición entre la hidropolítica y el conflicto sociopolítico. Los nuevos rostros de las “luchas” sociales*.

Na seção final intitulada – *Dissertações e resumos* foram inseridos os resumos das dissertações apresentadas no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, abrangendo o período de 2002 a 2006, enfocando o fruto dos trabalhos de pesquisa realizado pelos mestrandos sob a orientação de um professor vinculado ao referido programa. Dessa forma o leitor poderá ter uma idéia mais acurada sobre as pesquisas desenvolvidas pelos mestrandos durante o curso que freqüentaram.

Agradeço aos autores, colaboradores, revisores, Conselho de Redação, Conselho Editorial e em especial a Dulcília Silva (revisora), Juliano Hipólito Ferreira (tradutor) e Glauciene da Silva Lima Souza (editoração), pela agilidade em atender as solicitações para elaboração deste número da revista.

Espero que esta publicação abra espaço para debates e reflexões sobre o desenvolvimento local, por meio de processo interativo e cooperativo, na busca de soluções sustentáveis para os problemas, necessidades e aspirações coletivas, de ordem social, econômica, cultural, política e do ambiente natural.

**Maria Augusta Castilho**  
Editora



# Sumário

---

## Artigos

- Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável ..... 9**  
Political Ecology of the building of the global environmental crisis and on the Sustainable  
Development Model ..... 9  
**Ecología política de la construcción de la crisis ambiental y el modelo de desarrollo sostenibel ..... 9**  
*Écologie politique de la construction de la crise ambiental global ; développement soutenable ..... 9*  
**GUERRA, L.D.; RAMALHO, D.S., SILVA, J.B.; VASCONCELOS, C.R.P.**
- A valoração econômica da água - uma reflexão sobre a legislação de gestão dos recursos hídricos  
do Mato Grosso do Sul ..... 27**  
The economic valuation of the water - a reflection on the legislation of management of the hídricos  
resources of the Mato Grosso do Sul ..... 27  
**La valorisation de l'eau - une reflexion sûr la législation de la gestion des resouces hydiques du Mato  
Grosso do Sul ..... 27**  
*La valoración económica del água - uma refléxion sobre la legislación de la gestión de los recursos hídricos  
de Mato Grosso do Sul. .... 27*  
**ZAGO, V.C.P.**
- O Protocolo de Kyoto e a geração de energia elétrica pela biomassa da cana-de-açúcar como  
mecanismo de desenvolvimento limpo ..... 33**  
The Kyoto Protocol and the electric power generation for sugar-cane biomass as clean development  
mechanism ..... 33  
**Le Protocole de Kyoto et l'engendrement de l'énergie électrique pour la biomasse de la canne à sucre  
comment mécanisme de développement net. .... 33**  
*El Protocolo de Kyoto y la generación de energía eléctrica por la biomasa del caña de azúcar como el mecanismo  
de desarrollo limpio ..... 33*  
**MENEGUELLO, L.A.; CASTRO, M.C.A.A.**
- Análise crítica do Estudo Ambiental Preliminar do projeto urbanístico "Reviva Lagoa Itatiaia",  
em Campo Grande/MS ..... 45**  
Critical analysis of the Estudo Ambiental Preliminar of the urbanistic project "Reviva Lagoa  
Itatiaia", in Campo Grande, Mato Grosso do Sul State, Brazil ..... 45  
**Analyse critique d'étude Ambiental Préliminaire du Projet "Lagoa Itatiaia", em Campo Grande/MS ..... 45**  
*Análisis crítica del Estudio Preliminar del proyecto urbanistique "Reviva Lagoa Itatiaia" em Campo Grande/MS . 45*  
**CAMILLO, C.S.; ANJOS-AQUINO, E.A.C.; ALBUQUERQUE, L.B.**
- Agroindustrialização de Alimentos nos Assentamentos Rurais do Entorno do Parque Nacional da  
Serra da Bodoquena e sua Inserção no Mercado Turístico, Bonito/MS ..... 55**  
Agroindustrialization of Victuals in the Rural Establishments surround of the Parque Nacional da  
Serra da Bodoquena and your Insertion in the Tourist Market, Bonito, MS ..... 55  
**Agroindustrialisation des Aliments dans les Places Rurals à l'entour du Parc National de la Momtagne  
de Bodoquena et son Insertion au Marché Touristique Bonito/MS ..... 55**  
*Agroindustrialización de los Alimentos em los Sítios Rurales al entorno del Parque Nacional da Serra da  
Bodquena y su inserción em el Mercado Turístico, Bonito/MS ..... 55*  
**LACERDA, L.; ALBUQUERQUE, L.B.; MILANO, S.M.Z.; BRAMBILLA, M.**
- Atividades Agrícolas no Assentamento Iracema (PI) e suas repercussões sobre o Meio Ambiente ..... 65**  
Agricultural activities in Assentamento Iracema (PI) and its repercussions on the Environment ..... 65  
**Activités Agrícolas em le Place Iracema (PI) et leurs répercussions sûr Le Moyen Environnement ..... 65**  
*Actividades Agrícolas em el Sítio Iracema (PI) y sus repercusiónes sobre el Médio Ambiente ..... 65*  
**CASTRO, L.F.C.; GOMES, J.M.A.**

<b>O Cumbaru (<i>Dipteryx alata</i> Vog.), o desenvolvimento local e a sustentabilidade biológica no assentamento Andalucia, Nioaque/MS .....</b>	<b>75</b>
Tonkabean ( <i>Dipteryx alata</i> Vog.), Local Development and the Biological Sustainability in the Andalucia Settling, Nioaque/MS .....	75
<b>Le Cumbaru (<i>Dipteryx alata</i> Vog.), le développement local et la soutenabilité biologique au Place Andalucia, Nioaque/MS .....</b>	<b>75</b>
El Cumbaru ( <i>Dipteryx alata</i> Vog.) el desarrollo local y la sostenibilidad biológica em el Sítio Andalucia, Nioaque/MS .....	75

**CANDIL, R.F.M.; ARRUDA, E.J.; ARAKAKI, A.H.**

<b>Cidade, subjetividade e território: representações de moradores de favelas .....</b>	<b>81</b>
City, subjectivity and territory: representations of the impoverished subjects .....	81
<b>Ville, subjectivité et territoire: représentation des de habitants de périphérie .....</b>	<b>81</b>
Ciudad, subjectividad, y territorio: representaciones de los habitantes de arrabaldes .....	81

**LOPES, J.R.**

<b>Geopolítica del agua en México: La oposición entre la hidropolítica y el conflicto sociopolítico. Los nuevos rostros de las "luchas" sociales .....</b>	<b>95</b>
Geopolitic of water in México: The opposition between the hydropolicy and the social politic strife. The new faces of the social "fightings" .....	95
<b>Geopolitique de l'eau em México: L'oppositon parmis l'hydropolitique et lê conflict social et politique. Lês nouveaux visages de lês "disputes" sociaux .....</b>	<b>95</b>
Geopolítica da água no México: A oposição entre a hidropolítica e o conflito sóciopolítico: Os novos rostos das "lutas" sociais .....	95

**ALBA, F.**

#### **Dissertações e Resumos**

**Dissertações apresentadas por acadêmicos do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico - Universidade Católica Dom Bosco – Campo Grande-MS (2002-2006) .. 115**

# Artigos





# Ecologia política da construção da crise ambiental global e do modelo do desenvolvimento sustentável

Political Ecology of the building of the Global Environmental Crisis and on the Sustainable Development Model

*Ecología política de la construcción de la crisis ambiental y el modelo de desarrollo sostenible*

*Écologie politique de la construction de la crise ambientale global ; développement soutenable.*

Lemuel Dourado Guerra \*  
Deolinda de Sousa Ramalho\*  
Jairo Bezerra Silva\*\*  
Cláudio Ruy Portela de Vasconcelos\*\*\*

Recebido em 28/7/2006; revisado e aprovado em 31/10/2006; aceito em 26/1/2007.

**Resumo:** Neste trabalho discutimos o debate sobre a crise ambiental e o modelo do desenvolvimento sustentável como campo de lutas no qual se articulam interesses políticos e econômicos. Defendemos a idéia de que as direções tomadas pela discussão sobre as questões ambientais em nível mundial apontam para o apagamento das variáveis clássicas da interpretação sociológica dos fenômenos sociais, tais como as de ideologia, dominação e conflito, apresentando uma proposta de redirecionamento da discussão mencionada, a ser feita em termos da teoria da ecologia política. No final indicamos algumas sugestões específicas para a pesquisa sobre a denominada *crise hídrica mundial*.

**Palavras-chave:** Ecologia; crise ambiental global; desenvolvimento sustentável.

**Abstract:** In this work we discuss the debate on the environmental crisis and on the sustainable development model as a field of fights in which are articulated political and economic interests. We argue here that the discussion on those themes indicate the suppression of classic sociological categories as those of ideology, domination and conflict, presenting afterwards a purpose of reshaping of the mentioned discussion, which must be done in terms of the Political Ecology Theory. We finalize the article indicating some points to a research agenda on the global water resources crisis.

**Key words:** Ecology; global environmental crisis; sustainable development.

**Résumé:** Em ce travail nous discutons le debat sûr la crise ambientale et le modele de développement soutenable comment plaine de luttes dans lequel s'articulent intérêts plitiques e t économiques. Nous défendons l'idée de que les directions prises por la discution sûr les questions ambientais en niveau mondial indiquent pour l'extinction des variables clássiques de l'interprétation sociologique des phénomènes sociaux tels comment les d'ideologie, domination et conflit, avec la présentation d'une propose de reprise de la discution menttionée, pour éter fait em termes de la théorie de l'écologie politique. Au final nous avons indique quelques suggestions spécifiques por la recherche sur la nommée crise hydrique mondiale.

**Mots-clé:** Écologie; crise ambiental; développement soutenable.

**Resumen:** Defendemos la idea de que las decisiones tomadas por la dscusión sobre las cuestiones ambientales em nível mundial apuntan para el apagamieto de las variábles clásicas de la interpretación sociológica de los fenómenos sociales. como los que están relacionados à la ideología, dominación y conflicto, presentando uma propuesta de redireccionamineto de la discusión mencionada a ser hecha em termos de la teoria de la ecologia política. Em el final indicamos algunas sugerências específicas para la búsqueda sonre la denominada crise hídrica mundial.

**Palabras clave:** Ecología; crise ambiental global; desarrollo sotenible.

## Introdução

O processo pelo qual o meio ambiente emerge como uma preocupação relevante em muitas sociedades contemporâneas é o resultado da conjunção de vários elementos e da ação de instituições sociais e forças va-

riadas. Há pelo menos três décadas atrás, a relação dos homens com a natureza, no que se referia à exploração dos recursos naturais, era um tema incapaz de gerar polêmica. Naquele momento, eram centrais as questões referentes às formas de organização social da produção, existindo como pólos opostos

\* Professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Campina Grande-PB. (lenksguerra@yahoo.com.br).

\*\* Professor do CESAC (Centro de Ensino Superior de Santa Cruz do Capibaribe-PE) e bolsista do CEDRUS (Curso de Especialização em Desenvolvimento Rural Sustentável), com trabalhos publicados na área da Sociologia dos recursos hídricos. (jairobezerra@bol.com.br ou nel.nunsiilva@bol.com.br).

\*\*\* Professor do Departamento de Ciências Básicas e Sociais, da Universidade Federal da Paraíba, na área de Gestão Ambiental.

dominando o debate, de um lado, as propostas socialistas/comunistas e, do outro, o modelo capitalista. Com a crise da maioria das experiências de socialismo na Europa, a hegemonização do capitalismo em quase todas as economias mundiais, a polarização mencionada deixa de existir, abrindo-se espaço para que novos eixos de preocupação sócio-político-cultural emirjam.

É nessa conjuntura que assistimos, desde o último quartel do século passado, a uma significativa hipertrofia do debate sobre visões de iminentes catástrofes ecológicas, que colocariam em risco a vida do homem no planeta. É nesse contexto que surgem as propostas de *salvação da Terra*, as quais incluem, entre outros pontos, a necessidade de implementar, mundialmente, um modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Sem pretender fazer uma abordagem aprofundada do conceito mais geral de desenvolvimento, defendemos neste artigo: (1) a idéia de que o modelo de Desenvolvimento Sustentável, de certa maneira, é um retorno de práticas “desenvolvimentistas” semelhantes ao que na sociologia do desenvolvimento ficou conhecido como o “terceiro-mundismo”, um modelo assumido por países do capitalismo central, basicamente, pelos Estados Unidos, que consistia no oferecimento de “ajuda” aos países subdesenvolvidos e “em desenvolvimento”, na direção da promoção das condições necessárias à chegada dos países do Sul ao modelo dos países industrializados do Norte; (2) a necessidade da construção de uma abordagem propriamente sociológica das questões ambientais, informada pelos autores da corrente denominada de Ecologia Política, de forma a interpretar a construção social dos fenômenos relativos aos moldes de apropriação humana dos recursos naturais do planeta e das propostas apresentadas como alternativas à *Crise Ambiental*, à luz de categorias clássicas da análise sociológica, tais como poder, ideologia, exploração, sistemas de hierarquia e outras dessa natureza.

### **Desenvolvimento Sustentável ou crescimento sem fronteiras?**

Depois do período em que o “desenvolvimento” se constituiu num tema de grande importância no cenário internacional – que

vai do final da II Guerra Mundial até meados da década de 70 do século passado –, com o fim de experiências de socialismo real no Leste europeu e a derrocada a União Soviética, o discurso e a prática de “ajuda” aos países do Terceiro Mundo, os quais tinham como um dos principais objetivos implícitos a luta ideológica contra um possível opositor ao sistema econômico dominante, perdem a força. É justamente na década de 80, que é formulada a proposição do “ajuste estrutural”, já um reflexo da perda de espaço da discussão sobre o “desenvolvimento” para a temática da globalização, que passa a ser o mote para uma série de articulações no sentido do estabelecimento definitivo de uma economia mundial de rede, agora com todas as condições objetivas a ela necessárias, em termos de tecnologia da informação.

Todavia, a história do “desenvolvimento”, intimamente ligada ao desenrolar do sistema capitalista ocidental, não seria tão facilmente descartada. Depois de passar por um período de “esquecimento”, a temática da ecologia, anteriormente lateral, cria as condições objetivas para a volta da reflexão a respeito das questões ligadas ao desenvolvimento. A ligação dos problemas ecológicos com os níveis de pobreza dos países do Sul, conduziu rapidamente ao reconhecimento de que, apesar das políticas desenvolvimentistas baseadas na “ajuda” dos países capitalistas centrais, especialmente aquela fornecida pelos Estados Unidos – e mesmo em decorrência delas – os problemas enfrentados por países desta área tinham crescido e piorado. Era necessário, por conseguinte, e agora possível, que o “desenvolvimento” retornasse firme através da moda ocidental da ecologia.

A retomada começou na década de 80, com a realização de conferências mundiais sobre o tema do Meio Ambiente, e teve como momento marcante o ano de 1983, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas pediu ao seu secretário geral que indicasse uma “Comissão Mundial do Meio Ambiente e do Desenvolvimento” para realizar um relatório a respeito do desenvolvimento e do Meio Ambiente, em termos mundiais, cuja presidência foi confiada à senhora Gro Harlem Brundtland, então Primeira Ministra da Noruega.

As condições eram bastante favoráveis para a realização de um relatório original e

bem informado, já que havia uma previsão de consulta internacional aos grupos ambientalistas e ONGs envolvidas com o tema, no sentido de construir uma visão o mais abrangente possível e, acima de tudo, antenada com as expectativas dos países do Norte e do Sul. O trabalho foi concluído em março de 1987, e foi publicado no ano seguinte, sob o título de **Nosso Futuro Comum**, contendo, entre outras coisas, uma exaustiva lista de ameaças ao equilíbrio do meio ambiente planetário: o desflorestamento; a erosão do solo; o efeito-estufa; o buraco na camada de ozônio; a questão da demografia; a cadeia alimentar; os recursos hídricos; a energia; aspectos ligados aos processos de urbanização; a extinção de espécies animais; o armazenamento de armas; a proteção dos oceanos e do espaço. Em vistas do apresentado, os governos não poderiam mais ignorar os muitos perigos ecológicos que deveriam ser, se não eliminados, pelo menos controlados, através de uma legislação ambiental rigorosa.

Uma diferença básica no que se refere à discussão ambiental anterior e o tema a ser enfrentado pela Comissão Brundtland, foi o fato de que esta teve que considerar de maneira conjunta o Meio Ambiente e o “desenvolvimento”. Esse foi um ponto crucial, porque produziu uma ênfase nas maneiras pelas quais tanto as sociedades ricas quanto as pobres destruíram o meio ambiente, claro que considerando suas diferentes razões. Isso também significou a reconciliação de dois conceitos opostos: de um lado, estava precisamente a atividade humana – especialmente aquela baseada no modo de produção industrial, sinônimo de “desenvolvimento” – que estava por trás da deterioração do meio ambiente; do outro lado, a concepção de que era impossível não pensar na necessidade de acelerar o desenvolvimento de povos que não tinham tido ainda acesso a condições decentes de vida.

Para dar uma resposta que integrasse esses dois pólos da questão, a Comissão propôs o modelo do Desenvolvimento Sustentável. Embora parecesse ser um dos pontos centrais do relatório, sobre o qual se esperava que fossem apresentadas propostas de operacionalização capazes de funcionar como um guia o mais claro possível para as políticas a serem adotadas pelos diversos

governos, o que se encontra é um texto singularmente dúbio em seu conteúdo. Sem pretender fazer uma análise completa, mencionaremos alguns aspectos críticos essenciais a respeito da passagem da página 29 da versão espanhola e na página 8 da versão em inglês, que, por questão de espaço não citamos na íntegra:

- a) No texto há uma pressuposição implícita da existência de um sujeito coletivo (a humanidade) dotado de reflexão e de vontade<sup>1</sup>, que não pode, todavia, ser claramente definido. Como colocado, o Desenvolvimento Sustentável depende de todos, o que pode significar que não depende de ninguém;
- b) O relatório também defende que é preciso atender as necessidades presentes sem prejudicar o atendimento das necessidades das gerações futuras. A questão que se coloca é a respeito da maneira pela qual as necessidades serão identificadas e quem estabelece quais são “básicas” e quais são “supérfluas”. Outra dificuldade é aquela ligada à impossibilidade concreta de definir as necessidades correntes da humanidade, e muito mais aquelas das gerações futuras<sup>2</sup>;
- c) A “atividade humana”, que, obviamente, tem efeitos sobre a biosfera, é citada, mas os prejuízos decorrentes do modelo industrial – ue são mostrados como sendo o principal problema na maior seção do relatório – não recebe nenhuma menção neste ponto, como se a presença humana na terra não fosse condicionada pelos modos de produção adotados.
- d) Na visão da Comissão, “a pobreza não é mais inevitável”. Uma abordagem mais interessante seria uma que considerasse os mecanismos pelas quais a pobreza tem sido socialmente construída nas últimas décadas no nível internacional. Sem dúvida isto levaria a denunciar os mecanismos de exclusão praticados pelos moldes do crescimento econômico adotados;
- e) “A Pobreza é um mal em si mesmo”. Em um quadro de referência baseado em uma dicotomia moral, o desenvolvimento é visto como um bem nele mesmo. Outras leituras têm conduzido a conclusões diametralmente opostas, segundo as quais, do ponto de vista da proteção do

meio ambiente, o desenvolvimento é que é o “mal” nele mesmo.

Outra objeção importante em relação aos resultados do Relatório é aquela referente ao valor de denunciar o fato de que “a economia e a ecologia podem interagir de maneira destrutiva e irremediável para o desastre”, se ao mesmo tempo é reafirmado que “o que é preciso agora é uma nova era de crescimento econômico – crescimento que seja vigoroso e ao mesmo tempo socialmente e ambientalmente sustentável”. Mesmo considerando a justeza dessa aspiração, o problema é que o Relatório não diz muito a respeito de ‘como’ atingi-la<sup>3</sup>;

Ainda outra fragilidade do Relatório em sua tarefa de propor uma contribuição para a construção de modelos de desenvolvimento sustentável é que há uma confusão implícita entre a perspectiva referente aos recursos naturais não-renováveis e os recursos naturais renováveis, o que conduz a pensar dinâmicas de sociedades com diversos níveis de industrialização e com diversas bases econômicas sejam consideradas como equivalentes. Ao ignorar essa diferença básica dos potenciais e estilos de crescimento nas duas situações, o Relatório Brundtland falha em colocar com clareza a problemática da “sustentabilidade”<sup>4</sup>.

Em vistas do apresentado, pode-se por em questão a propagada independência da Comissão. Dado que um dos pontos centrais da discussão do Relatório Brundtland era a questão do modo de vida dos ricos, tanto no Norte quanto no Sul, e embora seja dito que “escolhas dolorosas precisariam ser feitas”, a Comissão não propõe que os países industriais façam mudanças básicas em seus modelos de consumo. Pelo contrário, as propostas de aplicação de modelos de Desenvolvimento Sustentável consistem em garantir que, em áreas estratégicas de países do Sul, definidas como fundamentais para o “equilíbrio do planeta”, sejam mantidas as formas “atrasadas” e “tradicionais” de produção, em outros tempo consideradas obstáculos ao desenvolvimento e, portanto, à erradicação da pobreza<sup>5</sup>.

Ao optar por fazer uma crítica dos modelos de desenvolvimento que desconsiderou os seus determinantes sócio-político-econômicos, privilegiando uma visão

ecocêntrica – o que vai se refletir no modelo de Desenvolvimento Sustentável que ela sugere – a tarefa da Comissão Brundtland de redefinir a relação entre meio ambiente e “desenvolvimento” e propor “um programa global de mudança” ficou comprometida. Para a produção de uma análise mais conseqüente, pelo menos três pontos de partida deveriam ser adotados. O primeiro deles, a compreensão das formas pelas quais as pessoas e as sociedades realmente se relacionam com seu meio ambiente, de forma a estabelecer, de maneira mais razoável, a responsabilidade diferenciada pela produção da crise ecológica mundial e as tarefas correspondentes necessárias a sua solução; o segundo, a adoção de uma visão desafiadora dos modelos simplistas de análise das relações entre meio ambiente e a esfera econômica, inclusive considerando a contradição interna à proposta de adequação do ritmo do crescimento que o modelo capitalista-industrial implica ao ritmo do ecossistema; e o terceiro, a localização histórico-cultural do conceito de desenvolvimento, o que conduz ao reconhecimento do seu caráter ocidental e dos mecanismos de enriquecimento e de exclusão que o mesmo historicamente envolveu. Tendo falhado em considerar esses três pontos básicos, o Relatório Brundtland poderia somente registrar os desequilíbrios que ameaçam a sobrevivência humana, mas não contribuir para uma solução genuína.

A opção ecocêntrica do conceito e do modelo de Desenvolvimento Sustentável, em detrimento de uma visão mais sociológica da questão do desenvolvimento e da crise ecológica, revela uma prática social, embutida na formulação teórica, que tem como desdobramento a utilização de categorias analíticas que comprometem, inclusive a própria aplicabilidade das propostas de organização das novas estratégias de desenvolvimento. O caráter planetário da crise, o apelo ao nosso “futuro comum”, todas essas metáforas de inclusão de todos na responsabilidade pela crise ambiental e na solução da mesma, se constroem de forma a diluir as diferenças entre nações, povos, classes e grupos étnicos, operando com uma idéia de totalidade onde não há lugar para uma reflexão a respeito das contradições e dos conflitos de interesses envolvidos. Como conseqüências básicas

dessa orientação dos formuladores do conceito e dos modelos de Desenvolvimento Sustentável, podemos citar:

1. A legitimação da prática dos países hegemônicos no sentido de construir políticas ambientais referentes a espaços geográficos para além de suas fronteiras, já que os “interesses do planeta” dependem de uma ação em áreas escolhidas como alvos da intervenção internacional;
2. A definição de instituições supranacionais vinculadas aos países do capitalismo central como gerenciadoras da política ambiental global, tais como a ONU, o Grupo dos 7, o Banco Mundial e a NASA. Da ação conjunta dessas instituições emergiram os principais diagnósticos mundiais e os contornos da política ambiental para os países do Sul. A Conferência do Rio e a formulação da Agenda 21 Global são exemplos da sua potencialidade de mobilização internacional;
3. A execução de políticas interventivas, traduzidas em projetos realizados em pequenas comunidades, cuja formulação contempla, prioritariamente os interesses dos financiadores internacionais, de um corpo de especialistas locais e, como veremos a seguir, a garantia da manutenção dos ritmos de crescimento dos países desenvolvidos e dos privilégios de determinados grupos sociais das camadas abastadas da população.

Esses aspectos problemáticos do conceito de Desenvolvimento Sustentável acima apresentados justificam o questionamento a respeito do porquê de sua tão ampla aceitação, no Brasil e fora dele, demonstrada tanto em termos do volume de literatura que tem originado, quanto pelo número de grupos de estudos, inclusão em programas de pós-graduação como linha de pesquisa e, finalmente, pelo privilégio por parte dos financiadores, de projetos que o tenham como objeto. De acordo com Sachs (1992) e Rist(1997), é graças ao caráter ambíguo de sua formulação que o conceito de Desenvolvimento Sustentável tem conseguido mobilizar um público de tamanha envergadura.

### **Efeitos e interesses da ambigüidade do conceito de Desenvolvimento Sustentável**

O conceito de Desenvolvimento Sustentável tem originado pelo menos dois conjuntos de interpretações principais, sendo essa sua abertura enquanto significante, além das condições sociais e políticas que atravessamos, um dos fatores mais responsáveis pelo seu sucesso. Os ecologistas o entendem como uma proposta de limitação do desenvolvimento ao ritmo que o ecossistema pode suportar, o que pode, por conseguinte, garantir sua manutenção a longo prazo. De acordo com essa compreensão, o modelo de Desenvolvimento Sustentável implica no reconhecimento de que a capacidade de reprodução dos recursos determina o volume da produção, e de que a “sustentabilidade” significa que o processo pode ser mantido unicamente sob certas condições dadas, tanto em referência aos padrões de produção e consumo das sociedades humanas, quanto no que diz respeito ao ritmo de reposição dos recursos naturais renováveis e do ritmo de exploração dos não-renováveis.

A outra interpretação que prevalece é a dos defensores do desenvolvimentismo, que entendem o Desenvolvimento Sustentável como uma estratégia para manter o “desenvolvimento”, isto é, o ritmo do crescimento econômico. De acordo com essa visão, o “desenvolvimento” é universal e inexorável, devendo ser prolongado tanto quanto for possível. Em outras palavras, já que o “desenvolvimento” é visto como naturalmente positivo, deve-se evitar que ele seja asfixiado. O Desenvolvimento Sustentável, então, significa que o “desenvolvimento deve avançar num ritmo o mais “sustentável” possível até que ele se torne irreversível.

De acordo com os defensores do Desenvolvimento Sustentável como uma estratégia para garantir um alargamento da sobrevivência do modelo de crescimento econômico iniciado com a Revolução Industrial, o problema com os países do sul é que eles estariam realizando um “desenvolvimento não-sustentável”, marcado por avanços e recuos desenvolvimentistas, constantemente determinados ao sabor da implementação de políticas efêmeras de crescimento. Para os

partidários dessa interpretação, então, a “sustentabilidade” é entendida no sentido trivial de “durabilidade”: não é a sobrevivência do ecossistema que coloca os limites para o “desenvolvimento, mas o “desenvolvimento” que determina a sobrevivência das sociedades. Como o *desenvolvimento* é ao mesmo tempo uma necessidade e uma oportunidade, a conclusão é perfeitamente óbvia – que seja tão longo quanto possa durar!

Essas duas interpretações são tanto legítimas quanto contraditórias, já que os dois significados antinômicos correspondem ao mesmo significante. A interpretação dos ecologistas, aparentemente superior em termos de ética, já que defende o respeito à natureza, a preservação da “saúde do planeta”, mascara, na verdade, uma posição tão conservadora quanto a dos capitalistas “sem coração”, prontos a defender seus interesses imediatos contra qualquer coisa, já que sua abordagem freqüentemente opera com a secundarização das variáveis referentes às relações humanas, em seus efeitos sobre as formas de apropriação da natureza, preocupando-se em garantir o equilíbrio do ecossistema, em detrimento da consideração dos efeitos das ações interventivas com vistas à produção da sustentabilidade ecológica sobre a vida dos indivíduos envolvidos.

O conceito e os modelos de Desenvolvimento Sustentável implicam numa dupla ênfase que contém elementos contraditórios: por um lado seus defensores investem nos avisos a respeito dos limites do meio ambiente e acerca dos perigos de não respeitá-los, e, por outro, enfatizam as exortações ao avanço determinado em direção da “nova era de crescimento econômico”. O Relatório Brundtland não opta por nenhuma dessas direções. Ele é um texto que pertence ao que alguns chamam de “diplomacia pela terminologia”, na medida em que não significa colocar em cheque nem a posição dos ecologistas, nem a posição dos que defendem a inalterabilidade dos modelos de produção, de consumo e do ritmo de crescimento econômico. Esse seu caráter dúbio favorece sua utilização no sentido de encobrir práticas questionáveis, oferecendo, sob a aparência de uma política de preservação do meio ambiente, o alibi de que necessitam as operações interessadas de agentes econômicos,

buscando sempre o controle de novas áreas e de novas oportunidades de negócios, além de proteger de qualquer possibilidade de alteração o modelo de produção e consumo dominante.

Neste texto temos o objetivo de sugerir pontos para uma análise sociológica da crise ecológica e de algumas das propostas para o seu equacionamento, mais especificamente, a do modelo de Desenvolvimento Sustentável. No caso deste, dois pontos nos despertam a curiosidade e a necessidade de problematização sociológica: o primeiro, a extremamente rápida aceitação e disseminação do conceito e das propostas de intervenções concretas na Amazônia brasileira e em outras áreas do país, delas resultantes, tanto por parte da tecnocracia governamental, quanto por parte dos intelectuais, ONGs e outras entidades da sociedade civil; o segundo, o fantasma da ineficácia que ronda os projetos que têm sido anunciados como destinados à construção do novo tipo de desenvolvimento proposto.

A sua capacidade de se estabelecer rapidamente enquanto um discurso consensual, quase único, nos estimula a concentrar esforços de reflexão de caráter sociológico a respeito dos aspectos ideológicos do discurso eco-ambientalista, e do modelo de Desenvolvimento Sustentável, ambos capazes de articular símbolos, significados e conceitos, de forma a favorecer interesses de algumas forças e de secundarizar os de outras. Para a construção de uma abordagem sociológica da temática e do modelo mencionados, partimos de um levantamento das condições históricas em que surge o discurso ecológico, constrói-se a plausibilidade da idéia de crise ecológica mundial e em que se dissemina a proposta de um Desenvolvimento Sustentável.

Esse inventário do contemporâneo, configura-se como uma tarefa de enorme amplitude. Nos deparamos com uma área de produção intelectual extremamente farta, em que novos trabalhos, tanto no que se refere aos livros, bem como aos artigos, relatórios e publicações especiais, aparecem em ritmo notavelmente veloz. Isto, aliado ao reconhecimento dos inúmeros fatores envolvidos, logo evidenciou que não seria possível dar conta de todas as variáveis e aspectos

envolvidos na “invenção” da preocupação ecológica, sendo nosso propósito aqui levantar pontos significativos relativos aos contornos do debate da temática e do modelo citados.

### **O cenário em que emergem a crise ecológica global e o modelo do Desenvolvimento Sustentável**

Um dos principais componentes desse cenário em que emerge o debate a respeito da crise ecológica, de suas conseqüências e da alternativa do modelo de Desenvolvimento Sustentável, é a derrota estrondosa de uma determinada ideologia, que competiu quase duzentos anos com o modo dominante de organizar as relações econômicas e sociais nas sociedades ocidentais. É na esteira do fim de experiências de socialismo real como os existentes tanto na antiga União Soviética, quanto na Alemanha Oriental, só para citar dois exemplos, que toma corpo a preocupação ecológica (cf. LATOUR, 1994).

O prevalecimento do capitalismo sobre a alternativa socialista evoluiu no sentido da constituição de uma rede econômica internacional, com o suporte tecnológico da revolução da informática, possibilitando um fluxo crescentemente veloz de informações, capaz de criar condições para que se executem operações financeiras à distância, configurando uma conjuntura de atividades econômicas gradualmente exercidas no campo da virtualidade. Devido ao consenso em torno do modo de produção dominante, e, ao menos aparentemente, triunfante, o tempo presente se caracteriza por um imaginário e espaço social concreto nos quais avançam os elementos e mecanismos da lógica do mercado.

Esse cenário, cujos contornos foram anunciados acima, é facilmente observado no mundo real, podendo ser, alternativamente, lido positivamente ou negativamente. Pode-se falar mesmo da constituição progressiva de um debate internacional referente a conceitos como globalização, economia virtual, neoliberalismo, todos esses termos ligados ao reconhecimento da falência do socialismo e da inexorabilidade do capitalismo.

É nesse contexto, caracterizado pela globalização da economia e pelo fim dos

embates econômico-políticos do capitalismo com experiências significativas de socialismo, que a sociedade capitalista industrial tem condições de construir a problemática ecológica, à medida em que se livra da preocupação com um eventual enfrentamento com outro modelo econômico, e que se mundializa o escopo em que é considerado o campo de sua ação e de sua influência.

Dois desdobramentos desse cenário associam-se mais diretamente com a emergência da questão ecológica no cenário mundial: o primeiro, o fato de que o capitalismo triunfante não pode deixar de tomar medidas para que sejam mantidas e expandidas as taxas de lucro; o segundo, a expansão do campo em que as ações econômicas e políticas passam a ser pensadas e operacionalizadas.

Isso se relaciona com a emergência do ambientalismo e com a formulação e proposição do modelo de Desenvolvimento Sustentável pelo fato de que, se, no passado, a busca de taxas crescentes de lucro, traduzida na valorização das vantagens comparativas, guiou o movimento de capitais no sentido da periferia do modelo, atraído pelos benefícios advindos da maior proximidade da matéria prima e dos salários baixos regionais, uma das questões agora colocadas ao sistema dominante de apropriação e transformação da natureza, é, justamente, a garantia de uma acessibilidade máxima aos recursos naturais, renováveis e não renováveis. Se, antes, o âmbito em que competiam as forças econômicas pelo acesso e disponibilização desses recursos eram as fronteiras nacionais, a mundialização dos mercados coloca agora como novidade inescapável a ampliação do espaço no qual se enfrentam essas forças pelo controle do “capital natural”, configurando-se um momento em que a idéia de crise ecológica planetária e a proposta do Desenvolvimento Sustentável, poderiam se transformar em estratégias funcionalizadas no sentido de criar condições para uma gestão internacionalizada dos recursos naturais, pensada de forma a favorecer os interesses das forças político-econômicas dominantes.

Com o objetivo de possibilitar a essas forças o acesso e a disponibilização imediata ou futura dos estoques de recursos naturais de áreas consideradas nichos ecológicos

planetários, começou a emergir o debate sobre a crise ecológica mundial e um conjunto de políticas ambientais internacionalizadas, no âmbito das quais se destaca o modelo de Desenvolvimento Sustentável.

Para entender a plausibilização da discussão ecológica como um problema mundial, com seus tons ao mesmo tempo catastróficos e utópico-românticos, bem como das propostas para o seu enfrentamento, é preciso adicionar à descrição do cenário econômico e político alguns dados referentes à prática dos cientistas. Lyotard (1982) já menciona, em seu relatório sobre o estado do conhecimento científico no mundo, elaborado no final da década de 70 do século passado, o aprofundamento das relações entre a ciência e as demandas do mercado. É em referência a essa descrição que podemos entender como são mobilizados conceitos, teorias e discursos de intelectuais no sentido de dar suporte a uma preocupação coletiva a respeito do meio ambiente, bem como à disseminação, em termos de mídia de massa, mas também no nível acadêmico, da alternativa do Desenvolvimento Sustentável.

Em termos da contribuição da ciência para a emergência da questão ecológica, cabe ressaltar uma marca fundamental, a saber, o resgate, no nível teórico/metodológico, dos pressupostos do paradigma sistêmico. Estes compõem a matriz principal da formulação do debate sobre a crise ecológica, desdobrando-se na noção de interdisciplinaridade, servindo de fundamento para a mobilização de várias metáforas inclusivistas, utilizadas para a formulação de uma mística do planeta, descrito como, por exemplo, a “nave Terra”. O sistemismo também fundamenta a “invenção” de uma responsabilidade “de todos” pelo enfrentamento dos problemas atuais do ecossistema planetário e dos previstos para um futuro próximo, se não forem tomadas as providências propostas e acordadas nos pactos ambientalistas internacionais.

Em termos de prática científica, particularmente no que se refere às ciências sociais, a intensificação das ligações entre produção intelectual e as demandas do mercado se reflete, basicamente, na redução progressiva do espaço da reflexão crítica, que dá lugar à hipertrofia das categorias “limpas”<sup>6</sup>, nas quais se apagam as variáveis

ligadas à consideração dos aspectos das relações sociais tradicionalmente associados à atividade de análise da interação social humana<sup>7</sup>. Como dissemos, é como se a ascensão da importância de satisfazer as demandas do mercado em termos de produção intelectual produzisse o silêncio da teoria a respeito de uma realidade sócio-econômica que demanda, talvez mais urgentemente do que nunca, uma atividade capaz de desvendar os mecanismos de funcionamento e de estruturação dos arranjos sociais nos quais se inscrevem as relações sociais.

Num momento histórico como esse, em que as sociedades são marcadas pela reflexividade<sup>8</sup>, a construção da idéia de uma situação limite do ecossistema mundial somente tem sido possível graças ao fornecimento de uma base de caráter científico. A plausibilização da catástrofe ecológica iminente, mediatizada pelo aporte dos relatórios “científicos”, portanto, dá suporte à formulação de duas estratégias, diferentes, mas interrelacionadas, no sentido do enfrentamento da crise ambiental planetária: uma, a Divisão Ecológica Internacional<sup>9</sup>, que prevê, inclusive, um mapeamento mundial, em termos de recursos naturais, e uma conseqüente atribuição de responsabilidades, no que se refere a uma divisão do “trabalho ecológico” necessário ao equilíbrio do ecossistema da Terra entre as diversas áreas geo-políticas do planeta; a outra, o modelo de Desenvolvimento Sustentável, que traz, como principal trunfo teórico, a proposta de que crescimento econômico e a preservação dos ecossistemas podem existir simultaneamente.

A Divisão Ecológica Internacional apresenta uma série de contradições, e interesses não confessados, que uma análise sociológica conseqüente pode facilmente detectar. Essa proposta de divisão internacional do “trabalho ecológico”, associa uma maior responsabilidade, na atuação no sentido da resolução da crise ambiental global, às áreas e países que consomem volumes menores e também poluem menos do que aqueles que são os maiores consumidores de capital natural e mais poluentes<sup>10</sup>. O que observamos é que essa Divisão Ecológica Internacional (DEI) prevê, na prática, a manutenção dos padrões de produção e de consumo exercidos nos países capitalistas desenvolvi-



dos, enquanto propõe, aos países pobres e em Desenvolvimento, o modelo de Desenvolvimento Sustentável, que implica, em grande medida, na revisão dos modelos de produção e de consumo de recursos naturais nas áreas definidas como nichos ecológicos mundiais<sup>11</sup>.

Sendo a proposta da Divisão Ecológica Internacional uma formulação originada nos países do Norte, e estando o modelo de Desenvolvimento Sustentável a ela associado, não admira que seja construído no sentido de garantir o privilegiamento dos interesses desses países, em detrimento dos daqueles incluídos nas áreas das quais se exigem modificações mais significativas, no que se refere às estratégias e ritmos de apropriação dos recursos naturais, necessários à manutenção dos padrões de produção e consumo neles existentes.

Essa proposta de Divisão Ecológica Internacional articula-se com o modelo de Desenvolvimento Sustentável, na medida em que este tem destinatários específicos, a saber as áreas geográficas consideradas como reservatórios de biodiversidade e de recursos naturais não-renováveis, localizáveis a partir da nova cartografia mundial, formulada através dos critérios da distribuição dos “trabalhos ecológicos” a serem desempenhados no sentido de evitar – de acordo com os formuladores das políticas ambientais internacionais – a exaustão iminente do ecossistema do planeta.

Nossa análise da Divisão Ecológica Internacional, bem como de muitas das experiências anunciadas como de construção do Desenvolvimento Sustentável, apresentadas, inclusive como exemplos para replicação, indicou algumas pontos principais para eventuais questionamentos, que podem ser, sinteticamente, assim apresentados:

- Os eixos nos quais se baseia o conceito de Desenvolvimento Sustentável não são igualmente enfatizados nas experiências de implementação do modelo em várias áreas do Brasil e especificamente na Amazônia brasileira. O que observamos na análise de várias propostas atuais de políticas ambientalistas, é a hipertrofia dos aspectos ligados à preservação ambiental e a secundarização daqueles ligados à produção da equidade social e

da eficiência econômica, não sendo as mesmas avaliadas em termos das consequências que têm sobre a vida de milhões de pessoas para as quais o meio ambiente é menos uma questão de qualidade de vida, do que de sobrevivência. Para as populações pobres, as noções de conservação e proteção ambiental, completamente aceitáveis em países desenvolvidos, são altamente contestáveis. Nossa análise da literatura sobre sustentabilidade e crise ecológica, mesmo a produzida pelos cientistas sociais, tem revelado que enquanto a pobreza e a degradação ambiental são amplamente relacionadas, o papel das políticas ambientalistas para a construção do Desenvolvimento Sustentável na diminuição do acesso das populações pobres aos recursos naturais é muito raramente discutido.;

- O privilegiamento dos aspectos ligados ao ecossistema, corresponde a dois elementos presentes na formulação original do modelo e também recorrentes em grande parte da produção a respeito da crise ecológica mundial, a saber: o primeiro deles, o biocentrismo, que produz o apagamento das relações sociais e das preocupações a elas referentes; o segundo, a intenção de formular, na verdade, uma política racional de gestão de recursos naturais em áreas consideradas ecologicamente privilegiadas, visando, inclusive sua disponibilização para uso internacional, possibilitado, por sua vez, pela disponibilização de estoques biogenéticos e de recursos não-renováveis para a compra e venda no mercado de capitais naturais.

Argumentamos, com Banerjee (2001), que, a despeito de ser anunciado como uma mudança de paradigma, o modelo do Desenvolvimento Sustentável baseia-se efetivamente numa racionalidade econômica e não ecológica. O discurso do Desenvolvimento Sustentável reforça uma visão da natureza como apresentada pelo pensamento econômico moderno, sendo uma das suas consequências a transformação da “natureza” em “meio ambiente”, o que tem importantes implicações sobre as noções de como o desenvolvimento deve ser promovido e realizado.

A gestão “racional” dos recursos, embutida nos documentos em que o discurso

sobre a sustentabilidade é construído, é fundamental para a economia ocidental e sua imposição para países “em desenvolvimento” é problemática, sendo necessário discutir as implicações desse “regime de verdade” aos países do III Mundo, em referência, particularmente à biotecnologia, à biodiversidade e aos direitos de propriedade intelectual<sup>12</sup>. Todos esses aspectos envolvidos na disseminação impositiva do modelo de Desenvolvimento Sustentável precisam ser vistos como ameaças de neocolonização de espaços ecologicamente privilegiados, localizados no Sul, que devem ser agora tornados “eficientes”, graças à capitalização da natureza<sup>13</sup>.

Embora nas várias definições de Desenvolvimento Sustentável seja possível identificar muitos temas tais como os referentes: (1) ao desenvolvimento humano; (2) à integração ecológica, econômica, política, tecnológica e de sistemas sociais; (3) à conexão entre objetivos sócio-políticos, econômicos e ambientais; (4) à equidade, como uma distribuição justa de recursos e da propriedade dos direitos sobre os recursos naturais; (5) à prudência ecológica; e (6) à segurança, traduzida em níveis seguros de saúde e de qualidade de vida<sup>14</sup>, a linguagem do capital é que prevalece na fundamentação das estratégias de produção e efetivação de políticas ambientais para o atingimento do Desenvolvimento Sustentável.

A ênfase na “constância do estoque de capital natural” como condição necessária à sustentabilidade, defendida por Pearce *et al.* (1989), é um exemplo disso. De acordo com esse autor, as mudanças no estoque mencionado deveriam ser “não-negativas”, e o capital criado pelo homem (produtos e serviços, como definidos pela economia e contabilidade tradicionais), não deveria se expandir às expensas do capital natural. Assim, termos como “custos sustentáveis”, “capital natural”, “capital sustentável”, “produção sustentável”, indicam que o tradicional léxico do capital, da renda e do crescimento continuam a informar esse “novo” paradigma do Desenvolvimento Sustentável.

A relação da proposição do modelo de Desenvolvimento Sustentável com a lógica de expansão do capital é também mostrada por Hart (1997, p.67), para quem o desafio

implícito daquele é “desenvolver uma economia global sustentável: uma economia que o planeta possa suportar indefinidamente”. Também nessa direção, para Beder (1994), os objetivos não anunciados do Desenvolvimento Sustentável seriam os de encontrar novas tecnologias e expandir o papel do mercado na alocação de recursos naturais, escudados no pressuposto de que a única maneira de proteger o meio ambiente natural seria colocar preço nele, tornando sua degradação menos rentável.

Assim, ao invés de transformar o mercado e os processos de produção, com o objetivo de torná-los adequados à lógica do ecossistema, o modelo do Desenvolvimento Sustentável usa a lógica do capital e da acumulação capitalista para determinar o futuro da natureza e, por conseguinte, das possibilidades de acesso e uso dos recursos naturais das várias populações ao redor do mundo (cf. SHIVA, 1991).

Sobre esse aspecto pouco crítico do modelo de Desenvolvimento Sustentável, em relação ao tipo de apropriação da natureza praticado há mais ou menos dois séculos pela sociedade ocidentais, Banerjee (1998) e Visvanathan (1991), afirmam que não é possível encontrar naquele um desafio conseqüente à noção moderno-industrial de progresso, observando-se que a racionalidade econômica implícita no modelo mencionado continua a privilegiar o consumismo, reafirmando-se a necessidade de crescimento econômico, à qual apenas se adicionam termos tais como “prevenção da poluição”, “reciclagem”, gestão ambiental, dentre outros.

A análise de várias das experiências apresentadas como sendo capazes de produzir o Desenvolvimento Sustentável, pela possibilidade de harmonização do crescimento econômico com as medidas na direção da melhoria da qualidade de vida para as comunidades envolvidas e a preservação ambiental, demonstra uma realidade onde é possível observar um distanciamento significativo do que é oficialmente enunciado. Essas experiências são realmente eficazes é na adoção de restrições ao uso dos recursos naturais pelas populações locais e na sua funcionalização enquanto mobilizadoras de uma fala única, livre de resistências e

questionamento, a respeito da gestão do capital natural das diversas regiões<sup>15</sup>.

Essa eficácia é demonstrada pela abrangência das estruturas governamentais geradas pela ingerência do capital externo nas regiões definidas como nichos ecológicos, materializada pelo estilo de financiamento internacional de projetos, que tem exigido, como contrapartida estatal, a montagem de instituições para gerir a política ambiental destinadas a instalar os mecanismos de gestão racional dos recursos naturais nas áreas-alvos. Outro indicativo do sucesso dessas experiências como catalisadoras de uma mentalidade e discursos unificados em defesa da natureza<sup>16</sup> é a montagem de redes de projetos em regiões ricas em biodiversidade e recursos naturais, como a Amazônia, e em outras áreas-alvos, definidas como nichos ecológicos mundiais, capazes de, através da articulação de ONGs, Sindicatos Rurais, Cooperativas e outros tipos de entidades, minar, nestas, a antiga tarefa de funcionar como mediadores da interlocução com o Estado, no que se refere à reivindicação de políticas públicas capazes de solucionar os problemas sociais e, por conseguinte, influenciar os níveis de degradação ambiental associados às populações pobres da região.

O discurso ecológico, e sua operacionalização em termos da formulação implícita de uma Política Racional de Gestão dos Recursos Naturais Internacionalizada, apresentada como uma proposta de Desenvolvimento Sustentável e disseminada graças ao oferecimento da “ajuda” internacional em termos de financiamento das ações localizadas, têm transformado as pautas dos movimentos sociais, das instituições públicas de pesquisa, de maneira a produzir o apagamento dos conteúdos ligados ao questionamento do Estado e de suas políticas sociais.

Assim, gradualmente as entidades da sociedade civil se direcionam à reflexão e conscientização a respeito da necessidade de preservar o meio ambiente, definido da maneira mais prejudicial possível à luta pela melhoria de condições de vida das camadas pobres da população urbana e rural das regiões eleitas como alvos da intervenção em busca da “sustentabilidade”: como se estivesse desligado do arranjo das relações sociais sob o qual se definem, inclusive, o

estilo e o ritmo de apropriação da natureza, bem como as estratégias mais gerais de organização da produção econômica, objetivando o crescimento econômico efetivo.

A vantagem de reconhecer no modelo de Desenvolvimento Sustentável não um efetivo novo estilo de desenvolvimento, mas uma articulação teórico e prática no sentido de, inclusive, abrir as fronteiras das regiões classificadas como *nichos ecológicos mundiais* – como por exemplo, a Amazônia –, à ingerência internacional, através da capacidade de impulsionar uma política de gestão dos recursos naturais para as mesmas, é a possibilidade que isso abre no sentido da análise de como são beneficiadas as forças envolvidas.

A partir do dado de que o financiamento externo das experiências anunciadas como produtoras de Desenvolvimento Sustentável não tem, efetivamente, a intenção de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região, mas o de fornecer protocolos oficiais de acesso a uma região definida como possuidora de estoques de capital natural incomensuráveis, é possível suspeitar dos interesses dos “doadores” envolvidos. Instala-se, assim, uma outra lógica de análise, impossível de ser adotada se o pressuposto de que as ações interventivas realizadas na área produziram um desenvolvimento capaz de harmonizar a eficiência econômica, a preservação ecológica e a equidade social, sendo respeitados os interesses das comunidades locais e alcançadas as metas do desenvolvimento regional.

O desvendamento do funcionamento ideológico do discurso ecológico, bem como dos interesses efetivos implícitos na proposta de Desenvolvimento Sustentável abre as portas para uma análise sociológica que considere, diferentemente do que vem sendo realizado tendencialmente na atualidade, as questões ligadas às formas pelas quais se darão o acesso e a disponibilização do capital natural da região, o que envolve uma postura crítica de propostas em discussão tais como, por exemplo, as referentes aos tratados de biodiversidade e a da internacionalização da região amazônica. Isso poderá trazer de volta ao debate as categorias sociológicas tradicionais ligadas à discussão das relações de forças, dos conflitos de

interesses e a abordagem que coloca sob questão os arranjos sociais sob os quais vivem os homens, tanto os do Norte, quanto os Sul, chamados tantas vezes de “povos sem história”, sem que esboçemos, enquanto cientistas sociais, ações capazes de transformar essa classificação apenas numa versão equivocada, etnocêntrica da nossa realidade. Na próxima seção apresentamos algumas reflexões a respeito das tendências principais da abordagem da questão ecológica feita por cientistas sociais no Brasil, propondo finalmente alguns eixos de uma proposta de reformulação *sociologizadora* do debate.

### **O papel dos cientistas sociais na discussão sobre a crise ambiental global e sobre o modelo do Desenvolvimento Sustentável**

Com o objetivo de levantar alguns aspectos da contribuição dos cientistas sociais para o estabelecimento dos contornos do debate a respeito da questão ambiental contemporânea, especialmente em seu aspecto de globalismo ecológico, para finalmente apresentar uma proposta de questões a enfrentar para uma abordagem mais estritamente “sociológica”, apresentamos, inicialmente, uma breve caracterização dos eixos temáticos principais adotados, que têm sido marcados pelo prevalecimento de uma orientação para a “despolitização” da discussão, o que pode contribuir para o agravamento das situações de pobreza, de dependência e exploração às quais amplos setores da população nacional estão submetidos já há tão grande período de tempo.

A tendência hegemônica, em termos da maneira pela qual a maioria dos trabalhos na área das ciências sociais tem focalizado o debate sobre a crise ecológica mundial, tem sido a adoção de estratégias de abordagens que dificultam a construção de uma visão propriamente sociológica da questão. Frequentemente a atuação dos profissionais das ciências sociais tem se reduzido ao papel de meros classificadores de áreas e de mapeadores de identidades culturais em processos avaliativos dos impactos ambientais de projetos de intervenção localizada<sup>17</sup>.

Na maioria dos casos, os sociólogos e antropólogos têm sido convidados a prestar

serviços na área de classificação de terras, no levantamento de impactos sociais de implantação de novas tecnologias em áreas subdesenvolvidas, no levantamento de dados e organização de informações em cadastros de comunidades, atividades que envolvem uma ação mais técnica, tanto em termos de trabalho científico de equacionamento de problemas e de formulação de questões, quanto em referência à elaboração de propostas de intervenções e na efetivação das mesmas.

Enquanto como protagonistas das ações interventivas, os cientistas da área das chamadas ‘ciências exatas’, capazes de medir as condições biofísicas das áreas escolhidas como objeto de intervenção, atuam elaborando modelos matemáticos com o objetivo de “prever para prevenir”, os cientistas da cultura terminam por executar apenas o trabalho de mobilizar as populações para a “participação” nos processos de implantação das transformações na direção da construção da “sustentabilidade”, na maioria das vezes fornecendo um discurso legitimador da ênfase na lógica preservacionista – frequentemente privilegiada, em detrimento das preocupações com a construção da equidade social e do desenvolvimento econômico –, que subjaz aos projetos de “desenvolvimento sustentável” financiados pelo capital internacional.

Esse papel que tem cabido aos cientistas sociais é fruto da maneira pela qual o próprio debate a respeito da crise ambiental se constitui, tendo como pressuposto explícito a necessidade de uma abordagem sistêmica. Essa abordagem, por sua vez, implicaria na imposição da interdisciplinaridade como maneira privilegiada de produzir conhecimento e orientar processos interventivos na direção do enfrentamento da crise ambiental planetária.

No caso específico do objeto da crise ambiental, os cientistas sociais que têm sido seduzidos pelas propostas de estratégias de cooperação interdisciplinar não têm conseguido evitar a hegemonização das ciências bio-físico-químicas nas experiências realizadas, tanto na formulação de projetos, quanto nas experiências de sua implementação, que se desdobra no apagamento da contribuição das ciências sociais em geral, e, espe-

cificamente, da sociologia, que vai, então, assumindo um papel periférico nos processos.

O privilegiamento das variáveis ligadas ao mundo bio-químico-físico é, ele mesmo, um resultado da maneira pela qual o debate sobre a crise ambiental emerge historicamente. Como veremos posteriormente, as linhas gerais da discussão a respeito da problemática ambiental são marcadas pela luta de interesses e pela intenção de proteger privilégios e determinadas maneiras de estruturação das relações de poder ao nível internacional, o que, ao nível da teoria, tem se traduzido na secundarização da reflexão a respeito das relações sociais e dos modelos de sociedade nas quais as mesmas se estabelecem. É significativo o abandono de categorias sociológicas clássicas usadas pelo menos até o fim do terceiro quartel do século XX.

O problema aqui é justamente o assentimento de antropólogos e sociólogos em participar desses processos dessa maneira, aceitando o papel de figuração no cenário da discussão teórica e da implementação de propostas visando ao equacionamento do que se tem definido como o problema da exaustão dos recursos naturais no planeta, o que tem significado a perda do *status* das ciências sociais enquanto aquela que dá sentido à história, a partir de uma prática caracterizada pelo seu caráter crítico. O que podemos encontrar como tendência da produção dos cientistas sociais a respeito da crise ambiental em geral e do Desenvolvimento Sustentável é a aceitação acrítica do conceito – que tem, inclusive, criado as condições para seu estabelecimento como um discurso único –, corroborada por toda uma política de financiamentos executada pelos organismos internacionais e ratificada na proliferação reflexiva de institutos, grupos de pesquisa, cursos de pós-graduação e de órgãos governamentais dedicados ao estudo dessa temática.

Isso aponta para o surgimento e estabelecimento de um conjunto de especialistas no assunto, que vão, gradualmente, abandonando as questões ligadas aos conflitos de terra, à análise dos problemas causados pela estrutura agrária nacional, marcada pelas distorções da preponderância de minifúndios e latifúndios, dentre outros temas tradicionais em termos de sociologia rural, promo-

vendo e disseminando o(s) modelo(s) de Desenvolvimento Sustentável, que passa a ser tanto hiper-citado quanto transformado numa linha de pesquisa “quente”, principalmente em termos de capacidade de captação de recursos financeiros.

Uma outra tendência observada na produção dos cientistas sociais sobre a questão ambiental e especificamente sobre o Desenvolvimento Sustentável é o enfoque micro-localizado. Muitas coletâneas lançadas no Brasil, referentes ao estudo do modelo de desenvolvimento acima citado e das alternativas de enfrentamento da crise ambiental, dedicam-se à apresentação de resultados de ações interventivas implementadas em pequenas comunidades rurais, secundarizando a perspectiva macrosocial – o que resulta na desatenção dada a problemas que somente um visão mais totalizadora permite –, em favor da demonstração dos resultados dos projetos locais específicos, em tentativas desesperadas de provar a efetividade da proposta, em termos da produção dos três eixos do conceito, quais sejam: o da equidade social; o do preservacionismo e o da eficiência econômica.

Vistas essas tendências do debate a respeito do Meio Ambiente em geral, e da sustentabilidade especificamente, realizado no âmbito das ciências sociais no Brasil, propomos na próxima seção um conjunto de pontos a serem considerados num projeto de construção de uma abordagem mais adequada às ciências da sociedade a respeito da temática da Crise Ecológica em suas relações com a questão do desenvolvimento.

### **Pontos sugeridos para uma agenda de pesquisa da sociologia e da ecologia política de questões ambientais**

No sentido da construção de uma abordagem mais genuinamente sociológica da crise ambiental e do Desenvolvimento Sustentável, sugerimos algumas estratégias fundamentais que precisam ser adotadas na análise das temáticas mencionadas, e cujo negligenciamento tem determinado, inclusive, uma contribuição tímida e pouco preocupada com os aspectos estritamente sociológicos, a saber:

(1) Encarar o modelo do Desenvolvimento

como um discurso com funções ideológicas, capaz de articular conceitos e símbolos com o objetivo de mascarar o privilégio de interesses particulares a partir de uma retórica marcada pelas metáforas da inclusão de todos;

- (2) Analisar o modelo de Desenvolvimento Sustentável como uma proposta de **gestão racional dos recursos hídricos**, que implica numa abordagem que permita a visualização clara dos grupos em favor dos quais um determinado modelo de acessibilidade e de uso dos mesmos recursos funciona;
- (3) Focalizar as contradições dos modelos de “participação” propostos nos projetos de intervenção localizada com o objetivo da produção da sustentabilidade;
- (4) Estudar a articulação entre os interesses locais e os dos países e grupos financiadores dos projetos, que inclui, inclusive a necessidade de analisar a constituição de uma rede de projetos e de ações que desmobilizam uma fala da comunidade local – inclusive através de ONGs aparentemente “populares” –, dificultando a articulação e a interlocução da sociedade civil com o Estado, dificultando o levantamento da discussão dos problemas sociais e a adoção de estratégias políticas de defesa dos interesses das populações locais;
- (5) Abordar os eventuais efeitos do discurso que defende o globalismo ecológico, ou da constituição da crise ambiental enquanto um fenômeno planetário, em termos da construção da licença política para a intervenção de países capitalistas desenvolvidos em áreas internas de países subdesenvolvidos e “em desenvolvimento”, desde que classificadas como patrimônio mundial, devido à atribuição que lhes é feita de uma papel significativo na “salvação do planeta”;
- (6) Focalizar a questão dos interesses relacionados com a biodiversidade de áreas como a da Amazônia, que envolve a avaliação dos interesses econômicos internacionais embutidos no discurso da “ecologização” da região;
- (7) Trabalhar para tornar explícita a incoerência de uma Divisão Ecológica Internacional<sup>18</sup> que, embora aparente-

mente respaldada num discurso científico de avaliação da iminente exaustão dos recursos naturais e dos níveis de poluição produzidos pelos modelos de produção e de consumo praticados mais intensamente por países desenvolvidos capitalistas, estabelece uma relação inversa entre a responsabilização pela produção da crise e a responsabilidade de pagar por ela, contribuindo para sua solução;

- (8) Discutir a intocabilidade dos modelos de produção e de consumo praticados nos países do Norte, aliada à proposta de intervenção e de conservadorismo, feita às regiões eleitas como significativas para a preservação do planeta.

### **Especificamente em relação à ecologia política dos Recursos Hídricos**

A reflexão inspirada nas contribuições teóricas da análise sociológica e da Ecologia Política sobre as questões ambientais referidas especificamente ao campo dos recursos hídricos precisa focalizar o que chamarei aqui do *irresistível encanto das micro-ações e da participação popular*. Assim como em outros setores, os discursos de sustentabilidade ambiental hídrica mobilizam símbolos e imaginários referidos ao micro-espço, sendo de fundamental importância pesquisar as transformações no cenário, nos atores, nas ações relativas ao enfrentamento de problemas relativos ao acesso e uso de água nas sociedades contemporâneas.

Questões importantes a serem enfrentadas podem ser, dentre outras, as que apon-tamos a seguir:

- Como é possível a atual configuração das políticas para o enfrentamento de questões ligadas ao abastecimento de água?
- Quais os significados ideológicos da Proposta de Gestão Racional de Recursos Hídricos, atualmente em discussão em muitos países?
- Como se dá a evolução das políticas públicas, da ação coletiva e dos atores envolvidos nas ações de enfrentamento das questões relativas à escassez de água?
- De que maneira elementos relacionados à construção histórica das políticas públicas e da ação coletiva relacionadas com o enfrentamento da escassez de água – tais

como o clientelismo, a utilização política, o privilegiamento de elites – se transformam com a passagem do paradigma do Estado Forte para o Estado Neoliberal?

- Em que medida e como as mudanças do paradigma da Modernidade para o Paradigma da Sustentabilidade se refletem sobre a evolução das políticas públicas e da ação coletiva relacionadas ao enfrentamento dos problemas de abastecimento de água nas sociedades contemporâneas?
- Quais as implicações da crescente mercadorização da água, em termos de disponibilização e acesso ao recurso por parte dos diversos estratos sociais?
- Que conflitos emergem nos processos de participação popular previstos nos Comitês de Bacias?
- Como se dão as lutas de interesses entre corporações, governos e grupos populacionais pelo controle das águas em nível mundial?

## Conclusão

Não pretendemos fechar posição em torno de uma crítica inteiramente negativa do conceito e do(s) modelo(s) de Desenvolvimento Sustentável e das propostas dele resultantes em várias áreas que emergem como objetos da preocupação ambientalista. Nosso objetivo é o de contribuir para provocar um debate a respeito das abordagens que as ciências sociais têm construído a respeito da crise ambiental e das propostas elaboradas para o seu enfrentamento. Nossa perspectiva representa a constituição de uma possibilidade de quebra do consenso que circunda os discursos construídos em torno da questão ambiental e das estratégias de enfrentamento dos problemas ecológicos detectados, que representa, na maioria dos casos, o distanciamento da construção de uma reflexão científica mais produtiva, capaz de fornecer à sociedade como um todo, e não apenas aos grupos dominantes, respostas às questões cruciais tais como a da pobreza em que vivem amplos setores da população mundial, a do subdesenvolvimento, a do acesso a níveis dignos de qualidade de vida, todas referidas à coletividade do planeta, mas incapazes de mobilizar os esforços coletivos para seu enfrentamento.

No caso, trata-se de examinar um novo modelo de desenvolvimento, e algumas propostas de construção da sustentabilidade ecológica em várias áreas, originadas a partir de lugares específicos de poder e de privilégios, com conseqüências de amplo alcance social. Da nossa capacidade de desvendar os interesses implícitos nesse processo e de produzir dele um entendimento o mais claro possível, depende a construção da nossa própria significância enquanto cientistas da sociedade. Nesse sentido, chamamos a atenção dos estudiosos da questão ambiental para as condições sócio-históricas em que emerge esse debate sobre o Desenvolvimento Sustentável e sobre as condições necessárias a sua consolidação enquanto perspectiva orientadora das políticas para o meio ambiente.

Vale a pena relembrar o significado legitimador atribuído ao modelo de desenvolvimento aqui focalizado por centros, institutos, grupos e programas de pesquisa das universidades brasileiras sobre a temática, bem como pela constituição de um corpo de especialistas no tema, absorvendo-o e o reafirmando como um novo projeto social, geralmente de maneira acrítica, curiosamente eliminando das análises produzidas justamente o que é inaceitável eliminar: as questões relativas aos jogos de poder e de interesses, que determinam significativamente as práticas efetivas no mundo real.

Enquanto se alega que a teoria e o modelo de Desenvolvimento Sustentável, bem como as alternativas de enfrentamento das questões ambientais deles decorrentes *estão em construção*<sup>19</sup>, as estratégias e políticas apresentadas como desdobramentos da reflexão que eles provocam vêm manifestando um alto poder de concretização sobre realidades sociais, sem que se alcancem modificações efetivas nos níveis de desenvolvimento econômico, social ou humano. O argumento da provisoriedade e da inconclusão teórico-conceitual do paradigma da sustentabilidade oculta tanto a fragilidade teórica e conceptual dessa noção quanto suas fortes implicações políticas. Com essa observação, afirma-se sua ênfase normativa e intervencionista e sua capacidade de alavancar processos, o que coloca mais um ponto a ser analisado por aqueles cientistas sociais interessados em desvendar os meandros do

debate acima mencionado, a saber, o âmbito das autoridades responsáveis pelas decisões supra-nacionais, nacionais, subnacionais e globais e sua força de atuação sobre pessoas, grupos e instituições, sobre os quais tomam decisões, canalizando e interiorizando o modelo e estratégias formuladas sob o rótulo do Desenvolvimento Sustentável<sup>20</sup>.

## Notas

- <sup>1</sup> Por exemplo: “está nas mãos da humanidade fazer com que o desenvolvimento seja sustentável” (*Nuestro Futuro Común*, 1987, p.29, tradução nossa).
- <sup>2</sup> A própria idéia de “necessidades presentes” é difícil de precisar, já que estas variam de acordo com a região, com a classe social, só para mencionar algumas das possíveis variáveis influenciadoras neste ponto.
- <sup>3</sup> Conforme Rist (1997): “As sugestões são limitadas a uma série de esperanças (por exemplo, de uma maior assistência internacional para projetos de preservação do Meio Ambiente, ou mais recursos para organizações que tratam com problemas ecológicos), ou a apelos solenes por um gerenciamento mais eficiente dos recursos disponíveis. A despeito de suas afirmações de que os problemas precisam ser atacados em sua raiz, a Comissão faz pouco mais do que distribuir recomendações para todos: agências internacionais, governos, ONGs e indivíduos. Todos seus membros estão indubitavelmente preocupados com os problemas, e eles repetem que algo precisa ser feito, mas o que eles sugerem são medidas mais paliativas (reciclagem e racionalização) do que mudanças radicais”.
- <sup>4</sup> Nas sociedades cuja base econômica é industrial, o desenvolvimento torna possível aumentar a produção pelo uso das reservas num ritmo que não depende do tempo necessário para sua reposição, mas do estado de desenvolvimento tecnológico. Naquelas onde a economia é baseada, principalmente, nas florestas, nas plantas e nos animais, as coisas são completamente diferentes. Para estas, a produção somente é incrementada se for respeitado o ritmo de sua recuperação, havendo pouca ou nenhuma possibilidade de armazenamento.
- <sup>5</sup> Como bem colocou Rist (1997): “A principal contradição do Relatório de Brundtland, portanto, é que a política de crescimento proposta como uma forma de reduzir a pobreza e estabilizar o ecossistema dificilmente difere da política que historicamente abriu o hiato entre ricos e pobres e que colocou o meio ambiente em perigo (por causa dos diferentes ritmos de crescimento que podem ser atingidos, dependendo do uso de recursos renováveis ou não renováveis)”.
- <sup>6</sup> Conforme Fernandes (2001).
- <sup>7</sup> Essa tendência é particularmente observada no que se refere à análise da maior parte da produção dos cientistas sociais a respeito da questão ecológica e do modelo de Desenvolvimento Sustentável.
- <sup>8</sup> De acordo com Giddens (1991), a reflexividade como mecanismo estruturante da sociedade determinaria que a mesma seria crescentemente moldada pela possibilidade de circulação de informações através da totalidade do tecido social.

<sup>9</sup> Conceito desenvolvido por Fernandes (2000).

<sup>10</sup> Essa DEI é um exemplo de como embora os problemas ambientais, tais como o da poluição, não respeitem fronteiras nacionais ou regionais, as soluções “globais”, defendidas pelos países desenvolvidos, perpetuam as relações colonialistas de dependência. As imagens das cidades poluídas do Terceiro Mundo – se raciocinarmos em termos de países –, abundam na mídia, sem que se propague e reconheça a responsabilidade dos países do Primeiro Mundo, que consomem 80% do alumínio, do papel do ferro e do aço do mundo; 75% da energia mundial; 75% dos peixes; 61% da carne mundialmente produzida, além de serem responsáveis por 70% da destruição da camada de ozônio através de CFCs (cf. RENNERT, 1997). Embora estejamos analisando o nível de comparação entre países, o raciocínio é o mesmo, quando são propagadas imagens da periferia das cidades em termos de populações distribuídas espacialmente em termos de poder aquisitivo, nas campanhas de “educação ambiental”, em argumentações a respeito da relação entre a degradação ambiental e a pobreza, e nos discursos ideológicos destinados a produzir a adesão dos indivíduos a campanhas de racionalamento do uso de recursos naturais, a exemplo da água, por exemplo, onde os sacrifícios são apresentados como sendo semelhantes para todos.

<sup>11</sup> Chega a ser irônica a proposição de que os países pobres (ou os indivíduos pobres) do mundo precisem ser “austeros” em seu uso dos recursos naturais, enquanto as nações ricas (e os indivíduos ricos) continuem a desfrutar de altos padrões de vida, inclusive somente possibilitados pela austeridade das nações pobres (ou dos indivíduos pobres).

<sup>12</sup> Embora não possamos discutir neste trabalho esses três elementos e sua relação com as tendências neocolonizadoras presentes em muito das políticas ambientais mundiais atualmente em processo de implementação, recomendamos o excelente artigo de Banerjee (2001), intitulado *Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Revention of Nature*, sobre o tema.

<sup>13</sup> Nesse sentido, Mies & Shiva (1993) comentam os riscos de que o ambientalismo tenha efeitos similares aos do “desenvolvimentismo”: ao invés de fortalecer as populações camponesas, indígenas, geralmente parcelas pobres da população em todo o mundo, as políticas ambientais conservacionistas transferem o controle dos direitos e dos recursos para instituições nacionais e internacionais de financiamento.

<sup>14</sup> Conforme Gladwin *et al.* (1995), *apud* Banerjee (2001, p.7)

<sup>15</sup> É possível encontrar projetos dos mais variados tipos, anunciados como sendo “de Desenvolvimento Sustentável”. Desde um Projeto de Beneficiamento de Babaçu – atingindo 14 famílias, num total de 300 residentes na comunidade atingida –, passando por outro de Alfabetização de Adultos, bem como um de construção de 1 milhão de cisternas em estados do Nordeste do Brasil. Para uma análise perspicaz de como quase tudo pode ser incluído como projeto de Desenvolvimento Sustentável, sem que se observe efetivamente os sinais do que é definido como desenvolvimento no âmbito desse conceito, ver a tese de Fernandes (2001), que teve como *corpus* de estudo empírico uma signifi-



cativa área da Amazônia Brasileira.

<sup>16</sup> Como se a realidade nessa área não fosse também determinada pelos fatores econômicos, políticos e sociais, que mereceriam atenção, pelo menos, equivalente, e eram objeto de mobilização popular nos períodos anteriores à emergência avassaladora da preocupação ambiental na região.

<sup>17</sup> Redclift (1995) já menciona uma certa forma de integração dos cientistas sociais nos projetos de avaliação e gestão ambiental muito próxima da atividade dos assistentes sociais, que, embora não deva ser desvalorizada, significa uma redução da abrangência do papel a ser desempenhado pelos cientistas sociais no enfrentamento das questões envolvidas na relação entre sociedade e meio ambiente.

<sup>18</sup> Conforme FERNANDES (2001).

<sup>19</sup> Isso sempre que é objeto de quaisquer críticas.

<sup>20</sup> Dois exemplos disso seriam, em primeiro lugar, a transferência do Tratado de Cooperação Amazônica, de Manaus para Brasília, dentro da proposta de fortalecimento institucional do PPG7; em segundo, o reconhecimento do fato de que agências supra-nacionais operam e formulam programas de cooperação e de formação, sob o rótulo do Desenvolvimento Sustentável, utilizando como critério de aprovação dos projetos o compromisso e a relação discursiva com este modelo.

## Referências

BANDYOPADHYAY, J. & SHIVA, V. Political Economy of Ecologic Movements. In: **Dossier IFDA**, n. 71, maio/junho de 1989.

BANERJEE, S. B. *Who Sustains Whose Development? Sustainable Development and the Reivention of Nature*. Cópia digitada, 2001.

BANERJEE, S. B. Globalisation, Sustainable Development and ecology: a critical examination. In: C.P. RAO (ed.). *Globalization, privatization and the market economy*. Connecticut: Quorum Books, 1998.

BEDER, S. *Revoltin* developments: the politics of sustainable Development. In: *Arena Magazine*. [s.l.], June-July, 37-39, 1994.

COMISSION MUNDIAL DEL MEDIO AMBIENTE Y DEL DESAROLLO. *Nuestro Futuro Común*. Madrid: Espanha, 1987.

FERNANDES, M. *Implicações teóricas e práticas do Desenvolvimento Sustentável: um estudo do projeto piloto para a proteção das florestas tropicais - PPG7*. Tese de Doutorado - PPGS/UFPE, 2001.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A. et al. *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1998. p. 73-133.

GLADWIN, T. N.; KENNELLY, J. J. & KRAUSE, T. Shifting paradigm for sustainable development: implications for management theory and research. In: *Academy of Management Review*, 20/4, 1995. p. 874-907.

HART, S. L. Beyond greening: strategies for a sustainable world. In: *Harvard Business Review*, p. 7-76, January/February, 1997.

LATOUR, B. *Jamais fomos modernos*. Tradução de Carlos Irineu da Costa. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LYOTARD, J.-F. *A Condição pós-moderna*. Tradução de Ricardo Corrêa Barbosa. 3.ed. Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1988.

MIES, M. & SHIVA, V. *Ecofeminism*. Melbourne: Spinifex Press, 1993.

PEARCE, D., MARKANDIA, A. & BARBIER, E.B. *Blueprint for a green economy*. London: Earthscan, 1989.

REDCLIFT, M. *Sustainable Development: Exploring the Contradictions*. Londres: Methuen, 1987.

RENNER, M. *Fighting for survival: environmental decline, social conflict and the new age of insecurity*. London; Earthscan Publications, 1997.

RIST, G. *The History of Development: from Western Origins to Global Faith*. New York: Zed Books, 1997.

SACHS, W. (Ed.) *Dicionário do Desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes, 2000.

SHIVA, V. *Biodiversity: Social and Ecological Perspectives*. London: Zed Books, 1991.

VISVANATHAN, S. Mrs Brundtland's disenchanted cosmos. *Alternatives*, 16/3, p. 377-384, 1991.



## A valoração econômica da água - uma reflexão sobre a legislação de gestão dos recursos hídricos do Mato Grosso do Sul

The economic valuation of the water - a reflection on the legislation of management of the hídricos resources of the Mato Grosso do Sul

*La valorisation de l'eau - une réflexion sùr la législation de la gestion des resouces hydiques du Mato Grosso do Sul*

*La valoración econômica del agua - uma refléxion sobre la legislación de la gestión de los recursos hídricos de Mato Grosso do Sul.*

Valéria Cristina Palmeira Zago

Recebido em 6/9/2006; revisado e aprovado em 30/11/2006; aceito em 2/2/2007.

**Resumo:** O valor econômico da água ainda não foi devidamente compreendido pela sociedade, especialmente em regiões que, aparentemente, não há restrições quantitativas. Para que a cobrança seja vista como um instrumento de gestão, em benefício da sociedade, deverá haver um amplo processo de conscientização, com posterior mobilização popular, fazendo-se representar, os diversos setores desta, em organismos de bacia, para as discussões sobre a gestão dos recursos hídricos.

**Palavras-chave:** Cobrança; recursos hídricos; Mato Grosso do Sul.

**Abstract:** The economical value of water has not been understood yet by society, mainly where quantitative restrictions do not exist. Thus, in order to make the water use fee an instrument of environmental management, bringing benefits to all society, there must be an extensive process of elucidation, with popular mobilization through its diferent sectors organized in basin committees to discuss the management of hydric resources.

**Key words:** Water use fees; hydric resources; mobilization.

**Résumé:** Le valeur économique de l'eau n'a pás encore dûment compris por la société, spécialement em régions que, apparemment, il n'y a pás de restrictions quantitatives. Pour que le recouvrement soit vu comment um instrument de gestão, em bénéfice de la société, on devra avoir um ample proc'rss dr conscientisation, avec postérieur mobilisation populaire, à trav'res de la réprésentations des plusieurs sectuers de la société, em organismes de bassin, por les discussions sùr la gestão des ressources hydiques.

**Mots-clé:** Recouvrement; ressources hydiques; Mato Grosso do Sul.

**Resumen:** El valor econômico del agua aún no fue adecuadamnet comprendido por la sociedad, especialmente em regiões que, aparentemente, no hay restricciones cuantitativas. Para que el pagamento sea visto cómo un instrumento de gestão, em benefício de la sociedad debrá haber uma conscientización, com posterior mobilización de la población, haciendose por representar, los diversos sectores de esta, en organismos de bacia, para las discusiones sobre la gestión de los recursos hídricos.

**Palabras clave:** Pagamiento; recursos hídricos; Mato Grosso do Sul.

### Introdução

O termo "racionalização" tem-se tornado bastante corrente em nossa sociedade nas últimas décadas. Os problemas vivenciados pelos brasileiros como a escassez de água no Nordeste e Norte ou as inundações no Sul do país, são reflexos ou mesmo conseqüências, dos progressivos desequilíbrios ambientais, dados pela intensa utilização dos recursos naturais, como meios de produção ou pela degradação destes, geradas pela poluição.

No entanto, a sociedade, pela sua complexidade política, econômica e social, adia a discussão sobre o impasse do modelo eco-

nômico vigente, que prenuncia perspectivas nada animadoras, caso não sejam revistos os padrões de desenvolvimento. É óbvio que sem a preservação e recuperação do meio ambiente, não há adequada condição de vida no planeta, porém, ainda prevalece a "ilusão da abundância ou da inesgotabilidade".

No Brasil supõe-se que a água jamais será problema. Ledo engano. Atualmente já o é. O país tem as maiores reservas de água doce do mundo, só proporcionais às suas taxas de desperdício: 40% na rede pública. Mas a distribuição geográfica irregular e a urbanização crescente pressionam o abastecimento deficiente. O mau uso também pres-

Engenheira Agrônoma. Profa. Dra. Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia - UFMS.

siona as reservas: há crescente contaminação de agrotóxicos, mercúrio dos garimpos e lixo. No Brasil, rio é sinônimo de lixo: 63 % dos 12 mil depósitos de lixo são corpos d'água. E como a água não é tratada, 63 % das internações pediátricas e 30 % das mortes infantis com menos de um ano devem-se à falta de saneamento básico. Um problema leva a outro: poluição das águas, morte dos rios, morte das pessoas (LIMA, 2002).

A capacidade de autodepuração da natureza é limitada e só ocorrerá, caso o ecossistema possa ser preservado da contínua degradação ambiental. Contudo, o que tem ocorrido é justamente o contrário, ou seja, a saturação máxima do sistema, tornando-o insustentável, desconsiderando-se as múltiplas inter-relações bióticas e abióticas existentes.

As medidas mitigadoras da degradação dos recursos naturais, que alguns países vêm adotando são diversificadas, principalmente, frente às diferentes realidades em que estão inseridos. Muitas experiências têm sido positivas, outras nem tanto, porém cada situação é única e tem suas inerentes complexidades a serem avaliadas. Entretanto, a valoração da água tem sido quase uma unanimidade entre os países que já a adotaram ou estão em processo de, já que a mesma tem sido cercada de muita polêmica dentre os diversos setores econômicos utilizadores deste recurso.

## 1 Valoração econômica do uso dos recursos hídricos

Todos os processos produtivos são dependentes dos recursos naturais, em maior ou menor expressão. Com o aumento demográfico e maior expectativa de vida, a utilização e a degradação dos recursos ambientais intensificaram-se no último século. Segundo VIANNA et al. (1994), são as distintas formas de se relacionar economicamente com o ambiente, que caracterizam a transformação da natureza em recursos naturais.

Um dos recursos que tem recebido maior impacto é a água. As pressões sobre os recursos hídricos estão diretamente relacionadas ao modelo de desenvolvimento econômico, que se expressa pelo nível de con-

sumo da sociedade e pela predominância regional de atividades econômicas distintas. À medida que a água bruta torna-se um recurso hídrico, devido à demanda de atividades antrópicas, também cresce o conflito em torno de sua apropriação e uso, adquirindo valor, pois se torna um bem econômico (BORBA & MERCANTE, 2001).

Dados atuais mostram que o consumo *per capita* de água é desigual entre as economias mundiais, no Brasil, que possui a maior disponibilidade hídrica do planeta - 13,8 % do deflúvio mundial - considerando a diversidade de predominância das atividades econômicas, a derivação social da água está distribuída em 61,2 % do consumo pelo setor agropecuário, 20,8 % por uso doméstico e 18 % para uso industrial (FREITAS & SANTOS, 1999).

Diante da constatação de que o uso intenso dos recursos naturais nas atividades de produção e consumo nos países industrializados estava ocasionando a degradação desses recursos, sem que houvesse a correspondente contabilização da perda coletiva por isso, no sistema de preços, o princípio poluidor-pagador começou a ser adotado pelos países-membros da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico), no início da década de 70 (CORDEIRO NETTO, 1999, citado por BROCH, 2001).

O modelo francês de gestão de recursos hídricos tem sido a principal referência para a construção do arcabouço da legislação brasileira. A cobrança tem sido o instrumento de gestão de regulamentação mais conturbada.

Uma das alegações contrárias à cobrança do uso da água é a sua categorização como mais um imposto. Mas, na realidade, a cobrança difere do tributo - imposto na legislação brasileira por vários princípios, entre eles, o da não vinculação da receita. O imposto, como uma forma de tributo prevista na Constituição Federal, não pode ter destinação pré-definida, fazendo parte das receitas derivadas do Estado. A cobrança pelo uso dos recursos hídricos, conforme disposição legal, deverá ser aplicada nos planos e programas aprovados no Plano de Recursos Hídricos pelo respectivo Comitê da Bacia Hidrográfica, onde foram arrecadados os recursos (PAIVA, 2001).

Conforme a Lei n. 9.433/97, os recursos arrecadados com a cobrança devem ser aplicados, prioritariamente, na bacia hidrográfica em que foram gerados, e deverão ser utilizados para: financiamento de estudos, programas, projetos e obras incluídos nos Planos de Recursos Hídricos; implantação e custeio administrativo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (para estas despesas, só poderão ser utilizados até sete e meio por cento) e; em projetos e obras que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão de um corpo d'água.

Em muitos países, como no Brasil, as águas públicas são consideradas bem inalienáveis, outorgando apenas o direito de uso. Cobra-se, geralmente, a remuneração dos serviços ligados a seu fornecimento, como a adução, o transporte, a distribuição ou regularização. Por esse motivo, o que é visado não é o valor material do bem econômico, mas o do direito à sua utilização (BROCH, 2001).

Ainda deve ser ressaltado, de forma a evitar confusões, o real objeto dessa cobrança. Ele consiste na cobrança de valores monetários em função da utilização dos recursos hídricos por quem é detentor da outorga nos direitos de uso. A cobrança não será efetuada contra o consumidor da prestação de serviços de tratamento, de abastecimento, de coleta e esgotamento de dejetos (rede de esgotos), mas daqueles que utilizam os recursos hídricos por meio de captação direta dos corpos d'água, incluindo em sua atividade econômica, ou daqueles que os utilizam em sua atividade econômica para, posteriormente, esgotá-lo diretamente no corpo d'água (exemplos: produtores rurais, companhias de abastecimento, empresas geradoras de energia elétrica, indústrias, etc.) (VETORATTO, 2004).

## **2 Retrospectiva histórica das discussões sobre a política estadual de recursos hídricos**

O principal setor econômico do Estado de Mato Grosso do Sul é a agropecuária. Nos últimos anos, as culturas agrícolas irrigadas têm crescido, aumentando de 55.600 ha (1996) para 61.400 ha (1998), onde os métodos mais utilizados têm sido aqueles alta-

mente consumidores de água, como o pivô central e a irrigação por inundação (CRISTOFIDIS, 1999 citado por BROCH, 2001).

Já o setor industrial engloba 13 % da população ativa e, de acordo com as características vocacionais do Estado, as agroindústrias sobressaem entre as demais atividades industriais implantadas: matadouros, frigoríficos, abatedouros de aves, graxarias, farinhas, fecularias, laticínios, curtumes, fabricação de bebidas, usinas de açúcar e álcool (BROCH, 2001).

Sabe-se que a atividade econômica que mais consome água é a irrigação de culturas agrícolas, graças às elevadas perdas provocadas pela evapotranspiração. Em termos mundiais, a agricultura utiliza 69% da água disponível, a indústria consome 23% e as residências 8%. Em países em desenvolvimento, a utilização de água pela agricultura chega a atingir 80% (BANCO MUNDIAL, 1994). Na irrigação, o uso consuntivo é elevado, alcançando até 90%; além de carrear agrotóxicos e fertilizantes, poluindo águas superficiais e subterrâneas (BORSOL & TORRES, 1997).

Segundo Martins *et al.* (2001), sendo um dos parâmetros para a cobrança do uso da água, a quantidade demandada e a qualidade dos efluentes lançados pelos usuários, a agricultura – principal depositária de efluentes químicos e orgânicos sobre corpos d'água em todo o mundo e principal captadora de recursos hídricos – será, portanto, um dos setores mais afetados por essa nova estratégia de racionalização do recurso, razão pela qual tal legislação tem suscitado intranquilidade para o conjunto dos agricultores.

Nas experiências internacionais de valoração dos recursos hídricos, os usuários agrícolas têm se destacado como os principais opositores à criação de legislação que regulamente a cobrança. O *lobby* político dos agricultores – principalmente nos países europeus – transformou-se muitas vezes em impasse político, requerendo então negociações setoriais que resultaram na criação de diversas alternativas de subsídios (WORLD BANK WATER DEMAND RESEARCH TEAM, 1993).

Da mesma forma, nos Estados brasileiros, a discussão em torno da cobrança tam-

bém tem refletido os interesses econômicos dos setores dominantes e fortemente representados politicamente.

O Mato Grosso do Sul foi um dos últimos Estados a sancionar a lei de Recursos Hídricos. O processo de discussão foi iniciado em novembro de 1998, quando a Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA) propôs, em caráter de urgência, um projeto de Lei instituindo a Política Estadual de Recursos Hídricos. Nessa ocasião, houve uma audiência pública tratando sobre os dispositivos constantes no referido Projeto de Lei.

A audiência pública foi confusa, polêmica e, as informações referentes à gestão dos recursos hídricos estaduais foram insuficientes. Vários interesses da iniciativa privada e pública foram engendrados no processo da discussão do projeto de lei, gerando várias contraposições, principalmente, por parte do setor agropecuário do Estado, que se opôs radicalmente contra a “cobrança da água” (BROCH *et al.*, 2001).

A SEMA reformulou a proposta após reavaliação do projeto de lei anterior, por meio de amplo trabalho técnico e contratação de consultoria especializada, com recursos do projeto ALTO PARAGUAI (SRH/GEF/PNUMA/OEA), subprojeto 6.1 – *Desenvolvimento de um programa de informação pública na Bacia do Alto Paraguai*. Propuseram – se atividades que tinham por objetivo incrementar a participação das comunidades municipais no gerenciamento ambiental da BAP, através da informação e conscientização dos usuários.

Estas ações foram iniciadas em maio de 2000, com a apresentação da nova minuta de lei em audiência pública na Assembléia Legislativa – Campo Grande/MS e no município de Porto Murtinho, no dia 20 do mesmo mês. Dentre os setores da sociedade, aquele que se mostrou mais organizado e uníssono sobre o assunto foi o setor agropecuário. No entanto, devido à paralisação temporária das atividades do Projeto GEF Alto Paraguai, houve uma interrupção das ações de divulgação e mobilização popular nos municípios da BAP, programadas no sub-projeto 6.1.

Estas ações incluíam a apresentação de palestras e distribuição de material informativo, tais como cópias da minuta da lei estadual, folders e cartilhas onde seriam apre-

sentados dados relativos à importância ambiental, social e econômica da água (BORBA, 2005, comunicação pessoal).

Após dois anos de discussões e trâmite na Assembléia Legislativa, a Política Estadual de Recursos Hídricos, foi aprovada pela Lei n. 2.406, em 29 de janeiro de 2002. A lei estadual procurou seguir como modelo, a estrutura da Lei Federal n. 9.433/97, respeitando-se as finalidades, os princípios, as diretrizes e os instrumentos. Todavia, diferentemente das leis estaduais de Recursos Hídricos existentes até então, as seções que tratam sobre a outorga e a cobrança ficaram em vários aspectos em desacordo com a legislação federal.

A Lei n. 9.433/97 estabelece que “o regime de outorga de direito ao uso dos recursos hídricos tem por objetivo assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos das águas e o efetivo exercício dos direitos de acesso à água”. Estão sujeitos à outorga, dentre outros, “a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento Público ou insumo de processo produtivo”.

O artigo 20, da lei federal, vincula a cobrança à outorga: “Serão cobrados os usos de recursos hídricos sujeitos a outorga”, além do que, “Independente de outorga, dentre outras, as derivações, captações e lançamentos considerados insignificantes”, e deixa claro no artigo 38 que, “Compete aos Comitês de Bacia Hidrográfica, no âmbito de sua área de atuação, propor ao Conselho Nacional e aos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos as acumulações, derivações e lançamentos de pouca expressão, para efeito de isenção da obrigatoriedade de outorga de direito de uso de recursos hídricos, de acordo com os domínios destes.”

A lei estadual nº 2.406/02, ao mesmo tempo em que preconiza a importância da cobrança como instrumento de gestão e traça como objetivos, reconhecer a água como bem econômico e dar ao usuário uma indicação de seu real valor; incentivar a racionalização do uso da água, dentre outros de igual importância; considera como insignificantes e serão isentos da cobrança pelo direito de uso da água as capacitações e derivações empregadas em processo produtivo agropecuário (art. 19 e 20).

Para que não haja dúvidas quanto à necessidade de isenção do setor agropecuário empresarial, a lei reitera nos artigos 23 e 24, respectivamente: "As agroindústrias que dispuserem de sistemas próprio de captação, tratamento e reciclagem de água, com projetos aprovados pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente, Cultura e Turismo, serão isentos da cobrança pelo direito de uso da água" e "Os produtores rurais que mantiverem sistema de irrigação de lavouras, estarão isentos da cobrança pelo direito do uso da água, desde que comprovado o aumento da produtividade agrícola do beneficiado e a não poluição da água".

Um dos maiores problemas nestas emendas apresentadas ao projeto de lei e sancionadas pela Assembléia Legislativa, constituindo agora o escopo da Política Estadual de Recursos Hídricos, é o enfraquecimento dos Comitês de Bacias Hidrográficas, fórum dos municípios e seus setores representativos. Os comitês devem, conforme disposto na legislação federal, elaborar o plano de gestão dos recursos hídricos da bacia, onde constaram todas as diretrizes que nortearam o uso dos demais instrumentos, como outorga e cobrança.

Até o presente momento, para as ações relacionadas à gestão de recursos hídricos, o Mato Grosso do Sul conta apenas com a participação de um comitê de bacia hidrográfica (Comitê de Bacia do Rio Miranda) e um consórcio intermunicipal, que representam embriões para a implantação do Sistema Estadual de Recursos Hídricos. Recentemente, foi regulamentado o Conselho Estadual dos Recursos Hídricos (decreto 11.621 de 1º de junho de 2004), composto por diversos segmentos da sociedade civil.

Espera-se que, com a representação democrática no Conselho Estadual, haja um debate mais aprofundado sobre estes aspectos contraditórios da lei estadual. Surpreende não haver, até então, um posicionamento dos órgãos jurídicos do Estado quanto às divergências da lei estadual frente à lei federal. De acordo com os preceitos jurídicos, a legislação dos Estados - Membros devem independentemente do assunto a que se refere, atentar as diretrizes federais, podendo quando necessário, ser mais restritiva que aquela.

O reconhecimento do valor econômico da água é o principal indutor ao uso raci-

onal desse recurso natural, servindo de base para a instituição da cobrança pela utilização dos recursos hídricos, levando ao equilíbrio entre a oferta e a demanda. O modelo de gestão brasileira possibilitará, como já ocorre em outros países, a adoção ou busca de tecnologias mais limpas e que proporcionem, conseqüentemente, maior sustentabilidade dos processos produtivos. Especificamente, no caso dos irrigantes, poder-se-ia, mudar o manejo da água, modificar as técnicas de irrigação, etc, diminuindo desta forma, os impactos ambientais da atividade, conduzindo a melhorias para toda a sociedade.

Infelizmente, a deformação conceitual inserida na organização sócio-política brasileira distancia o cidadão de uma atitude de responsabilidade perante o processo de elaboração de políticas públicas e da legislação que as regulamentam (AGUIAR, 1994). Este fato faz com que aqueles setores, em geral, organizados segundo os fortes interesses políticos - econômicos tenham oportunidade de exporem e fazerem valer suas opiniões e ainda, formando opiniões nos demais setores, muitas vezes em detrimentos de outras visões, que realmente, os beneficiariam.

Contudo, à medida que os usuários têm a oportunidade de ampliar o nível de informação e a consciência do impacto das ações públicas em sua vida, aumenta a percepção do sentido de eficácia política e o reconhecimento de alternativas possíveis, além de ampliar a identificação de sujeitos semelhantes, promovendo a formação de grupos, nos quais aumenta a possibilidade de organização e fortalecimento sócio-político (LA PALOMBARA, 1982).

Segundo Borba & MERCANTE (2001), a participação social é, ao mesmo tempo, meta e meio, pois, em acordo com os pressupostos adotados para as ações educativas, o processo é tão importante quanto o resultado. Ou seja, a aprendizagem da participação é um dos maiores incentivos à capacidade humana de gerar e viabilizar análises e soluções, contribuindo para, efetivamente, construir um espaço democrático, como se pretende que seja o Comitê de Bacias Hidrográficas.

## Conclusões

A restrição do conhecimento aos interiores dos muros acadêmicos, a manipulação da mídia (em sua maioria, principal divulgadora dos jargões políticos dos setores economicamente mais fortes), a cooptação do paradigma do “desenvolvimento sustentável” nos discursos e programas políticos, sem efetivá-los no projeto e planejamento de desenvolvimento do país, fazem com que as alternativas já existentes para a maioria dos problemas ambientais, fiquem esquecidos.

Portanto, é muito difícil para a nossa sociedade, assumir o valor econômico da degradação provocada pelas atividades antrópicas. No entanto, só através de ações de educação ambiental, que socialize as informações existentes, conduzindo a conscientização, possibilitará a intervenção efetiva da sociedade civil, quanto ao que realmente deseja para si e sua comunidade.

## Referências

- AGUIAR, R. *Direito do meio ambiente e participação popular*. Ministério do Meio Ambiente. Brasília-DF, 1994.
- BANCO MUNDIAL. *La ordenación de los recursos hídricos*. 1994.
- BORBA, S. & MERCANTE, M. A Pressupostos teóricos para a promoção da participação social no processo de gestão de recursos hídricos em Mato Grosso do Sul. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. *Anais...* Foz do Iguaçu-PR, 2001.
- BORSOL, Z.M.F & TORRES, S.D.A. A política de recursos hídricos no Brasil. *Revista BNDES*, n. 8, 1997. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/rev\\_10a6.asp](http://www.bndes.gov.br/conhecimento/publicacoes/catalogo/rev_10a6.asp)>. Acesso em: 05 nov. 2005.
- BROCH, S. A. O. *Desenvolvimento sustentável de Mato Grosso do Sul: O desafio da gestão integrada dos recursos hídricos*. 151p. Tese de Mestrado – Universidade de Brasília - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília-DF, 2001.
- FREITAS, M.V. de; SANTOS, A H. M. Importância da água e da informação hidrológica. In: FREITAS, M.A.V. de (Org.). *O estado das águas no Brasil*. Brasília-DF: ANEEL, SIR,MMA,SRH, 1999.
- LA PALOMBARA, J. *A política no interior das nações*. Ed. Universidade de Brasília-DF, 1982. (Coleção Pensamento Político, v.60).
- LIMA, E. *Recurso estratégico do século: água*. Disponível em: <<http://www.cnpma.embrapa.br/novidades/agua>>.
- MARTINS, C. R, VALENCIO, N.F.L.da S.; LEME, A. A valoração dos recursos hídricos e impasse sócio-ambiental na agricultura paulista: alguns desafios para a gestão de políticas públicas. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. *Anais...* Foz do Iguaçu-PR, 2001.
- PAIVA, M.de F. A. A cobrança pelo uso da água como incentivo à redução dos níveis de poluição hídrica. In: IV CONGRESSO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS. *Anais...* Foz do Iguaçu-PR, 2001.
- VETORATTO, G. A cobrança pelo uso dos recursos hídricos como instrumento estadual de política macroeconômica. In: 23ª Procuradoria de Justiça Criminal de Goiás. Caderno de Doutrina - Ambiental. 2004. 11 p. Disponível em: <<http://www.serrano.neves.com.br>>. Acesso em: 04 nov. 2005.
- VIANNA, et al. *Educação ambiental: uma abordagem pedagógica dos temas da atualidade*. 2.ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Informação – CEDI, 1994 (WORLD BANK WATER DEMAND RESEARCH TEAM, The demand for water in rural areas : determinants and policy implications. *Research Observer* 8 (1), 1993).



# O Protocolo de Kyoto e a geração de energia elétrica pela biomassa da cana-de-açúcar como mecanismo de desenvolvimento limpo

The Kyoto Protocol and the electric power generation for sugar-cane biomass as clean development mechanism

*Le Protocole de Kyoto et l'engendrement de l'énergie électrique pour la biomasse de la canne à sucre comment mécanisme de développement net.*

*El Protocolo de Kyoto y la generación de energía eléctrica por la biomasa del caña de azúcar como el mecanismo de desarrollo limpio*

Luiz Augusto Meneguello\*  
Marcus Cesar Avezum Alves de Castro\*\*

Recebido em 30/7/2006; revisado e aprovado em 16/11/2007; aceito em 26/1/2007.

**Resumo:** Este artigo faz uma breve explanação sobre as causas do aquecimento global e suas conseqüências para o clima na Terra e apresenta as exigências necessárias às usinas de açúcar e álcool para a apresentação de projetos com vistas a sua classificação como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo conforme estabelecido pelo protocolo de Kyoto. Também faz uma análise das possibilidades de aumento da mitigação dos gases do efeito estufa através da modernização dos processos de produção nas empresas do setor sucroalcooleiro.

**Palavras-chave:** Biomassa; energia; Protocolo de Kyoto.

**Abstract:** This article makes an short explanation on the causes for global heating and their consequences for the climate in the Earth and it presents the necessary demands to the sugar and alcohol mills for the presentation projects with views its classification as Clean Development Mechanisms accordingly established for Kyoto Protocol. It also makes an analysis of the possibilities to increase the mitigation of the greenhouse gases through the modernization of the production processes in the sugar and alcohol mills.

**Key Words:** Biomass; energy; Kyoto Protocol.

**Résumé:** Ce article fait une brève explication sûr les causes du chauffage global et ses conséquences pour le climat dans la Terre et se presente les exigences nécessaires à les usines de sucre et alcool pour la présentation de projet avec vues a as classification comment mécanisme de développement net selon établi pour le protocole de Kyoto. Aussi il fait une anlyse des possibiltés d'augment des mitigations des gazes d'efct étuve a través de la modernisation des proccéss de production dans les entreprises du secteur sucrealcooleique.

**Mots-clé:** Biomasse; energie; Protocole de Kyoto.

**Resumen:** Este artículo hace una explicación corta en las causas para el calintamiento global y sus consecuencias para el clima en la Tierra y presenta las demandas necesarias para la industria del azúcar y alcohol presentar sus proyectos a fin de obtener su clasificación como Mecanismos de Desarrollo Limpios establecidos por el Protocolo de Kyoto. También hace un análisis de las posibilidades de aumentar la mitigación de los gases de el efecto estufa por medio de la modernización de los procesos de producción en la industria del azúcar y alcohol.

**Palabras clave:** Biomasa; energía; Protocolo de Kyoto.

## Introdução

A produção de energia é uma atividade normalmente agressiva ao ambiente. Os países que não possuem recursos hídricos, e outras fontes renováveis de energia como as existentes no Brasil, geralmente obtêm a energia para o conforto das populações e para o desenvolvimento de suas atividades econômicas por meio da queima de combustíveis fósseis, que provocam o aumento de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera.

Segundo Pearce (2002), a queima dos combustíveis fósseis se intensificou após a revolução industrial e atingiu níveis ainda maiores, depois da década de 1970, fazendo com que a concentração de dióxido de carbono na atmosfera passasse de 270 ppm (partes por milhão) na época anterior à revolução industrial, para 370 ppm nos dias atuais. Esta concentração juntamente com outros gases tem intensificado o fenômeno conhecido como efeito estufa. De acordo com o autor o efeito estufa é um fenômeno natural provocado

\* Mestrando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA. (mestrado@uniara.com.br).

\*\* Professor Doutor do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente do Centro Universitário de Araraquara - UNIARA. (mestrado@uniara.com.br).

pelos gases conhecidos como “Gases do Efeito Estufa – GHG (*Green House Gas*)”, que envolvem a Terra e fazem com que parte do calor emitido pelo Sol que chega à superfície terrestre seja retido na atmosfera e mantenham o planeta aquecido. Sem este efeito, a Terra congelaria, porém o problema que se enfrenta atualmente é consequência da intensificação deste fenômeno provocada pelo aumento descontrolado dos Gases do Efeito Estufa na atmosfera, com um conseqüente aumento da temperatura global. O autor relata ainda que este aquecimento global tem provocado mudanças climáticas cada vez mais intensas causando sérios riscos às populações devido a fenômenos como derretimento de geleiras seguido do aumento do nível dos oceanos, tempestades cada vez mais intensas, desertificações em áreas antes produtivas e um maior número de descargas atmosféricas em determinadas regiões da Terra.

Para Scarpinella (2002), o efeito estufa é um fenômeno natural que possibilita a vida na Terra. Este efeito torna a Terra um planeta habitável para a humanidade com uma média de temperatura de 15°C. Se não houvesse essa camada de gases, a superfície terrestre poderia sofrer grandes variações, dificultando a sobrevivência de muitas formas de vida. O autor relata que os principais gases causadores do efeito estufa e suas porcentagens na atmosfera são conforme o indicado na Tabela 1.

Tabela 1 - Gases do Efeito Estufa – GHG (SCARPINELLA, 2002).

Gás do efeito estufa - GHG	%
Dióxido de carbono – CO <sub>2</sub>	55
Clorofluorcarbono – CFC	20
Metano – CH <sub>4</sub>	15
Óxido Nitroso – N <sub>2</sub> O e outros	10

Ainda segundo Scarpinella (2002), existem outros gases que provocam o efeito estufa, porém com concentração bem menor na atmosfera, são eles o hidrofluorcarbono (HFC), perfluorcarbono (PFC) e o hexafluoreto de enxofre (SF<sub>6</sub>). O autor afirma que a principal atividade humana geradora dos Gases do Efeito Estufa é a produção de energia com 57 % das emissões.

Pearce (2002), relata que a humanidade vem a cada dia aumentando sua preocupação com os fenômenos ligados às alterações climáticas e um dos primeiros esforços, em nível mundial, para tentar barrar estas mudanças ocorreu em 1992 no Rio de Janeiro quando se realizou a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança Climática, patrocinada pela “Organização das Nações Unidas – ONU”. Naquela convenção as nações industrializadas concordaram em estabilizar suas emissões de poluentes nos níveis de 1990 durante dez anos. Porém, segundo o autor, muitas nações não cumpriram a meta.

Rocha (2003), relata que em 1997 ocorreu um encontro em Kyoto no Japão, também patrocinado pela ONU, onde se elaborou um documento conhecido como Protocolo de Kyoto em que os 20 países industrializados mais poluidores se comprometiam a reduzir seus níveis de emissão de Gases do Efeito Estufa em 5,2%, em média em relação aos níveis de emissão observados em 1990, no período entre 2008 e 2012 (definido como primeiro período do compromisso). O autor relata que para que os países industrializados consigam atingir suas cotas de redução de Gases do Efeito Estufa criou-se um dispositivo chamado de “Mecanismo de Desenvolvimento Limpo – MDL”, pelo qual os países em desenvolvimento implantam atividades que subtraem carbono da atmosfera e em troca recebem “Certificados de Emissões Reduzidas – CER” conhecidos como créditos de carbono que então devem ser comercializados com os países industrializados num mercado internacional, conhecido como “Mercado de Carbono”. O autor destaca que, os Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, têm um objetivo duplo: a redução das emissões de Gases do Efeito Estufa e/ou seqüestro de carbono e promover o desenvolvimento sustentável do país hospedeiro do projeto e podem ser divididos nas seguintes modalidades:

- Fontes renováveis e alternativas de energia. Como as usinas à biomassa;
- Eficiência / conservação de energia. Como os projetos de modernização;
- Reflorestamento e estabelecimento de novas florestas. Sendo nesta modalidade que está à maioria dos projetos de seqüestro de carbono.

Os empreendedores que desejarem classificar seus projetos como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo precisam cadastrá-los e receber a aprovação junto à “*United Nations Framework Convention on Climate Change – UNFCCC*”, que é a convenção permanente na ONU, encarregada dos estudos referentes à mudança do clima.

Para Villanueva (2002), o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, é de extrema importância para os países em desenvolvimento, uma vez que é a principal forma de inserção destes países no emergente mercado de Certificados de Emissões Reduzidas de Gases do Efeito Estufa e a única no âmbito dos mecanismos do Protocolo de Kyoto.

Segundo A UNFCCC (2005), existem atualmente no Brasil vários projetos credenciados, ou em fase de credenciamento, para receberem a classificação de Mecanismos de Desenvolvimento Limpo, como: usinas termoelétricas a biomassa de arroz, madeira, cana-de-açúcar ou bio-gás, projetos de reflorestamento, usinas de energia eólica e pequenas centrais hidroelétricas entre outros.

Junqueira (2006), destaca que atualmente o Brasil é líder em projetos de créditos de carbono registrados na ONU, sendo que a grande maioria dos programas brasileiros de redução das emissões de carbono envolve projetos de geração de energia elétrica a partir do bagaço da cana-de-açúcar.

Também Orsolon (2006), informa que o Brasil é o país que tem o maior número de projetos registrados na ONU, sendo que grande parte deles é de energia renovável. O autor acrescenta que para gerar créditos um projeto deve atender a alguns requisitos básicos. Um dos principais é que a ação deve ser voluntária, ela tem de contribuir para o desenvolvimento sustentável e ao mesmo tempo, reduzir a emissão de Gases do Efeito Estufa em relação ao que ocorreria na sua ausência. Esta característica é chamada de adicionalidade.

Especialistas não são unânimes na aprovação ao Protocolo de Kyoto ou ao mercado de créditos de carbono, Khalili (2002) afirma que o carbono não pode ser encarado como uma commodity ambiental, pois uma commodity visa o lucro imediato, algo contrário ao ambiente e mais precisamente a sua conservação. Na verdade, o mercado de car-

bono encara a preservação ambiental de uma forma capitalista e o autor questiona: “O mundo todo já tomou o rumo da degradação seguindo este sistema. Há exclusão social e fome por toda parte. Se o mercado financeiro internacional está falido, porque devemos continuar acreditando neste modelo?”

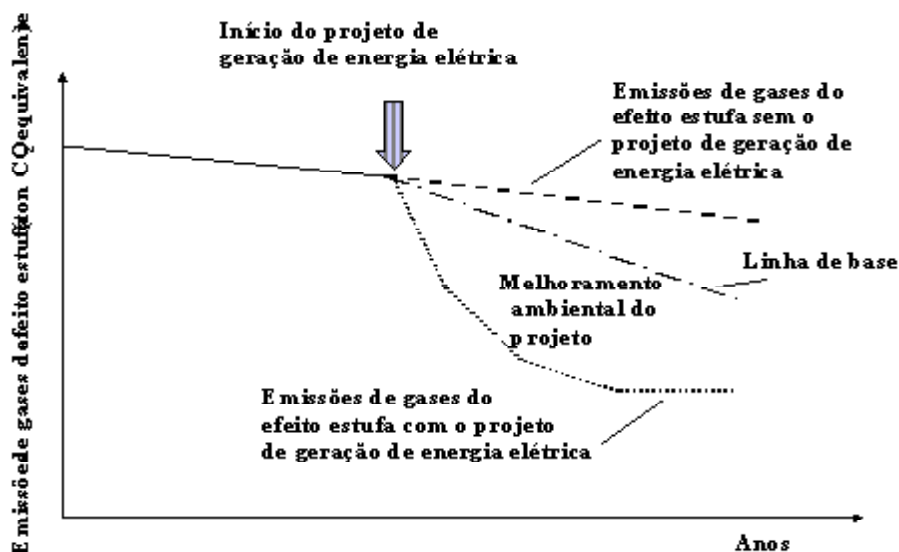
### **1 As usinas de cana-de-açúcar e sua participação no mercado de créditos de carbono**

Para que possam pleitear a participação no mercado de carbono estabelecido pelo Protocolo de Kyoto e receber os Certificados de Emissões Reduzidas, conhecidos como créditos de carbono, as usinas termoelétricas a biomassa de cana-de-açúcar precisam cadastrar seus projetos e receber a aprovação junto à UNFCCC. Esta aprovação é obtida pelo envio de seus projetos para serem analisados e aprovados fazendo com que as usinas sejam classificadas como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo. Desta forma, cada usina precisa elaborar e apresentar um projeto mostrando seus dados e evidenciando o quanto estará contribuindo para diminuir a emissão dos Gases de Efeito Estufa, na atmosfera.

Macedo (2004), destaca que no caso das usinas de geração de energia elétrica a biomassa de cana-de-açúcar, apesar de ser emitido carbono na fase da queima do combustível, ocorre o seqüestro do carbono da fase do crescimento da cana, assim o balanço das emissões é nulo e os créditos de carbono são obtidos devido às emissões que são evitadas pela geração de energia elétrica nestas usinas em substituição às usinas térmicas a gás natural ou a óleo combustível, que possuem um balanço de emissões desfavorável.

A metodologia que está sendo utilizada pela *United Nations Framework Convention on Climate Change*, para a análise dos projetos das usinas termoelétricas a biomassa de cana-de-açúcar é chamada de “*Baseline Methodology*” (Metodologia da Linha de Base) que é demonstrada, de forma simplificada, na Figura 1, a seguir:

Figura 1 - Metodologia da Linha de Base.



Fonte: Açúcar Guarani (2005).

- A linha superior (contínua e tracejada) representa as emissões de Gases do Efeito Estufa, devido à produção e consumo de energia elétrica, considerando que esta energia é gerada a partir da queima de combustíveis fósseis e sem a implantação do projeto de geração de energia elétrica avaliado. A linha decresce porque é previsto que no futuro, com as novas tecnologias mais eficientes já desenvolvidas, a quantidade de carbono emitido irá diminuir, para a mesma quantidade de energia elétrica gerada.
- A linha traço-ponto representa a previsão das emissões futuras sem a implantação do projeto de geração de energia elétrica avaliado e considerando, além das tecnologias atuais, as novas tecnologias que serão desenvolvidas e deverão diminuir ainda mais as emissões dos Gases do Efeito Estufa. Esta é a chamada "Linha de Base" considerada para o projeto.
- A linha pontilhada representa as emissões dos Gases do Efeito Estufa, após a implantação do projeto de geração de energia elétrica avaliado. A diferença entre as linhas traço-ponto e pontilhada determina a quantidade de Certificados de Emissões Reduzidas, a que a usina terá direito caso seu projeto seja aprovado.

A metodologia prevê também que para recebimento dos Certificados de Emissões Reduzidas, o projeto de geração de energia

elétrica seja continuamente monitorado para verificar se as especificações iniciais permanecem sendo atendidas durante todo o tempo de sua vida útil.

## 2 Metodologia da Linha de Base para avaliação de um projeto de geração de energia de energia elétrica a partir da biomassa da cana-de-açúcar

Esta metodologia baseia-se principalmente em dois documentos:

- *Approved baseline methodology - AM0015 / Version 01, "Bagasse-based cogeneration connected to an electricity grid"* (UNFCCC<sup>(1)</sup>, 2004). Esta metodologia para verificação e monitoração da Linha de Base, foi preparada pela empresa *Econergy International Corporation*, com base no projeto de geração de energia a partir do bagaço de cana-de-açúcar da usina Vale do Rosário da cidade de Morro Agudo / SP.
- *Toll for the demonstration and assessment of additionality* (UNFCCC<sup>(2)</sup>, 2004), que apresenta as ferramentas necessárias para desenvolvimento do projeto.

Para aplicação desta metodologia o projeto de geração de energia deve atender às seguintes condições:

- O bagaço utilizado deve ser fornecido pela mesma usina onde o projeto de geração de energia está sendo implantado;

- Deve existir documentação comprovando que o projeto não seria implantado pelo setor público, ou que o setor público não seja dele participante, apesar dos programas de promoção de energias renováveis existentes;
- Com a implementação do projeto não deve ocorrer aumento da produção de bagaço na usina;
- O bagaço utilizado na geração de energia não deve ser estocado por mais de um ano.

Deve-se observar que a metodologia em questão não faz menção ao aumento da produção de energia em função do aproveitamento da palha da cana-de-açúcar que hoje, em sua grande maioria, é queimada na lavoura. Prática que no estado de São Paulo já possui legislação para sua eliminação.

Segundo a UNFCCC<sup>(1)</sup> (2004), para definição da Linha de Base do projeto deve ser comprovado que sua implantação irá contribuir para a diminuição das emissões de Gases do Efeito Estufa, a partir da queima de combustíveis fósseis, isto é, no sistema elétrico interligado no qual será despachada a energia elétrica gerada no projeto devem existir usinas baseadas em combustíveis fósseis que terão sua geração reduzida com a introdução da energia gerada pelo projeto em análise. Segundo a metodologia o projeto não deve levar em conta as potenciais emissões de metano geradas na armazenagem do bagaço devido o tempo de armazenagem não ser muito longo (menor que um ano), ou as emissões de CO<sub>2</sub> geradas pelo seu transporte, por representarem valores muito pequenos que podem ser desprezados. Outras emissões como metano ou óxidos nitrosos gerados pela queima de combustíveis fósseis nos processos da usina, também devem ser desprezados.

A aplicação da metodologia prevê o cumprimento de uma série de etapas que serão descritas a seguir:

- a - Justificativa da escolha da metodologia: Devem ser apresentados os argumentos que comprovem que o projeto atende as condições descritas para aplicação da metodologia.
- b - Descrição da aplicação da metodologia ao projeto: Apresentação de como o projeto se enquadra dentro das opções previstas na metodologia para a determinação das emissões evitadas.

- c - Aplicação das ferramentas previstas no documento "*Toll for the demonstration and assessment of additionality*" (UNFCCC<sup>(2)</sup>, 2004) para determinação das condições de elaboração do projeto em relação às exigências da UNFCCC. Esta etapa prevê os seguintes passos para análise:
  - Triagem inicial baseada na data de início do projeto. O projeto deve ter sido iniciado após 01 de janeiro de 2000.
  - Identificação das alternativas à implementação do projeto. Quais as opções para a usina de cana-de-açúcar em seu segmento de negócios se comparadas com a implementação do projeto.
  - O projeto deve estar de acordo com o cumprimento às leis e normas aplicáveis do país de origem.
  - O projeto deve contar com uma análise econômica do investimento.
  - Devem ser identificadas e analisadas as principais barreiras que possam dificultar a implementação do projeto proposto.
  - Deve também ser feita uma análise comparativa com empreendimentos similares que objetivem serem classificados como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo.
  - Devem ser descritos os impactos positivos que serão obtidos com a aprovação do projeto.
- d - Definição das mudanças físicas na usina para implementação do projeto. Devem ser descritas quais as mudanças tecnológicas serão implementadas para o aumento da energia elétrica adicional a ser despachada no sistema elétrico. Quais equipamentos (caldeiras e geradores) serão trocados ou implementados, como será feita a interligação ao sistema de distribuição de energia elétrica local, quais serão as mudanças efetuadas no processo produtivo. Estas mudanças devem ter em vista as condições técnicas para classificação do projeto que são, a produção local do bagaço, o não aumento do bagaço gerado para a produção adicional de energia elétrica e o tempo de estocagem do bagaço menor que um ano.
- e - Cálculo das emissões reduzidas. O projeto deve conter os cálculos que demonstrem os valores previstos das reduções de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>)

durante sua vida útil de operação, bem como uma descrição dos dados para a obtenção destes valores como, quantidade de energia elétrica gerada e quantidade de dióxido de carbono evitado (não emitida) por MWh (mega watt hora) gerado.

- f - Monitoramento dos valores previstos. Também deve ser incluído no projeto uma descrição de como os valores previstos de energia elétrica gerada e de reduções de emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) serão monitorados, armazenados e controlados. Desta forma o projeto poderá ser objeto de auditorias para verificação do cumprimento das metas previstas.
- g - O projeto também deve contar com os dados institucionais da usina como: localização, histórico, identificação, pessoas de contato e responsáveis pela elaboração e implementação do projeto.

A partir do cumprimento destas condições o projeto é submetido à análise e comentários. Sendo aprovado, o mesmo é classificado como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e a empresa que o implantou passa a receber os Certificados de Emissão Reduzida, e pode negociá-los no mercado internacional.

Em consulta ao site da UNFCCC ([www.unfccc.int/Projects/Validation](http://www.unfccc.int/Projects/Validation)), observa-se que até junho de 2006 existem 46 usinas no Brasil com projetos registrados (aprovados ou em aprovação) com objetivo de obter a classificação como Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, para a participação no mercado de créditos de carbono.

### **3 O balanço das emissões dos Gases do Efeito Estufa na produção e utilização da cana-de-açúcar**

Segundo Macedo *et al* (2004), a agroindústria canavieira é apontada como importante atividade na produção de energia e para a mitigação de Gases do Efeito Estufa, devido a seus produtos energéticos serem utilizados em substituição aos combustíveis fósseis (derivados de petróleo e carvão) e ao gás natural. Além da produção de álcool o processamento da cana-de-açúcar para a produção de álcool e de açúcar resul-

ta na geração do bagaço, esse resíduo também representa um diferencial ambiental positivo na medida em que vem sendo aproveitado pelas usinas como fonte de energia para a produção de calor industrial e de energia elétrica substituindo o uso de derivados de petróleo e incrementando o potencial de redução da emissão de Gases do Efeito Estufa. Porém, segundo o autor no plantio, na colheita, no transporte, no processamento e no uso dos produtos da cana-de-açúcar são consumidas grandes quantidades de energia e gerados Gases do Efeito Estufa, portanto é necessário um estudo comparativo para que se conheça o balanço energético e a real situação da emissão e seqüestro destes gases.

Os dados seguintes baseiam-se em estudo elaborado por Macedo *et al* (2004), para a Secretaria do Meio Ambiente do Estado de São Paulo e apresentam uma comparação entre a energia consumida na produção de cana-de-açúcar e etanol, versus a energia gerada pelo etanol e pelo bagaço excedente. São apresentadas três tabelas: a Tabela 2 traz os valores da energia consumida na produção de cana-de-açúcar, a Tabela 3 mostra a energia consumida na produção do etanol e a Tabela 4 apresenta a comparação entre os dados das duas primeiras tabelas, confrontados com a energia produzida pelo etanol e pelo bagaço da cana-de-açúcar. Os dados são válidos para os processos atualmente utilizados em São Paulo.

Não foram incluídos na análise os dados de consumo de energia na produção de açúcar devido a este ser um produto alimentício e não energético.

Tabela 2 - Consumo de energia na produção de cana-de-açúcar.

Insumo agrícola e aplicação	Consumo de energia (kcal/TC) <sup>(1)</sup>	
	Média <sup>(2)</sup>	Melhor valor <sup>(2)</sup>
Consumo total na produção de cana-de-açúcar	48.208	45.861
Combustível (diesel) Total	19.358	17.817
Operação agrícola	9.097	9.097
Transporte	10.261	8.720
Outros insumos Total	21.880	21.074
Fertilizantes	15.890	15.152
Calcário	1.706	1.706
Herbicidas	2.690	2.690
Inseticidas	190	190
Mudas	1.404	1.336
Equipamentos Total	6.970	6.970

Fonte: Macedo *et al*, 2004.

(1) kcal/TC = kilo caloria / Tonelada de Cana-de-açúcar.

(2) A coluna "Média" é baseada nas médias de consumo de energia e insumos. A coluna "Melhor Valor" é baseada nos melhores valores praticados (valor mínimo de consumo com o uso da melhor tecnologia praticada).

Tabela 3 - Consumo de energia na produção de etanol.

Insumo industrial	Consumo de energia (kcal/TC) <sup>(1)</sup>	
	Média <sup>(2)</sup>	Melhor valor <sup>(2)</sup>
<b>Consumo total na produção de etanol</b>	11.800	9.510
Energia elétrica Total	0	0
Produtos químicos e lubrificantes Total	1.520	1.520
Construção e manutenção Total	10.280	7.990
Edificações	2.860	2.220
Equipamentos pesados	3.470	2.700
Equipamentos leves	3.950	3.070

Fonte: Macedo *et al*, 2004.

(1) kcal/TC = kilo caloria / Tonelada de Cana-de-açúcar.

(2) A coluna "Média" é baseada nas médias de consumo de energia e insumos. A coluna "Melhor Valor" é baseada nos melhores valores praticados (valor mínimo de consumo com o uso da melhor tecnologia praticada).

Tabela 4 - Balanço de energia na produção e utilização de cana-de-açúcar e etanol.

Atividade de produção	Consumo de energia (kcal/TC) <sup>(1)</sup>	
	Média <sup>(2)</sup>	Melhor valor <sup>(2)</sup>
<b>Consumo total de energia</b>	60.008	55.371
Produção de cana-de-açúcar	48.208	45.861
Produção de etanol	11.800	9.510
Produto	Produção de energia (kcal/TC) <sup>(1)</sup>	
	Média <sup>(2)</sup>	Melhor valor <sup>(2)</sup>
Produção total de energia	499.400	565.700
Etanol	459.100	490.100
Bagaço excedente	40.300	75.600
Balanço energético total	Média <sup>(2)</sup>	Melhor valor <sup>(2)</sup>
Diferença: Produção – Consumo	439.392 (kcal/TC) <sup>(1)</sup>	510.329 (kcal/TC) <sup>(1)</sup>
Relação: Produção / Consumo	8,32 (adimensional)	10,22 (adimensional)

Fonte: Macedo *et al*, 2004.

(1) kcal/TC = kilo caloria / Tonelada de Cana-de-açúcar.

(2) A coluna “Média” é baseada nas médias dos valores encontrados para o consumo (de energia e insumos) e para a produção de energia. A coluna “Melhor Valor” é baseada nos melhores valores praticados (valor mínimo de consumo e valor máximo de energia produzida com o uso da melhor tecnologia praticada).

Os dados apresentados por Macedo *et al* (2004), mostram uma relação favorável entre a energia produzida e a consumida no processo de produção do etanol. Como mostrado no item 5, esta relação poderia ser ainda melhor caso a cana-de-açúcar estivesse sendo colhida sem a queima no campo (ou com queima apenas parcial) e a biomassa excedente estivesse sendo utilizada para geração de energia elétrica. Os autores consideram que, para análise do fluxo de Gases do Efeito Estufa, na produção e utilização da cana-de-açúcar e seus derivados, as emissões devem ser divididas em 04 grupos:

- Grupo 1: Emissões associadas à fixação de carbono atmosférico por fotossíntese e à sua liberação gradual por oxidação dentro do ciclo de produção e utilização dos produtos da cana-de-açúcar. Segundo Macedo *et al* (2004) este conjunto de fluxos é praticamente neutro, pois se admite que todo o carbono fixado é liberado novamente dentro do ciclo de produção da cana-de-açúcar e na utilização final do etanol e do bagaço.
- Grupo 2: Fluxos associados aos usos de combustíveis fósseis na produção de todos os insumos agrícolas e industriais para a

produção de cana e etanol; e também na produção de equipamentos (agrícolas e industriais) e construção de prédios e instalações. Segundo os autores esses fluxos são negativos, pois contribuem para o aumento das emissões.

- Grupo 3: Fluxos não associados ao uso de combustíveis fósseis, são principalmente o óxido nitroso (N<sub>2</sub>O) e o metano (CH<sub>4</sub>). Para os autores esses fluxos também são negativos, pois contribuem para o aumento das emissões.
- Grupo 4: Fluxos chamados virtuais, que correspondem às emissões de Gases do Efeito Estufa que ocorreriam, na ausência de etanol e do bagaço excedente em substituição à gasolina automotiva e ao óleo combustível. Esses fluxos são positivos.

Considerando esses quatro grupos de emissões, o balanço dos de “Gases do Efeito Estufa – GHG”, na produção e utilização da cana-de-açúcar é mostrado na Tabela 5:



Tabela 5 - Balanço dos Gases do Efeito Estufa - GHG, na produção e utilização dos produtos energéticos da cana-de-açúcar.

Emissões de GHG	Valores (kg CO <sub>2</sub> eq/TC) <sup>(1)</sup>	
	Média <sup>(2)</sup>	Melhor valor <sup>(2)</sup>
Total de emissões	34,5	33,0
Combustíveis fósseis	19,2	17,7
Metano e N <sub>2</sub> O, queima da palha	9,0	9,0
N <sub>2</sub> O do solo	6,3	6,3
<b>Emissões Evitadas de GHG</b>	<b>Média<sup>(2)</sup></b>	<b>Melhor valor<sup>(2)</sup></b>
Total de emissões evitadas	Etanol anidro → 255,0	Etanol anidro → 282,3
	Etanol hidratado → 181,9	Etanol hidratado → 204,1
Uso de bagaço excedente	12,5	23,3
Uso de etanol	Etanol anidro → 242,5	Etanol anidro → 259,0
	Etanol hidratado → 169,4	Etanol hidratado → 180,8
<b>Balanço final</b>	<b>Média<sup>(2)</sup></b>	<b>Melhor valor<sup>(2)</sup></b>
Emissões Evitadas - Emissões	Etanol anidro → 220,5	Etanol anidro → 249,3
	Etanol hidratado → 147,4	Etanol hidratado → 171,1

Fonte: Macedo *et al*, 2004.

(1) kg CO<sub>2</sub>eq/TC = quilograma de CO<sub>2</sub> equivalente por Tonelada de Cana.

(2) A coluna “Média” é baseada nas médias dos valores encontrados para as emissões e para as emissões evitadas. A coluna “Melhor Valor” é baseada nos melhores valores encontrados (valor mínimo de emissões e valor máximo de emissões evitadas).

Nos dados acima se observa que a agroindústria canavieira não contribui para o seqüestro de carbono da atmosfera, pois todo o carbono retirado da atmosfera durante a fase de crescimento da planta é depois devolvido à atmosfera na fase de utilização dos produtos da cana-de-açúcar, porém contribui para a redução dos Gases do Efeito Estufa, através das emissões evitadas, pois os produtos energéticos da cana-de-açúcar (etanol e bagaço excedente) substituem combustíveis fósseis e gás natural, que são emissores destes gases impedindo que novas emissões ocorram na atmosfera.

#### 4 Possibilidades de aumento na mitigação dos Gases do Efeito Estufa pela agroindústria canavieira

Nos últimos anos a agroindústria canavieira vem promovendo investimentos em seu parque industrial e com isso aumentando sua participação na mitigação dos Gases do Efeito Estufa. Essa participação vem ocorrendo basicamente de três formas:

- Aumento da produção de etanol, via aumento da área plantada e das indústrias. Existem hoje 30 projetos em fase de implantação no Brasil (ProCana, 2005).
- Aumento da Biomassa disponível para substituição de combustíveis fósseis. Para atender a esta possibilidade, além do aumento da área plantada, a outra medida é a redução da queima da cana na colheita com utilização da palha como biomassa para geração de energia elétrica nas usinas. No estado de São Paulo esta prática esta determinada por Lei Estadual que determina a eliminação gradual das queimadas.
- Aumento na eficiência das usinas geradoras de energia elétrica a biomassa através da implementação de equipamentos mais modernos e eficientes como as caldeiras de alta pressão em ciclo combinado e geradores de melhor rendimento.

Destas possibilidades a que traria maior impacto ambiental positivo, seria o aumento da biomassa através da eliminação da queima da cana-de-açúcar na colheita. Esta

prática, no entanto, apesar de já instituída por lei exige um investimento na aquisição de equipamentos (colheitadeiras) que são necessários para a colheita da cana crua.

Campos (2003), comparando os manejos da cana-de-açúcar com e sem queima concluiu que em um período de 3 anos no Latossolo Vermelho ocorreu uma mitigação das emissões dos gases do efeito estufa de cerca de 5 Mg C-CO<sub>2</sub> há<sup>-1</sup> ano<sup>-1</sup>. Desta forma pode-se concluir que o sistema de manejo de colheita sem a queima prévia do canavial, atua de maneira significativa no seqüestro de carbono, aumentando a eficiência do agronegócio da cana-de-açúcar.

Em Macedo (2000), foi elaborado estudo considerando que 55% da cana-de-açúcar plantada no estado de São Paulo, seria colhida crua, esta porcentagem pode variar de região para região, porém esta estimativa é considerada como possível de se obter. Duas principais hipóteses foram estudadas para a colheita da cana crua visando analisar a mitigação dos Gases do Efeito Estufa.

- 1 - Corte da cana picada e transporte de 100% da palha;
- 2 - Corte da cana picada e transporte de 50% da palha, sendo o restante deixado no campo como cobertura vegetal.

Os resultados dos casos estudados estão mostrados na Tabela 6.

Tabela 6 - Variação total nas Emissões de CO<sub>2</sub> com o uso da palha da cana-de-açúcar como combustível (considerando 55% da área plantada colhida sem queima).

Hipótese	Aumento do consumo de diesel na produção kg CO <sub>2</sub> eq/TC <sup>(1)</sup>	Substituição de combustível fóssil kg CO <sub>2</sub> eq/TC <sup>(1)</sup>	Substituição Total kg CO <sub>2</sub> eq/TC <sup>(1)</sup>	Total para o Brasil considerando uma produção total de 300 x 10 <sup>6</sup> TC/ano 10 <sup>9</sup> T CO <sub>2</sub> /ano <sup>(2)</sup>
1 - Corte da cana picada e transporte de 100% da palha	+ 7,3	- 139	- 131,7	- 39,5
2 - Corte da cana picada e transporte de 50% da palha	+ 2,3	- 87,5	- 85,2	- 25,6

Fonte: Macedo, 2000.

<sup>(1)</sup> kg CO<sub>2</sub>eq/TC = kilograma de CO<sub>2</sub> equivalente por Tonelada de Cana.

<sup>(2)</sup> T CO<sub>2</sub>/ano = Tonelada de CO<sub>2</sub> por ano.

## Conclusões

Pela metodologia apresentada, a maioria das usinas de cana-de-açúcar no Brasil poderia obter a classificação de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, pois esta maioria ainda queima o bagaço produzido na cultura da cana-de-açúcar de forma pouco eficiente, existindo ainda muito potencial energético a ser explorado neste resíduo.

O interesse dos produtores das usinas de cana-de-açúcar do Brasil pelo mercado

de créditos de carbono pode ser considerado grande, pois o número de projetos registrados na UNFCCC ultrapassa 13 % das usinas existentes no país.

O mercado de créditos de carbono pode ser uma instituição que virá a contribuir em muito para o setor sucroalcooleiro no Brasil, não só pela possibilidade de mais uma fonte de renda para o setor, obtida com a venda dos Certificados de Emissões Reduzidas, como também na melhora de sua imagem perante a opinião pública, pois se os

produtores passarem a diminuir a queima da cana-de-açúcar no campo para aproveitar a palha da cana-de-açúcar na geração da energia, ocorrerá uma significativa contribuição para a melhoria das condições ambientais nas regiões da cultura da cana.

Além da possibilidade de contribuição para a redução dos Gases do Efeito Estufa, o setor sucroalcooleiro pode também contribuir para a diversificação e descentralização da matriz energética brasileira, pois o potencial energético disponível com o aproveitamento da biomassa é significativo e pode tornar-se o terceiro segmento de negócios para as usinas de cana-de-açúcar.

### Referências

- Como medir os benefícios ambientais do projeto da Guarani? Açúcar Guarani, 2005. Disponível em: <<http://www.acucarguarani.com.br>>. Acesso em 1 de maio 2005.
- CAMPOS, D. C. *Potencialidade do sistema de colheita sem queima da cana-de-açúcar para o seqüestro de carbono*. Piracicaba-SP, 2003. 117 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2003.
- JUNQUEIRA, M. O Brasil é líder em projetos de carbono. *Gazeta Mercantil*, São Paulo-SP, 07 de abril de 2006.
- KHALILI, A. E. Quem será beneficiado pelos créditos de carbono? *Revista Eletrônica Comciência*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em 10 de ago. 2002.
- MACEDO, I. C. *O Ciclo da Cana-de-Açúcar e reduções adicionais nas emissões de CO<sub>2</sub> através do uso como combustível da palha da Cana*. Piracicaba-SP: Centro de Tecnologia Copersucar, 2000. 9f.
- MACEDO, I. C.; LEAL, M. R. L. V.; SILVA, J. E. A. R. *Balanco das emissões de gases do efeito estufa na produção e no uso do etanol no Brasil*. São Paulo-SP: Governo do Estado de São Paulo, Secretaria do Meio Ambiente, 2004.
- ORSOLON, M. Crédito de Carbono. *Potência*, São Paulo-SP, n. 14, p. 16-26, abril de 2006.
- PEARCE, F. *O aquecimento global*. São Paulo-SP: Publifolha, 2002. 72p.
- \_\_\_\_\_. *Um mercado de R\$ 40 Bilhões*. ProCana, Ribeirão Preto-SP, maio de 2005.
- ROCHA, M. T. *Aquecimento global e o mercado de carbono: uma aplicação do modelo CERT*. 2003. 214 f. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba-SP, 2003.
- SCARPINELLA, G. A. *Reflorestamento no Brasil e o Protocolo de Quioto*. 2002. 162 f. Dissertação (Mestrado) – Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2002.
- UNFCCC<sup>(1)</sup> *United Nations Framework Convention on Climate Change - "Approved baseline methodology - AM0015 / Version 01, Bagasse-based cogeneration connected to an electricity grid"* 2004. 21f. United Nations , 22/September/2004.
- UNFCCC<sup>(2)</sup> - *United Nations Framework Convention on Climate Change - "Toll for the demonstration and assessment of additionality"*. 2004. 9f. United Nations, 22/October/2004.
- UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change. Disponível em: <[www.unfccc.int/Projects/Validation](http://www.unfccc.int/Projects/Validation)>. Acesso em 17 jul. 2005.
- UNFCCC - United Nations Framework Convention on Climate Change. Disponível em: <[www.unfccc.int/Projects/Validation](http://www.unfccc.int/Projects/Validation)>. Acesso em 20 jun. 2006.
- VILLANUEVA, L. Z. D. *Uso de gás natural em veículos leves e mecanismo de desenvolvimento limpo no contexto brasileiro*, 2002. 116 f. Tese (Doutorado) - Programa Interunidades de Pós Graduação em Energia, Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2002.



## **Análise crítica do Estudo Ambiental Preliminar do projeto urbanístico “Reviva Lagoa Itatiaia”, em Campo Grande/MS**

Critical analysis of the “Estudo Ambiental Preliminar” of the urbanistic project “Reviva Lagoa Itatiaia”, in Campo Grande, Mato Grosso do Sul State, Brazil

*Analyse critique d'étude Ambientale Préliminaire du Projet “Lagoa Itatiaia”, em Campo Grande/MS*

*Análisis crítica del Estudio Preliminar del proyecto urbanístico “Reviva Lagoa Itatiaia” em Campo Grande/MS*

Cássia S. Camillo\*

Elaine, A. C. Anjos-Aquino\*\*

Lidiamar B. Albuquerque\*\*

Recebido em 10/5/2006; revisado e aprovado em 11/7/2006; aceito em 20/8/2006.

---

**Resumo:** Impactos ambientais são alterações no ecossistema, causadas por atividades humanas. Este estudo objetivou analisar o estudo ambiental preliminar (eap) do projeto “reviva lagoa itatiaia”. Para tanto, comparou-se este com a legislação vigente e literatura afim e entrevistaram-se os responsáveis por sua elaboração. Conclui-se que o eap não possui a abrangência ambiental do ecossistema a ser alterado devido à inexistência de discussão multidisciplinar.

**Palavras-chave:** Estudo de impactos ambientais; Lagoa Itatiaia; projeto urbanístico.

**Abstract:** Environmental impacts are disturbances in the ecosystem, caused by human activities. The objective of this study was to analyse the preliminary environmental study (eap) of the project “reviva lagoa itatiaia”. For that, it was compared the effective legislation and related literature and the responsible team for its preparation was interviewed. We conclude that the eap does not have the environmental covering of the ecosystem that is going to be disturbed due to the lack of multidisciplinary discussion.

**Key words:** Environmental impact assessment; Lagoa Itatiaia; urbanistic project.

**Résumé:** Impacts environnementaux sont changements à l'écosystème, causés par activités humaines. Ce étude a eu comment objectif analyser l'étude environnementale préliminaire (eap) du projet “Reviva Lagoa Itatiaia”. Pour cela, on a été fait une comparaison de ce étude avec la législation en vigueur et littérature semblable et les responsables ont été interviewés. On infère que l'eap ne possède pas le contenu environnemental de l'écosystème pour être changé à cause de l'inexistence de discussion multidisciplinaire.

**Mots-clé:** Étude des impacts environnementaux; Lagoa Itatiaia; projet urbanistique.

**Resumen:** Impactos ambientales son cambios por actividades humanas. Este estudio ambiental preliminar (eap) del proyecto “Reviva Lagoa Itatiaia”. Para tanto se há hecho una analogia de este com la legislación en vigor y literatura afim y los responsables por su elaboración fueron entrevistados. Llegase a la conclusión que el eap no tiene la abrangência ambiental del ecossistema a ser cambiado debido a inexistência de discusión multidisciplinar.

**Palabras clave:** Estudio de impactos ambientales; Lagoa Itatiaia; proyecto urbanístico.

---

### **Introdução**

O presente estudo objetivou realizar uma análise crítica do Estudo Ambiental Preliminar do projeto “Reviva Lagoa Itatiaia”, baseada nas normas para elaboração de EIA/RIMA, de modo a salientar pontos positivos do mesmo, bem como, suas possíveis limitações. Pretende-se, com este estudo, contribuir para a elaboração de futuros estudos de impactos ambientais, minimi-

zando tais limitações e valorizando os pontos positivos realizados.

Desta forma, acredita-se que este estudo possa contribuir para que um dia alcancemos o tão almejado desenvolvimento sustentável, visto que, conforme afirmam Ab'Saber e Muller-Plantenberg (1994) a correta análise de impactos ambientais é o único instrumento pelo qual poderá limitar as agressões ao meio ambiente, associados às reestruturações da conjuntura econômica dos países.

---

\* Acadêmica do curso de Biologia da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB. (cassiacamillo@gmail.com).

\*\* Professoras do Curso de Biologia da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB. (lidiamar98@yahoo.com).

## 1 Avaliação de Impactos Ambientais

Diferentes impactos ambientais podem ser causados nos ecossistemas devido a atividades humanas. A preocupação mundial, e também nacional, com esse fato permitiu a criação em 31 de agosto de 1981 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) por meio da Lei nº 6.938.

Este importante órgão possui a função de “assistir o Presidente da República na formulação de diretrizes da Política Nacional do Meio Ambiente” (BRASIL, 1981, art.6º, I).

Entre as competências do CONAMA dispostas pelo artigo 8º da lei 6.938, inclui-se: “determinar, quando julgar necessário, a realização de estudos das alternativas e das possíveis conseqüências ambientais de projetos públicos ou privados (...) (II); estabelecer normas, critérios e padrões relativos ao controle e à manutenção da qualidade do meio ambiente, com vistas ao uso racional dos recursos ambientais, principalmente os hídricos (VII)” (BRASIL, 1981).

Assim, o CONAMA estabeleceu, por meio da Resolução 001 de 23/01/1986, “as definições das responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação de Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente” (BRASIL, 1986). Em seu artigo 1º a citada Resolução define impacto ambiental como “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas [...]” (BRASIL, 1986).

## 2 Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)

A Avaliação das alterações do meio ambiente como conseqüência de uma atividade antrópica, ou seja, dos Impactos Ambientais, segundo São Paulo (1989), Rohde (1990), Macedo (1995) e Bastos e Almeida (1999) é um instrumento de política ambiental formado pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), sendo um componente integrado no desenvolvimento de projetos.

O EIA é uma atividade analítica ampla que busca identificar e interpretar todos os efeitos ambientais e sociais relevantes de uma proposta de desenvolvimento (BASTOS; ALMEIDA, 1999; CALLISTO, 2000; MACEDO, 1995; ROHDE, 1990; SÃO PAULO, 1989).

Portanto, sua obrigatoriedade passou a ser prevista em 1988 pelo artigo 225 § 1º, IV da Constituição Federal Brasileira, que exige a elaboração de Estudo Prévio de Impacto Ambiental para “instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

## 3 Estudo Ambiental Preliminar

De acordo com o inciso I do artigo 5º do Decreto n. 7884, da legislação municipal de Campo Grande, o EIA é um “conjunto de informações sistemáticas e analíticas, exigido para o licenciamento prévio de atividades e ou empreendimentos de significativo potencial de impactos ambientais, tais como os constantes do art. 2º da Resolução CONAMA n. 001/86 (...)”. Já o inciso III define EAP como um “conjunto organizado de informações requeridas através do respectivo Termo de Referência, que subsidia a análise do licenciamento prévio de atividades ou empreendimentos com significativo potencial de impactos ambientais e dispensados da apresentação do EIA/RIMA (...)” (CAMPO GRANDE, 1999).

Para o licenciamento da obra de revitalização da Lagoa Itatiaia foi exigido e elaborado um Estudo Ambiental Preliminar (EAP) em 2002 (CAMPO GRANDE, 2002).

## 4 Lagoa Itatiaia e sua revitalização

Em Campo Grande-MS, o Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente – PLANURB, deu início, no ano de 1997, a um projeto chamado “Reviva Lagoa Itatiaia”, que tinha por finalidade a revitalização e urbanização da referida lagoa (CAMPO GRANDE, 2003).

As intervenções na Lagoa foram iniciadas em agosto de 2002 e concluídas em dezembro de 2003, quando a obra foi inaugurada e entregue à população.

A Lagoa Itatiaia é um ecossistema aquático caracterizado por comunidades de plantas aquáticas, insetos, peixes, moluscos, aves, entre outras (CAMPO GRANDE, 2003; CAMPO GRANDE, 2002; CAMPO GRANDE, 2001). Localiza-se no perímetro urbano de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, nas coordenadas S20°28 e W54°34. Com uma área total de 9ha (CAMPO GRANDE, 2003) e profundidade média de 1m (CAMPO GRANDE, 2002), a Lagoa está sob influência das microbacias Bandeira e Lageado.

Segundo estudo hidrológico e geológico, a Lagoa Itatiaia é uma depressão natural do relevo, atualmente abastecida somente pela água pluviométrica, por meio da infiltração (CAMPO GRANDE, 2000). Trata-se, portanto, de um ecossistema influenciado pelo regime das chuvas, sendo caracterizado por períodos de cheias e de vazantes.

Antes das obras de revitalização, a Lagoa Itatiaia apresentava grande quantidade de matéria orgânica morta em suspensão e depositada no fundo, além de grande quantidade de materiais (latas, troncos, tábuas, peças, tijolos, vidros, etc) localizados de forma esparsa e pontual. Devido à ocorrência de depósitos dessa matéria orgânica associada à argila e silte, a lagoa encontrava-se em processo de colmatação (CAMPO GRANDE, 2000).

Por todas essas peculiaridades tal ecossistema foi declarado Área Especial de Interesse Ambiental, pela Lei Complementar nº 05, de 22 de novembro de 1995, que instituiu o Plano Diretor de Campo Grande. O artigo 13 desta lei divide o território municipal para fins de planejamento, e dentre as divisões inclui as Áreas Especiais de Interesse Ambiental, sendo que o inciso VI determina que dessas áreas “será exigido aproveitamento adequado nos termos da Constituição Federal” (CAMPO GRANDE, 1995).

O Termo de Referência do projeto urbanístico “Reviva Lagoa Itatiaia” não apresenta justificativas para a exigência de um Estudo Ambiental Preliminar (EAP) em detrimento do EIA/RIMA. De acordo com funcionários da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMADES – o porte da obra justifica tal exigência.

No entanto, o inciso XV do artigo 2º da Resolução CONAMA 001/86 institui ser

obrigatória a elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) para o licenciamento de “projeto urbanístico acima de 100ha (100 hectares) ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental (...)” (BRASIL, 1986)

Portanto, acredita-se que para o licenciamento do projeto urbanístico “Reviva Lagoa Itatiaia” deveria ter sido exigida a elaboração de um EIA/RIMA.

## 5 Procedimentos metodológicos

Esse estudo, que constitui uma análise crítica do EAP, foi realizado em duas etapas:

A primeira etapa foi desenvolvida mediante: 1) a leitura detalhada do EAP da Lagoa Itatiaia; 2) sua comparação com a legislação ambiental federal vigente e com interpretações das mesmas presentes na literatura.

A segunda etapa constituiu-se de: 1) entrevistas com os profissionais integrantes da equipe multidisciplinar responsável pela elaboração do EAP; 2) consultas aos documentos presentes nos órgãos municipais interessados, a saber, Instituto de Planejamento Municipal e de Meio Ambiente – PLANURB, Secretaria Municipal de Controle Ambiental e Urbanístico – SEMUR e Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - SEMADES.

## 6 Resultados e Discussão

### 6.1 Equipe multidisciplinar

O art. 7º da Resolução CONAMA 001/86 prevê que o Estudo de Impacto Ambiental deve ser realizado por equipe multidisciplinar habilitada (BRASIL, 1986). Este artigo foi revogado pela Resolução CONAMA 237/97, no entanto Fiorillo (2001) acredita que a necessidade de uma equipe multidisciplinar foi mantida pelo art. 11 da citada Resolução que afirma: “os estudos necessários para o processo de licenciamento deverão ser realizados por profissionais legalmente habilitados (...)”, acrescentando ainda em seu parágrafo único que “o empreendedor e os profissionais que subscrevem os estudos (...) serão responsáveis

pelas informações apresentadas, sujeitando-se as sanções administrativas, civis e penais” (BRASIL, 1997). Machado (2003), por sua vez, acredita que com a revogação do art. 7º da Resolução CONAMA 001/86, leva-se em consideração o decreto 99.274 de 06/06/1990, que prevê em seu art. 17 § 2º que o EIA “será realizado por técnicos habilitados (...)” (BRASIL, 1990).

Entende-se por equipe multidisciplinar equipes compostas por profissionais de diversas áreas, que, portanto, podem enriquecer e complementar o estudo um do outro de modo a produzir um trabalho que tenha a abrangência de todo o ecossistema estudado, incluindo aspectos bióticos e abióticos e sociais.

Apesar do estudo apresentar trabalhos de profissionais de diferentes áreas do conhecimento: geólogos, biólogos e engenheiro agrônomo, não houve uma discussão multidisciplinar na elaboração do Estudo, como será discutido mais adiante. Além disso, deve-se ponderar que, para a realização do EAP deveriam ter sido contratados além de geólogos, biólogos e engenheiros agrônomos, que estão habilitados a realizar os estudos de caracterização dos meios físico e biológico, respectivamente, também geógrafos, psicólogos, assistentes sociais, entre outros, habilitados a caracterizar o meio sócio-econômico.

## 6.2 Elaboração do EAP

O EAP foi elaborado segundo as normas contidas no artigo 6º da resolução CONAMA n. 001 de 23/01/86 (BRASIL, 1986). Dessa forma, ele apresenta a caracterização dos empreendimentos, o diagnóstico ambiental da área de influência, a análise dos impactos ambientais, as medidas mitigadoras e compensatórias e o plano de monitoramento.

### 6.2.1 Caracterização do empreendimento

A caracterização do empreendimento apresenta um breve histórico sobre a Lagoa Itatiaia, justificando a importância da revitalização tanto para a preservação do ecossistema quanto para melhora da qualidade de vida da população do entorno.

Este item detalha ainda as intervenções a serem realizadas durante o projeto de revitalização: desapropriação de áreas, limpeza da lagoa, microdrenagem, construção do passeio público e guia, revestimento primário das ruas laterais, arborização e recuperação das margens e iluminação.

No entanto, foram realizadas intervenções não previstas, a saber: a construção de uma barreira de contenção, que margeia todo o entorno da lagoa, e o alteamento das margens.

A barreira de contenção está localizada em uma posição proposital de modo que nos meses de janeiro e fevereiro, final da estação chuvosa, a água da lagoa chegue até a barreira.

Além disso, o projeto analisado no EAP previa a manutenção de uma área que permaneceria inalterada, sendo denominada como “área de preservação biológica”, mas ao contrário do previsto, foram retiradas as plantas de porte arbustivo-herbáceo da área, tendo sido a mesma aterrada e sendo plantada grama esmeralda e algumas árvores exóticas.

Machado (2003) atenta para esse problema observado no caso da Lagoa Itatiaia ao afirmar que o EIA depende do projeto apresentado, de forma que, sendo modificado, o EIA deverá também conter a modificação. No entanto, tal fato não foi observado no caso do EAP da Lagoa Itatiaia, visto que não foram realizados novos estudos diante das modificações do projeto inicial.

### 6.2.2 Diagnóstico ambiental

O diagnóstico ambiental contempla as características do meio físico, biológico e sócio-econômico da área de influência, sendo esta, primeiramente, definida.

#### a) Aspectos físicos

Os aspectos físicos analisados foram: caracterização climática, pedologia, geologia e hidrogeologia.

Na caracterização climática foram apresentados dados do estado de Mato Grosso do Sul sobre o tipo climático, precipitação, temperaturas médias e circulação atmosférica. No entanto, não foi citada qualquer referência bibliográfica ou fonte de procedência



dos mesmos, nem mesmo informações coletadas in loco.

A ausência de fontes ou citações sobre a procedência dos dados é observada também nos casos da caracterização pedológica, que contém informações sobre os tipos de solos e condições de relevo na região da lagoa; e na caracterização detalhada da geologia e hidrogeologia do município de Campo Grande.

Por outro lado, foi realizado um estudo detalhado sobre a geologia e hidrogeologia da Lagoa Itatiaia, com levantamento bibliográfico, serviços de sondagem, investigações geológicas locais e implantação de piezômetros, tendo sido obtidos dados sobre o nível da água da lagoa e do lençol freático, o tipo de material que compõe o fundo, inclusive o responsável pela colmatação, além da determinação do coeficiente de permeabilidade e de transmissividade. A partir destes dados foi possível detalhar o substrato da lagoa e seu entorno, bem como as áreas de recarga e descarga e as características morfométricas e geomorfológicas da região.

No item sobre a qualidade da água está apenas mencionado que este deveria ser realizado “por ocasião da solicitação da licença de instalação”.

#### b) Aspectos bióticos

Dentro dos aspectos bióticos foram realizados estudos para a caracterização da fauna e flora do local.

A caracterização da fauna foi composta exclusivamente pela caracterização da avifauna e da ictiofauna. Não foram realizados estudos sobre as demais classes de vertebrados, cuja citação se reduz a meras suposições baseadas em animais do cerrado que geralmente estão associados a regiões urbanas, ou sobre a fauna de invertebrados. Estudos independentes realizados após as obras de revitalização, demonstraram impactos nas populações de moluscos do gênero *Pomacea*, presentes na Lagoa (CAMILLO et al., 2004). Tais moluscos são importantes controles biológicos de espécies do gênero *Biomphalaria*, transmissor da esquistossomose mansônica (BEZERRA, 2000; IGLESIAS, 1997). Assim como as pomáceas outros invertebrados presentes na Lagoa podem ser importantes para a manutenção do ecossistema

e para a saúde pública e, portanto, deveriam também ter sido considerados no Estudo.

A caracterização da avifauna foi realizada por meio de observações esporádicas nos meses de novembro e dezembro de 2000 e janeiro de 2001, com auxílio de binóculos, vocalizações e vestígios como penas, ninhos e fezes, ou seja, apenas durante a estação chuvosa. Isso não permite observar a riqueza da avifauna da Lagoa Itatiaia, mas simplesmente de aves presentes neste período na Lagoa. Enquanto que a metodologia para a determinação da ictiofauna nem mesmo foi detalhada.

A flora, por sua vez, foi caracterizada por meio de caminhadas ao longo do perímetro da lagoa, incluindo incursões na água. Além disso, foram coletadas amostras das espécies não identificadas no local para comparações em herbário e consulta bibliográfica.

#### c) Aspectos sócio-econômicos

Na descrição dos aspectos sócio-econômicos foi realizado um levantamento do processo de ocupação do município de Campo Grande e da região onde está localizada a lagoa, incluindo dados do IBGE de 1996 do total de habitantes da região do entorno da lagoa, divididos em grupos de idade e por sexo. Outros dados apresentados, como a densidade demográfica da região, o total de domicílios particulares e o número de habitantes por domicílio, encontram-se sem citação da fonte ou da época da coleta de dados. A renda dos moradores, por sua vez, não é informada com dados precisos, se limitando a uma afirmação de que “as famílias, na sua grande maioria de baixa renda, (...)” (CAMPO GRANDE, 2002).

Conforme consta no EAP, antes de sua elaboração, houve a desapropriação de oito lotes. O EAP afirma ainda que tais desapropriações foram realizadas de acordo com o decreto nº 8.256 de 11 de junho de 2001.

Na análise do EAP, observa-se que os fatores foram analisados isoladamente, não sendo descritas as interações entre eles. Tal observação foi, em seguida, corroborada por meio de entrevistas com a equipe técnica responsável, pois grande parte dela afirma ter sido contratada para realizar caracterizações isoladas de um dos fatores ambientais (físico

e biológico – fauna e flora) e não o EAP como um todo. Na realidade, por meio das entrevistas, confirmou-se que o EAP foi realizado por alguns membros da equipe técnica responsável, tendo os demais realizado estudos à parte, inclusive sem estabelecer contato com o restante da equipe. Além de corroborada pelas entrevistas, essa conclusão também pode ser deduzida pelo fato de que o estudo não foi assinado por nenhum dos membros da equipe.

Assim, o EAP atendeu somente parte da exigência da Resolução CONAMA 001/86, que em seu art. 6º, I, afirma que o EIA desenvolverá “diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações (...)” (BRASIL, 1986).

Macedo (1995) define bem essa questão ao afirmar que as propriedades de um dado ecossistema são caracterizadas pelas relações ambientais dos fatores que o compõem. Dessa forma, o estudo de um fator isolado não tem significado ambiental (Macedo, 1995). Seguindo o mesmo raciocínio, Milaré (2001) complementa que o diagnóstico ambiental é na realidade uma descrição das inter-relações entre os fatores ambientais (físico, biológico e sócio-econômico) e o ecossistema a ser afetado.

### 6.2.3 Avaliação dos Impactos Ambientais

A avaliação dos impactos ambientais foi feita segundo as normas da Resolução CONAMA 001/86, tendo os impactos sido caracterizados quanto à “natureza (positivo ou negativo), ao prazo de ocorrência (a curto, médio ou longo prazo), a área de incidência (localizado ou disperso), a forma de interferência (ocasional ou aumentada), a duração (temporário ou permanente), a magnitude (pequena, média ou grande), ao grau de resolução das medidas mitigadoras propostas para reduzir ou potencializar um dado impacto (baixo, médio ou alto) e ao grau de relevância, tendo em vista a magnitude do impacto e o grau de resolução das medidas propostas (baixa, média ou alta)” (CAMPO GRANDE, 2002).

O EAP apresenta após o detalhamento dos impactos provenientes de cada uma das ações modificadoras do meio ambiente, um

quadro sintético com os impactos gerados em cada meio, suas características e as medidas mitigadoras e compensatórias previstas.

Milaré (2001), em sua interpretação das normas para a elaboração de estudos de impactos ambientais contidas nas Resoluções do CONAMA, afirma que o método utilizado para a análise dos fatores ambientais deve sempre ser indicado. A análise do EAP permite ressaltar que não há detalhamento de muitas das metodologias utilizadas, ou às vezes, não há qualquer descrição da mesma, de forma que o leitor não sabe se o estudo foi realizado pelo técnico responsável ou se é um levantamento bibliográfico. Do mesmo modo, os levantamentos bibliográficos realizados não apresentam referências bibliográficas.

Outra observação importante é o fato de que os estudos foram realizados somente em uma determinada época do ano, não englobando as estações. Dessa forma, eventos ou espécies que só ocorrem em uma das estações podem não ter sido contemplados.

O artigo 6º, II da Resolução CONAMA 001/86 determina que o EIA desenvolverá “análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão de magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes (...)” (BRASIL, 1986). O manual de orientação para a elaboração de EIA/RIMA da Secretaria Estadual de Meio Ambiente de São Paulo (SÃO PAULO, 1989) interpreta o citado inciso afirmando ser necessário à aplicação de métodos de identificação dos impactos e de técnicas de previsão de magnitude. Tais métodos e técnicas devem ser mencionados no EIA, juntamente com os critérios adotados para a interpretação e análise de suas interações no ecossistema a ser alterado, ou seja, sua importância. Da mesma forma, Machado (2003) conclui que o EIA além de incluir levantamento bibliográfico, deve conter também trabalhos técnicos, inclusive com visitas in loco e análises de laboratório.

O que se percebe na análise do EAP é que, embora o item de análise dos impactos ambientais contenha todos os requisitos determinados pela citada Resolução, esta foi realizada, na maioria das vezes, por meio do conhecimento teórico e prático dos profissionais responsáveis, pois não estão

mencionadas metodologias desenvolvidas para a identificação precisa dos impactos, tanto os positivos quanto os negativos, o que facilitaria sua análise e interpretação de sua importância.

Como afirma Machado (2003), além da identificação e análise dos impactos positivos e negativos do empreendimento, o EIA deve indicar também medidas mitigadoras. Tal determinação está presente no artigo 6º, III da Resolução CONAMA 001/86, segundo a qual o EIA deve conter “definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas, os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas” (BRASIL, 1986). Ressalta-se o final do citado inciso, que determina a avaliação da eficiência das medidas mitigadoras. Para cumprir tal determinação se faz necessária a aplicação de métodos para testar as medidas propostas. Machado (2003) em sua interpretação deste inciso aliada ao seu conhecimento da legislação brasileira afirma que mais do que mitigar o impacto, a equipe multidisciplinar deve propor e estudar medidas que tentem evitar o impacto negativo, ou caso isso não seja possível, devem propor medidas que procurem corrigi-los, de modo a recuperar o ambiente.

No EAP não se observa a realização de estudos para testar as medidas mitigadoras, mesmo porque, como já mencionado anteriormente, não foram realizados estudos para a identificação da maioria dos impactos, o que conseqüentemente dificulta a elaboração das medidas mitigadoras.

No final dos estudos de caracterização dos fatores ambientais, sobretudo da flora, observa-se a proposição pelos profissionais responsáveis, de algumas medidas mitigadoras, que, todavia, não foram consideradas de muita importância pelos profissionais que elaboraram o EAP a partir dos estudos isolados, visto que essas não se encontram mencionadas junto com as demais medidas propostas.

#### 6.2.4 Plano de monitoramento

Ao final do Estudo de impacto ambiental foram estabelecidas ações e atividades a serem monitoradas para acompanhar a

evolução dos serviços de revitalização da lagoa e verificação da implementação das medidas mitigadoras. Este plano incluía um programa de educação ambiental voltado para os trabalhadores do projeto e moradores dos bairros próximos à lagoa, um programa de monitoramento da implantação da arborização e das condições de tráfego nas ruas de acesso a lagoa, avaliação das áreas de depósito do material resultante da limpeza, entre outras atividades, com a elaboração de relatórios periódicos de acompanhamento e avaliação. Além disso, incluía um programa de monitoramento da qualidade da água, e um programa de controle do uso e ocupação do solo nos bairros onde se encontra a área de recarga da lagoa, por meio da criação de estímulos à preservação e à formação de áreas verdes nessa região.

Deste extenso plano tem sido realizado, periodicamente desde a finalização das obras, o monitoramento do nível da água da Lagoa e do lençol freático, com a elaboração de relatórios anuais (CAMPO GRANDE, 2004). Além disso, foram realizados estudos independentes, resultado de trabalhos de conclusão de curso da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal-UNIDERP, como o estudo sobre a importância de macrófitas aquáticas para a comunidade de peixes da Lagoa (GORSKI, 2004), a avaliação da qualidade da água e sua balneabilidade (REIS, 2004), o estudo da comunidade macroinvertebrados bentônicos como bioindicadores para a qualidade da água da Lagoa (SILVA, 2004), bem como projetos do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Católica Dom Bosco (PIBIC/UCDB), como o estudo de impactos físicos (CAMILLO et al., 2005) e biológicos (ZAGO & ALBUQUERQUE, 2005) provenientes do projeto urbanístico e as caracterizações da avifauna (GUIBU et al., 2005; MARTINS & ANJOS-AQUINO, 2005) e da comunidade de macrófitas aquáticas (SANTANA & ANJOS-AQUINO, 2005).

Por fim, o artigo 6º da Resolução CONAMA 001/86, IV prevê a “elaboração de um programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados” (BRASIL, 1986).

Machado (2003) ressalta que a equipe multidisciplinar será responsável pela elaboração dos programas de monitoramento, mas não pela sua execução, visto que esta se realizará após o licenciamento.

A equipe responsável pela elaboração do programa de monitoramento dos impactos o fez com excelência, incluindo programas de educação ambiental, de controle de uso e ocupação do solo, bem como, programas de acompanhamento e avaliação de alguns fatores ambientais, como qualidade da água. Resta apenas, esperar que tal programa seja efetivado pelos órgãos e instituições responsáveis.

## Conclusões

Os estudos realizados pelo EAP foram, de modo geral, bem elaborados. No entanto, o principal problema foi à ausência da multidisciplinaridade, pois embora os estudos que compõem EAP tenham sido elaborados por uma equipe que reunia profissionais de diferentes áreas, não houve uma discussão multidisciplinar dos impactos passíveis de serem gerados e das medidas necessárias para mitigá-los. Desta forma a multidisciplinaridade se limitou aos estudos de caracterização da área.

Essa é uma realidade brasileira ressaltada por Rohde (1990) quando afirma que é a inexistência de trabalho em equipe multidisciplinar ou a falta de integração da mesma, que gera um documento sem a abrangência ambiental total do ecossistema a ser alterado. Essa integração é de suma importância para que a legislação ambiental brasileira que na teoria já é um bom aparato legal para a preservação do meio ambiente e da saúde e do bem-estar das populações humanas (MILARÉ, 2001; CUSTÓDIO, 1995; ROHDE, 1990), o seja também na prática. Além disso, a discussão multidisciplinar, alcançada somente pela integração da equipe de profissionais de diferentes áreas, é importante também para que, de fato, se possa viabilizar uma real interpretação dos impactos passíveis de serem gerados, possibilitando mitigá-los ou minimizá-los.

## Referências

- AB'SABER, A. N.; MÜLLER-PLANTENBERG, C. Apresentação. In: MÜLLER-PLANTENBERG, C.; AB'SABER, A. N. (Orgs.). *Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no leste, oeste e sul. Experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.
- BASTOS, A. C.; ALMEIDA, J. R. Licenciamento ambiental brasileiro no contexto da avaliação de impactos ambientais. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (org). *Avaliação e perícia ambiental*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1999.
- BEZERRA, F. S. M. Moluscos transmissores da esquistossomose mansoni. In: NEVES, D. P. *Parasitologia humana*. 10.ed. São Paulo: Atheneu, 2000.
- BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.237, de 22 de dezembro de 1997. Regulamenta os aspectos de licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 22 dez. 1997.
- \_\_\_\_\_. Decreto n.99.274, de 06 de junho de 1990. Regulamenta a lei 6.902, de 27 de abril de 1981, e a lei 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõem, respectivamente, sobre a criação de estações ecológicas e áreas de proteção ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providencias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 07 jun. 1990.
- \_\_\_\_\_. Constituição Federal (1988). *Constituição: República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional do Meio Ambiente. Resolução n.001, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 17 fev. 1986.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providencias. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 02 set.1981.
- CALLISTO, M. *Avaliação de impactos ambientais*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2000. Disponível em: <<http://www.icb.ufmg.br/~beds/mcallisto.html>>. Acesso em: 27 ago. 2003.
- CAMILLO, C. S.; ZAGO, L.; ALBUQUERQUE, L. B.; ANJOS-AQUINO, E. A. C. Impactos ambientais provenientes do projeto “Reviva Lagoa Itatiaia”, Campo Grande-MS. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ZOOLOGIA, 25., 2004, Brasília. *Resumos...* Brasília: Sociedade Brasileira de Zoologia, 2004. p. 442.
- CAMILLO, C. S.; ALBUQUERQUE, L. B.; ANJOS-AQUINO, E. A. C. Os impactos físicos provenientes do projeto urbanístico “Reviva Lagoa Itatiaia”, Campo Grande-MS, e suas conseqüências. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UCDB/CNPQ, 9., 2005, Campo Grande-MS. *Caderno de Resumos...* Campo Grande: Editora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2005, p. 31.

- CAMPO GRANDE (Município). Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. *Relatório de monitoramento hidrogeológico: projeto urbanístico Lagoa Itatiaia*. Campo Grande, 2004. Técnico responsável: Rosemeire Luckmann.
- \_\_\_\_\_. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. *Reviva a Lagoa Itatiaia: projeto de revegetação da área de preservação ecológica*. Campo Grande, 2003.
- \_\_\_\_\_. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. *Projeto Reviva a Lagoa Itatiaia: Estudo Ambiental Preliminar*. Campo Grande, [2002?].
- \_\_\_\_\_. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. *Caracterização da fauna terrestre e ictiofauna da Lagoa Itatiaia – Campo Grande/MS*. Campo Grande, 2001. Técnico responsável: Sandra Dambrós.
- \_\_\_\_\_. Instituto Municipal de Planejamento Urbano e de Meio Ambiente. *Projeto Urbanístico Lagoa Itatiaia: estudo geológico e hidrogeológico*. Campo Grande, 2000. Técnico Responsável: Milton Saratt.
- \_\_\_\_\_. Decreto n. 7.784, de 30 de julho de 1999. Regulamenta a Lei n. 3.612, de 30 de abril de 1999, que cria o SILAM e o Fundo Municipal de Meio Ambiente – FMMA, e dá outras providências. *Diário Oficial de Campo Grande*, Campo Grande-MS, 31 de julho de 1999.
- \_\_\_\_\_. Lei Complementar n. 05, de 22 de novembro de 1995. Institui o Plano Diretor de Campo Grande e dá outras providências. *Diário Oficial de Campo Grande*, Campo Grande-MS, 23 nov. 1995.
- CUSTÓDIO, H. B. Legislação brasileira do Estudo de Impacto Ambiental. In: TAUKE-TORNISIELO, S. M.; GOBBI, N.; FOWLER, H. G. (Orgs). *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. 2.ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- FIORILLO, C. A. P. *Curso de direito ambiental brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.
- GORSKI, D. I. *Importância das macrófitas sobre a estrutura da ictiocenose na Lagoa Itatiaia, Campo Grande - Mato Grosso do Sul*, 2004. 27fp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), Campo Grande, MS, 2004. Orientador: Prof. Paulino Barroso Medina Junior.
- GUIBU, S. D.; MONTEIRO, L. M. O.; ANJOS-AQUINO, E. A. C. Aves da Lagoa Itatiaia: distribuição espacial e comportamento. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UCDB/CNPQ, 9, 2005, Campo Grande/MS. *Caderno de Resumos...* Campo Grande: Editora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2005, p.25.
- IGLESIAS, J. D. F. *Aspectos médicos das parasitoses humanas*. Rio de Janeiro: MEDSI, 1997.
- MACEDO, R. K. A importância da avaliação ambiental. In: TAUKE-TORNISIELO, S. M.; GOBBI, N.; FOWLER, H. G. (orgs). *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*. 2ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
- MACHADO, P. A. L. *Direito ambiental brasileiro*. 11.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.
- MARTINS, M.; ANJOS-AQUINO, E. A. C. Guildas tróficas da avifauna da Lagoa Itatiaia, Campo Grande/MS. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UCDB/CNPQ, 9., 2005, Campo Grande/MS. *Caderno de Resumos...* Campo Grande: Editora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2005, p. 29.
- MILARÉ, E. *Direito do ambiente: doutrina, prática, jurisprudência, glossário*. 2.ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2001.
- REIS, C. C. P. *Avaliação da balneabilidade da Lagoa Itatiaia, Campo Grande – MS*, 2004. 42fp. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), Campo Grande-MS, 2004. Orientador: Profa. Rosemary Matias.
- ROHDE, G. M. Estudos de Impacto Ambiental: a situação brasileira. In: VERDUN, R.; MEDEIROS, R. M. V. (Org). *RIMA – Relatório de Impacto Ambiental: legislação, elaboração e resultados*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1990.
- SANTANA, W. B.; ANJOS-AQUINO, E. A. C. Composição florística e distribuição espacial de macrófitas na Lagoa Itatiaia em Campo Grande/MS. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UCDB/CNPQ, 9, 2005, Campo Grande/MS. *Caderno de Resumos...* Campo Grande: Editora UCDB, 2005, p. 24.
- SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Planejamento Ambiental. *Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA: manual de orientação*. São Paulo, 1989. (Série Manuais).
- SILVA, F. H. *Levantamento de macroinvertebrados bentônicos como possíveis indicadores no diagnóstico ambiental da Lagoa Itatiaia, Campo Grande-MS*, 2004. 28f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas – Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal), Campo Grande-MS, 2004. Orientador: Prof. Paulino Barroso Medina Junior.
- ZAGO, L.; ALBUQUERQUE, L. B. Impactos biológicos decorrentes do projeto urbanístico “Reviva Lagoa Itatiaia”, Campo Grande-MS, e suas conseqüências. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UCDB/CNPQ, 9, 2005, Campo Grande-MS. *Caderno de Resumos...* Campo Grande: Editora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), 2005, p. 22.



**Agroindustrialização de Alimentos nos Assentamentos Rurais do Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena e sua Inserção no Mercado Turístico, Bonito/MS**  
Agroindustrialization of Victuals in the Rural Establishments surround of the Parque Nacional da Serra da Bodoquena and your Insertion in the Tourist Market, Bonito, MS  
*Agroindustrialisation des Aliments dans les Places Rurals à l'entour du Parc National de la Montagne de Bodoquena et son Insertion au Marché Touristique Bonito/MS*  
Agroindustrialización de los Alimentos em los Sítios Rurales al entorno del Parque Nacional da Serra da Bodquena y su inserción em el Mercado Turístico, Bonito/MS

Liliane Lacerda\*  
Lidiamar Barbosa de Albuquerque\*\*  
Sinéia Mara Zattoni Milano\*  
Márcia Brambilla\*

Recebido em 10/11/2006; revisado e aprovado em 20/2/2007; aceito em 22/2/2007.

**Resumo:** Os projetos de assentamentos rurais possibilitam o acesso a terra, entretanto as famílias assentadas ainda enfrentam dificuldades ao tentar tirar dela o seu sustento. Uma das alternativas para minimizar o problema e viabilizar a sua permanência no campo tem sido a transformação do excedente da produção familiar em produtos agroindustrializados. Assim, o objetivo deste trabalho foi capacitar pequenos produtores rurais dos Assentamentos Guaicurus e Santa Lúcia, localizados no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Bonito/MS, para a agroindustrialização de frutas e hortaliças, cultivados em bases agroecológicas. Desde sua implantação, foram produzidos 2.682 potes de conservas (2.000 vendidos e 682 consignados). Esta comercialização tem gerado ganhos socioeconômicos para os assentados ao mesmo tempo em que se propõe um modelo produtivo ambientalmente mais adequado, diminuindo a pressão sobre o Parque.

**Palavras-chave:** Assentamentos rurais; agroindustrialização; turismo; Bonito/MS.

**Abstract:** The projects of rural establishments make possible the access of land; however the families seated still have difficulties when trying to remove your support from the land. One of the alternatives to minimize this problem and to make possible your permanence in the countryside has been the transformation of the surplus of the family production in products agroindustrialized. Inside of this context, the objectives of this work were to qualify small rural producers to do the agroindustrialization of the victuals in the rural establishments Guaicurus and Santa Lúcia, located surround of the Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Bonito/MS, and to insert the women in this process of improvement of these products. This works was done in the period between April, 2004 and February, 2005. In that period 2682 pots were produced, of those 2000 they were sold and 682 are consigned at craft stores, restaurants, supermarkets, hotels and gas station. That commercialization has been generating socio-economics won and at the same time generates a productive model more appropriate for the environmental that reducing the pressure on the Park.

**Key words:** Rural establishments; agroindustrialization; tourism; Bonito/MS.

**Résumé:** Les projets de places agraires rendent possible l'accès à la terre, cependant les familles placées confrontent difficultés par essayer ôter de la terre leur subsistance. Une des alternatives pour diminuer le problème et possibiler la permanence à la campagne a été la transformation de l'excédant de la production familial en produits agroindustrialisés. Ainsi, l'objectif de ce travail a été qualifier modestes producteurs agraires dans les Places Guaigurus et Santa Lúcia, placés a l'entour du Parc National de la Montagne de Bodoquena, Bonito / MS, pour l'agoindustrialisation de fruits e plantes potagères, cultivés em bases agroecologiques.. Depuis son implantation, 2.682 pots de conserve (2.000 et 682 consignés ) ont été produits. Cette comercialisation a engendré profits sociaux et économiques pour les familles placées au même temps que propose um modele productif ambientallement plus approprié, avec la dininution de la préssion sûr le Parc.

**Mots-clé:** Places agraires; agroindustrialisation; tourisme; Bonito/MS.

**Resumen:** Los proyectos de sítios rurales hacen la posibilidad del acceso à la tierra, todavia las familias que viven em los sítios aún tienen dificultades em la tentativa de sacar la tierra su subsistència. Uma de las alternativas para minimizar el problema y hacer posible su permanència em el campo tiene sido el cámbio del excedente de la producción familiar em productos agroindustrializados. Así, el oyectoivo de este trabajo fue capacitar pequeños productores rurales em los Sítios Guaicurus y Santa Lúcia, ubicados em el entorno del Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Bonito / MS, para la agroindustrialización de frutas y vegetales, cultivados em basies agroecológicas. Desde su implantación, fueron producidos 2.682 potes de conserva ( 2.000 vendidos y 682 consignados). Esta comercialización tiene generado gaños socioeconómicos para los sitiados al mismo tiempo em que se propone um modelo productivo ambientalmente más apropiado, haciendo la diminución de la presión sobre el Parque.

**Palabras clave:** Sítios rurales; agroindustrialización; turismo; Bonito/MS.

\* Fundação Neotrópica do Brasil. (lili\_bio@yahoo.com.br; pedaserra@fundacaoneotropica.org.br; www.fundacaoneotropica.org.br).

\*\* Professora do Curso de Biologia da Universidade Católica Dom Bosco. (lidiamar98@yahoo.com).

## 1 Introdução

A concentração de terras no Brasil tem suas origens na época do descobrimento. A má distribuição da propriedade da terra é o traço mais marcante, e ao mesmo tempo a principal distorção da estruturação fundiária no Brasil. Para minimizar os efeitos deste modelo surgiram as políticas públicas de reforma agrária. Segundo Sparovek (2003), “reforma agrária é um termo utilizado para descrever distintos processos que procuram dar acesso à posse da terra e aos meios de produção para os trabalhadores rurais que não a possuem ou possuem apenas em pequena quantidade, constituindo-se em um agente transformador e ao mesmo tempo criador de espaços diferenciados”. Inseridos nesse processo de transformação, os assentamentos são considerados uma importante alternativa de trabalho e inserção social porque vêm possibilitar o acesso à propriedade da terra para uma população que, principalmente nesses últimos 50 anos de história do Brasil, vem sendo excluída dos benefícios sociais.

Entretanto, “o grande desafio da reforma agrária é ser transformada em instrumento efetivo de desenvolvimento local” (BUAINAIN, 2003). Desamparados por uma política agrária que beneficia o grande produtor, com vistas à exportação em larga escala, os pequenos produtores, sem condições competitivas de mercado, abandonam suas pequenas propriedades e migram para a periferia das grandes cidades, em busca de outro meio de vida. O resultado é o agravamento dos problemas sociais urbanos, aumento da miséria, da fome, da marginalidade, do desemprego e dos problemas ambientais.

### 1.1 Agroindustrialização do excedente da produção familiar como alternativa produtiva para o pequeno produtor rural do município de Bonito/MS

Produzir na pequena propriedade rural tem sido possível, mesmo em condições adversas. Entretanto, um dos grandes entraves para o produtor de pequena escala é a comercialização do excedente de sua produção. Uma das soluções encontradas para

minimizar o problema tem sido a verticalização desta produção. “Entende-se por verticalização no campo a transformação do produto *in natura* em um produto agroindustrializado” (HOMEM DE CARVALHO, 2003). A verticalização agrega valor ao produto quando o transforma, e tira-o da condição de perecível quando permite ao produtor aguardar a hora adequada para comercialização, sem a necessidade de venda imediata após a colheita. Essa proposta de trabalho tem transformado o espaço rural brasileiro ocupado pelos pequenos produtores, em uma nova possibilidade de aumento de sua renda.

O processo crescente de urbanização da sociedade brasileira tem aumentado a demanda por produtos agroindustrializados, e, associado a isso, cresce a valorização de produtos genuinamente regionais, principalmente aqueles comercializados em regiões com apelo turístico.

Na região de Bonito/MS, os recursos naturais, tanto reais quanto potenciais, funcionam como elementos atrativos para o turismo. Frente a essas e muitas outras peculiaridades do município, a região é considerada como um espaço privilegiado para a comercialização de produtos agroindustrializados. A dificuldade de comercialização encontrada pelos pequenos produtores, que já foi um dos maiores desestímulos à produção agrícola regional, atualmente encontra no comércio turístico local e na Feira do Produtor Rural, recentemente criada no município, uma oportunidade de negócio.

No sentido de oferecer uma alternativa para minimizar os problemas impostos pelo atual modelo econômico, levando em conta o potencial ecoturístico regional e a necessidade de conservação do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, a Fundação Neotrópica do Brasil, uma organização não-governamental ambientalista, idealizou o projeto “Qualificação e Diversificação da Produção de Alimentos pelas Mulheres dos Assentamentos Rurais do Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena”. Este trabalho de capacitação foi elaborado como complementação das ações de outro projeto desenvolvido pela mesma fundação, o “Projeto Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena”.



Dentre as diversas atividades do Projeto Ecodesenvolvimento, um dos componentes é incentivar e apoiar práticas agroflorestais de produção, em bases agroecológicas, nos assentamentos rurais localizados no entorno do Parque. O projeto de capacitação para a agroindustrialização do excedente dessa produção, tem por objetivos fortalecer e complementar esta atividade, fazendo uso do potencial do mercado turístico regional. Desta forma, a ação da Fundação Neotropical nos assentamentos, pretende dar ao assentado rural e sua família condições de produzir, industrializar e comercializar seus produtos, garantindo-lhes emprego, renda e vida digna, ao mesmo tempo em que diminui a pressão exercida pela ocupação humana sobre a área do Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

Dentro deste contexto, o presente trabalho tem por objetivo fazer a agroindustrialização dos alimentos nos assentamentos rurais Guaicurus e Santa Lúcia, situados no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, em Bonito/MS, inserindo as mulheres no beneficiamento desses produtos. Para alcançar esse objetivo geral, o projeto teve como objetivos específicos: (a) Oferecer qualificação de mão-de-obra para a agroindustrialização de frutas e hortaliças em geral; (b) Agregar valor aos produtos dos assentamentos, a partir do cultivo com bases agroecológicas, transformando a produção *in natura* em produtos agroindustrializados; (c) Contribuir para a conservação do Parque Nacional da Serra da Bodoquena; (d) Fortalecer a "Feira dos Pequenos Produtores", diversificando a oferta e melhorando a apresentação dos produtos comercializados; (e) Contribuir para a inserção dos produtos agroindustrializados no crescente mercado turístico do município de Bonito; (f) Melhorar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

## 2 Procedimentos metodológicos

### 2.1 Caracterização da área de abrangência

Este trabalho foi realizado nos projetos de assentamentos rurais Santa Lúcia e Guaicurus, situados no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena, Bonito/MS.

### 2.1.1 O Parque Nacional da Serra da Bodoquena

O Parque Nacional da Serra da Bodoquena foi criado em 21/09/2000. "Sua área possui um imenso patrimônio natural, em boas condições de preservação, abrigo a maior extensão de florestas naturais do estado de Mato Grosso do Sul. O Parque é formado por duas áreas bem próximas uma da outra, somando 76.481 ha. A área Norte, com 27.797 ha, engloba parte da Bacia do Rio Salobra, e a Sul, com 48.684 ha, parte da Bacia do Rio Perdido. Sua área de influência abrange os municípios de Bonito, Bodoquena, Porto Murtinho e Jardim, localizados no sudoeste do Estado, na região Centro-Oeste brasileira" (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, 2004).

O Parque é caracterizado por um maciço rochoso elevado com altitudes que variam de 450 a 650 metros onde se encontra um dos últimos remanescentes da floresta estacional semi-decidual. Nas áreas elevadas infiltram as águas pluviais que abastecem os rios que cortam a Serra da Bodoquena. "A manutenção das condições ambientais desta parte da serra se tornou indispensável não apenas do ponto de vista ecológico, mas também social, econômico e político, ainda mais que entre as 87 áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade no bioma Cerrado e no Pantanal, a Serra da Bodoquena foi considerada de elevada importância, devido à riqueza de espécies e os endemismos" (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, 2004).

### 2.1.2 O município de Bonito

A colonização de Bonito data de meados do século XIX, "quando as primeiras habitações foram edificadas na outrora Fazenda Rincão Bonito. Sua fundação foi oficializada pelo decreto do governador de 14/06/1927. Bonito passaria à categoria de município somente em 02/10/1948" (DIAS, 1998). O Município de Bonito (21° 07' 16"S e 56° 28' 55"W) possui uma área total de 4.934 km<sup>2</sup>, correspondendo a 1,40% das terras do Estado, faz limite com os municípios de Bodoquena (N e NO), Miranda (N), Anastácio (NE), Nioaque (L), Guia Lopes da Laguna (SE), Jardim (S) e Porto Murtinho

(SO e O). De acordo com o Anuário Estatístico de Mato Grosso do Sul – 1993 – SEPLAN-MS, o município de Bonito abriga uma população de 17.948 habitantes, dos quais 8.344 residentes na zona urbana e 9.604 na zona rural.

Apesar da longa distância dos grandes centros urbanos do país, Bonito destaca-se, regionalmente, como uma área promissora dentro do Estado, em função de sua beleza cênica. “Bonito aparece no cenário sul-mato-grossense como uma região de expressão, especialmente pela fama propiciada pelo turismo, além das reservas de recursos minerais, principalmente calcários e mármore, ou pelo desenvolvimento da atividade pecuária na região há muitos anos” (DIAS, 1998).

### 2.1.3 Assentamento Guaicurus

Criado oficialmente em 1986, o assentamento Guaicurus tem 2.722 ha de área e comporta atualmente, 120 famílias e aproximadamente 500 pessoas. O assentamento está a Sudoeste da porção Norte do parque. Para acessá-lo a partir de Bonito é necessário passar por entre as duas partes que compõem o parque. Suas terras estão localizadas entre a área do Parque e a Terra Indígena Kadiwéu.

A característica do solo é de regiões montanhosas com afloramentos rochosos notáveis. Também tem escassez de água, o que dificulta ainda mais a agricultura. “Apenas 1% de suas terras é cultivada com agricultura de subsistência e o restante é ocupado com pastagens” (FUNDAÇÃO NEOTRÓPICA DO BRASIL, 2004).

De acordo com Milano (2002), o “assentamento possui duas reservas legais bastante degradadas e segundo informações de alguns moradores, ainda se retira madeira dessas áreas para utilização em algumas propriedades, uma vez que muitas não possuem madeira para o próprio consumo, comprovando a existência do extrativismo irregular”.

### 2.1.4 Assentamento Santa Lúcia

Em 1998, o Governo Federal, através do INCRA, “desapropriou 1.026,74 ha de

terras da Fazenda Santa Lúcia, no município de Bonito, dando início ao projeto de assentamento de 37 famílias, somando aproximadamente 100 pessoas” (IDATERRA, 2001). Suas divisas estão próximas ao lado leste da porção sul do parque, em sentido a Porto Murtinho pela MS-178.

Os solos, onde hoje está o Santa Lúcia, são aptos à prática agrícola desde que corrigida sua acidez. A pecuária é desenvolvida em menor ou maior grau por todos os assentados, apresentando um potencial para o incremento da bovinocultura de leite e culturas anuais,. Paralelamente à bovinocultura, ocorre, em menor escala, a suinocultura e a criação de galinha caipira. “Para àqueles produtores que seguem as orientações técnicas, a produtividade tem sido satisfatória, tanto da agricultura como da pecuária” (MILANO, 2002).

De acordo com Milano (2002), o “assentamento possui duas áreas de preservação permanente. Uma compreendida em 216,52 ha de várzea, em região de nascentes do Rio da Prata, cujas águas drenam para o Rio Miranda que por sua vez é afluente do Rio Paraguai e outra, uma área de reserva legal, com 205,88 ha de vegetação natural em estágio avançado de regeneração. Esta última tem sido utilizada irregularmente, por alguns moradores, como área de pastagem”.

## 2.2 Projeto Pé-da-Serra

O projeto “Qualificação e diversificação da produção de alimentos pelas mulheres dos Assentamentos Guaicurus e Santa Lúcia, localizados no entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena” conta com o apoio financeiro do Programa de Pequenos Projetos (PPP), Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF) e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), aprovado em setembro de 2003, com duração de 18 meses. Os dados apresentados neste trabalho são referentes aos meses de abril de 2004 a fevereiro de 2005.

Considerando o papel fundamental da mulher na transmissão de conhecimentos dentro da família e na comunidade em geral, optou-se por investir na capacitação do gênero feminino, ou seja, das produtoras rurais dos assentamentos Santa Lúcia e

Guaicurus, valorizando suas capacidades produtivas e inserindo-as diretamente no processo de geração de renda familiar.

Este projeto foi desenvolvido em 7 etapas:

#### 2.2.1 Assinatura do termo de adesão

Em Agosto de 2003, para a elaboração do projeto, foram realizadas visitas técnicas aos assentamentos para conhecer o espaço, a sua realidade socioeconômica e avaliar a sua capacidade produtiva.

Em janeiro de 2004, foram organizadas reuniões nas comunidades para discussão coletiva sobre alternativas de produção que fossem ao mesmo tempo lucrativas e ambientalmente mais adequadas em relação as tradicionais formas de produção até então desenvolvidas na região.

O passo seguinte, após consenso sobre as ações a serem implementadas pelo projeto, os interessados em participar das atividades assinaram um "Termo de Adesão ao Projeto" o qual foi anexado à proposta de trabalho apresentada ao órgão financiador.

#### 2.2.2 Adequação da estrutura das sedes dos assentamentos para a criação de cozinhas comunitárias.

Para iniciar o processo de capacitação e industrialização dos produtos, foi necessária a criação de cozinhas comunitárias nos dois assentamentos, obedecendo a normas da Secretaria de Saúde/Vigilância Sanitária. Para a criação das cozinhas, foram realizadas reuniões com os presidentes das associações de moradores dos Assentamentos Santa Lúcia e do Guaicurus, além de membros das comunidades, para serem autorizadas obras de reformas para adequações das estruturas das sedes desses assentamentos em cozinhas comunitárias. Para a execução dessas obras, foi estabelecida parceria com a Prefeitura Municipal de Bonito, que cedeu arquiteto e materiais de construção para a sua realização. As obras foram iniciadas em agosto e terminaram em setembro de 2004, em ambos os assentamentos.

#### 2.2.3 Organização de cursos

Dando início às atividades do projeto, propriamente ditas, foram planejados cursos de capacitação. Para esta atividade, firmou-se parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural/SENAR que se responsabilizou pela realização da maioria dos cursos planejados. Todo o planejamento foi elaborado para diversificar e qualificar a mão-de-obra das mulheres dos assentamentos rurais para a agroindustrialização do excedente de sua produção. Foram agendados 02 (dois) cursos de processamento de alimentos para o ano de 2004: "Processamento de Frutas e Hortaliças em Conservas Doces e Salgadas e Produção Caseira dos Derivados da Mandioca", ambos realizados respectivamente, em junho e novembro.

#### 2.2.4. Criação da marca, compra de embalagens, elaboração e compra de rótulos e etiquetas e criação do material de divulgação.

Uma tarefa importante foi à criação de uma marca que identificasse o projeto e pudesse abrigar todos os produtos. O passo seguinte incluiu a criação de rótulos, etiquetas e material de divulgação. Os rótulos obedeceram às normas básicas da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, com a impressão de informações sobre o produto e com o carimbo de autorização para a comercialização. A elaboração de etiquetas mereceu uma atenção especial. Elas serviriam para acompanhar cada um dos produtos, como um "Certificado de Origem".

#### 2.2.5 Organização da produção

Com a estrutura da cozinha montada e os detalhes das embalagens prontos, deu-se início a produção dos doces e conservas. A produção foi iniciada com a normatização do uso das cozinhas comunitárias e de seus utensílios, bem como com a organização da utilização de embalagens, rótulos e etiquetas. Elegeu-se uma coordenadora para cada assentamento.

### 2.2.6 Comercialização

Para a inserção dos produtos agroindustrializados no mercado de Bonito, foi organizado um lançamento formal na Feira do Produtor, com baile animado por músicos moradores dos assentamentos e palestras sobre o projeto, nos quais compareceram as comunidades dos assentamentos, autoridades locais e a população da cidade em geral.

O projeto também capacitou as mulheres para a venda de seus produtos. Para o cumprimento desta meta, pelo menos uma pessoa da comunidade produtora acompanhou um dos coordenadores da Fundação Neotrópica nas visitas aos estabelecimentos comerciais. No primeiro contato com os revendedores, explicou-se os objetivos do projeto e solicitou-lhes a cooperação e a parceria.

O resultado da venda foi repassado para cada um dos grupos produtores. Antes, porém, fez-se a dedução do valor da embalagem, do rótulo e da etiqueta, inicialmente adquiridos com recursos do projeto, para garantir a sustentabilidade do processo.

### 2.2.7 Avaliação dos produtos

Como forma de se avaliar a aceitação dos produtos no mercado, foram criadas tabelas para o controle de venda e consignação. Dessas tabelas foram retirados dados, tais como: produtos mais vendidos, quantidade total vendida, total de pontos de venda e em qual categoria se inserem (restaurantes, hotéis, pousadas, supermercados, lojas de artesanato, dentre outras).

Periodicamente, visitam-se os estabelecimentos do comércio onde estão expostos os produtos para avaliar se sua aparência continua a mesma, ou seja, se apresentam descoloração ou qualquer outro indicativo de contaminação. Em caso positivo, providencia-se a substituição imediata do mesmo.

## 3 Resultados e Discussões

Através da assinatura do termo de adesão, 17 pessoas do assentamento Santa Lúcia e 36 pessoas do Guaicurus confirmaram sua participação no projeto. Entretanto, como participantes efetivos foram conside-

rados os que fizeram os cursos de capacitação e os que produziam frutas e legumes em suas hortas e pomares.

Para cumprir exigências da Vigilância Sanitária e iniciar o processo de capacitação e industrialização, foram implantadas as cozinhas comunitárias, uma em cada assentamento para o processo de beneficiamento, pois a vigilância exige que se tenha um local apropriado, obedecendo as normas básicas de instalação. Essas “cozinhas comunitárias” foram equipadas, com recursos do projeto, com (1) um fogão semi-industrial, (1) um freezer doméstico tamanho médio, painéis de diversos tamanhos e outros equipamentos básicos.

Antes dessa adequação, ocorreram 02 cursos de capacitação em 2004. O primeiro, em julho, de “Conserva de Frutas e Hortaliças” com a participação de 12 mulheres no assentamento Santa Lúcia e 12 no Guaicurus. O segundo, em novembro, “Produção caseira dos Derivados da Mandioca”, com a participação de 15 alunas no Santa Lúcia e 12 no Guaicurus.

A diferenciação e originalidade dos produtos da pequena agroindústria têm sido apontadas como uma importante estratégia para a inserção e ampliação de espaço no mercado. Esta diferenciação, entretanto, não é suficiente. Segundo Araújo (2005) é necessária a promoção de uma nova relação, mais estreita da pequena agroindústria com os consumidores, com base em um “conceito referencial” de qualidade, com uma categorização dos produtos, constituindo e fortalecendo marcas locais dos assentamentos, associadas à sua cultura e à sua realidade”.

Essa premissa embasou a escolha da marca “Pé-da-Serra”, por ser um indicativo da localização geográfica dos assentamentos, bem como a criação das etiquetas como um “certificado de origem”, indicando o produtor, o local de produção, as características básicas do produto, a história e os objetivos do projeto. Assim, os produtos são diferenciados dos demais por representar uma marca regional, além de se tornarem competitivos também pelo seu processo de produção e suas características intrínsecas. De acordo com o Pronaf (2005), “um conjunto de características podem ser incorporadas aos alimentos e, assim, materializar a diferenciação dos pro-

duto da pequena agroindústria, numa associação com o local de sua produção e com o saber-fazer dos agricultores, conferindo-lhes sabor peculiar, apreciado por um percentual cada vez maior da população”.

Após a etapa de criação da marca, foi elaborado um *layout* para rótulos, etiquetas e outros materiais de divulgação. Foram confeccionados 15 (quinze) banners medindo 60x90 cm, expostos em diversos pontos de venda e 02 (dois) banners medindo 1,80x1,00 m, que acompanham a exposição do projeto em diversos eventos. Também, foram providenciadas toalhas de mesa e uniformes com a marca Pé-da-Serra. Esse material é utilizado pelas produtoras na Feira do Produtor, local de venda direta dos produtos Pé-da-Serra e em outros eventos de demonstração dos produtos. Para a legalização da comercialização dos produtos, providenciou-se a documentação necessária ao cadastramento junto à Secretaria Municipal de Vigilância Sanitária do município, onde se obteve o registro n. 13/04 da inspeção sanitária.

Com a estrutura da cozinha montada e os detalhes das embalagens prontos, a produção dos doces e conservas Pé-da-Serra foi iniciada após a organização da produção por parte da Fundação Neotrópica do Brasil. Para tal, foram realizadas reuniões com as mulheres interessadas em participar do projeto, nas quais se decidiram normas básicas para utilização da cozinha. Também foi decidido a escolha de uma coordenadora geral da cozinha para cada assentamento, a qual foi incumbida de controlar os dias e a quantidade de produção, estoque de potes (embalagens), organização e limpeza das cozinhas, rotulagem e etiquetagem dos produtos, dentre outras atividades.

As mulheres também decidiram se organizar em grupos de produção. Em ambos os assentamentos, Santa Lúcia e Guaicurus, foram montados 03 (três) grupos, totalizando 10 mulheres em cada um. Dessa forma, em outubro, elas começaram a produção dos doces e conservas de legumes existentes nos seus lotes (Tabela 1).

Tabela 1 - Relação dos produtos Pé-da-Serra produzidos nos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus, Bonito, MS.

Produtos Pé-da-Serra	(b) Locais de comercialização				
	Bonito	Jardim	Nioaque	Miranda	Campo Grande
<b>(c) Doces</b>					
Mamão ralado	X	X	X		X
Mamão em pedaço	X	X	X	X	X
Mamão com abóbora	X				
Abóbora em pasta	X	X	X		X
Abóbora em pedaço	X	X	X	X	X
Laranja	X	X	X	X	
Laranja com abóbora	X				
Goiaba	X	X	X	X	
Leite	X	X	X	X	X
Manga	X	X		X	
Carambola	X	X	X	X	X
Pêssego	X				
<b>(d) Geléias</b>					
Acerola	X	X	X	X	X
Goiaba	X		X	X	X
Laranja	X	X	X	X	X
Limão	X	X	X	X	X
Tamarindo	X				
Jabuticaba	X				
Abóbora	X	X	X		X
<b>(e) Sucos</b>					
Manga	X		X	X	X
Maracujá	X	X	X		X
<b>(f) Conservas</b>					
Pimenta	X	X	X	X	X
Legumes	X	X	X	X	X

Para a inserção dos produtos Pé-da-Serra no mercado de Bonito, foi realizado um lançamento na Feira do Produtor, com um baile e palestra sobre o projeto, para as quais foram convidadas todas as comunidades dos assentamentos e a população em geral da cidade. No período de novembro

de 2004 a março de 2005, foram produzidos 2682 potes (Tabela 2). Com o sucesso do lançamento, a inserção dos produtos nas lojas de Bonito foi facilitada, em função da apresentação do produto em embalagens atraentes e do carimbo do serviço de inspeção sanitária.

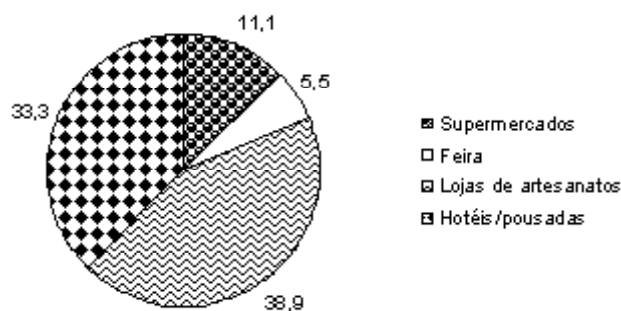
Tabela 2 - Total de produção, venda, consignação e estoque dos produtos Pé-da-Serra, produzidos nos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus, Bonito, MS.

<i>(g) Assentamento</i>	<b>Produção</b>	<b>Venda</b>	<b>Consignação</b>	<b>Estoque</b>
<i>Santa Lúcia</i>	1975	1094	348	533
<i>Guaicurus</i>	707	451	243	13
<b><i>(i) Total</i></b>	<b>2682</b>	<b>1545</b>	<b>591</b>	<b>546</b>

“Com a expansão da produção, cresce naturalmente a necessidade de ampliar os pontos de venda que viabilizem a comercialização dos produtos” (Homem de Carvalho, 2003). E, por Bonito ser uma cidade turística e apresentar um grande potencial de mercado a tudo que se relaciona a produtos rurais, tem-se atualmente 18 pon-

tos de venda das compotas e conservas Pé-da-Serra no município (Figura 1). O sucesso que os produtos Pé-da-Serra vêm alcançando é em função de serem genuinamente regionais, associado a isso tem o fato de serem produzidos em uma cidade turística e, não possuem adição de produtos químicos.

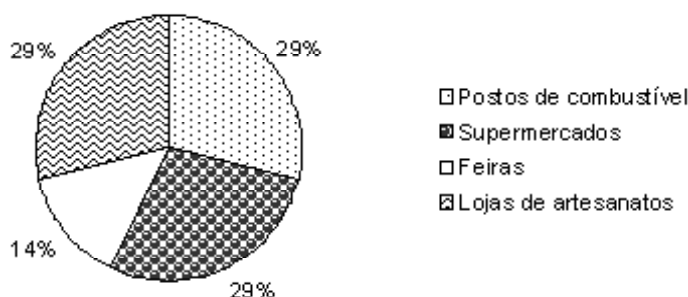
Figura 1 - Pontos de venda dos produtos Pé-da-Serra, produzidos nos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus, Bonito, MS.



Além desses fatores, percebe-se em Bonito uma transformação no próprio comportamento populacional, após a abertura do seu espaço para o turismo. De acordo com Dias (1998), “a necessidade de uma adequação a um setor econômico ligado, diretamente, à satisfação de grupos sociais destinados ao lazer, implica, necessariamente, na ado-

ção de conceitos e comportamentos refinados pela sociedade local”. Percebeu-se isso através da grande aceitação dos produtos Pé-da-Serra pela população local e turista, o que tem propiciado a inserção dos produtos em outros municípios como Campo Grande, com 4 pontos de venda, Jardim, 1, Miranda, 1 e Nioaque, 1 (Figura 2 e Tabela 1).

Figura 2 – Pontos de venda dos produtos Pé-da-Serra nos municípios de Campo Grande, Jardim, Miranda e Nioaque, MS.



De novembro de 2004 até fevereiro de 2005, foram vendidos 1545 potes (Tabela 2) e 591 estão atualmente consignados nas lojas de artesanato, restaurantes, supermercados, hotéis/ pousadas e postos de combustível dos municípios citados acima.

Entretanto, por ser uma atividade complexa, não se pode conceber que a agroindustrialização seja a solução única e imediatamente aplicável para a geração de renda e agregação de valor à produção dos assentados. Apesar do impacto econômico se dar de uma forma significativamente positiva, com a dinamização da economia local, as produtoras do projeto queriam que o retorno financeiro fosse mais rápido. Mas, o faturamento líquido por cada assentamento foi em média de R\$ 206,00 por semana, desta forma a movimentação financeira foi em torno de R\$ 824,00 por mês. Tendo em vista que, muitas mulheres não tinham renda mensal ou quando possuíam era resultado da venda de produtos *in natura* na Feira do Produtor, esse dinheiro veio complementar a renda familiar. Segundo Homem de Carvalho (2003), “é favorecido um modelo de desenvolvimento local sustentável, onde o estímulo para a melhoria da economia está condicionado ao surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a (re)aplicação da renda no próprio município e arredores. Uma consequência imediata é o surgimento e/ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento do consumo de alimentos, de vestuário, calçados, de eletrodomésticos, de equipamentos, ferramentas e materiais de construção, e outros insumos usados na produção e industrialização agropecuária”.

Com a aceitação e comercialização cada vez maior dos produtos, houve um avanço no que se refere a ganhos sócio-econômicos. Mesmo nos casos em que as produtoras se mostraram insatisfeitas com a renda, foi possível identificar lucros, que foi reinvestido no negócio. Isto levou ao entendimento de que a agroindústria, no caso estudado, além de representar fonte de renda complementar tem servido como instrumento de mudança da postura do trabalhador rural diante do mundo dos negócios. Observa-se que algumas mulheres, começam a fazer o controle das despesas e receitas, demonstrando maior discernimento sobre os mecanismos de mercado e capacidade de gestão de seus negócios. Está havendo, sem dúvidas, a assimilação de elementos que até então não faziam parte de sua realidade.

A verticalização dos produtos agrícolas em pequena escala, no próprio ambiente rural apresentou-se como a melhor alternativa para a capitalização dos assentamentos Santa Lúcia e Guaicurus, precisamente por permitir a ocupação da mão-de-obra familiar na atividade produtiva e a agregação de valor aos produtos. Por outro lado, deu uma nova motivação para as comunidades, que não tinham muitas opções de geração de renda. Segundo Brasil (2005), “a implantação de agroindústrias é uma das alternativas econômicas para a permanência dos agricultores familiares no meio rural. Oportuniza a inclusão social especialmente de segmentos menos privilegiados como, por exemplo, as mulheres, os idosos e os jovens. Para essas pessoas pode representar o (re)início da construção de cidadania, bem como uma oportunidade de resgate de valores sociais e culturais. É uma

importante alternativa para promover a participação dos assentamentos no processo produtivo e no mercado”.

Pode-se citar, também, como fator positivo deste trabalho, o fato de ter tirado da clandestinidade algumas produtoras caseiras que produziam sem inspeção sanitária, oferecendo-lhes oportunidades e condições para produzir com qualidade e de acordo com as exigências legais do mercado. Essas mulheres começaram a ofertar e consumir alimentos de qualidade, livres de aditivos químicos e suprimiram suas dificuldades em manter estoque mínimo de matéria-prima, para garantir a frequência necessária de abastecimento do mercado.

### Considerações Finais

O sucesso que os produtos Pé-da-Serra vêm alcançando pode ser creditado a diversos fatores, entre os quais o fato de ser genuinamente regional, de boa qualidade e apresentação, produzidos artesanalmente com matéria prima cultivada em bases agroecológica e sem adição de produtos artificiais. Todos esses fatores, agregados ao potencial de um mercado turístico em expansão, fazem dos produtos Pé-da-Serra uma alternativa viável e criativa de desenvolvimento local. Segundo Homem de Carvalho (2003), “é favorecido um modelo de desenvolvimento local sustentável, onde o estímulo para a melhoria da economia está condicionado ao surgimento de iniciativas que favoreçam o aumento, a permanência e a (re)aplicação da renda no próprio município e arredores. Uma consequência imediata é o surgimento e/ou fortalecimento do comércio local, estimulado pelo aumento do consumo de alimentos, de vestuário, calçados, de eletrodomésticos, de equipamentos, ferramentas e materiais de construção, e outros insumos usados na produção e industrialização agropecuária”.

Com este trabalho concluiu-se que com determinação e investimento, por parte da

Fundação Neotrópica do Brasil, e força de vontade, por parte dos assentados, pôde-se fazer a inclusão sócio-econômica dessas comunidades através de trabalho digno e promissor. Aliado a este fato, tem-se o ganho ambiental com a diminuição da pressão extrativista sobre o Parque Nacional da Serra da Bodoquena.

### Referências

- ARAÚJO, M. L. C. *Luta pela terra e modernização da agricultura*. Disponível em: <[www.fundaj.gov.br/docs/text/araujo.doc](http://www.fundaj.gov.br/docs/text/araujo.doc)>. Acesso em: 20 jan. 2005.
- BRASIL. *Programa de Turismo Rural na Agricultura Familiar*. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Disponível em: <[www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismo\\_rural.pdf](http://www.pronaf.gov.br/turismo/programadeturismo_rural.pdf)>. Acesso em: 15 mar. 2005.
- BUAINAIN, A. M., Pires, D. *Reflexões sobre reforma agrária e questão social no Brasil*. Disponível em: <[www.ucg.br/jur/plaestras\\_pdf/AntonioBuainain.pdf](http://www.ucg.br/jur/plaestras_pdf/AntonioBuainain.pdf)>. Acesso em: 15/02/2003.
- DIAS, J. *As potencialidades paisagísticas de uma região cárstica: o exemplo de Bonito, MS*. Dissertação de Mestrado. Presidente Prudente, 1998, 183 p.
- Fundação Neotrópica do Brasil, *Projeto Ecodesenvolvimento no Entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena*, 2004.
- HEREDIA, B. Medeiros, L. Palmeira, M. Cintrão, R. Leite, S. P. *Assentamentos rurais e perspectivas da reforma agrária no Brasil*. Disponível em: <[http://www.mst.org.br/informativos/minforma/estudo\\_ufrrj.rtf](http://www.mst.org.br/informativos/minforma/estudo_ufrrj.rtf)>. Acesso em: 16 fev. 2005.
- HOMEM DE CARVALHO, J. L. *Prove - Programa de Verticalização da Pequena Produção Familiar*. Brasília. Programa de Gestão Urbana/UNHABITAT, 2. ed, 2003.
- IDATERRA - Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul - *Plano de Desenvolvimento Sustentável Projeto de Assentamento Santa Lúcia, Bonito/MS*, 2001.
- Milano, S. M. Z. *Diagnóstico Socioeconômico do entorno do Parque Nacional da Serra da Bodoquena*, 2002.
- PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *O que é agricultura familiar*. Disponível em: <<http://www.pronaf.gov.br>>. Acesso em 08 mar. 2005.
- SPAROVEK, G. *A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira*. São Paulo: Páginas & Letras Editora e Gráfica, 2003.



# Atividades Agrícolas no Assentamento Iracema (PI) e suas repercussões sobre o Meio Ambiente

Agricultural activities in Assentamento Iracema (PI) and its repercussions on the Environment

*Activités Agricoles em le Place Iracema (PI) et leurs répercussions sùr Le Moyen Environment*

*Actividades Agrícolas em el Sítio Iracema ( PI) y sus repercusiónés sobre el Médio Ambiente*

Lúcia de Fátima Correia de Castro\*  
Jaíra Maria Alcobaça Gomes\*\*

Recebido em 17/8/2006; revisado e aprovado em 15/12/2006; aceito em 10/2/2007.

**Resumo:** Os assentamentos rurais no Brasil têm incorporado preocupações com a sustentabilidade econômica e preservação ambiental. Analisam-se as atividades agrícolas e suas repercussões sobre o meio ambiente no Assentamento Iracema, localizado no município de Buriti dos Lopes (PI), através de pesquisa direta realizada em maio de 2004. A sustentabilidade ambiental depende da capacitação das famílias assentadas em técnicas agrícolas, que conservem os recursos naturais, no que diz respeito à não utilização da área de reserva permanente.

**Palavras-chave:** Reforma agrária; assentamentos rurais; políticas de desenvolvimento e sustentabilidade.

**Abstract:** The agricultural nestings in Brazil have incorporated concerns with the economic sustentabilidade and ambient preservation. The agricultural activities and its repercussions are analyzed on the environment in the Iracema Nesting, located in the city of Buriti of Lopes (PI), through carried through direct research in May of 2004. The ambient sustentabilidade depends on the qualification of the families seated in agricultural techniques, that conserve the natural resources, in that says respect to not the use of the area of permanent reserve.

**Key Words:** The agrarian reformation; agricultural nestings; politics of development and sustentable.

**Résumé:** Les places agricoles em Brésil sonnt em train d'incorporer préoccupations avec la soutenabilité économique et la préservation ambiental. Les activités agricoles sonnt analysées et leurs répercussions sùr le moyen environment au Place Iracema à la ville de Buriti dos Lopes (PI), a través de la recherche directe réalisé en mai de 2.004. La soutenabilité ambiental dépend de la capacitation des familles placées em techniques agricoles que conservent les ressources naturels, sùr qu'il s'agit à non utilisation de la surface de réserve permanete.

**Mots-clé:** Reforme Agraire; places agricoles; politiques de développement et soutenabilité.

**Resumen:** Los sítios rurales em Brasil tienen incorporado preocupaciones com la sostenibilidad económica y preservación ambiental. Analisanse las actividades agrícolas y sus repercusiónés sobre el médio ambiente em el Sítio Iracema, ubicado em la ciudad de Buriti dos Lopes (PI) através de la búsqueda directa realizada em mayo de 2.004. La sostenibilidad ambiental está relacionada com la capacitación de las famílias concentradas em técnicas agrícolas, que conserven los recursos naturales, em lo que dice à respecto à no utilización de la área de reserva permanente.

**Palabras clave:** Reforma agrária; sítios rurales; políticas de desarrollo y sostenibilidad.

## Introdução

O objeto de análise deste artigo são as atividades agrícolas desenvolvidas no Assentamento Iracema e suas repercussões sobre o meio ambiente. O Assentamento, situado no Município de Buriti dos Lopes, é resultado da ação do Governo Federal segundo as normas do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e do Programa de Reforma Agrária, via desapropriação por interesse social, executado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

A área do Assentamento é indicada em seu Plano de Desenvolvimento Sustentável

como possuidora de potencialidades para garantir sustentabilidade econômica e ambiental, assegurando melhores condições de vida para as famílias. Nesta perspectiva, analisar as atividades agrícolas e buscar compreender a situação de trabalho dos assentados e seus efeitos no meio ambiente, como uma estratégia de sobrevivência. A análise apresentada resulta de uma pesquisa direta realizada no Assentamento em maio de 2004.

Discute-se a Política de Assentamento no Brasil como modelo de reforma agrária, origem e classificação dos assentamentos e dificuldades de gestão, potencialidades econômicas, sociais e ambientais do

\* Mestranda PRODEMA/TROPEN/UFPI (luciafcastro@bol.com.br).

\*\* Professora do Depto. de Economia e PRODEMA/TROPEN/UFPI (jairamag@uol.com.br).

assentamento Iracema, as atividades agrícolas e suas repercussões sobre o meio ambiente.

### **1 Reforma agrária: a política de assentamento no Brasil**

A questão da concentração de terra sempre esteve presente na história do Brasil. Desde a colonização, a ocupação e uso do solo forjaram disputas envolvendo diferentes atores sociais por territórios para os mais diferentes fins. Nesta trajetória, a intervenção através de modelos de reforma agrária acompanhou o desenvolvimento do país, encontrando, ainda no Império, sua primeira interferência legal.

Somente em 1946, surge novo aparato legal com o Decreto lei n 9.760 de 1946, que regulamenta a discriminação de terras, procurando reordenar a complexa situação fundiária existente.

No período de 1961-1964, foi aprovado, no governo Castelo Branco, a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, conhecida como Estatuto da Terra: um conjunto de medidas cujo objetivo era definir políticas agrícolas e de reforma agrária assegurando a propriedade da terra a todos que desejassem cultivá-la de modo a cumprir a função social estabelecida pelo próprio Estatuto.

Com a relativa abertura política do Brasil em 1978, retoma-se o debate sobre a reforma agrária. Surgia a polaridade de opiniões, de um lado os trabalhadores rurais, os movimentos sociais e igreja do outro a Tradição, Família e Propriedade (TFP).

Em março de 1979, assume a Presidência da República o General João Batista Figueiredo, apontando em seu programa de governo prioridades à agricultura como resposta às instabilidades da década de setenta, marcada como o período onde houve um aumento do grau de concentração fundiária, seja de posse, seja da propriedade da terra. Em maio do mesmo ano, em Brasília, acontece o III Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, quando a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais (CONTAG) levanta a bandeira da reforma agrária, não apenas como motivação política, mas também como execução da legislação vigente, mantendo a chama da luta dos trabalhado-

res brasileiros contra o monopólio da terra.

Um marco importante na modificação do modelo de reforma agrária aconteceu em 1982, com surgimento dos Planos Estaduais de Terras Públicas e de Regularização Possessória, decorrente das eleições diretas para os governos estaduais, quando houve forte mobilização popular. Em 1986 surge o Programa de Reforma Agrária via desapropriação por interesse social com base no Estatuto da Terra.

O Governo Federal, no mandato do Presidente José Sarney, em 1986, como forma de resolver os problemas agrários, criou o I Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), constituindo-se de um conjunto de políticas públicas visando beneficiar famílias rurais em todo o país.

No Governo de Collor de Melo, iniciado em 1992, foi criado o Programa Emergencial de Reforma Agrária. Itamar Franco, 1993, viabilizou o Programa, regulamentando a Lei Ordinária, vetando partes que poderiam viabilizar a execução do Programa conforme planejado, limitando-se, no geral, a uma administração marcada tão somente por grandes desapropriações.

Os anos de gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, a partir de 1994, iniciaram vários programas voltados à questão da reforma agrária, dentre eles o Novo Mundo Rural, Banco da Terra, Projeto Casulo, Programa de Geração de Emprego e Renda Rural, Programa Nacional de Agricultura Familiar. Alguns desses programas permanecem no atual Governo do Presidente Luiz Inácio da Silva Lula.

Da trajetória conflituosa entre concentração de terras e reforma agrária no País resulta uma constatação pouco animadora frente às intervenções: os índices gerais de concentração não vêm sofrendo alterações que indiquem que o acesso por parte dos trabalhadores rurais tenha sido facilitado de forma global. Pelo contrário, parece ser unânime, na literatura especializada, a percepção de que a relação entre a população rural brasileira e o tipo de estrutura agrária do país consiste em uma acentuada concentração da propriedade fundiária.

## 1.1 Origem e classificação dos assentamentos

O termo “assentamento”, em nosso país, aparece inicialmente no âmbito da burocracia como política governamental, resultante de pressões exercidas pelos movimentos sociais frente às demandas por terra, referindo-se às diversas etapas da ação do Governo Federal, ordenando e reordenando os recursos fundiários em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra.

Os assentamentos remetem ao processo de fixação dos trabalhadores rurais à terra, com disponibilidade de condições adequadas para o uso do solo e o incentivo à organização comunitária. Esta estrutura, que resulta da intervenção do governo federal, pode ser definida como uma nova unidade de produção agrícola, em que os conteúdos produtivos e organizacionais são, em última instância, próprios das instituições onde foi formulada. As ações desencadeadas são definidas previamente e os critérios estabelecidos seguidos por ordem técnica objetivando a alocação de trabalhadores como forma de resolver problemas sócio-econômicos (Bergamasco e Norder, 2001).

O processo de implantação de assentamento no país avançou significativamente nas últimas décadas. Conforme se constata, o número de assentamentos cresceu 528,53% entre 1985 e 2001, ampliando em 353,60 % as famílias beneficiárias. Predominam as intervenções no Nordeste, representando, em 2001, cerca de 45,32% do número de projetos de assentamentos. Neste contexto, no Piauí, entre 1985-2001 foram implantados 120 projetos beneficiando 7.347 famílias. Cabe ressaltar que do total de PA's, 108 foram implantados no período 1995-2001, beneficiando 6.251 famílias.

Os assentamentos resultam da ação do Governo Federal, segundo Bergamasco e Noder (2001), estas experiências podem ser classificadas em cinco tipos diferentes desde a sua implantação no Brasil, a partir de 1970: projetos de colonização ou colonização dirigida; reassentamento de populações atingidas por barragens de usinas hidrelétricas; Planos Estaduais de valorização de terras públicas e de regularização possessória; programa de reforma agrária, via desapropriação por interesse social e ocupação

das reservas extrativistas para seringueiros da região amazônica.

## 1.2 As dificuldades de gestão dos assentamentos

No Brasil, em todas as experiências de assentamento, o Governo Federal foi e continua sendo até hoje o gestor, através do INCRA que é o responsável, como instituição federal, pela implantação dos PA's considerando todas etapas necessárias a sua sustentabilidade. O processo parte do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que norteia todas as ações da Política de Reforma Agrária, que impõe, em qualquer que seja a forma de obtenção da terra, a obrigatoriedade de estudos de viabilidade econômica e dos recursos naturais do local, de modo a garantir que as famílias sejam assentadas em áreas que tenham condições de produzir e gerar renda a partir de seu trabalho.

Nos assentamentos de responsabilidade do INCRA, os procedimentos operacionais parecem indicar uma relação de total dependência dos assentados, e a gestão termina por ser implementada pelos técnicos do Instituto. Quando o PA é considerado emancipado, a gestão torna-se um grande problema. Para os assentados a posse da terra representa uma vitória da sobrevivência social, e para tal fim, precisam de orientações, através da capacitação contratada pelo INCRA, que propõe em sua metodologia elementos de caráter empresarial e competitivo. Os assentados, entretanto, possuem uma tradição cultural e são acostumados a executar ordens e tarefas, assim, na hora de administrar o lote como uma empresa, ocorre uma inversão de papéis, pois passam de empregados a dono, e terão que planejar, executar e controlar seus negócios.

Outra dificuldade está associada à gestão financeira. Os beneficiários ao chegarem aos assentamentos, ou mesmo aqueles que ali já se encontravam, não têm recursos financeiros e nem bens ventáveis para converter em recursos de investimento, pois suas atividades anteriores não eram suficientes para acumular capital. Poucos possuem uma experiência de relação de troca com os mercados locais e regionais. Portanto, não há condição para um trabalho que leve em conta

a quantidade e a qualidade dos produtos, passando estes a servirem apenas para sobrevivência familiar.

Os assentados, no geral, não possuem conhecimentos suficientes para gerenciar o dinheiro, para investir; não sabem planejar e nunca assumiram compromissos contratuais com bancos; muitos são analfabetos ou analfabetos funcionais. Tudo isso precisa ser considerado para análise da viabilidade dos PA's, seguindo o modelo estruturado pelo INCRA, que aponta a falta de uma postura empresarial como impedimento a produção com rentabilidade.

## **2 Potencialidades econômicas, sociais e ambientais do assentamento Iracema**

Em março de 1917, a família de Mariano Mendes de Sousa inicia a história da comunidade São Pedro, situada no entorno da fazenda Iracema. Mariano foi seguido por muitas outras famílias que buscavam trabalho e melhores condições de vida na fazenda. Acreditavam haver maiores oportunidades pela existência de duas lagoas, Salgado e Bonita, limitantes ao rio Longá.

No dia 04 de outubro de 1999, a área foi considerada pelo INCRA como um imóvel com um número significativo de meeiros e estaria, portanto, cumprindo sua função social, sendo desapropriada e declarada de interesse social para fins de reforma agrária. Surgia assim, o Assentamento Iracema com titulação coletiva, área total de 2.251 ha e área média por família de 17,5 ha. O total de famílias assentadas foi de 104.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Sustentável (2001), o assentamento possui infra-estrutura básica oriunda da antiga Fazenda Iracema, o que inclui uma rede elétrica de alta tensão (13,8 KV) e uma rede monofásica; um dique circulando a lagoa de 12.500 metros; 1.200 metros de linha de baixa tensão; um transformador de 112,5 kw e um outro de 45kw; bolsão receptor de água; duas lajes de cimento para secagem de arroz; barracões para os trabalhadores; 10.500 metros de cerca de arame farpado; um trator completo e um motor com três bombas para irrigação.

Iracema conta ainda com uma estrada interna sem revestimento, com largura de 4

m e 1.755 Km de extensão. A casa da Fazenda possui cisterna com capacidade para 2,27 m<sup>3</sup>, curral, aprisco, reservatório de acumulação de água, estação de bombeamento e poço "cacimbão" com profundidade de 12 metros e diâmetro de 2 metros revestido com alvenaria.

Os tipos de solos encontrados, no geral, favorecem a agricultura e encontram-se em duas áreas, a alta e a baixa. Na área baixa há predominância de relevo plano a suavemente ondulado e não pedregoso, permitindo o uso de máquinas agrícolas. Contudo, esta área é próxima às lagoas, existindo um fator limitante à produção, que é o risco de inundação no período chuvoso. Mesmo assim, apresentam aptidão para a exploração de culturas de ciclo curto como hortaliças, melancia, melão, milho, feijão e arroz.

Encontram-se também na área baixa, solos salinos, planos e baixos que servem apenas para a pastagem de animais em busca de mineral natural. Esta faixa territorial não é extensa, e a vegetação é constituída por carnaúba, crioli, capim rasteiro e remela de macaco. Não possui nenhum potencial agrícola, ficando totalmente submersa no período chuvoso. Os solos que ficam às margens das lagoas são do tipo argilosos aluvionais, e contam com 400 hectares, dos quais 100 ha favorecem o cultivo de arroz e feijão.

Na área alta encontram-se as chapadas com dois tipos de solos, o argiloso-arenoso e a chapada densa de barro duro. Estes solos apresentam excelentes propriedades físicas para a agricultura, contudo apresentam limitações decorrentes da baixa fertilidade natural e acidez elevada que podem ser corrigidos com a incorporação de calcário e uso de fertilizantes (em padrões aceitáveis). Nos argilosos, a vegetação é composta por pereira, amburana, aroeira, relame, mentrasto, mocó, pau-d'arco e sabiá. Na chapada densa de barro duro, altos e planos, sua vegetação é composta de pau-pombo, folhadura, murici, pitanga, ata-brava, pau-terra, favela, pitomba-de-leite, jacarandá e tuturubá. Nos dois tipos de solos da área alta são cultivados feijão, milho e mandioca em roça de sequeiro, em pequena escala, em área de apenas 30 ha.

O Assentamento possui condições favoráveis para dinamizar a produtividade e

cultivos existentes, bem como para implantar novas atividades produtivas. Exemplos são as lagoas que possuem potencial para turismo rural e para pesca do camarão de água doce e diversos peixes. Favorece estas possibilidades a existência de via de acesso fácil para escoamento da produção em relação mercados consumidores próximos como Parnaíba, Teresina, Fortaleza e São Luis.

### 2.1 Educação, Saúde e Organização Social

No Assentamento não existe unidade escolar, a estrutura educacional está localizada em uma comunidade próxima, São Pedro, que fica a 3 Km da Agrovila dos assentados atendendo a 174 alunos com idade de 2 a 60 anos, segundo pesquisa do PDA (2001) e pertencente à rede municipal de educação de Buriti dos Lopes.

Dentre as famílias assentadas, 31 são beneficiadas do Programa Bolsa Escola em 2001, hoje denominado Bolsa Família, atendendo a 77 alunos, sendo no máximo 03 (três) cadastrados por família. O índice analfabetismo foi de 39,37%, em 2001 um percentual abaixo dos padrões educacionais.

Iracema não possui posto de saúde, o mais próximo fica a 3 km da Agrovila dos assentados. O saneamento básico não existe, o lixo é jogado a céu aberto indiscriminadamente, amontoa-se nos quintais ou terreiros das casas favorecendo a contaminação dos animais e das pessoas, principalmente das crianças. A água consumida na Agrovila é fornecida através de um chafariz, sem nenhum controle de vigilância sanitária, favorecendo a contaminação no deslocamento e uso.

No Assentamento apenas 23 pessoas são associadas ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriti dos Lopes. Este Sindicato passou muito tempo sem uma atuação efetiva na região, o que se credita um fraco poder de mobilização dos trabalhadores. A principal forma de organização é a Associação dos Trabalhadores da Fazenda Iracema - ATFI, fundada em março de 2000.

A Associação encontra-se regularizada e estruturada. Sua finalidade, de acordo com o Estatuto, é prestar serviço e representar juridicamente seus associados.

### 2.2 Atividades Agropecuárias e Programas e Créditos de Investimentos

No Assentamento há apenas dois tipos de atividades econômicas, a pecuária e agricultura. A pecuária é de autoconsumo e atividade agrícola destina-se a subsistência. O plantio consiste em dois sistemas: vazante e roça.

Na vazante é cultivado arroz, feijão e milho. A produção de arroz representa, segundo os trabalhadores, a fonte de renda mais importante. O cultivo de feijão apresenta um rendimento de 1.200 kg/ha e 36 toneladas por safra. A vazante concentra-se nas áreas que margeiam as lagoas, onde é proibida, por lei, esse tipo de atividade agrícola.

Para o cultivo em roça de sequeiro, os trabalhadores desmatam todo ano locais diferentes, fazendo em média 3 linhas (1/2 ha) por família. Cerca de 30% dos assentados cultivam nessas terras. Os produtos cultivados são feijão, milho e mandioca. No geral, a produção é baixa e tem como fator preponderante, segundo os assentados, a irregularidade das chuvas na região.

Os primeiros créditos que os assentados receberam foram de implantação, fomento e alimentação, para assegurar minimamente condições para a permanência das famílias no assentamento, e foram adquiridos um trator e três bombas para irrigação para o cultivo do arroz.

Os programas escolhidos como prioritários no PDS foram: o Programa de Capacitação, Preservação e Conservação do Meio Ambiente e o de Fortalecimento Institucional e Apoio ao Beneficiamento e Comercialização que ainda não foram executados. Nos demais, apenas alguns projetos foram implantados como, por exemplo, a construção de armazém e pedra de secagem (Programa Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária); a construção da Agrovila, instalação de energia elétrica e um chafariz (Programa Cidadania e Desenvolvimento Social). Cabe ressaltar que os recursos destinados à execução dos projetos do Programa Cidadania e Desenvolvimento Social são oriundos de outras fontes financiadoras parceiras, comumente articuladas para o suporte ao Assentamento.

Muitas foram as dificuldades para execução dos projetos, como por exemplo a

construção da Agrovila. Iniciada a construção das casas, as obras ficaram, por diversas vezes, paralisadas por falta de material (telhas, portas e acabamento externo) e abandono da construtora contratada pelo INCRA, após ter recebido duas parcelas do financiamento. Porém os problemas foram solucionados, liberando-se a terceira e última parcela dos recursos diretamente aos assentados que adquiriram o material necessário (especialmente cimento) e concluíram as residências, utilizando a própria mão-de-obra.

### 3 Produção agrícola e meio ambiente no Assentamento Iracema

A pesquisa tomou como referência os cadastros das famílias realizados pelo INCRA em 1999, à época da desapropriação. Assim, o nosso levantamento estatístico é composto por 104 famílias, de onde partimos para delimitar a amostra da pesquisa. Para tanto foram considerados que as famílias assentadas possuíam duas origens:

1. As que tinham domicílio na comunidade de São Pedro, totalizando 92 famílias, cujos processos de assentamento foram homologados em 2000;
2. As que tinham domicílio dentro da área que foi desapropriada, sendo beneficiárias cinco famílias em 2001 e sete famílias em 2004.

Inicialmente foram aplicados questionários com as 12 famílias que foram assentadas em 2001 e 2004, e num segundo momento 28 famílias, das assentadas em 2000, totalizando 40 questionários aplicados aos chefes das famílias. O questionário era composto por três seções. A primeira reunia dados referentes à produção e à renda. A segunda sobre a comercialização da produção, e a terceira, dados sobre os efeitos das práticas agrícolas sobre o meio ambiente como condições de domicílio, saúde e educação.

O objetivo dos questionamentos era apreender o processo de implantação e desenvolvimento do PA considerando as relações entre as atividades agrícolas e uso dos recursos naturais. Sobre a produção agrícola, visava perceber a existência de aumento de produção, de área plantada e de produtividade. Com a dimensão renda, buscava-se a regularidade e o destino dos créditos e

como repercutiu nos níveis de renda das famílias. Os questionamentos relativos à comercialização visavam saber se os assentados haviam mudado a forma de vender os seus produtos e se havia alguma inserção no mercado local. No que diz respeito ao Meio Ambiente, o objetivo foi analisar o uso adequado dos recursos naturais de acordo com a legislação (Lei 6938 - 31.08.81).

Foram utilizadas, ainda, entrevistas com roteiro semi-estruturado composto de quatro perguntas sobre o PA. Foram entrevistados o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Buriti dos Lopes e o Presidente da Associação dos Trabalhadores da Fazenda Iracema buscando perceber as opiniões sobre a produção, renda, comercialização e uso dos recursos naturais no Assentamento. Entrevistaram-se, também, técnicos das instituições vinculadas ao processo de implantação do PA, do INCRA e IBAMA.

Com os técnicos do INCRA objetivava-se obter informações sobre o processo de negociação da terra e laudo de vistoria. O Instituto forneceu, ainda, o mapa do Assentamento e da agrovila, cadastro dos assentados no processo de implantação do Projeto e Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS), bem como informações relativas a liberação dos créditos com seus respectivos valores. No IBAMA a entrevista foi realizada com o técnico responsável pela fiscalização e autuação na região do Assentamento.

#### 3.1 Caracterização das Atividades Agrícolas

Assegurar condições para o desenvolvimento de produção e renda sem comprometer o meio ambiente constitui o principal desafio no Assentamento Iracema. A constatação resulta da pesquisa direta realizada no PA, segundo a qual esta preocupação encontra-se presente no cotidiano da comunidade, sendo reconhecida como legítima e necessária em função da natureza da área, embora, na prática, o manejo da terra pelos assentados indique dificuldades de concretização. As limitações sobre o processo parecem indicar o comprometimento de sustentabilidade, uma vez que com reduzida utilização de recursos financeiros, em cada safra, uma diminuição na produção. Para melhor caracterização tomamos, inicialmente

te, como referência a produção predominante, a agrícola.

O cultivo não está diretamente voltado ao mercado, portanto, apresenta-se, ainda, como eminentemente de subsistência. A agricultura corresponde a 98% da atividade econômica predominante entre os assentados, sendo pouco diversificada, limitando-se ao plantio de arroz, feijão, milho e mandioca.

A área plantada, desde que foi implantado o Assentamento, corresponde praticamente ao cultivo de vazantes, às margens das lagoas, sendo esta área de preservação permanente onde é vedado, por lei, o exercício de atividades econômicas. Nas chamadas áreas altas, pratica-se a roça de sequeiro ou como os assentados denominam roça de toco. Nestas roças plantam-se, em 30 ha, feijão, milho e mandioca, sendo que cada família cultiva no máximo 3 linhas, o equivalente a 1\2 ha.

O cultivo baseia-se exclusivamente na mão-de-obra das famílias dos assentados com o emprego de tecnologias simples. O trabalho desenvolvido procura adaptar-se às condições apresentadas pelas áreas cultivadas. Nas vazantes, por exemplo, os trabalhadores costumam fazer o plantio e replantio de arroz utilizando as mãos, não sendo raro encontra-se assentados sem o polegar direito, em decorrência do desgaste provocado pelas muitas horas de atividades agrícolas manuais.

Considerando a dimensão renda, constata-se que no assentamento houve um incremento nos rendimentos familiares, embora estes não estejam diretamente relacionados à produção desenvolvida pelo fato da produção não ter aumentado de 2001 até 2004.

Em 2004, considerando o universo pesquisado para este trabalho, 40 famílias, constatou-se uma elevação significativa no nível de renda máximo auferido pelas famílias do Assentamento, passando de R\$ 320,00 (trezentos e vinte reais) em 2001 para R\$ 520, 00 (quinhentos e vinte reais).

A elevação do nível de renda está associada a diversas variáveis: ao crédito de implantação do PA que corresponde a fomento e alimentação que foram entregues diretamente às famílias; aos créditos de ha-

bitação e investimentos que permitiram a contratação de mão-de-obra das famílias para a construção da Agrovila, do armazém, da pedra de secagem de arroz e da barragem; ao Programa Bolsa Escola, aposentadorias e outros rendimentos, como por exemplo, o recebimento de doações de parentes, especialmente residentes no Centro-Sul.

### 3.2 As repercussões sobre o meio ambiente

O Assentamento Iracema possui oficialmente as áreas de reserva permanente e legal. A área de reserva permanente<sup>1</sup> dista 50 metros do leito do rio Longá, e 100 metros ao redor das lagoas, constituindo terras de domínio federal. A vegetação encontrada é típica destes leitos, como cabeça-branca, canastro, capa-bode, alecrim, melancia-da-praia, rabo-de-macaco e jangada (SILVA, 1999).

A área de reserva legal<sup>2</sup> é constituída por 450 hectares, localizados na área alta, no Morro da Má Hora. A região é rica em variedades de vegetação nativa: amburana, pau-d'arco, aroeira, pereira, frei-jorge, marmeleiro preto, marmeleiro branco, piquiá, mororo, catingueira, sabiá, ameixa, mirindiba, farinha seca, marfim, quebra bucho, amora, catanduva, folha dura, murici, ata brava, maria-preta, pau pombo, pau-terra, tuturubá, favela, jacarandá, pitomba de leite, canastro, rabo-de-macaco, calumbi, carnaúba, jiquiri, capim cortador, malíça, melancia-de-praia, jitirana, pipoca, crioli, mandacaru, cajuí, capa-bode e orelha-de-onça (SILVA, 1999).

As famílias assentadas praticam, predominantemente, a agricultura na área de reserva permanente e utilizam agrotóxicos na produção de arroz, comprometendo as lagoas e o rio.

A questão dos agrotóxicos merece destaque por afetar diretamente todo o agroecossistema, provocando uma toxicidade aguda e crônica, havendo a contaminação de material e produtos de colheita, dos solos, da água, do ar, além da fauna, da flora e do homem. Outras práticas são desenvolvidas e tornam-se danosas ao meio ambiente, como a erosão provocada pela barragem construída a cada ano separando o rio das lagoas para permitir o plantio de arroz, e as

queimadas, de costume secular e uso constante no meio rural. As queimadas são praticadas por quase totalidade das famílias (93%)s para limpar as roças de sequeiro. Outro agravante ambiental foi o desmatamento indiscriminado para a construção das casas sem que houvesse a preservação das árvores de grande porte.

Os resultados dos danos causados a natureza já são percebidos no Assentamento, com a redução da produção apontada como decorrente do desgaste da área, indicando, se não houver mudanças na prática, uma previsão em nada animadora para colheitas futuras.

Os cuidados com o meio ambiente são comprometidos, também, pela ausência de condições mínimas de saneamento e destino de lixo. As casas foram construídas com banheiros internos, porém sem as fossas. Quanto ao destino do lixo, 82% das famílias indicam queimar e 10% apenas o depositam a céu aberto, na frente da casa ou no quintal.

Constata-se, portanto, que o Assentamento necessita de um acompanhamento para tornar-se sustentável econômica e ambientalmente.

### Considerações Finais

Para assegurar condições dignas de vida, o Assentamento precisa ser sustentável do ponto de vista econômico e ambiental e, para que isso aconteça, implica, na prática, mudanças de comportamento no plano pessoal, e no cuidado do meio ambiente.

No Assentamento a produção agrícola destina-se basicamente à subsistência. Transformar essa situação significa dar condições mínimas e oferecer oportunidades concretas para que os assentados possam ter rentabilidade e competitividade para atingir objetivos concretos como a melhoria da qualidade dos produtos colhidos e reduzir ao mínimo os custos unitários de produção, com uma perspectiva multidimensional que envolva a esfera econômica e social, em que a elevação da renda deve estar intimamente ligada às condições de vida, e incluam além de uma estrutura domiciliar favorável, aspectos outros como acesso à educação e saúde.

Informação e capacitação devem vir antes de qualquer atividade produtiva. A

sustentabilidade econômica para ter sucesso depende diretamente de conhecimento básico, ou até profundo, sobre determinada atividade, que envolva a esfera ecológica e política ao mesmo tempo com o aproveitamento dos vegetais, animais e outros recursos naturais existentes que dependem da consciência dos assentados, no sentido de preservar e conservar pastagens, recursos naturais existentes na reserva legal, dando um maior isolamento para os animais silvestres da região.

Esses conhecimentos só poderão ser aprimorados através de atividades de capacitação com a intervenção do Estado, ou seja, da articulação da Associação do Assentamento com o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Buriti dos Lopes, o Município e as instituições envolvidas com processo de implantação do Assentamento. Esta integração é indispensável para transformar o PA em área que proporcione uma maior produção de alimentos (aumento na produção) consumidos, uma complementação da renda familiar através do aproveitamento dos recursos naturais, a aquisição de equipamentos agrícolas que garantam maior agilidade no preparo das áreas de plantio, equipamentos de beneficiamento, secagem e armazenamento dos produtos, visando um maior aproveitamento da área existente e conseqüentemente a melhoria da qualidade de vida.

Assim, certamente haverá um aumento significativo na produção que poderá ser destinada à comercialização, como também na diversidade dos produtos cultivados pelas famílias assentadas, gerando uma preocupação com a comercialização e com o beneficiamento, justificando-se, desta forma, um programa de apoio ao beneficiamento e comercialização organizada da produção e capacitação em gestão comercial, ou seja, capacitando os assentados para melhorar a comercialização, estabelecendo contatos com agentes de mercado, oferecendo produtos de melhor qualidade, buscando parcerias com o poder público e instituições diversas ou visitando outros assentamentos que desenvolvem experiências de comercialização de produtos agrícolas para atingir maior parcela do mercado local e de outros municípios.

Como se vê, pode-se introduzir estas mudanças no Assentamento com um pro-



pósito de formar um novo cidadão. Não somente é necessário e possível como é especialmente urgente fazê-lo. Enquanto não se faça, as medidas convencionais que os governos adotam em prol do Assentamento, continuarão produzindo resultados muito modestos e desperdiçando em grande parte os escassos recursos oficiais e que são caros. Isto porque os assentados não estarão tecnicamente preparados para beneficiar-se deles, nem assumir com responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento.

A sustentabilidade ambiental do Assentamento depende da capacitação das famílias em técnicas agrícolas que preservem os recursos naturais, especialmente, no que diz respeito a não utilização da área de reserva permanente, que são as áreas das lagoas Salgado e Bonita.

#### Notas

<sup>1</sup> A Lei 6.938 - 31/08/81 determina as Áreas de Preservação Permanente como Reservas Ecológicas. São florestas e demais formas de vegetação natural situadas: ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água

desde o seu nível mais alto em faixa marginal com largura mínima de 30 a 600 metros, ao redor das lagoas, em regra, é vedado por lei o exercício de atividades econômicas, em virtude da especial importância da manutenção de sua cobertura vegetal, decorrente da fragilidade dos ecossistemas naturais e das formações geomorfológicas e paisagísticas em que se inserem (CARNEIRO, 2001. p.120).

<sup>2</sup> Pode ser compreendido, nos termos do art. 60 do código florestal, como a área de cada propriedade rural afetada necessariamente à preservação da cobertura vegetal natural, em faixas percentuais variáveis de acordo com a fisionomia ou a região do País, onde não é permitido o corte raso e nem a alteração do uso do solo ou a exploração com fins comerciais (CARNEIRO, 2001. p.122).

#### Referências

- BERGAMASCO, Sônia M.; NORDER, Luis A. Cabello. *O que são assentamentos rurais*. São Paulo: Brasiliense, 2001.
- CARNEIRO, N.I. *Política florestal*. Curitiba: FUPEF, 2001.
- INCRA. *Plano de Desenvolvimento Sustentável do Assentamento Iracema Município de Buriti dos Lopes-PI*, 2001.
- SILVA, José Onofre. *Laudo de avaliação imóvel Iracema - Buriti dos Lopes*. Teresina: Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, 1999.



# O Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.), o desenvolvimento local e a sustentabilidade biológica no assentamento Andalucia, Nioaque/MS

Tonkabean (*Dipteryx alata* Vog.), Local Development and the Biological Sustainability in the Andalucia Settling, Nioaque/MS

*Le Cumbaru (Dipteryx alata Vog.), le développement local et la soutenabilité biologique au Place Andalucia, Nioaque/MS*

*El Cumbaru (Dipteryx alata Vog.) el desarrollo local y la sostenibilidad biológica em el Sítio Andalucia, Nioaque/MS*

Rosemarly Fernandes Mendes Candil\*

Eduardo José de Arruda\*

Andréa Haruko Arakaki\*\*

Recebido em 8/8/2006; revisado e aprovado em 10/11/2006; aceito em 30/1/2007.

**Resumo:** Este artigo contextualiza a importância da sustentabilidade biológica do Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.) e o aproveitamento das potencialidades da comunidade para o desenvolvimento local do assentamento Andalucia. O desenvolvimento em bases locais é hoje uma das alternativas mais fecundas, como caminho para a resolução dos graves problemas com os quais se defrontam os trabalhadores rurais e os municípios de predominância rural.

**Palavras-chave:** Assentamento; desenvolvimento local; sustentabilidade.

**Abstract:** This article contextualizes the importance of the biological sustainability of Tonkabean (Cumbaru) (*Dipteryx alata* Vog.) as well the utilization of the community's potential for the local development of the Andalucia settling. Development local-based is today one of the best alternative as a way of solving serious problems, which rural workers and municipalities face.

**Key words:** Settling; local development; sustainability.

**Résumé:** Ce article contextualise l'importance de la soutenabilité biologique du Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.) et l'utilité des potentialités de la communauté pour le développement local du place Andalucia. Le développement em bases locaux est aujourd'hui une des alternatives plus productifs comment le chemin por la résolution des graves problèmes que les travailleurs ruraux s'affrontent et les villes de prédominance rural.

**Mots-clé:** Place; développement local; soutenabilité.

**Resumen:** Este artículo contextualiza la importancia de la sostenibilidad biológica del Cumbaru (*Dipteryx alata* Vog.) y el aprovechamiento de las potencialidades de la comunidad para el desarrollo local del sitio Andalucia. El desarrollo em bases locales es hoy una de las alternativas más adecuadas como camino para la solución de los graves problemas con los trabajadores rurales y las localidades de predominancia rural.

**Palabras clave:** Sítio; desarrollo local; sostenibilidad.

## 1 O Cumbaru e o desenvolvimento local

O Cumbaru é um fruto do Cerrado, no entanto o Cerrado é um bioma de importância fundamental para a conservação da biodiversidade mundial, e cobre aproximadamente 22% do território nacional - área enorme de quase dois milhões de km<sup>2</sup>, ainda é uma das 25 áreas mundiais consideradas críticas para a conservação da diversidade, devido à enorme riqueza biológica e alta pressão antrópica a que vem sendo submetido por décadas (SILVA et al., 2001).

Afirma esta assertiva Novaes (2004, p. 2), quando cita:

Essa ocupação descuidada, devastadora do Cerrado está tendo e terá conseqüências muito graves, até mesmo e principalmente para a própria agropecuária. O Cerrado do centro-oeste é o berço das águas brasileiras [...]. Todas as bacias hidrográficas estão em processo acelerado de degradação, por causa da forte erosão nas culturas de grãos, da poluição por agrotóxicos e de efluentes de criações [...]. Mais espantoso ainda é lembrar os estudos da Embrapa, segundo os quais se poderiam dobrar, até triplicar, a produtividade nas lavouras do Cerrado, com o uso de tecnologias mais modernas.

Essa formação vegetal tem sido explorada ao longo do tempo produzindo efeitos predatórios sem preocupação com sistemas

\* Universidade Católica Dom Bosco-UCDB. (rosecandil@terra.com.br).

\*\* Universidade Federal do Paraná-UFPR.

de utilização racional que permitam a produção sustentada, em virtude das monoculturas de soja, milho, arroz e feijão, pastagens e utilização de pesticidas e agrotóxicos. A produção mecanizada não considera o valor da diversidade, apenas está fundamentada na exploração contínua e nos lucros auferidos.

Todavia, o desconhecimento do potencial de uso dos recursos naturais, o desrespeito às leis de proteção ambiental, as queimadas e a intensidade de exploração agrícola têm provocado prejuízos incalculáveis ao solo, à fauna, à flora e aos recursos hídricos, comprometendo a sustentabilidade desse ecossistema e colocando muitas espécies animais e vegetais em risco de extinção, principalmente no tocante às espécies fruteiras nativas (SILVA et al., 2001).

Partindo do princípio de que o Cumbaru é uma fruta do Cerrado e comercialmente viável para as comunidades regionais, e os recursos naturais disponibilizados servem de estímulo para o desenvolvimento local e para a sustentabilidade da diversidade, reforça este contexto Ávila et al. (2001), afirmando que o desenvolvimento local é um processo dinamizador da comunidade a fim de que a mesma reative a respectiva economia e todo o seu progresso de qualidade de vida sócio-cultural e meio ambiental.

O objetivo é formular e executar ações que, levando em conta as vocações locais, permitam a construção de processos de desenvolvimento cujos resultados beneficiem a maioria da população.

Moradores do assentamento Andalucia, hoje mais conscientes, trabalham ajudando a conservar e a recuperar áreas degradadas da região, fazendo inclusive extrativismo vegetal sustentável, onde os recursos destes auxiliam as famílias a melhorar sua condição de vida.

A combinação da ética, democracia e desenvolvimento são essenciais quando se pensa em políticas públicas e práticas sociais centradas na pessoa e em melhor qualidade de vida para a sociedade (MÁRTIN, 2001).

## 2 Desenvolvimento local e sustentabilidade humana e biológica

O desenvolvimento local se apóia na idéia e nos pressupostos de que a localidade dispõe de recursos econômicos, humanos, institucionais, ambientais e culturais; além de economias de escala não exploradas, que constituem seu potencial de desenvolvimento. A existência de um sistema produtivo capaz de gerar rendimentos crescentes, mediante a utilização dos recursos disponíveis e a introdução de inovações, garante a criação de riquezas e a melhora do bem estar da população.

No caso do Andalucia foi desenvolvido através dos anseios da comunidade o curso de tecelagem que se tornou uma importante meta do projeto da ECOA (ONG Ecologia e Ação), com produção de peças utilizando os recursos do Cerrado, além de a exploração de alguns frutos como o jatobá fazendo farinhas, biscoitos e bolos, o pequi fazendo licor e o Cumbaru com a torra de suas sementes, gerando renda, com uma produção sustentável.

Mendez (2001), destaca que a inovação é um instrumento que pode melhorar o funcionamento das atividades econômicas, elevar sua capacidade competitiva e dos territórios que fazem parte, melhorar a qualidade do emprego e sustentabilidade ambiental.

É oportuno observar que em iniciativas desta natureza, é essencial buscar a maior articulação institucional possível para a execução dos projetos e ações pública e privada, nesses espaços, com atores locais e seus recursos disponibilizados, pois desde o final da década de 1980, a direção do MST, percebeu que a luta pela terra se desdobra necessariamente pela luta pela viabilização econômica dos assentados. Acredita-se que as dificuldades dos assentados provêm de sua pouca capitalização que cerca sua atividade na terra: não há suficiente acesso às tecnologias, aos insumos e às máquinas que permitem aumentar a produtividade.

A esse respeito Silveira (2001, p. 33), em seu artigo sobre ações integradas e desenvolvimento local: oportunidades e caminhos, afirma que:

A avaliação de iniciativas sob o desenvolvimento local deve ter como referência a relação

entre o espaço local e novos arranjos sócios produtivos e inovações institucionais que unifiquem estrategicamente e potencializem as ações para o desenvolvimento, com acento na dimensão endógena.

Este contexto tem a ver com o efetivo interesse, disposição e disponibilidade das pessoas pelo enfrentamento dos problemas numa perspectiva coletiva e não individualista, depende das potencialidades locais, é um processo de desabrochamento que faz com que a comunidade encontre seus objetivos, é um desenvolvimento centrado.

O desenvolvimento local pode ser visto como um foco de intervenção no contexto da crise do desenvolvimento em condições de desigualdade e pobreza, visando a reconstrução das políticas e das ações a partir das potencialidades endógenas e das brechas do local, além de se caracterizar no território, em torno de três dimensões interligadas: a formação do capital humano, o desenvolvimento produtivo do território e a concentração participativa para gestão do desenvolvimento (SILVEIRA *et alii.*, 2001, p. 26).

Na busca de um novo modelo de desenvolvimento descentralizado e democrático, que tenha o ser humano como centro e que privilegie a realização da reforma própria com a implantação e fortalecimento da agricultura familiar, os processos de participação nas decisões, responsabilidades e ações, são essenciais para garantir a perenidade dos projetos e a construção cotidiana da cidadania.

A cooperação é uma forma de relação social, onde quanto mais as pessoas se envolvem em relação de cooperação, mais se desenvolvem moral e intelectualmente, estabelecendo mais relações cooperativas entre si, melhorando ainda mais as relações.

Putnan (1996) informa que as regras sociais transferem para cada participante o direito de controlar as ações porque elas têm externalidades (conseqüências positivas ou negativas) sobre cada um deles. As regras seriam incutidas por meio de condicionamento e socialização, como também de sanções; já a reciprocidade seria uma das regras sociais mais importantes da cooperação: eu te ajudo na expectativa de que me ajudaráis futuramente.

Durston (1999, p. 116),

Sugere medidas para desenvolver o capital social comunitário rural, dentre elas ressalta-se: a) realizar uma busca de normas e práticas sobre confiança, reciprocidade e cooperação em

grupos locais de ascendência em culturas rurais aparentemente dominadas pelo individualismo e familiarismo; b) analisar e aproveitar condições favoráveis para o ressurgimento do capital social, criada pela debilidade do clientelismo autoritário; c) oferecer oportunidades de criação de laços familiares e cooperação em nível comunitário; d) desenvolver uma rápida capacidade de resposta nos projetos e programas, para combater as ações dos atores clientelistas nos processos de transição; e) fomentar o desenvolvimento da capacidade de negociação estratégica dos dirigentes camponeses; f) outorgar prioridade ao fomento do sentido de missão entre os funcionários de um projeto, orientado ao desenvolvimento de capital social autônomo; g) tomar medidas para assegurar que o capital social cívico das comunidades ofereça benefícios materiais em curto prazo e, contribua para a habilitação no terreno político.

O Movimento dos Sem Terra (MST), desenvolveu formas de cooperação que permitem aos agricultores assentados superar em conjunto as dificuldades próprias que recaem sobre os produtores quando atuam isoladamente, desta forma encontram formas de adquirir equipamentos, tecnologia e preços de produtos mais favoráveis. Portanto, a cooperação entre os assentados traz mais vantagens que o isolamento.

O capital social é um recurso que abre caminhos para estabelecer novas relações entre os habitantes de uma comunidade. A esse respeito Jara (1999, p. 4), em seu artigo sobre a construção de redes de confiança e solidariedade afirma que:

A transição para uma sociedade sustentável será um processo possível quando sejam valorizados certos elementos estratégicos invisíveis, como o capital humano e o capital social, a participação social e o empoderamento das pessoas e organizações. [...] A insustentabilidade é conseqüência de nossos próprios atos, ou seja, nossa visão de mundo. Precisamos de novas fontes de poder, uma consciência radical fundamentada em sentimentos de confiança e necessidades compartilhadas.

O Movimento dos Sem Terra (MST) desenvolveu metodologias destinadas a alterar a mentalidade e diminuir a resistência dos assentados às práticas da economia solidária, voltou-se a pesquisa no campo da educação, vinculando-a ao desenvolvimento das condições intelectuais, individuais necessárias à sobrevivência econômica dos assentados. Desta forma aumenta-se o empoderamento dos assentados e desenvolve-se a confiança e solidariedade do grupo e aumenta a credibilidade do movimento.

Kliksberg (1999) relata que o desenvolvimento cultural das sociedades é um fim em si mesmo, e avançar neste campo significa enriquecer espiritual e historicamente uma sociedade e seus indivíduos. A cultura dos pobres é estigmatizada, gerando a baixa auto-estima, enfraquecendo sua identidade e conclui que uma auto-estima fortalecida pode ser um potente motor de construção e criatividade individual, com repercussão grupal.

A transição para uma sociedade sustentável é um problema de consciência do grupo que começa na mudança interna das pessoas, nos sentimentos de solidariedade, no compromisso do ser humano com os demais e com a natureza.

O desenvolvimento e a integração, de novas informações, a formulação de novos conceitos e o aumento das colaborações interdisciplinares é essencial para o desenvolvimento e a adoção das técnicas emergentes para a sustentabilidade do agroecossistema (BORGES, 2003).

A exploração predatória do Cerrado faz com que a população brasileira sofra direta e indiretamente com a perda de qualidade de vida. A perspectiva de unir equilíbrio ambiental a benefícios econômicos aponta uma tendência que pode garantir o sustento das comunidades rurais ou urbanas.

As oportunidades locais de desenvolvimento dependem de cada localidade específica, pois depende de variáveis sociais e naturais internas e de variáveis de outras localidades e da globalidade, por efeito de escalas mais amplas como Municipal, Estadual e Nacional. O desenvolvimento local contribui com novas formas de produzir, dividir riquezas, materializar a cidadania, a democracia e a sustentabilidade da comunidade para que ela tenha “de que viver” e “razões para viver”.

Costa (apud Marques e Martin, 2002, p.157), informam que:

Em Mato Grosso do Sul, nas áreas de Cerrado, a agricultura mecanizada e a criação extensiva de gado contribuíram significativamente para o aumento da produtividade média das culturas anuais e da pecuária de corte em anos recentes, porém, observam-se evidências ambientais que indicam que a presente forma de desenvolvimento agrícola é insustentável, favorecendo a degradação ambiental acelerada.

### 3 O Capital social como fator estimulante para o desenvolvimento local da comunidade do assentamento Andalucia

Para Durston (1999, p.104),

O capital social é um conjunto de normas institucionais e organizacionais que promovem a confiança e a cooperação entre as pessoas, nas comunidades e na sociedade em seu conjunto, e sendo ele comunitário, englobando o conteúdo informal das instituições que tem por finalidade contribuir para o bem comum, sabe-se que em todos os grupos pequenos, em todas as partes, há normas e práticas de reciprocidade. A confiança, a cooperação, a identidade e a reciprocidade criadas na comunidade podem reproduzir-se entre os dirigentes, a fim de transformar o capital social de pequenas comunidades em um plano microrregional.

Para haver em uma comunidade o Desenvolvimento Local, é importante a confiança a cooperação a solidariedade entre as pessoas, o despertar de suas capacidades e a valorização das potencialidades locais bem como a responsabilidade da comunidade na sustentabilidade biológica local.

Conforme estudo feito por Candil (2004), no assentamento Andalucia, a grande maioria (83%) dos assentados afirmam que existe confiança entre os assentados, sendo este um dado relevante para o trabalho de cooperação, pois segundo Jara (1999), a confiança fala da consciência de se sentir seguro, acreditar no outro, esperar com certeza e firmeza uma determinada resposta, depositar um senso de credibilidade e sintonia com a palavra do outro, o reconhecimento da lealdade do outro.

Ainda sobre este aspecto, Mendez (2001), afirma que a confiança mútua é requisito importante na existência de uma cultura de cooperação, baseada em certa prática compartilhadas e muitas vezes distintas a cultura estritamente econômica (fins culturais, políticos, sindicais, religiosos..), junto a presença de algum tipo de associação, são condicionantes que favorecem o estabelecimento de relações onde a confiança é importante frente ao individualismo imperante nas relações de mercado.

Candil (2004) informa ainda que 65,22% da comunidade do Andalucia fazem parte de associações e 34,78% não fazem parte. Entende-se por associação o ato ou efeito de associar-se, combinação, união, sociedade, agrupamento de seres que vivem

em estado gregário, grupo de indivíduos que vivem por vontade própria sob normas comuns, comunidade (FERREIRA, 2001).

Para Kliksberg (1999), a existência de associações em uma sociedade indica que esta tem capacidades para atuar em forma de cooperativa, armando redes, com sinergias de toda ordem. Cita que o capital social contribui de forma importante a estimular a solidariedade e a superar as falhas do mercado através de ações coletivas e de uso comunitário de recursos.

Conforme o Plano de Consolidação do assentamento Andalucia (INCRA, 2002), o assentamento possui seis associações formais e duas informais, todas foram criadas sem fins lucrativos, com objetivos a prestação de quaisquer serviços que possam contribuir para o fomento e racionalização das atividades agropecuárias e a defesa das atividades econômicas, sociais e culturais de seus associados.

Afirmam 83% dos assentados do assentamento Andalucia que existe cooperação entre o grupo (CANDIL, 2004). A este respeito Jara (1999), informa que cooperação diz respeito a um processo de união entre as pessoas para conseguir um benefício comum, trabalhar junto com outros para construir um mesmo objetivo, afirma ainda que os relacionamentos de confiança, cooperação e reciprocidade facilitam a construção de processos de mudança social e desenvolvimento humano gerando sustentabilidade, enriquecendo o tecido social.

Desenvolver formas de cooperação nos assentamentos permite aos agricultores superar em conjunto as dificuldades que recaem sobre os produtores quando atuam isoladamente (POKER, 2003).

Diagnou-se também nesta comunidade segundo Candil (2004), que a grande maioria, 88% dos assentados aceitam novas idéias, sendo que somente 9% não aceitam. A importância dos assentados aceitarem sugestões, e participarem de programas desenvolvidos para a e com a comunidade faz, com que o desenvolvimento endógeno seja estimulado, com conseqüente fortalecimento do conhecimento, da confiança mútua e da solidariedade. Estes são o sustentáculo e pressupostos básicos para a ocorrência do desenvolvimento local e da sustentabilidade.

Mendez (2001) relata que a inovação é um instrumento que pode melhorar o funcionamento das atividades econômicas locais, elevarem sua capacidade competitiva nos territórios que fazem parte, melhorar a qualidade do emprego e sustentabilidade ambiental.

É oportuno observar que em iniciativas desta natureza, é essencial buscar uma maior articulação institucional que torne possível para a execução de projetos com diferentes níveis de amplitude, por meio da implementação de ações públicas e privadas nos espaços com seus recursos disponibilizados junto aos atores locais.

### Considerações Finais

O desenvolvimento sustentável pode surgir da organização solidária da comunidade Andalucia em torno de uma estratégia adequada e sustentável para preservar a vida humana e a biodiversidade. A partir dos dados coletados em nosso estudo pode-se concluir, apesar de certa organização local (associações), que a comunidade ainda está vulnerável em relação a esta questão. Pode-se observar que a organização precisa ser fortalecida, infra-estruturas (fomentar insumos agrícolas, maquinários, financiamentos) estabelecidas e estratégias implementadas para que a sensibilização dos assentados rurais reflita em trabalhos desenvolvidos com vistas ao fortalecimento das relações interpessoais e interinstitucionais, dos negócios e da orientação da produção local.

Nota-se que é importante o desenvolvimento de produtos alimentícios de frutos do Cerrado como o Cumbaru, que pode contribuir para a sustentabilidade de comunidades locais e também para a recomposição da paisagem natural e ao turismo, agregando valores ao turismo local, valorizando a caracterização de produtos típicos, como ocorre em outras regiões com suas comidas típicas e de custos acessíveis às camadas de menor faixa de renda da população é um grande estímulo ao estudo das leguminosas, e para a exploração racional deste produto por comunidades dos Cerrados, podendo ser uma opção de sustentabilidade da natureza e das comunidades que interagem com ela.

No entanto, sabe-se que o desconhecimento do uso adequado dos recursos

naturais e a exploração predatória dos barueiros, com desrespeito as leis ambientais provocam prejuízos incalculáveis comprometendo a sustentabilidade deste ecossistema já fragmentado, pois a frequência da exploração de sua madeira é normalmente em virtude do rápido retorno financeiro e da grande demanda. Mas os resultados obtidos pelos nossos estudos retratam que a comunidade está se preocupando mais com o futuro e com a sustentabilidade do bioma.

Portanto, em função das dinâmicas do assentamento e da constante busca de alternativas de sustentabilidade por parte da comunidade, alguns indicadores podem ser percebidos de que a localidade poderá alcançar níveis mais consistentes de renda e qualidade de vida, a partir do enfrentamento e resolução de seus problemas, mais urgentes, num viés de desenvolvimento com renda e qualidade de vida, praticado de modo solidário e igualitário e em harmonia com o meio ambiente, visando explorar o Cumbaru de forma racional e orientada.

## Referências

- ÁVILA, V. et al. (Org.) *Formação educacional em desenvolvimento local: relato de um estudo em grupo e análise de conceitos*. 2.ed. Campo Grande: UCDB, 2001.
- BORGES, Miguel. *A segurança alimentar e a sustentabilidade do agroecossistema*. Disponível em: <<http://www.mborges@asrr.arsusda.gov.htm>>. Acesso em: 13 jan. 2003.
- CANDIL, R.F.M. *A capacitação construtiva local e o estímulo ao uso do cumbaru (Dipterix alata Vog.) no incremento de renda em assentamento rural: o caso do assentamento Andalucia, Nioaque/MS*. Campo Grande: UCDB, 2004. Mestrado.
- COSTA, R.B.; ARRUDA, E.J.; OLIVEIRA, L.C.S. Sistemas Agrossilvipastoris como alternativa sustentável para agricultura familiar. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: UCDB, v.3, n.5, p.26, Setembro, 2002.
- DURSTON, J. Construindo capital social comunitário. *Revista da CEPAL*, n.69, dez, 1999.
- FERREIRA, A.B. de H. F. *Mini Dicionário Aurélio Século XXI*. O mini dicionário da língua portuguesa. 4.ed. Rio de Janeiro: Fronteira, 2001.
- INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Programa de consolidação emancipação (auto-suficiência) de assentamentos da reforma agrária. *Plano de consolidação do assentamento Andalucia*. Nioaque/MS, v.2, set., 2002.
- JARA, Carlos Júlio. J. Capital social: Construindo redes de confiança e solidariedade. *Capital social e desenvolvimento social sustentável*. IICA, Quito: SEPLAN, nov., 1999.
- KLIKSBERG, B. Capital social y cultura, claves esenciales del desarrollo. *Revista da CEPAL*, n.69, dezembro, 1999.
- MARTIN, J.C. Desarrollo local para um nuevo desarrollo rural. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: UCDB, n.3, v.2, set., 2001.
- MENDEZ, R. Innovación y resed de cooperación para el Desarrollo Local. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*. Campo Grande: UCDB, n.3, v.2, set., 2001.
- NOVAES, W. *Uma política para o Cerrado*. Disponível em: <<http://www.cepen.com.br>>. Acesso em: 4 abr. 2004.
- PROKER, J. G. Cooperação e Cooperativismo no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. *Reforma agrária*. Disponível em: <<http://www.comciencia.br>>. Acesso em: 5 abr. 2003.
- PUTNAM, R. Capital social e desempenho institucional. In: Cap. VI da obra *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*. FGV, 1996. RAMOS, J. B. *Ecologia e Desenvolvimento*, n.102, 2002.
- SILVA, D. B. et al. *Frutas do cerrado*. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2001.
- SILVEIRA, C.; BOCAYUVA, C.; ZAPATA, T. *Ações integradas e desenvolvimento local: tendências, oportunidades e caminhos*. São Paulo: EAESP/FGV.



**Cidade, subjetividade e território: representações de moradores de favelas**  
*City, subjectivity and territory: representations of the impoverished subjects*  
*Ville, subjectivité et territoire: représentation des de habitants de périphérie*  
**Ciudad, subjetividad, y territorio: representaciones de los habitantes de arrabaldes**

José Rogério Lopes

Recebido em 10/6/2006; revisado e aprovado em 23/10/2006; aceito em 19/1/2007.

**Resumo:** O artigo apresenta uma análise das relações entre espaço, subjetividade e conhecimento, tendo por base um estudo etnográfico desenvolvido em uma favela da cidade de Ubatuba, SP. A análise centra-se na discussão de termos que definem percepções sócio-espaciais, entre sujeitos pobres, analisando o conteúdo social que impregna o uso destes termos e que possibilitam caracterizar distinções à análise das relações sócio-espaciais, marcadas pela desigualdade social.

**Palavras-chave:** Espaço; lugar; subjetividade.

**Abstract:** The article presents an analysis of the relation between space, subjectivity and knowledge based on an ethnographic study developed in a slum pertaining to the town of Ubatuba, in the state of São Paulo, Brazil. The analysis is centered on the discussion of terms that define social-spatial perceptions among impoverished subjects, analyzing the social content that permeates the use of such terms and that makes it possible to characterize distinctions to the analysis of social-spatial relations that are marked by social inequality.

**Key words:** Space; place; subjectivity.

**Résumé:** L'article présente une analyse des relations parmi espace, subjectivité et connaissance, a través d'un étude ethnographique développé dans une périphérie de la ville de Ubatuba, SP. L'analyse es centrée dans la discussion de termes que defini perceptions sociaux et spatiaux, parmi sujets pauvres, avec l'analyse du contenu social que imprégne l'usage de ces termes et que rendent possible caractériser distinction à l'analyse des relations sociaux et spaciaux, distingues por l'inegalité social.

**Mots-clé:** Espace; place; subjectivité.

**Resumen:** El artículo presenta una análisis de las relaciones mientras espacio, subjectividad, y conocimiento, tenedo por base um estudio etnográfico desarrollado em um arrabalde de la ciudad de Ubatuba, SP. La análisis está centrado em la discusión de los termos que definen percepciones sociales y espaciales mientras sujetos pobres, analisando el contenido social que impregna el uso de estes termos y que possibilitan caracterizar distinciones à análisis de las relaciones sociales y espaciales, marcadas por la desigualdad social.

**Palabras clave:** Espacio; sitio; subjectividad.

## Introdução

Neste texto, descrevo dados de uma pesquisa que coordenei em espaços urbanos da região do Vale do Paraíba, SP, e, sobre eles, retomo algumas discussões anteriores para analisar algumas representações produzidas nas relações sócio-espaciais que ocorrem no cotidiano dos sujeitos pobres, em sociedade.

A pesquisa foi realizada com moradores de 6 cidades da região, comparando as representações de crescimento urbano e qualidade de vida, entre sujeitos de classes médias e moradores de áreas de concentração de pobreza (LOPES, 2001). Os dados da pesquisa apontam para a idéia de que o substrato comum das representações de cidade desenvolvida e qualidade de vida, entre os sujeitos das classes médias, é atingir o exercício de

uma liberdade de escolha, como estratégia de apropriação da cidade. Já entre a população residente em áreas de exclusão, essa mesma concepção de apropriação aparece de forma ambígua nas representações dos sujeitos.

Buscando analisar essa ambigüidade e alguns de seus desdobramentos nas representações das relações sócio-espaciais, discutirei três dados produzidos no quadro de um dos sub-projetos da pesquisa, que buscou caracterizar a população residente em áreas de concentração de pobreza nas cidades de Ubatuba (litoral norte do Estado de São Paulo) e Campos do Jordão (localizado na Serra da Mantiqueira), identificando indicadores de suas demandas sócio-econômicas, como também representações produzidas acerca de suas condições de vida nessas áreas.

<sup>1</sup> Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos, RS, Brasil.

Inicialmente, apresento os dados gerais sistematizados sobre as respostas que os moradores forneceram a um questionário aplicado na pesquisa, devido à convergência que os mesmos apresentaram, em torno de alguns indicadores sobre privação social e representações de cidadania, recortados pelo binômio integração/exclusão urbana. Após, discuto algumas representações das relações sócio-espaciais que esses sujeitos produzem, com base em referências etnográficas dos ambientes que caracterizam as áreas pesquisadas.

### Exclusão social e representações espaciais

Os dados aqui apresentados advêm da análise das respostas dos moradores das áreas às seguintes perguntas<sup>1</sup>:

- O que poderia ser feito para a melhoria do local onde mora?
- O que poderia ser feito para a melhoria da cidade?
- Você acha que seu direito como cidadão é respeitado? Por quê?

As respostas à primeira questão concentraram-se majoritariamente nas ações de:

- infra-estrutura e urbanização (74.6%), assim distribuídas:

esgoto	25.2%
asfalto/calçamento das ruas	23.7%
água e luz	13.9%
canalização de rios	8.8%
construção de praças de lazer	3.0%

Estas respostas são seguidas de:

- serviços urbanos 12.3%
- ações públicas ligadas a creches, mutirões, regularização de casas e terrenos, e aterros 9.0%
- outras indicações gerais 4.0%.

1.0% não soube responder e 1.0% afirmou que o local está bom.

As respostas à segunda questão concentram-se em dois indicadores importantes:

- em ações públicas, 29.5% indicaram que é necessário mais emprego e incentivo às atividades produtivas nas cidades;
- nas indicações gerais, 13.8% indicaram que é preciso mudar os governos ou governantes.

Dos indicadores gerais, tem-se a seguinte distribuição:

- serviços urbanos 16.8%
- infra-estrutura e urbanismo 15.2%

13.0% não sabem ou não responderam e para 3.8% as cidades estão boas do jeito que se configuram hoje.

Evidencio alguns elementos da análise comparativa entre tais indicadores. Primeiramente, a distinção clara entre ações para a melhoria: a melhoria do local é avaliada pelas condições de infra-estrutura e urbanismo, enquanto a melhoria da cidade é avaliada pela oferta de empregos e pelo seu governo. Esta distinção aponta para processos de produção e apropriação da cidade que se complementam em ações micro e macro-estruturais.

O índice de 1.0% de sujeitos que não souberam responder a primeira questão e o de 13.0% que não souberam responder a segunda mostram que as ações micro-estruturais são mais perceptivas e objetivas, mas também mostram que a condição de exclusão interfere na produção de representações sobre o conjunto da cidade.

Somente 32.0% dos pesquisados avaliaram a melhoria da cidade pelas mesmas condições que avaliaram a melhoria do local onde moram. Este índice, inclusive, deve ser complementado com outro dado da produção da cidade, nos contextos aqui em pauta: o de que se trata de duas cidades predominantemente turísticas.

E, embora não haja dados gerais sobre a ocupação urbana em Campos do Jordão, os dados de Ubatuba, coletados do Censo 1991, do IBGE, permitem verificar as dimensões como se objetivam os processos de exclusão territorial: para uma população de 45.681 habitantes, em 1991, havia 32.471 casas no município; destas, 31.92% eram casas ocupadas por moradores locais e 68.07% eram casas de turistas. Considerando-se que a área média de construção das casas de turistas é bem maior que a das casas dos habitantes da cidade, tem-se que o percentual de número de casas dos habitantes é maior que a taxa de ocupação territorial urbana pelos mesmos.

No Caso de Ubatuba (e também em Campos do Jordão, por observações empíricas), isso se desdobra em uma distribuição territorial que concentra a população pobre em bairros periféricos e favelas, espalhados

em áreas precárias e de risco, escondidas dos espaços por onde os turistas transitam. Nessa perspectiva, instala-se e se reproduz um conflito permanente entre as percepções que os sujeitos pobres elaboram no cotidiano, nessas áreas, e aquelas que eles elaboram nas relações que estabelecem com outras áreas da cidade, em seu conjunto.

Nestas condições, não é de se estranhar que a melhoria da cidade seja percebida e avaliada pelas representações dadas anteriormente. O sentido de apropriação da cidade, em áreas de exclusão, reproduz a limitação do conhecimento da cidade pelo tipo de ocupação dos sujeitos nela inseridos, como veremos adiante.

Os processos multidimensionais pelos e nos quais os sujeitos pobres perdem o sentido de pertencimento ao espaço urbano, nas áreas de exclusão, fragmentam a imagem da cidade e reproduzem valores focalizados territorialmente. A cidade coloca-se para esses sujeitos como um *espaço distante*, na medida em que estão excluídos de participarem das relações urbanas.

As respostas que os pesquisados deram à terceira questão citada anteriormente auxiliam a compreender essa fragmentação e essa focalização produzidas na exclusão. Entre os pesquisados, cerca de 40% consideram que seus direitos são respeitados e 60% consideram que não são. As justificativas são as seguintes:

São respeitados como cidadãos, porque:

- não tem problemas;
- tem dignidade e liberdade;
- não prejudica ninguém, é sempre respeitado;
- não passa fome;
- o cidadão tem que ser respeitado por tudo;
- porque reclama seus direitos;
- seus recursos são respeitados;
- ninguém abusa da família, mas não tem noção das coisas;
- tem saúde e educação;
- pelas autoridades sim, pois se precisam elas vêm até aqui;
- tem o básico, o que precisa;
- tem educação (mesmo que ruim), nada falta na escola;
- tem creche perto, água e luz;
- não é mal tratado/é tratado com

dignidade;

- é bem atendido aonde vai;
- é respeitado por todos, menos pelo prefeito.

Não são respeitados como cidadãos, porque:

- são marginalizados pela moradia;
- os vizinhos brigam muito com eles;
- têm condição precária de vida;
- ninguém respeita ninguém;
- não são oferecidas assistência social e saúde;
- os aposentados têm salário baixo;
- pobre não tem direito à nada;
- com o pobre não há respeito, é sempre humilhado;
- tem direito ao estudo, mas não há escola, não há vaga;
- o governo promete e não cumpre;
- Deus dá e o governo tira dos pobres;
- o prefeito não ajuda em nada;
- professores e médicos não respeitam;
- crianças e idosos são desvalorizados;
- polícia não protege por sermos pobres/ela é bandida;
- quando precisa de algo é difícil conseguir;
- faltam muitas coisas: educação de qualidade, lazer, remédio, comida, emprego, segurança e lazer;
- há tráfico de drogas;
- ao trabalhador não é dado o devido valor.

O dado de 40% dos moradores dessas áreas considerarem-se respeitados em seus direitos como cidadão torna-se preocupante, pela limitação das concepções de direitos e cidadania que justificam suas respostas. Por outro lado, as concepções de direitos e cidadania entre aqueles que não se consideram atendidos como cidadãos são diversificadas e focalizadas, na sua grande maioria. Esses dados, todavia, guardam alguns condicionantes importantes para a localização dos sujeitos, em suas relações com o conjunto da cidade: a idéia de direito está condicionada negativamente pelas representações de marginalização, precarização da vida, pobreza, falta de serviços públicos e desvalorização do trabalhador; positivamente, está condicionada pelas representações de dignidade, respeito, atendimento das necessidades básicas, valorização dos recursos locais e reivindicações.

Por tratar-se de áreas de exclusão, onde se confundem a concentração de pobreza,

de desempregados, a ausência de serviços públicos, a precarização das moradias e a periferização com relação ao conjunto da cidade, as representações de direitos e cidadania não possuem uma unidade. Em consequência, a imagem da cidade emerge a uma “distância próxima”, formando uma lógica dialética de percepções geográficas e sociais, e suas relações com o conjunto têm sempre um fundo de desconfiança, descredito ou desapego.

Esta trajetória de análise mostra que, nas cidades pesquisadas, criam-se mecanismos de exclusão territorial, reproduzindo as estratégias de idealização da urbanidade e de vinculação do sujeito à urbe – ou a uma parte dela – através da ocupação exercida pelo mesmo. Se tal ocupação permite um exercício de visualização da cidade, esta visualização mostra-se fragmentada e focalizada, dificultando uma representação consistente de direito à cidade e de cidadania.

Nessa concepção, e considerando a condição de exclusão em que vive boa parcela da população das cidades, a reprodução desse modelo de idealidade e de vinculação dos sujeitos à urbe torna-se mais acintosa, chegando a constituir-se em uma verdadeira violência simbólica. Esses sujeitos excluídos da produção da cidade, territorial e simbolicamente, perdem progressivamente aquela capacidade de visualização e de criação de estratégias de apropriação da cidade, que garante a liberdade de escolha.

Porém, mesmo submersos em “áreas de sombras”<sup>2</sup> (LEDRUT, 1968) do modelo urbano hegemônico, esses sujeitos procuram produzir outras estratégias de superação da exclusão, no próprio cotidiano. Na representação difusa de cidade que esses sujeitos explicitam, evidencia-se a concepção de Ítalo Calvino, de que “uma cidade pode ser aquilo que dela se vê ou se entende” (*apud* AMARAL, 1992).

E aqui, algumas referências etnográficas dos ambientes que caracterizam as áreas pesquisadas tornam-se importantes.

A área pesquisada em Campos do Jordão denomina-se Favela Acampamento dos Pumas e localiza-se na periferia norte do município, entre um conjunto habitacional popular e uma área de proteção ambiental, distante cerca de 3 km do centro da

região de Abernésia. O local é atendido por luz e água, com acesso a ônibus urbano na redondeza. A área da favela não possui ruas, mas caminhos abertos entre as moradias (geralmente separadas por algum limite natural ou construído) com acesso para carros, e está delimitado por um ribeirão, na direção da cidade (para onde escorre o esgoto do local), e um morro, na direção da área de proteção ambiental, estando sujeito a inundações regulares. As moradias são construídas de madeira ou material misto e sua população é constituída, na maioria, de migrantes da região sul do país, que trabalham sazonalmente na indústria de construção civil ou no turismo. A relativa distância com o centro da cidade, a rede de serviços urbanos existentes nas redondezas e o acesso ao transporte urbano regular fazem com que a população esteja cotidianamente envolvida com o movimento da vida social da cidade.

As áreas de Ubatuba possuem características distintas. Uma, o Jardim Guarany (assim denominada pelos moradores, mas conhecida na cidade como favela Anchieta, nome da escola municipal que se localiza numa rua lateral à favela), está localizada à margem da Avenida Rio Grande do Sul, que é uma das mais importantes da cidade, ligando a semiperiferia do centro da cidade às praias da região sul do município. Localizada bem ao fundo da pista do pequeno aeroporto da cidade, a favela está situada entre a avenida, um ribeirão (para onde também escorre o esgoto das casas da favela e dos bairros que a circundam), a BR 101 – que corta Ubatuba e liga as cidades de Santos e do Rio de Janeiro – e um bairro de classe média baixa, mas está integrada no contexto da cidade, próxima de escolas, serviços e redes de apoio à vida urbana. A população é formada por uma maioria de migrantes do sul da Bahia e do sul de Minas Gerais, que buscam trabalho na construção civil e em serviços turísticos. A maioria das casas da área está em processo de transformação, das de madeira para alvenaria, e seus espaços externos são demarcados por muros ou cercas.

A segunda área é a Favela Sertão do Sesmarias, localizada a 7 km do centro da cidade e situada nas encostas de morros que fazem limites com o Parque Estadual da Ser-

ra do Mar. A área, cercada de Mata Atlântica, está bem isolada da cidade e é ligada aos bairros periféricos Estufa II e Sesmária por uma estrada de terra precária, por onde passa uma linha de ônibus duas vezes ao dia. Da entrada da favela até o final da rua central que a corta longitudinalmente, as casas de alvenaria (poucas) vão cedendo vistas na paisagem para casas de material misto e, em sua grande maioria, as casas de madeira. A grande maioria das casas não possui limites demarcados de terrenos entre elas. Composta por migrantes do sul da Bahia, em maioria, a população da área vive dividida entre uma minoria de homens que saem diariamente para trabalhar na construção civil, na cidade e em cidades vizinhas, uma grande parte de homens adultos e jovens que coletam latinhas de alumínio nas praias do município, e de mulheres adultas e jovens, além das crianças, que vivem seu cotidiano na favela, com poucos contatos com a cidade. A entrada da favela é atendida por água e luz, sendo que o restante da área possui luz fornecida por rede pública, mas capta água de um ribeirão que corre ao largo da favela, para onde escorre o esgoto das casas.

Essas diferenças de composição e inserção das favelas nos territórios dos municípios, assim como as diferenças de recursos para a interação dos seus moradores nas relações com a dinâmica da vida na cidade, produzem representações da vida urbana que relativizam os indicadores gerais anteriormente descritos. Trata-se de perceber que as apropriações que os sujeitos excluídos fazem da produção da cidade, desde sua localização em áreas de exclusão, variam de acordo com a compreensão elaborada pelos mesmos acerca dos movimentos contraditórios em que estão inseridos. Em geral, os sujeitos moradores dessas áreas explicitaram uma *valorização das relações de vizinhança*, justificadas pela *solidariedade* vicinal (tradicional, ou mecânica, marcada pelas relações de necessidade) e a *proximidade que identifica os sujeitos* em condições semelhantes – na razão das relações que Paugam (2003) denomina de *pobreza integrada* – mas que não exclui o reconhecimento de conflitos entre os sujeitos. Entretanto, essa valorização parece variar inversamente à desvalorização – na razão do que Paugam denomina de

*desqualificação* – que os sujeitos sentem ou reproduzem, quando *reconhecem a distância* marcada entre eles e o conjunto da cidade.

Interfere decisivamente, para essa variação, a representação da condição periférica de inserção dos sujeitos. Assim, as noções de *proximidade* e *vizinhança* encerram características que podem mostrá-las como distintas, por mais que sejam utilizadas como equivalentes por esses sujeitos, enquanto noções que explicitam a apropriação da percepção espacial.

Um dos elementos que auxiliam a pretensa equivalência dessas noções usadas pelos sujeitos é o fato de constantemente serem as mesmas aplicadas a situações que pretendem especificar uma condição de exclusão geográfica através de sua utilização. Ou seja, tais noções são geralmente “conjugadas” numa ação que desconsidera suas características essenciais em proveito das mais superficiais.

Tudo se passa como se aquilo que se pode considerar como próximo encerrasse somente uma simples verificação de sua presença na vizinhança do sujeito, no espaço imediato à sua volta, como um estímulo que o atinge e que, por isso, torna-se presente em sua percepção.

Poder-se-ia pensar que essa noção pudesse ocorrer em uma sociedade “primitiva”, onde *os sujeitos que constroem “essas sociedades estão, igualmente, em certo sentido, em contato direto com a natureza, por ausência e não por excesso, porque não possuem os meios de se apoderarem de um certo número de determinismos naturais”* (LÉVI-STRAUSS e CHARBONNIER, 1989, p.128), mas é difícil supor que o mesmo pode ser considerado como correto quando se passa à análise das sociedades urbanas e, mais especificamente, quando se discute essas noções e seus significados para os sujeitos dos centros urbanos contemporâneos, onde *o contato direto com a natureza não se estabelece em condições de igualdade, pelo excesso de objetos e situações que propiciam, a todo momento, a necessidade de uma apropriação crescente de condicionamentos materiais - nos dois casos, porém, não convém esquecer que a “representação da realidade implica uma afeição para com ela”* (CAMPA, 1985, p.56).

Assim é que, nas favelas Acampamento dos Pumas e Jardim Guarany os limites entre as moradias e, entre essas, as ruas e os caminhos, são demarcados socialmente, de alguma maneira. Resta aqui, mesmo que fragmentariamente, uma distinção entre espaços públicos e privados. Na favela Sertão do Sesmarias, espaços públicos e privados (domésticos) se misturam no cotidiano. Na maioria dos lugares, não há muros, cercas ou arames a demarcar propriedades. Os bares são entradas ou fachadas das casas, e os sujeitos ultrapassam os limites simbólicos entre uns e outras segundo a familiaridade com os moradores. Se há limites, esses são demarcados pelos varais que estendem as roupas ou pelas antenas parabólicas, que trazem a ilusão do conhecimento à distância.

Assim, pode-se perguntar: Sem limites, além das paredes de alvenaria ou madeira, o que é intimidade? O quintal acaba na rua e na mata, ou são a mata e a rua que acabam no quintal? O que se vê de fora ou de dentro?

Entre os moradores da favela Sertão do Sesmarias, diferente dos demais pesquisados, os limites físicos entre as casas, o quintal e a rua, assim como entre o bairro e a Mata Atlântica que cerca quase toda a área do local, são inexistentes. As representações sociais acerca da mata, assim como a sua utilização para alguma atividade, é que definem as fronteiras aos padrões sociais de ação dos moradores. Nesse contexto, as próprias casas se integram à mata, muitas vezes, em uma simbiose entre moradia e natureza que, entretanto, é geralmente descrita como negativa pela população. Essa negatividade do ambiente local está condicionada pelos limites da ocupação, que estão relacionados historicamente com a interdição das casas que estão próximas de áreas de preservação ambiental, pelos fiscais da prefeitura local. Premidos em uma clareira no meio da mata, os moradores produzem uma paisagem interna que contrasta com a externa, sobretudo pela precariedade de recursos urbanos.

Ora, porque o homem urbano não é *regular* e *igualmente* afetado por esses condicionamentos naturais, os objetos que poderia considerar propriamente como próximos, porque lhe são presentes, sofreram em boa medida os efeitos da reprodução dos condi-

cionamentos materiais. Tal reprodução, por sua vez, gera um distanciamento do fato de que “o homem é imediatamente ser natural [...] como ser natural, vivo, está [...] dotado de forças naturais [...] É um ser natural ativo” (MARX, 1978, p.40). Daí, a afirmação de Goldmann (1967, p.131) de que “o desenvolvimento da produção capitalista [...] fechou progressivamente a compreensão dos homens aos elementos qualitativos e sensíveis do mundo natural”.

Por outro lado, o distanciamento com relação às suas forças naturais, entre os sujeitos da favela Sertão do Sesmarias, é relativizado pela sua condição de exclusão do mercado formal de trabalho. Nas condições de exclusão, os sujeitos desenvolvem atividades ocupacionais (como estratégias de geração de renda) que permitem imprimir minimamente uma marca de personalidade ao produto de seu trabalho, como descrevem Lopes e Saboya (1993, p.127), ao analisar a condição do artesão:

[...] por estar à margem da vida econômica formal, o artesão tem o privilégio do resguardo da sensibilidade na sua relação com o mundo. Já um operário de linha de montagem participa de modo impessoal de uma fração do processo de produção. Seu trabalho é desprovido de significação pessoal e até de concretude, ele não se reconhece no produto final.

Assim, começa a tornar-se clara a distinção que se busca, como também as propriedades mais essenciais da noção de **proximidade**, que a separa da noção de **vizinhança**. Tal distinção se opera pela “medida” mais ou menos igualitária de apropriação dos condicionamentos naturais e materiais que afetam os sujeitos, na dinâmica das suas interações e relações sociais. Os objetos e os outros sujeitos lhes são próximos não somente porque estão presentes na vizinhança, mas porque encerram condições objetivas de imprimirem um sentido a suas ações, como sujeitos.

Muitos exemplos poderiam somar-se aos utilizados aqui, mas é preferível empregá-los em situações mais concretas, onde se pode analisar de forma mais clara as características que reforçam a ideia de que “o espaço constitui, desde o início da reflexão ocidental, a jaula do homem, a grade através da qual ele elabora a reflexão sobre sua realidade” (CAMPA, 1985, p.182).

Para tanto, pretende-se afunilar a discussão em três direções básicas: o mundo vivido (o espaço próprio, por excelência), o mundo conhecido (e seu espaço antitético: o desconhecido) e o mundo distante.

### O mundo vivido

O espaço que encerra a perspectiva da vivência e da convivência, entre os moradores do Sertão de Sesmarias, pode ser definido como o espaço por excelência das relações de proximidade, em contraposição à mata. A casa, o boteco, a escola, as ruas, o ribeirão (onde se lavam as roupas ou se capta água para consumo), as igrejas, os campos de futebol, etc, constituem locais onde regularmente os sujeitos manifestam expressões de proximidade. Contudo, pode-se questionar se são os locais em si, definidos espacialmente, que condicionam essas expressões, ou se, ao contrário, esses locais somente favorecem-nas, em relação com outros elementos atuantes em sua determinação.

Qual seria a relação e a expressão de proximidade que se pode criar a partir da vivência no espaço restrito da casa, por exemplo? E mais, como a casa refere-se constantemente à idéia da presença familiar, de outros sujeitos atuantes no mesmo espaço, com tendência a manifestarem ações que visam à reivindicação ou transformação de espaços próprios de cada um, no universo espacial que a casa constitui como imaginar-se que seria a casa um espaço de proximidade em manifestação? Da Matta (1985), ao analisar as oposições estabelecidas entre os espaços d'*A casa e a Rua*, seja pela definição dos papéis sexuais ou dos papéis sociais mais amplos referenciados no conjunto de ações de uma coletividade, já mostrou como a regularidade das manifestações e as prescrições sociais estabelecidas em função do uso ou permanência de sujeitos em espaços complementares e/ou opostos, exercem pressão de forma diferenciada sobre a percepção e a expressão que os sujeitos possam elaborar sobre o espaço comum.

A noção de mundo vivido encerra, assim, uma questão mais complexa que a simples idéia de uma proximidade espacial (BETANINI, 1982). Uma casa pode abrigar referenciais diversos – pessoas, objetos, sen-

sações – que condicionem conflitos e distanciem as expressões de uma percepção de que ali estaria um objeto próximo aos sujeitos que nela residem. No entanto, esta presença cotidiana do local, das pessoas, dos objetos e das sensações pode favorecer uma condição de propriedade sobre as relações em que o sujeito se insere. Nessa situação, pode-se denominar esses espaços de **próprios**, na concepção elaborada por Certeau (1994)<sup>3</sup>.

O domínio, ou propriedade, das relações dadas em um determinado local condicionam, dessa forma, a percepção e a apreensão simbólica que os sujeitos realizam do espaço. E como não se vive num espaço abstrato, são os espaços de relação que se tornam espaços vividos, próprios. **São esses espaços que favorecem ao homem, inclusive, criar uma imagem de si e de suas possibilidades**, mesmo quando o conflito esteja aí presente, já que ele faz parte da convivência.

A influência dos espaços vividos sobre as imagens que os sujeitos constroem a respeito de si mesmos está presente na literatura sócio-antropológica, desde as análises das sociedades primitivas até os estudos a respeito da memória<sup>4</sup> e da modernidade. Ortiz afirma, por exemplo, a respeito das reformas efetuadas por Hausmann, em Paris do século XIX, que

Hausmann traça ruas, avenidas, pontes, praças interligando pontos nevrálgicos da cidade. Um eixo norte-sul, leste-oeste comunica o centro e a periferia, e as grandes vias convergem para as estações de trem. Um sistema de circulação se implanta. [...] A cidade é vista como um organismo vivo, os órgãos comunicando-se entre si (ORTIZ, 1991, p. 203).

para, adiante, constatar que

os homens deste meado do século intuem que certas noções, tradicionalmente enraizadas em suas mentes, tornam-se agora fluidas, fugidias. Dentro da nova ordem o espaço social é representado como algo que começa a se desagregar. Ele é suprimido, ou como diziam alguns, a província torna-se uma extensão das ruas parisienses (Idem, p. 222).

Vê-se que o mundo vivido configura-se, em última instância, como o espaço que auxilia a formação do sujeito, imprimindo-lhe uma série de sensações que podem manifestar-se, posteriormente, como lembranças, fragmentos do universo da memória<sup>5</sup>, ou mesmo como reações a ambientes que se pode considerar como desagradáveis. Aliás,

muitas vezes sentem-se essas sensações ao adentrar em certos ambientes, sem motivos aparentes.

A formação do sujeito, segundo a importância atribuída a locais próprios para certas manifestações, pode imprimir-lhe sensações profundas de gosto por esse ou aquele tipo de local, de acordo com o que se pretende manifestar. Esse tipo de sensação parece estar presente em Rubem Alves, quando escreve as memórias do ambiente da casa paterna:

[...] a filosofia da sala de visitas era sempre a mesma: mostrar o mínimo, elegantemente. O resto da casa tem que ficar protegido. Mas há outro lugar onde as visitas não entram, lugar dos amigos: a cozinha. Ali as pessoas se assentavam à roda do fogão e o corpo se libertava de regras de etiqueta. Espaço mágico presidido pelo fogo, o corpo livre do controle do espelho, ali aflora uma outra verdade (ALVES, 1990, p.40).

Ainda, tais espaços de formação, porque impõem regras e normas de conduta, podem resultar em comportamentos que reproduzem simbolicamente um traço cultural, como o que descreve Brandão, ao analisar as regras de convivência de uma comunidade camponesa no Estado de São Paulo:

Pasto, mangueira e terras de lavoura são espaços masculinos não apenas porque são lugares preferenciais de trabalho dos homens. Por extensão, esses são lugares simbólica e existencialmente masculinos. Meninos e meninas podem ir lenhar com as mães nas beiras de mata. Mas só os meninos podem brincar ali com seus amigos. Os filhos homens que lidam com a lavoura e o gado vêem esses locais de trabalho produtivo como seus ambientes próprios e apropriados (BRANDÃO, 1990, p. 92).

O que ambos os exemplos guardam de comum é justamente essa propriedade que os sujeitos manifestam sobre as relações vividas em determinados espaços. Propriedade esta construída sobre sucessivas experiências e classificações das possibilidades e condições de realização de seus interesses na diversidade de espaços em que convivem cotidianamente. A importância de tais classificações é tão forte que, muitas vezes, chega a impor-se como critério à seleção de amizades, atividades, ofícios e profissões, entre outros.

O mundo vivido, dessa forma, constrói-se sobre a trama de relações que se tecem entre diversos espaços, não necessariamente situada na vizinhança da casa, eixo de

uma convivência cotidiana. E, embora este eixo tenha sido definido a partir de um referencial teórico arbitrário<sup>6</sup>, dado pela suposição de que as relações extra-familiares referem-se, em última instância, àquele espaço de formação, para diversos segmentos sociais este eixo poderia ser pensado como constituído a partir de outros locais, segundo a importância que assumem na vida dos sujeitos.

Uma leitura de alguns estudos etnográficos sobre as relações sociais entre o campesinato brasileiro tradicional, como o de Brandão citado anteriormente, pode mostrar claramente como mesmo as relações que se constroem à vizinhança da casa são diametralmente diferenciadas, quando comparadas aos modelos de vizinhança existentes nas cidades.

A propriedade que se estabelece na relação entre sujeito e espaço, assim, configura-se numa abstração da noção de proximidade, que faz com que o sujeito apropriasse das características dos espaços em que se insere, de maneira hierárquica.

### O mundo conhecido (e o desconhecido)

A experiência de vivenciar espaços que fogem ao domínio das relações aí construídas, mas que proporcionam um determinado referencial para futuras relações, ou melhor, para futuras incursões em sua tessitura de interação social, pode ser pensada e entendida como uma experiência de **conhecimento**.

Mesmo as relações travadas em espaços circundantes ao eixo de convivência cotidiana – que Augras (1981) denomina **espaços de coexistência**<sup>7</sup> – podem apresentar tais estímulos ao sujeito, desde que não sejam referenciados pelo mesmo com alguma distinção que os aproxime. Um bar próximo a casa ou ao local de trabalho, onde sujeitos regularmente se reconhecem, até estabelecerem relações, ou mesmo a feira aos finais de semana, o supermercado, uma praça e locais similares, podem guardar impressões que vão desde um interesse por espaços ruidosos até situações de inquietação frente à exuberância de um meio ambiente determinado.

Locais que marcam referenciais de conhecimento são muito comuns entre a juven-



tude, que costuma encontrar-se em locais de proximidade e dali sair para “paquerar” em uma série de espaços outros de que guardam sinais de antigos encontros, ou a arriscar novos. Em uma pesquisa sobre sexualidade que realizei com adolescentes do sexo feminino, no Vale do Paraíba<sup>8</sup>, ficou clara a influência de espaços sociais “da moda” – um bar, “cruzeiros” em morros próximos à cidade, trailers de lanches, etc – como locais de encontro que, porém, servem somente como espaços de iniciação aos relacionamentos. Nas falas das próprias adolescentes, é explícita a intenção de atrair os novos namorados para os espaços próprios a elas, favorecendo um domínio maior do relacionamento, depois de estabelecido uma continuidade do mesmo.

Parece estar presente na intenção das jovens, em reconhecer estes espaços de encontro como locais provisórios, a idéia de que um relacionamento mais contínuo deve submeter-se aos mesmos controles que elas exercem sobre seus espaços próprios. Neste sentido, nos espaços de conhecimento seus relacionamentos estão sujeitos à mesma ordem de acasos que as aproximaram de seus novos namorados. São espaços abertos e movimentados, em geral, onde a “paquera” com outras meninas às vezes não pode ser sequer percebida por elas.

Embora situações como as que envolvem grupos sociais, como os grupos de jovens, não sejam incomuns, em geral as relações que fornecem referenciais de conhecimento aos sujeitos são de dois tipos, que, mesmo contrastantes, unificam-se sob a égide de uma premissa básica. Os primeiros acontecem no entorno de seus espaços de domínio interacional, uma vez que eles possibilitam uma expansão dos referenciais de propriedade do mundo vivido. Um bom exemplo dessas relações são as constantes manifestações cotidianas que ocorrem em cidades do interior, que vivem uma trama de informações sobre as ocorrências de vida das pessoas, em todos os espaços das mesmas. Quem já não ouviu a expressão “em cidade pequena, em todos os lugares as pessoas se conhecem e conhecem a vida das pessoas”, geralmente associada pejorativamente à ociosidade das pessoas do interior, em contraposição com a privacidade reservada da vida atribulada das capitais

e grandes cidades. Razões antitéticas que manifestam *uma* diferenciação simbólica entre as características do mundo conhecido e do mundo desconhecido: **a relação público-privado**.

Com efeito, essa ampliação dos referenciais de conhecimento do mundo para uma relação de proximidade e domínio, no espaço das cidades do interior, parece mais afeita a enquadrar-se na simbologia do espaço público que, nelas, é totalmente diferenciado. É a perspectiva de ampliação – ou extrapolação – dos espaços de formação, que aprisionam a reflexão do sujeito, que o fazem ver e vivenciar os espaços vizinhos como espaços a serem “conquistados”.

Se essas relações realmente não existem nas grandes cidades é uma questão a ser discutida. Quando se observa o cotidiano de relações dos sujeitos que vivem na periferia dessas grandes cidades, ou em seus bairros mais tradicionais, onde as mudanças do entorno físico são lentas, o quadro que se cria parece ser o oposto: o espaço do bairro, em si, encerra uma série de características que podem ser amplamente reconhecidas pelos membros da coletividade<sup>9</sup> já que “o grupo urbano não tem a impressão de mudar enquanto o aspecto das ruas e dos edifícios permanece idêntico” (HALBWACHS, 1990, p. 134).

Há um segundo tipo de relações entre sujeitos e espaços conhecidos e desconhecidos, que também sintetiza a diferenciação simbólica entre público e privado, mas em níveis desiguais. Se o primeiro tipo assenta-se sobre uma “necessária” representação e aproximação dos espaços vizinhos conhecidos, o segundo assenta-se na necessidade de atualização sobre os conhecimentos que envolvem os sujeitos como contemporâneos de uma sociedade globalizada, com envolvimento intra e internacionais. Tais relações surgem em variadas situações: desde interesses conjecturais e causados por questões que se generalizam num dado momento, onde os sujeitos são informados regularmente sobre a configuração de certos espaços, que se tornam o *focus* de observação de uma ou várias sociedades<sup>10</sup>, até situações de interesse particular por espaços determinados, em que poucos sujeitos se especializam no entendimento da configuração dos mesmos<sup>11</sup>. Nos dois casos citados, contudo, como

nos demais que se enquadrem nesse segundo tipo de relações, vale reconhecer que a necessidade de atualização dos sujeitos refere-se estritamente a uma condição temporária – em certos casos mais, em outros menos tempo – em que os mesmos procuram somar o maior número de informações possíveis e disponíveis para a configuração do espaço em pauta e as relações aí estabelecidas. Diferentemente das relações do primeiro tipo, onde as pessoas utilizam-se de seus espaços próprios para referenciar, entender e apropriar-se dos espaços vizinhos que lhes interessam, as relações do segundo tipo procuram simbolizar a diferenciação entre público e privado sob a ótica dos envolvimento sócio-espaciais dos locais que observam, seja porque são informados via uma interpretação pré-estabelecida, ou porque necessitam agir assim para melhor compreender o que procuram conhecer.

Aqui, estão em jogo as distinções operadas socialmente para a definição da relação público/privado, que se conjugam, segundo Jovchelovitch (2000, p.47) por

[...] distinções claras entre o que deve ser oculto e o que deve ser visível, o que deve ser particular e o que deve ser comum, o que deve ser aberto e portanto distribuído a todos, e o que deve ser secreto, reservado e portanto subtraído da esfera aberta a todos. Estas são as questões que constituem o significado fundamental das esferas pública e privada. Elas indicam que existem coisas que devem ser privadas e outras coisas que devem ser apresentadas publicamente (*res publica*), pois somente assim é que elas podem existir.

Parece que são relações deste tipo as que se estabelecem, atualmente, entre algumas categorias de profissionais urbanos, ligados a determinadas ciências, e determinados grupos étnicos detentores do saber acerca da biodiversidade de nossas florestas tropicais. Nesta relação, porém, a questão posta em causa, sobre as dimensões públicas e privadas oriundas de tais contatos, tem a ver com uma problemática que extrapola em muito os limites desta análise.

Poder-se-ia questionar, no entanto, se a mudança de atitudes em relação aos sujeitos e à biodiversidade existentes nestes espaços de florestas que se constata atualmente, não seria equivalente à discutida por Thomas (1989) sobre as relações entre “O homem e o mundo natural”.

Aqui, porém, procuro delimitar que as razões antitéticas que se aplicam à análise das relações público/privado, entre sujeitos e espaços conhecidos e desconhecidos aos moradores do Sertão do Sesmarias, são também diferenciadas. A primeira antítese é percebida no movimento que impulsiona o sujeito a conhecer espaços vizinhos aos seus espaços próprios, ou a conhecer espaços longínquos, configurando-se-lhes suas principais características. A segunda antítese é percebida na distinção dos instrumentos e condições que os sujeitos utilizam para conhecer os espaços longínquos, indo das situações genéricas que o envolvem (como nas atividades ocupacionais na construção civil, ou como coletores de latinhas, nas praias) até as situações particulares construídas por eles próprios.

Isso é o que explica o fato de boa parte dos moradores do Sertão do Sesmarias possuírem antenas parabólicas. E também aqui parece que se pode encontrar uma razão última que é de origem hierárquica. Não a hierarquia que surge da classificação dos interesses de tais sujeitos, mas a hierarquia que resulta da estratificação sócio-espacial – como representação derivada das desigualdades sócio-territoriais – que impõe condições mais ou menos favoráveis para o acesso ao conhecimento que se busca alcançar, entre os diversos sujeitos da sociedade.

### **O mundo distante: interesse ou expropriação?**

Em um seminário realizado no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da PUC-SP, em 1994, que discutia a questão da violência simbólica, a professora Carmem Junqueira fez um interessante comentário sobre o debate atual da questão nos segmentos civis dos países escandinavos. Dizia ela de sua surpresa ao ler um relatório de pesquisa, onde se afirmava que os sujeitos daqueles países sentiam-se violentados, sobretudo por não poderem conhecer outros países que os atraíam por diversos motivos, devido ao custo que isso acarretava, além de outros empecilhos. Quando se buscava fazer uma analogia dessa situação com a questão da violência no Brasil, centrada basicamente na incapacidade de garantir os direitos

básicos de sobrevivência da grande maioria da população, criava-se um hiato enorme. Para além da frustração, todavia, restam sinais para se pensar a questão da simbologia do **distante**, nas relações sócio-espaciais dos moradores do Sertão do Sismarias.

Embora seja possível supor que a simbologia do mundo distante é também produto de uma relação de interesses entre os sujeitos e os espaços, dados na escala hierárquica que os mesmos dimensionam cotidianamente, as perspectivas da grande maioria da população brasileira tornariam um artifício pecaminoso querer ampliar essa análise para todos os segmentos da sociedade.

Pode-se, porém, estabelecer um outro tipo de categorias que enquadrem essas relações dos sujeitos com espaços e mundos distantes, quando, ao estudar os trabalhos antropológicos em sociedades indígenas, depara-se com espaços que se tornam **proibidos**, por motivos religiosos, políticos ou mitológicos. Sejam espaços que se distanciem pelo rigor ritual, pela presença de chefes ou pela crença em seu aspecto diferenciado, eles estão muitas vezes presentes nas relações cotidianas da grande maioria das pessoas que, se não podem utilizá-los em ocasiões profanas, podem ao menos vivenciá-los na paisagem, na tradição e até – ou somente – nos sonhos e transe.

As indicações sobre tais variações entre a permissão ou proibição ao uso de determinados espaços são constantes na etnologia. Um espaço de uso coletivo aos membros de um grupo indígena pode ser proibido às mulheres, durante a realização de um “potlatch” no mesmo. Os Balanta, de Guiné-Bissau, realizam rituais propiciatórios nos espaços de plantação de arroz<sup>12</sup>, considerando-os locais ordenados pelos próprios rituais, não admitindo, por conseguinte, sua desorganização pela ação humana. A dependência criada em relação à posse de gado, entre os Nuer, gerava um reconhecimento de que “as necessidades humanas têm de se subordinar às necessidades do gado” (Evans-Pritchard, 1978, p.32), o que incluía as divisões entre espaço para plantação e espaço para pastagem. Douglas (1976, p.87) descreve como os bosquímanos estudados por Marshal Thomas dividem o espaço do lar em duas regiões - masculina e feminina - a par-

tir de um bastão que a esposa enfia no solo para marcar onde colocará o seu fogo.

Diferentes em gênero e grau, os espaços distantes que existem nas sociedades ocidentais, e principalmente os que existem **para** as sociedades do terceiro mundo e suas classes pobres são proibidos por outros motivos, quais sejam: os econômicos. E, se eles se mostram regularmente através de cartazes, filmes e comerciais de TV, mais que provocar o êxtase do transe que elevava o indígena ao seu “paraíso”, provocam nos sujeitos pobres um desejo sempre renovado de integração e a reafirmação de sua distância: a distância da expropriação social cotidiana e segregacionista.

Apesar de eles ressentirem muito fortemente a distância que separa seu desejo de igualdade de suas desigualdades reais, essas são muito dispersas para reunificar sua experiência e para produzir uma mobilização contra uma condição julgada intolerável (DUBET, 2003, p. 50).

Assim, a distância de suas condições objetivas com relação à cidade ritualizam-se e se reproduzem também nas suas condições subjetivas. As representações dos sujeitos do Sertão do Sismarias mostram-se fragmentadas e orientadas pelas percepções de um cotidiano que, regularmente, torna as relações desses sujeitos com o conjunto da cidade impessoais, sendo necessário estabelecer um princípio de proximidade que permita unificar os elementos em conflito. Nesse sentido, Simmel (1983, p.160), afirma que:

Os significados bem diversos relacionados com o símbolo ‘distância’ têm muita afinidade psicológica entre si. Por exemplo, uma imagem de objeto representada de algum modo como ‘distante’ parece ter quase sempre um efeito mais impessoal. Se, acompanhada de tal representação, a reação individual seguinte à proximidade imediata e ao toque é menos aguda, tem imediatamente um caráter menos subjetivo e desse modo pode ser o mesmo para um número maior de indivíduos. O conceito geral que abrange uma pluralidade de pormenores é tanto mais abstrato (isto é, mais distante de cada um deles), quanto mais numerosos e diferentes uns dos outros forem estes pormenores. Assim, um ponto de unificação social a uma distância maior dos elementos a serem unificados (tanto no sentido espacial quanto no figurado) parece do mesmo modo ter efeitos especificamente unificadores e abrangentes. A unificação decorrente de um perigo mais crônico do que agudo, decorrente de um conflito sempre latente mas nunca detonado, será mais efetiva quando o problema é a unificação duradoura de elementos algo divergentes.

No caso dos moradores do Sertão do Sesmarias, são as atividades ocupacionais e as relações que estabelecem no espaço local que definem o ponto de unificação social dos espaços cotidianos e relacionais. Essa unificação dirige-se para o conjunto da cidade, mesmo que distante, em contraposição à mata que os cerca. Assim, mais importante que enfatizar a fragmentação das suas concepções de cidade e cidadania, é reconhecer que esses sujeitos buscam unificar os elementos diversos e divergentes decorrentes de suas condições sociais, de forma a humanizarem-se diante da exclusão social. As representações que buscam o sentido de proximidade, entre os moradores da área, relativizam o sentido de exclusão da esfera pública, a que são submetidos, assim como a naturalização dos processos de exclusão, arrastados que foram para áreas limítrofes da urbanidade e da natureza. Como afirma Jovchelovitch (2000, p.47),

[...] o fato de que as pessoas compartilham um espaço comum e estão ligadas umas às outras através do convívio social não é o que as distingue de outros animais. O convívio social não pode ser considerado uma condição humana fundamental. Viver com outras pessoas não é suficiente: ao contrário, é uma necessidade que nos é imposta pelo ciclo biológico da vida que inclui tudo que compartilhamos com outras espécies – comer, dormir, reproduzir, etc. Viver com outros de forma humana pressupõe a capacidade de escapar ao domínio da necessidade pura e entrar para um domínio completamente diferente – o domínio da ação, ou da política, onde as pessoas desenvolvem suas capacidades para o discurso e a ação.

Assim, as estratégias dos sujeitos do Sesmarias, na medida em que buscam unificar princípios de ação e formas de sociabilidade que distinguem situações condicionadas ora pela materialidade da vida urbana, ora pelas “forças naturais”, orientam-se pela definição de uma proximidade que os humaniza, e humaniza o lugar em que vivem. Trata-se, assim, de estratégias que visam superar o domínio da necessidade, em proveito de um domínio de liberdade que se enuncia: a cidade, como “espaço público da palavra e da ação”.

### **Espaços e proximidades: o lugar como estratégia de apropriação**

Sem querer reduzir a análise antropológica à determinação de condicionantes econômicos que possibilitem uma construção

às relações sócio-espaciais, a idéia de que as noções de **proximidade** e **vizinhança**, no caso estudado, guardam representações das situações de expropriação e segregação que são elaboradas na sociedade, traz à análise uma contribuição importante: a simbologia das relações sócio-espaciais e suas conseqüentes percepções de domínio, conhecimento e distância são determinadas pelas condições de acesso às experiências sensivelmente possíveis nas diversas classes sociais.

No horizonte de toda a discussão, o contraste entre as concepções de espaço público e espaço privado assumem, então, mais que uma simples representação dicotômica de pólos diferenciados. Tornam-se percepções ideologizadas, segundo a direção (unilinear ou circular) e a constância de sua utilização e expressão, nos diversos segmentos sociais.

Em casos mais extremos, esta presença ideológica arrasta, numa mesma percepção, visões diferenciadas de mundo, dadas como novos condicionamentos sociais que se impõem aos sujeitos, desde a produção do espaço urbano, na forma de ordenamentos territoriais que se desdobram do modelo contemporâneo de organização social.

A diversificação e a aceleração de tais ordenamentos, produzidas e reproduzidas no processo de globalização, manifestam-se assim na fragmentação do próprio território, tornando complexas as formas de apropriação sócio-espaciais operadas pelos sujeitos. Da produção do território, como lugar (que, na concepção de Yázigi [2001], formase da combinação de elementos presenciais ou não, permanentes e transitórios que compõem uma paisagem) às modulações do urbano, como modos de produção, as cidades tornam-se contextos que comportam a diversidade, o hibridismo e a multiplicidade de sentidos. Logo, a formação identitária do sujeito urbano diferencia e distancia esse sujeito do urbanita (aquele que simplesmente vive nas cidades).

Afetado pelos condicionamentos do espaço urbano e formando-se em um jogo de estratégias de apropriação, frente à exclusão, o sujeito pobre busca constituir lugares próprios, recortados por dimensões valorativas e hierarquizadas, que realizam a mediações entre o citadino e o cidadão.

Elaborando a questão de outra forma: entre o processo de produção do espaço urbano e o da produção das urbanidades, o sujeito pobre “opera” a configuração de lugares, como contextos que sintetizam objetivações e subjetivações relativas às suas condições próprias de vida, mas que visam a integração à cidade, como idealização.

Daí que o lugar é sempre um lugar próprio aos sujeitos, de onde eles visualizam o mundo: o lugar é estratégico e é, ele próprio, estratégia. O lugar compõe a mundividência dos sujeitos, incorporando identidades, mas abrindo-se sempre às transformações vividas ou esperadas nas condições de vida dos sujeitos e nas suas relações sociais.

## Notas

<sup>1</sup> A equipe de pesquisadores do projeto aplicou um questionário às famílias residentes nas áreas, respondido pelo membro que se apresentava como responsável pela casa. O questionário levantava informações para a caracterização sócio-econômica da população e as demandas sociais locais. Os dados coletados foram tabulados considerando-se as categorias de gênero, cor e renda. Foram pesquisadas seis áreas em três cidades: Taubaté, Campos do Jordão e Ubatuba, num total de 261 questionários. Para a análise aqui apresentada, foram considerados os dados de 165 questionários, referentes a três áreas, duas localizadas em Ubatuba e uma em Campos do Jordão.

<sup>2</sup> Veja-se Raymond Ledrut, *Sociologie urbaine*. Paris: PUF, 1968.

<sup>3</sup> Michel de Certeau define como estratégicos os espaços próprios dos sujeitos, pois é a partir deles que os sujeitos operam práticas segundo um “cálculo das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’”. Ela [estratégia] postula um lugar capaz de ser circunscrito como um **próprio** e portanto capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” (Certeau, 1994, p. 46).

<sup>4</sup> Conferir, por exemplo, a análise desenvolvida por Maurice Halbwachs (1990), sobretudo em seu capítulo IV, A Memória e o espaço.

<sup>5</sup> O próprio Halbwachs (1990, p.133) afirma que “as imagens espaciais desempenham um papel na memória coletiva. O lugar ocupado por um grupo não é como um quadro negro sobre o qual escrevemos, depois apagamos os números e as figuras”.

<sup>6</sup> Não tão arbitrário, porém, conforme as análises desenvolvidas no livro já citado de Roberto Da Matta (1985).

<sup>7</sup> A noção de espaço de coexistência é assim definida por Augras (1981, p. 34): “no espaço de coexistência, os homens tecem redes que os aproximam e os afastam, organizando o mundo de maneira a assegurar áreas recíprocas de movimentação”.

<sup>8</sup> “A orientação literária do imaginário feminino-juvenil sobre a sexualidade”, projeto realizado junto

ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas de Práxis Contemporâneas da Universidade de Taubaté, no período de 2003-2005.

<sup>9</sup> Esse reconhecimento podia ser verificado pelas imagens de um quadro do programa “Domingão do Faustão”, que vai ao ar aos domingos. O quadro era o “Seu vizinho é uma mina”, que apresentava o interior de uma casa, num bairro de uma cidade – geralmente média ou grande – e que premiava o dono da casa com uma quantia em dinheiro, caso nenhum dos vizinhos da rua se apresentasse para reivindicar o prêmio, reconhecendo a casa pelas imagens apresentadas. Não se informava o nome da cidade ou do bairro e nem se mostrava os rostos das pessoas da família que ali residiam. O reconhecimento era tão somente do espaço interior da casa e de alguns “flashes” da rua, jardins, etc, através de frestas das janelas. Em várias ocasiões, via-se o vizinho ganhando o prêmio.

<sup>10</sup> O episódio da guerra no Golfo Pérsico, em 91, enfatizou esse tipo de relações. Os telespectadores, de quaisquer emissoras, eram constantemente “bombardeados” com informações sobre as causas da guerra, os espaços estratégicos da luta, os espaços civis e os espaços neutros, dentro dos diversos e regulares “flashes” jornalísticos ou programas especialmente preparados para atualizar os assistentes sobre os diversos espaços que configuravam o conflito.

<sup>11</sup> A formação acadêmica, como a experiência de trabalho de Arqueólogos, Geólogos, Geógrafos, Arquitetos e profissionais afins são um bom exemplo deste tipo de relações.

<sup>12</sup> Os rituais propiciatórios realizados pelos Balanta dividem-se em três momentos específicos: são os jovens entre 16 e 17 anos que semeiam – plantam as sementes no viveiro – devido à idéia de fecundidade, já que eles estão no limiar de sua forma física. Após nascida a planta, em cerca de três semanas, é a mulher que a transplanta para o solo, realizando um ritual que representa a simbiose mulher e terra, enquanto os elementos que acolhem a semente para a sua gestação. Quando da época da colheita, a participação é geral, na aldeia (DELIZOICOV, 1981).

## Referências

ALVES, Rubem. Conversas ao pé do fogo. *Tempo e Presença*, São Paulo, n. 52, p.25, 1990.

AMARAL, Rita. *Povo-de-santo, povo de festa: estudo antropológico do estilo de vida dos adeptos do candomblé paulista*. Dissertação de Mestrado em Antropologia. São Paulo, USP. 1992.

AUGRAS, Monique. *O ser da compreensão: fenomenologia da situação de psicodiagnóstico*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1981. 96p.

BETTANINI, Tonino. *Espaço e Ciências Humanas*. Tradução de Liliana Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. 155p.

BRANDÃO, Carlos R. *O trabalho de saber - cultura camponesa e escola rural*. São Paulo: FTD, 1990. 176p.

CAMPA, Ricardo. *A época das incertezas e as transformações do Estado contemporâneo*. Tradução de Aurora Fornoni Bernardini. São Paulo: Difel/Instituto Italiano di cultura, 1985. 288p.

- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano* (Artes de Fazer). Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994. 351p.
- DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua*. São Paulo: Brasiliense, 1985. 140p.
- DELIZOICOV, Demétrio. *Concepção problematizadora da educação e o ensino de ciências*. 1981. 245p. Dissertação de Mestrado, IFUSP, São Paulo, 1981.
- DOUGLAS, Mary. *Pureza e perigo*. Tradução de Monica Siqueira Leite de Barros e Zilda Zakia Pinto. São Paulo: Perspectiva, 1978. 232p.
- DUBET, François. *As desigualdades multiplicadas*. Ijuí: EdUnijuí, 2003. 76p.
- EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. *Os nuer*. Tradução de Ana M. Goldberg Coelho. São Paulo: Perspectiva, 1978. 276p.
- GOLDMANN, Lucien. A reificação. *Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n.16, p.32-54, 1967.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. SP: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.
- JOVCHELOVITCH, Sandra. *Representações sociais e esfera pública*. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000. 232p.
- LEDRUT, Raymond. *Sociologie urbaine*. Paris: PUF, 1968.
- LÉVI-STRAUSS, Claude; CHARBONNIER, Georges. *Arte, linguagem, etnologia*. Tradução de Nícia Adan Bonatti. Campinas: Papirus, 1989. 123p.
- LOPES, José Rogério; SABOYA, Glícia Meiber G. Pessoa, Trabalho, Reificação. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n.41, abril, p.118-30, 1993.
- LOPES, José Rogério. **Cultura e Ideologia**. São Paulo: Cabral/Robe, 1995, 82p.
- \_\_\_\_\_. Urbanidade e cidadania: as modulações do urbano e o direito à cidade. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, v.37, n.158, p.67-92, 2001.
- MARX, Karl. *Marx* (Coleção Os Pensadores). São Paulo, Abril, 1978.
- PAUGAM, Serge. *A desqualificação social*. Ensaio sobre a nova pobreza. São Paulo: Cortez, 2003.
- SIMMEL, Geörg. Conflito e estrutura do grupo. In: MORAES Fº, Evaristo (Org.) *Simmel* (Coleção Grandes Cientistas Sociais). SP: Ática, p. 150-64, 1983.
- THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitudes em relação as plantas e aos animais (1500-1800)*. Tradução de João Roberto Martins Filho. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 454p.
- YÁZIGI, Eduardo. *A Alma do lugar. Turismo, planejamento e cotidiano*. SP: Contexto, 2001. 301p.

**Geopolítica del agua en México: La oposición entre la *hidropolítica* y el conflicto sociopolítico. Los nuevos rostros de las “luchas” sociales**  
Geopolitic of water in México: The opposition between the *hydropolicy* and the *social politic strife*. The new faces of the social “fightings”  
**Geopolitique de l'eau en México: L'oppositon parmi l'hydropolitique et le conflit social et politique. Lês nouveaux visages de lês “disputes” sociaux**  
Geopolítica da água no México: A oposição entre a hidropolítica e o conflito sóciopolítico: Os novos rostos das “lutas” sociais

Felipe de Alba

Recebido em 28/5/2006; revisado e aprovado em 22/11/2006; aceito em 1/2/2007.

**Resumen:** Después de los cambios poblaciones vividos en las últimas décadas en la metrópoli de México, y de los cambios en el régimen político mexicano de los años 1990, el deterioro de las condiciones de vida y de la calidad de los servicios públicos se ha acentuado. La metrópoli de México es hoy un *laboratorio geopolítico* que parece marcar el debate sobre la agenda política nacional. Una *nueva* modalidad de protestas sociales aparece progresivamente en la metrópoli y, en particular, protestas ligadas a la problemática del agua. Estas protestas, diferentes en su género, están cambiando el tejido social, la forma urbana y las relaciones políticas. En su conjunto, son muestra de nuevos actores políticos en escena que fracturan antiguas hegemonías y generan nuevos espacios clientelares. En este trabajo se discute la gestión conflictiva del agua que constituyen una coyuntura paradigmática de salidas múltiples: entre la gobernabilidad metropolitana, la forma misma del conflicto o de una verdadera catástrofe en las próximas décadas. El autor sostiene un modelo explicativo de estas tendencias principales del conflicto en la metrópoli más grande de América Latina.

**Palabras clave:** Hidropolítica; lo político del agua; crisis decisional; metrópoli de México.

**Resumo:** Depois das mudanças das populações vividas na últimas décadas na Cidade do México, e das mudanças no regime político mexicano dos anos 1990, a deterioração das condições de vida e da qualidade dos serviços públicos tem aumentado. A Cidade do México é hoje um laboratório geopolítico que parece marcar o debate da agenda política nacional. Uma nova forma de protestos sociais aparece progressivamente na metrópole e, em particular, protestos ligados à problemática da água. Estes protestos, diferentes em sua modalidade, estão modificando a estrutura social, a forma urbana e as relações políticas. Em seu conjunto, são amostras de novos atores políticos em cena que rompem antigas hegemonias e geram novos espaços clientelares. Neste trabalho se discute a gestão conflitiva da água que constitui uma conjuntura paradigmática de saídas múltiplas: Entre a governabilidade metropolitana, a forma mesma do conflito ou de uma verdadeira catástrofe ns próximas décadas. O autor sustenta um modelo explicativo destas tendências principais do conflito na maior metrópole da América Latina.

**Palavras-chave:** Hidropolítica; o político da água; crise decisional; Metrópole do México.

**Abstract:** After the populations changemnet that were alived in the last decades in México City, and the changemnet in Mexican politic adiministration of the years 1990, the decadence of the life conditions and of public services has increased. Mexico Metroplis is nowadays a geopolitic laboratory that seems to stamp the discussion about the national politic engagement book. A new modality of social prtotests appears progressively in the metroplis, and privately, prtostes that have a relation with the problem of the water. These protests, differents in their modality, are changing the social structure, the urban form and the politic relations. In its all, they are showings of new politics actors in scene, that breaka acient hegemonies and generate neuws customers spaces. In this work, it discusses the conflictive administrtrion about the water that constitutes a pragmatic conjuncture of several sllies: between the metropolitan governance, the same form of the conflict or about a true catastrophe in the next decades. The author sustians na explicative model of these principal tendencies about the conflict in the bigggest metroplis of Latin América.

**Key words:** Hydropolicy; the politic of water; decisive crisis; México Metropolis.

**Résumé:** Resume: Après les changemens des populations qui ont s'arrivé dans lês dernières décades à la Métropole du México ´et des changemnets du régime politique mexicain dès années 1990, la détérioration des condoitions de vie et de la qualité des services publiques a augmneté. La Métropole ddu Mexique est aujourd'hui um laboratoire geopolitique que parai^t fixer lê débat sur l'agenda politique national. Une nouvelle modalité de protêts sociaux se presente progressivement à la métropole et, particulièrement, protêts qui ont relation à la problematique de l'eau. Ces protêts, differents dans leurs genre, changent la structure social, la forme urbaine et lês relations politiques. Dans leurs joint, ils sont échantillons des nouveaux acteurs politiques em scene que interrompent anciennes hégemonies et engendrent nouveaux spaces des clients. Dans ce travail on se discute la gestion conflictif de l'eau que constitue une conjuncture paradigmaticque des alternatifs multiples: parmi la gouvernabilité metropolitaine, la même forme du conflit u d'une vraie catastrophe dns lês prochaines décades. L'auteur soutien une modele explicatif de ces tendencies principaux du conflit dans la métropole plus grande de Amérique Latinaine.

**Mots-clé:** Hydropolitique; le politique de l'eau; crise decisional; Métropole du Mexique.

\* Universidad de Montreal. (Fdealbam@Gmail.com)

## Presentación

A la hora de la mundialización, las metrópolis son el núcleo de las luchas que nos refieren la transformación de los roles, del *lugar* del Estado nacional y de toda clase de relaciones sociales, políticas y económicas<sup>1</sup>. De cierta manera, las metrópolis son espacios potenciales de la contestación política, a la disposición de un nuevo tipo de *movimientos*<sup>2</sup> y de *actores* que luchan por una nueva identidad más allá de lo local, lejos de lo nacional. Como un *espacio en disputa*, las metrópolis son también el *lugar* de los movimientos identitarios y de búsqueda de reconocimiento simbólico: el lugar de las luchas sociales con reivindicaciones cada vez *más* políticas, antes concentradas en el plano económico (sindicalismo, colectivismo), que ahora luchan por bienes colectivos (asociaciones de barrios, grupos de demandantes, etc.) o por nuevas modalidades de gestión dada la suficiencia y el deterioro de la calidad de los servicios públicos.

En dicho sentido, además de la múltiple problemática que vive la metrópoli de México (Ver el interesantísimo texto de GARZA 2000), en materia de agua ésta concentra graves problemas de infraestructura, de deterioro en la calidad de los servicios, de aumento en los costos ambientales de los sistemas de agua, entre otros. En la última década, se han incrementado los conflictos de orden institucional, político y social entre los diferentes actores metropolitanos (PERLO & GONZALEZ 2006). En ese orden, parece prefigurarse una tendencia al aumento de pugnas y la poca disposición a la colaboración interinstitucional. En suma, una serie de protestas sociales tienen lugar en la escena metropolitana. Estos movimientos de contestación política no han opacado las luchas por cambios en la estructura del poder y en el imaginario social nacional.

En este trabajo, proponemos un análisis de algunas de nuestras hipótesis de investigación sobre México y su metrópoli, la más grande de América Latina y la segunda más grande del mundo (PARNREITER 2002). En este artículo nos concentramos en analizar los impactos en la articulación de nuevos modos de la

*governabilidad* metropolitana, sus paralelismos con un fuerte proceso de cambios políticos nacionales, y la crisis de toma de decisiones en la gestión del agua.

Según varios autores, el interés por el estudio de esta problemática de *lo político metropolitano* en América Latina es *relativamente* nuevo, y coincide con la importancia creciente de las metrópolis en relación a los poderes tradicionales (Gobiernos federales y provinciales, principalmente) (STREN, 2000), lo que hace aun interesante la dinámica de reajuste del aparato del Estado (BORJA & CASTELLS 1997) .

En el caso de México, diversos estudios asignan importancia a las nuevas "condiciones de la gobernabilidad" de las metrópolis (RODRÍGUEZ *et al* 1997), es decir, a la *forma* en que los gobiernos y actores locales (y por tanto, de las ciudades y de las metrópolis) llegan a acuerdos y administran los conflictos<sup>3</sup>.

Los estudios desarrollados hasta ahora sugieren que los actores de las metrópolis agitan y movilizan sus huestes para pasar, sin ninguna reticencia, del tradicional centralismo (ORBAN, 1990), hacia la *delocalización* del Estado en su forma moderna. De acuerdo con esa reflexión, B. Jouve destaca: « en los *Estados unitarios*, los gobiernos centrales siempre han tenido reticencias para dotar de su capital nacional en la vía de construir instituciones metropolitanas firmes, esto, por evidentes razones políticas y económicas" (JOUVE 2003, p.8). Al mismo tiempo, todo ello ha permitido discutir los nuevos roles del gobierno central - en un nuevo contexto de federalismo real (FRANCO, 2003) así como ha servido sobre todo para analizar las iniciativas que han ampliado el *espacio de acción* de los poderes locales, en particular en las metrópolis.

En este contexto, los gobiernos de diversas ciudades latinoamericanas, presionados por sus ciudadanos que participan y exigen que las acciones de los primeros sean eficaces, han tenido que hacer prueba de innovación en sus proposiciones<sup>4</sup>. Pero sobre todo, han tenido que *imaginar* otras estrategias de gestión pública local (LLORENS, ALBURQUERQUE, *et al.* 2001). En ese sentido, según G. Cabrero,

En los gobiernos federales, se observan



“espacios indefinidos” en la atribución de las tareas definidas por el poder central. Por lo que se refiere al nivel municipal, las proyecciones son aún más significativas.

En este último nivel, se encuentra un fuerte proceso de expansión de las políticas aplicadas. Cada vez es más frecuente la observación de nuevos estilos de dirección y de nuevos esquemas de cogestión Gobierno-ciudadano en los programas y políticas locales.

Del mismo modo, podemos encontrar casos donde la incorporación de nuevos sistemas de gestión permitió mejorar la acción de algunos gobiernos municipales sin esperar el apoyo del gobierno federal o del poder central (CABRERO, 2004, p.92).

Desde nuestro punto de vista, estos gobiernos muestran con frecuencia dos tipos de comportamiento: a) Sea que evidencian claras señales de *incapacidad* en la gestión política y estratégica de los recursos; b) sea que los poderes locales se enfrentan “ahora” a los poderes federales (CASTILLO, ZICCARDI, *et al.* 1995), bajo nuevas formas. En nuestro análisis, las autoridades de la metrópolis de México enfrentan entonces una suerte de “competición gubernamental” en el manejo del *conflicto metropolitano* (SCHTEINGART, 2001).

Así entonces, se hacen evidentes verdaderos “nudos problemáticos” (CASTILLO, REYES, *et al.* 1997), como una de las características de la acción pública en las metrópolis, generando una serie de protestas sociales. El planteamiento anterior, nos permitiría reflexionar hasta que punto las metrópolis del Tercer Mundo, aun cuando participan de la economía mundial, sus habitantes no cuentan hasta ahora con un acceso igualitario a los recursos mundiales. En suma, desde hace algunas décadas, los gobiernos y los actores de las grandes metrópolis latinoamericanas crean y ocupan un nuevo *espacio político metropolitano*, imponiendo así, un “nuevo ritmo a las relaciones dentro del aparato del Estado” (CABRERO, 2004). De ahí la pertinencia de nuestro análisis, como lo veremos en este trabajo.

## Hipótesis

En este artículo sostenemos la hipótesis según la cual las tensiones y las disputas sociales, surgidas del proceso de metropolización de México, no han dejado de acentuarse y tampoco han encontrado una respuesta eficaz – de parte las autoridades y de las instituciones. En un apunte específico, se trata de definir los conflictos por el agua – como un recurso *en disputa* –, cada vez más escaso y estratégico<sup>5</sup>. La estrategia de respuesta a dicha hipótesis se fundamenta en dos ejes principales de análisis, que se mencionan enseguida.

En un primer término, se analizan *los conflictos con un carácter sociopolítico*, es decir, aquéllos que han producido algún tipo de protesta por el agua. Se trata de casos cuando los ciudadanos confrontan al Estado, generan protestas aisladas – sin una base organizativa – pero directamente ligadas a la deficiente dotación del servicio. Se trata de estudiar las *luchas reivindicativas* de los grupos urbanos respecto a las propuestas “novedosas” del Estado, así como la relación de las posibilidades de apropiación del servicio con las formas básicas y temporales de gestión colectiva.

En segundo aspecto, se analizan *los conflictos socioinstitucionales*, cuya característica principal es la no inclusión de grupos sociales urbanos ni de acciones sociales de protesta. Se trataría de conflictos derivados de la ausencia de políticas de gestión del agua o de los cambios que presentan las mismas, así como los casos de *usos políticos* del recurso (en el plano electoral, por ejemplo). En ese sentido, suponemos que las disputas por el control del agua serían el *móvil* de una fuente de poder local. En este tipo de conflictos participarían no sólo el Estado, los ciudadanos o los grupos de las metrópolis, sino también otros actores como los partidos políticos y los grupos de campesinos.

Finalmente, el análisis de estos conflictos nos permitirá discutirlos, como se ha avanzado en trabajos (DE ALBA 2005a, DE ALBA 2005b, DE ALBA 2005c), como una de las consecuencias de la metropolización que confronta a los gobiernos en México dada la falta de instituciones metropolitanas eficaces .

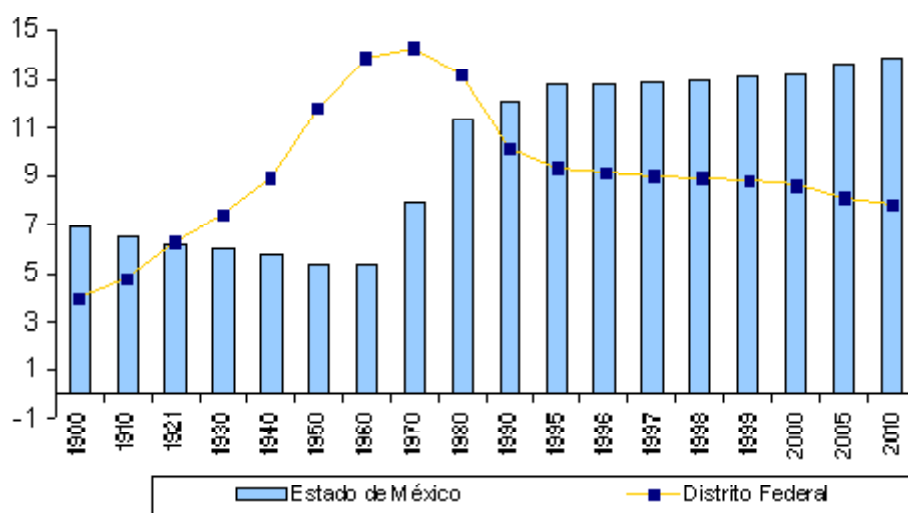
## 1 La conflictividad política metropolitana

En América Latina, la metropolización adquiere varias formas fenomenológicas: la fuerte concentración de carencias sociales, las luchas de los pobladores por tener acceso al suelo, a la vivienda y a los servicios urbanos, así como los conflictos derivados por la gestión del agua potable, particularmente (DE ALBA & JOUVE 2005b), son algunas de ellas. Las raíces de ello se encuentran en

la desigualdad misma de las sociedades latinoamericanas (CANO 2000).

La irregularidad en el acceso al suelo (invasión de terrenos o el poblamiento de riesgo, poblamientos acelerados), la precariedad de la vivienda (autoconstrucción y uso de materiales de baja calidad) o la participación social en la introducción de servicios, son sólo algunos de las causas que acentúan la problemática de los espacios urbanos en la región.

**A SITUAR Gráfico 1.** Crecimiento poblacional Distrito Federal y el Estado de México 1900-2010 (Porcentajes respecto al total nacional)



**NOTA:** Los datos de los años 2005 y 2010 son estimaciones.

**FUENTE:** Elaboración propia con datos de *México social. Cifras seleccionadas 1996.1998.* Banamex.

La metropolización es concebida entonces como un proceso netamente *político* (NÉGRIER 2003), como una nueva modalidad estatal de creación de relaciones *clientelares* de diversa índole (DE ALBA 2005), con el fin de manejar/controlar tanto la presión social o la contestación social, como su legitimación. De hecho, el análisis de la metropolización como proceso político destaca uno de nuestros elementos de trabajo: el rol de la *intermediación política* (STONE 1995). En este proceso de intermediación, los líderes o representantes de grupos urbanos se muestran cada vez más *dispuestos* a afinar dicho control, que se

concretiza en la conversión de la influencia política, en un proceso claramente *institucionalizado*. Tal como es el caso de las prácticas de *clientelismo* electoral.

Dichos actores-líder, a cambio de preservar su *liderazgo*, por ejemplo, buscarán satisfacer las demandas de su *base social* o al menos, "incluirlos en el proceso de atención" institucional. En el caso de los conflictos por el servicio del agua, dichos grupos desprovistos de servicios serán la base social de aquellos líderes capaces de intermediar la demanda frente al Estado (SÁNCHEZ 2001).

Como parte de un círculo de legitimación del régimen político mexicano,

dichos liderazgos se fundaron tradicionalmente en el *manejo* (corporativismo, clientelismo, utilitarismo, control y represión) de las acciones sociales. Tales mecanismos tuvieron, paralelamente al fenómeno de la metropolización del país entre los años cuarenta y sesenta del siglo XX, una gran *eficacia política* en el régimen mexicano (DE ALBA & JOUVE, 2005b). En su mayoría, dicho manejo era ejercido de diversas maneras, entre otras: las *prácticas políticas* (autoritarias o no y democráticas o no, según los casos); la limitación de la participación colectiva en la toma de decisiones, o las negociaciones desarrolladas -sin consultar con sus bases de apoyo- entre dichos líderes y las autoridades (NUÑEZ, 1990).

No obstante, estos mecanismos se deteriorarían a partir de los años 1970, cuando comenzó a presentarse una ola de grupos reivindicando una progresiva separación del control del Estado. Lo cual fue un claro reflejo de los viejos y nuevos conflictos de las ciudades mexicanas (Nuñez 1990) y del deterioro del régimen político que, en su conjunto, encontrara en dichas protestas sociales nuevas fuentes para su legitimación política<sup>6</sup>.

### 1.1 El deterioro de liderazgos y el cambio político

El cambio de régimen político en México, como efecto del nacimiento de protestas sociales *fuera* del corporativismo, ocurrió progresivamente. Nosotros lo explicaremos según tres momentos históricos. En un primer momento, cuando los dirigentes urbanos, afín de mantener su poder e influencia, “complejizaron” los procesos de regularización del suelo y la dotación de servicios. En un segundo momento, esto provocó la formación de *cacicazgos* metropolitanos que, en ciertos casos, se manifestaron con un incremento de la corrupción y de la violencia contra los grupos sometidos a su control (MONTAÑO, 1976)<sup>7</sup>.

Un tercer momento, cuando los grupos que encabezaron estas luchas sociales no lograban articularse bajo formas alternativas al corporativismo del régimen político mexicano. Lo que propició que sufrieran una

creciente dispersión de sus demandas y acciones colectivas. Estas últimas siempre *sujetas a sus necesidades inmediatas*: la tenencia de la tierra, la falta de vivienda y la deficiente dotación de servicios urbanos (DUHAU, 1995). La razón de esta dispersión en las demandas y luchas habría ocurrido porque, en su mayoría, estos grupos fueron fuertemente combatidos por el Estado Mexicano, sea por su poca representación o por su escaso número.

Por todo ello y por su posición geopolítica, el caso de la metrópoli de México ha sido el caso mejor estudiado por los investigadores, al menos en lo que se refiere al desarrollo de protestas sociales. La magnitud de sus problemas (Martín 1980) y el surgimiento de organizaciones urbanas fuera del aparato corporativo, son solo dos de los ejes de estudio que la convierten en una metrópoli en constante discusión<sup>8</sup>.

Por el contrario, los estudios sobre los actores, los movimientos o las luchas sociales por el servicio del agua en México son aún escasos. Pero algunos de ellos, contemplan una vinculación indirecta con los cambios políticos vividos en México, en las últimas décadas. En nuestra hipótesis, la progresiva articulación de estas protestas en el caso de la metrópolis de México, habría estado ligada a *formas de gobernabilidad* urbana articuladas con la transformación del régimen político. Ejemplo de ello, es la experiencia que aportaron las luchas por la regularización del suelo, de la vivienda o, de los servicios públicos en las últimas décadas (DE ALBA, 2005a).

Como veremos, los habitantes de esta metrópoli fueron organizándose progresivamente y en este proceso, cambiaron sus formas de liderazgos, sus organizaciones y formas de agregarse; cambiaron el rostro y en lo profundo el corporativismo por nuevas formas de agregación a las cuales se les incluía el aditamento de las luchas por la democracia. En su mayoría, tratándose de una población fuertemente desfavorecida y viviendo en la periferia metropolitana, ellos se han unido y luchado en coyunturas específicas (V. gr. Los sismos de 1985, las elecciones de 1988, etc.). Haciendo uso de todas las fuerzas y recursos a su disposición, los habitantes han exigido al Estado la

dotación y la adecuada distribución del vital líquido (ARAU, 1987). Estas *coyunturas* políticas, aunque escasas también, mostrarían la tendencias de articulación entre los dos fenómenos mencionados. Protestas por el agua y el cambio de régimen. Ahora veremos como esto es posible.

## 2 Les instrumentos del análisis

En este marco, diversos son los instrumentos de orden teórico que pueden ser útiles para nuestra discusión. Uno de ellos, como instrumento para el *tratamiento* de los conflictos por el agua, es el concepto de hidropolítica (DE ALBA, 2005c). El otro, es el referente espacial de los conflictos por el agua, que no permitirán identificar u localizar las diversas modalidades que hoy adquiere el territorio, sea territorio político, institucional o, clásicamente, el territorio geográfico.

### 2.1 El concepto de *hidropolítica*

Este concepto nos permite situar el conjunto de condiciones de una disputa por el agua entendiéndola como recurso *geopolítico*. Es decir, estos conflictos adquieren tonalidades "políticas", en el sentido que la gestión metropolitana evoluciona según los *matices* y los *ritmos* de los cambios políticos tanto a nivel nacional como dentro de los límites de la metrópoli de México (EZCURRA & NETLIBRARY, Inc 1999). Como herramienta de análisis, P. Avila utiliza el término "hidropolítica" para describir estos fenómenos. Ella afirma:

The urban conflictiveness of the 1980s and 1990s in Mexico is associated with the change in the relationship between the State and the urban poor (the crisis of political clientelism and the ascendance of urban movements), new tendencies in urbanization (the growth of medium-sized cities and popular urbanization), the processes of democratization (the incorporation of citizens' demands in urban movements), and changes in urban and environmental politics (the privatization of urban services and new regulations). At the same time, urban conflictiveness is a result of several factors, including: local history, the logic of

urbanization, political culture, social movements and the urban-environmental problems of each city. Local specificities, however, old the form in which conflicts develop are managed: from the type of actors involved and their objectives and demands, to their methods and strategies of struggle (ÁVILA, 2001, p.15)

De esta forma podemos separar las utilidades de este concepto. En primer término, con él definimos las *coyunturas vinculatorias* generadas cuando los procesos sociales o institucionales interactúan con los conflictos del agua provocando coyunturas de cambio político (DE ALBA, 2005c). Por ejemplo, en el marco de una campaña electoral, este fenómeno se observa en la "aceptación" de los candidatos partidarios cuando hacen propuestas "pragmáticas" (BENNET, 1997; AGUILAR, 1988) en un contexto metropolitano de ineficacia institucional. Por su eficacia inmediata, estas prácticas parecen mejor a los ojos de la población que las acciones de equipos de especialistas gubernamentales. Estos últimos que sugieren soluciones "en el largo plazo" (CASTILLO, ZICCARDI, *et al.* 1995; COULOMB & DUHAU, 1993).

En segundo lugar, el concepto de hidropolítica nos es útil para construir un *entramado* conceptual que refiere el papel de los recursos naturales como factor que define el poder de una nación frente a otra (GLEICK, 1994). Aunque no es el caso de la metrópoli de México, varios estudios han señalado la importancia de estos conflictos por el agua en zonas fronterizas.

En tercer lugar, este concepto nos permite resaltar el carácter *geoestratégico* de los conflictos por el agua, como un factor de rivalidad no desdeñable. Entre otros, pueden mencionarse casos concretos derivados del fenómeno "técnico" de la escasez de agua; del carácter *transfronterizo* del recurso, entre regiones o países o de las desigualdades entre los actores o entidades que comparten el recurso; y de los límites del abastecimiento a partir de fuentes alternativas.

Por último, el concepto de hidropolítica permite también definir el *conjunto de realidades críticas* derivadas de la falta de políticas operativas en la gestión del agua, o por los cambios que éstas registran (MAURY,

2001). En este caso, el concepto permite enfocarse sobre el desarrollo de *tensiones* derivadas del *uso*, del *control* y de la *distribución* del agua, así como por el deterioro en su calidad y cantidad<sup>9</sup>. Como veremos, este aspecto es el que principalmente nos interesa.

En suma, para nosotros, *los conflictos por el agua son netamente fenómenos políticos*. El control del agua expresa formas de ejercicio de poder y de dominación política, sea entre grupos y/o territorios. Dicho control es también una disputa que, -por la inclusión de actores sociales o institucionales, o por la inclusión de objetivos públicos o de intereses en disputa-, ocurre en el campo de *lo político*, y es entonces cuando lo denominamos *lo político del agua*. Aun más, según P. Ávila, podemos considerar como parte de esta noción de *lo político del agua*, las tensiones que surgen entre dos o más actores sociales según diferentes aspectos, es decir por: a) el control de un recurso escaso; b) el acceso y la distribución desigual; c) el cambio de valores y percepciones sobre la naturaleza de su escasez; y c) la incompatibilidad de intereses ante los cambios en las políticas del agua y sus formas de gestión (AVILA, 2006).

## 2.2 Los planos del análisis: local, regional y nacional

El estudio de los conflictos por el agua requiere de referentes sobre el *lugar* o espacio donde la *acción social o política* tiene lugar. Con esta consideración, el análisis de cada conflicto supone un *grado de especificidad* en el estudio de las *relaciones y procesos* sociopolíticos y socioinstitucionales que se desarrollan en cada caso. Los niveles que consideramos aquí son el local, el urbano y el regional, aunque como sabemos, existen otros<sup>10</sup>.

Un primer nivel de posicionamiento de las luchas por el agua es el *nivel de lo local*. El plano del *interior* de la metrópoli, en particular, se refiere a los acontecimientos registrados en las colonias (barrios), como unidad mínima de nuestro análisis. En este plano es donde observamos la *acción* de grupos y es también el ambiente donde se generan las protestas. En este plano, los líderes, como *intermediarios* políticos,

desarrollan estructuras de apoyo social o redes clientelares básicas, según el caso, para sostener la relación de los primeros con el Estado. En dicho sentido, se puede concluir con P. Ávila, el agua “es un recurso político que sirve para ejercer el poder sobre un territorio” (AVILA, 2006, p.35).

De esta forma, en este nivel se pueden *localizar* las disputas por el acceso al servicio de agua (ARAU, 1987); (BENNET, 1997). En nuestra hipótesis, de una vinculación de estas luchas con los cambios en el régimen político, puede afirmarse que varias de estas luchas han sido encabezadas por grupos sociales que buscaron fracturar las estructuras clientelares y de poder existentes.

Como parte de ello, los grupos sociales que encabezaron las tensiones, producidas *en el plano local*, entre el Estado y los gobiernos municipales o de estos con grupos demandantes, por ejemplo, reclamaban no sólo la dotación del servicio, sino también la gestión (y el control) social de un recurso estratégico. En el nivel del Estado, impedir estas formas innovadoras de gestión social del agua, habría sido de importancia vital para contrarrestar todos los intentos de autonomía al corporativismo imperante, impedir cualquier poder e influencia *en el territorio político* donde estos grupos sociales “funcionaban”.

Un segundo nivel, de nuestro análisis es el nivel de *lo urbano*. Se trata de disputas políticas por el agua localizadas en las ciudades o en la metrópoli. Esta última como un *espacio de la acción política* que nos permite situar tensiones entre diferentes actores sociales (industriales, comerciantes, empresarios inmobiliarios, grupos económicos; o bien, la población según sus diferentes nivel de ingreso) que expresan, cada uno a su manera, usos diferentes y formas de abastecimiento y distribución desigual del recurso.

En el espacio urbano confluyen una gran diversidad de intereses y valores, que pueden expresarse en diferentes proyectos *políticos* de ciudad; se expresan contrastes entre grupos sociales por la gestión (pública, privada y social) de un recurso estratégico como el agua. En dicho sentido, el espacio urbano se transforma en el territorio de las

luchas por un control diferencial del agua (control de acceso, diferencias de consumo, calidad del servicio), entre uno o más grupos sociales, como otra formas de poder y dominación política sobre el resto de la población.

Un tercer nivel de nuestro análisis es el nivel de la región, cuando los conflictos por el agua surgen por el control de las fuentes de abastecimiento. En el marco de una relación de dominio de la metrópolis sobre el campo, por ejemplo, las comunidades rurales son subordinadas a los intereses metropolitanos, “restando así su autonomía y capacidad de negarse a que alguna fuente de agua sea aprovechada” *localmente* (AVILA, 2006). De esta forma, el conflicto surge por las oposiciones rurales cuando las fuentes son aprovechadas por la metrópoli.

Otro ejemplo de conflictos en el nivel regional es cuando la metrópoli o sus industrias vierten sus desechos a los ríos o cuerpos de agua. Lo que deteriora la calidad del agua que anteriormente se utilizaba para fines de riego y pesca. En dicho sentido, las tensiones surgen entre indígenas, campesinos, pescadores, o grupos ecologistas y aquellos grupos industriales así como con autoridades locales o estatales.

En todos los casos, deben subrayarse dos características de los conflictos que analizamos. De un lado, estos conflictos involucran actores sociales o políticos cuyo rol es “multidimensional”, es decir, no son, generalmente, exclusivos de éstos. Así, el rol de los partidos políticos en los conflictos por el agua es generalmente *lateral*, mientras que, el de los grupos de campesinos, aunque el conflicto por el agua puede ser estratégico, no representa el centro de sus demandas (TURNER, 1974). Por otro lado, estos conflictos reflejan una superposición o traslape tanto de intereses como de actores participantes. En este aspecto último, según P. Avila, cuando “los canales de resolución de otros conflictos (como los étnicos, religiosos, políticos, electorales, urbano-rurales) están cerrados, pueden traslaparse con los conflictos por el agua” (AVILA, 2006, p.38). Esto es, las luchas por el agua reflejan usos políticos, porque, se imbrican con otros usos diferentes o porque se convierten en un reflejo, proyección o consecuencia de otros conflictos.

Finalmente, podemos decir que las diferentes escalas territoriales adoptadas, se impliquen entre ellas, en la medida que las diferentes *lógicas de acción* de los actores sociales pueden *articularse* con las instituciones y producir tanto los conflictos como sus soluciones eventuales, en los diferentes niveles políticos institucionales. Este es el caso de la *unidad territorial mínima* de nuestro análisis: el barrio, la colonia. En dicho sentido, aunque en su seno ocurren *lógicas reivindicativas*, es decir, lo *político del agua*, este nivel no está aislado del *todo* metropolitano.

### 2.3 Los tipos de conflictos y el principio de no exclusividad

Para efectos de nuestro análisis, nos centraremos en el nivel de lo *local* de los conflictos por el agua: es decir, en el nivel de la delegación política o el municipio, la colonia o bien el asentamiento popular. Esto nos lleva a estudiar la metrópoli desde el campo de lo *político del agua*, campo en el cual participan diversos actores como el Estado (en el caso de gobiernos locales), los dirigentes sociales, los pobladores, los partidos políticos y los grupos urbanos que presentan objetivos e intereses diferentes en torno al recurso hídrico.

En este caso, seguimos las ideas de Melucci (1987), quien sostiene que las acciones colectivas no podrían tratarse como *efectos* de precondiciones estructurales o como la expresión de valores o creencias, sino como nuevas inversiones que redefinen, en términos cognitivos, una nueva identidad colectiva (MELUCCI, 1997), sea coyuntural o de largo plazo. En dicho sentido, identificamos dos tipos de conflictos según la existencia o no de acciones colectivas. Antes de detallarlos, debemos aclarar que, para nuestro análisis, la *hidropolítica* juega un papel determinante tanto en el desarrollo como en el manejo de los conflictos.

En primer término, *los conflictos de carácter sociopolítico* incluyen acciones colectivas e identifican al Estado como oponente. Según P. Avila, este tipo de conflictos busca resolver demandas sociales (dotación y acceso a los servicios), políticas (control social de los recursos) o culturales

(participación en la toma de decisiones y gestión social del agua) (AVILA, 2001). Dicho de otra manera, este tipo de conflictos se inicia a partir de la aparición de un factor de cohesión social de grupo (la demanda) dando lugar a la construcción de un *espacio político de contestación* (la movilización) de los grupos sociales. Estos últimos, a pesar de la heterogeneidad social y de las divergencias internas que presentan regularmente, se confrontan con el Estado buscando que sus acciones colectivas sean resueltas.

En segundo aspecto, analizamos los *conflictos socioinstitucionales cuya característica principal es generalmente, la no inclusión de acciones sociales de protesta*. Estos conflictos incluyen las tensiones y disputas que surgen en el interior de las colonias, delegaciones o asentamientos populares. Su origen es diverso: sea porque son un resultado de la debilidad de la regulación política y de acuerdos, o por la ausencia de estos últimos; sea también por los “vacíos institucionales” y las deficiencias (técnicas, administrativas) en torno a la gestión del agua. En este orden, cabrían también las luchas entre facciones políticas (grupos sindicales o de funcionarios) por el control político-administrativo del agua, o las protestas que demandan un aumento en la disposición del recurso, ante la expansión de la mancha urbana. Dichas tensiones provocan o hacen aflorar la diversidad y la *fragmentación* de las luchas urbanas y de las características de los conflictos por el agua, influyendo en la dispersión de los grupos demandantes del servicio.

Por otra parte, y en consecuencia, el análisis de las estrategias de lucha de estos conflictos nos lleva a definir el principio de la *no exclusividad* de los actores sociales vinculados con los conflictos sociales. Así, el principio de la *no exclusividad* tiene dos aspectos posibles de tratar en nuestro análisis. En primer lugar, estos conflictos *abiertos*, es decir, sus actores participan de otras luchas o conflictos sea por razones de *pertenencia* (religión, partidos, instituciones), sea por razones de *coyuntura* (demandas generales del barrio, de la delegación). En segundo lugar, son conflictos *vinculantes*, es decir, por cuanto los grupos que participan en ellos tienden a hacer *alianzas* con otros grupos

para fortalecer su presencia política (partidos políticos, campesinos) y adopten posiciones políticas en ese campo de fuerzas y arenas de lucha.

Lateralmente, podemos señalar al no haber canales definidos en la resolución de los conflictos, la posibilidad de soluciones se reduce. Entonces, tal como lo señala P. Avila, “la violencia se convierte en un camino, extremo y poco idóneo, para satisfacer una necesidad vital como el agua”. No obstante, delimita la autora, “por el carácter disperso y puntual de estos conflictos, [se] han sido considerado como microconflictos o disputas locales por el agua” (AVILA, 2006, p.35)<sup>11</sup>.

### 3 Hacia una tipología de las luchas por el agua?

Desde cualquier ángulo de análisis, una serie de *precondiciones* son necesarias para el surgimiento de la acción de protesta (MELUCCI, 1997) por el agua. Ahora mencionaremos algunas. En primer término, dentro de las condiciones concretas podemos citar: el acceso diferencial al recurso; la existencia de un grupo capaz de representar la conciencia colectiva, es decir, un grupo demandante, una organización social que incluye en su programa de acción la lucha por el agua.

En segundo término, en relación con las condiciones simbólicas: la necesidad de una organización o grupo de distanciamiento respecto al *status quo*. Por tanto, una necesidad de movilización o exigencia de participar en la toma de decisiones en materia de agua. Es decir, la *necesidad política de constitución de un grupo urbano de protesta para la acción colectiva*. Por ejemplo, P. Avila los identifica como los “pobres urbanos”:

Así los y las pobres urbanos/as construyen una identidad colectiva al reconocerse y ser reconocido/as como *actores sociales* –es decir, se definen a sí mismos como actor social y en nombre del cual actúan; y hace un auto-reconocimiento de un “nosotros” que los diferencia de los “otros”; presentan una oposición por participar en un campo de fuerzas donde hay adversarios (Estado, intermediarios políticos) y aliados

(partidos políticos de oposición, organizaciones sociales); y defienden como totalidad un proyecto alternativo de gestión urbana del agua (AVILA, 2006, p.42).

Aunque nosotros nos enfocamos al análisis de protestas por el agua en la metrópoli de México, algunos ejemplos en otras entidades del país, estudiados por autores varios, nos servirán para identificar 4 elementos en la vía de establecer una tipología de dichas acciones que caracterizan dichos conflictos<sup>12</sup>.

a) Las *luchas defensivas* por el agua. Implican reacciones espontáneas de los habitantes de la metrópoli frente a problemas como la desigual distribución del agua. En estos casos, la población no logra formar una estructura organizativa permanente. Algunos casos son ejemplares: las protestas urbanas realizadas en Monterrey durante los años setenta y ochenta del siglo pasado como resultado del racionamiento de agua en la ciudad (BENNET, 1997).

b) Las *luchas reivindicativas* por el agua.- Son encabezadas por grupos organizados que plantean demandas específicas de dotación y prestación del servicio de agua. No se proponen grandes modificaciones o grandes causas ni superar sus condiciones económicas o políticas. P. ej. la lucha por la dotación del agua que emprendieron los "Pueblos y Colonias del Sur" de la ciudad de México en los años setenta (ARAU, 1987); y la lucha por la reducción de las tarifas de agua que emprendió el "Movimiento Ciudadano" de Celaya (Guanajuato) en los años noventa (TREVINO, 1999).

La visión de estos dos tipos de protestas es, desde esta lógica, concentrarse en señalar que el problema del agua es de *deficiencias* en la dotación del servicio público. Este elemento distingue a los otros dos tipos de luchas que se han identificado:

c) Las *luchas políticas* por el agua. Estas son encabezadas por grupos organizados que demandan la solución a problemas relacionados directamente con la gestión del servicio de agua. Pero la característica particular es que *exigen participación en ella* y en la toma de decisiones. Son los grupos sociales que reflejan, más clara-

mente, nuestra hipótesis de la crisis decisional en la metrópoli de México (ÁVILA, 1999).

d) Las *luchas de transformación* de la gestión del agua. Son encabezadas por distintos actores de la metrópoli. Evidencian un alto grado de desarrollo y presencia política, así como objetivos y prácticas relativamente autónomas. Proponen directamente modificaciones en las formas de gestión del agua en la ciudad, ya que demandan el control social del recurso. En este caso también, se trata de grupos sociales o institucionales que sirven para explicar nuestra hipótesis de crisis decisional en la metrópoli.

En general, estos cuatro tipos de luchas por el agua han sido tratados por autores diferentes que refieren casos y modalidades de conflictos en México, aun cuando sean aun escasos los estudios en número y calidad, en materia de su documentación, tal como veremos enseguida.

### 3.1 La falta de estudios específicos

Si partimos de la revisión de la literatura existente en México sobre conflictos urbanos por el agua, la mayor parte de autores ha referido casos de luchas por el agua del primer y segundo tipo, según la tipología mencionada en el apartado anterior (ARAU, 1987; BENNET, 1997; TREVINO, 1999). Es decir, hasta ahora, se encuentran documentadas aquellas luchas que no llegan a tener influencia en la toma de decisiones ni modifican las formas de gestión del agua en las ciudades (AVILA, 2006).

Rosalinda Arau (1987), por ejemplo, en su trabajo no tiene como objetivo el estudio de los conflictos por el agua, sino recrear la historia de una organización urbana. Ella documenta los conflictos urbanos en México que surgieron a principios de los años 1970 por la expropiación y regularización del suelo. Mas tarde, la autora refiere los conflictos, ocurridos a finales de los años 1970 por la insuficiente dotación y distribución desigual del agua, así como devinieron una causa de unión entre diversos grupos. Su aportación es mostrar el papel de las luchas por el agua como la base para el desarrollo de ciertas luchas sociales



en la ciudad de México, usando el ejemplo del “Movimiento Popular de Pueblos y Colonias del Sur” (Xochimilco).

Por su parte, V. Bennet (1997) documenta una serie de protestas y conflictos por el agua que surgieron en los años 1970 y 1980 en Monterrey (Nuevo Leon). Ella describe que dichas luchas iniciaron como acciones espontáneas por la falta de agua y describe su transformación y extensión por toda la ciudad, particularmente en asentamientos populares. Asume que el logro de estas protestas fue presionar al Estado y entonces, el mejoramiento en la prestación del servicio.

En el caso del análisis de A. H. Treviño (1999), ella documenta los conflictos que surgieron a principios de los años 1990 por el aumento de tarifas de agua en la ciudad de Celaya (Guanajuato), en un contexto de alternancia política municipal.

Se trata de un ejemplo que bien puede ser vinculado a nuestro trabajo, porque la autora evidencia parcialmente, el rol que juegan los partidos en el desarrollo de las luchas por el agua. Además, la autora muestra que, bajo un contexto de politización, la organización denominada “Movimiento Ciudadano” se convirtió en una instancia permanente de gestión urbana.

En cualquier caso, ambos estudios (ARAU, 1987 y TREVIÑO, 1999) reflejan un ángulo de nuestro interés: las luchas por el agua contribuyen a la ampliación de las luchas urbanas y en un caso a demostrar, de las luchas metropolitanas.

Desde el ángulo de estos estudios, se puede comprender que los conflictos por el agua, en ciertos casos, se convierten en *un elemento unificador y motor para la protesta colectiva*. A ese respecto P. Avila (2006), una vez más, sugiere, “cuando la demanda se amplía e incluye” otros grupos urbanos, las posibilidades de solución es mayor, y por tanto estos conflictos “contribuyen al fortalecimiento de las organizaciones urbanas” (AVILA, 2006, p.45).

Antes de pasar a dicho análisis, debemos constatar que este resultado nos obliga a preguntarnos si los otros tipos de conflictos, los que están mejor vinculados con nuestra investigación, son pertinentes. Enseguida lo descubriremos. En lo que respecta a los conflictos con un carácter

netamente *político (tipo c)* y las luchas de transformación de la gestión del agua (*tipo d*), *ambos tienen implicaciones políticas y culturales* en las transformaciones de una ciudad o metrópoli. Según nuestra información recopilada hasta el momento (MARS, 2006), los trabajos específicos sobre este tipo de conflictos, son prácticamente inexistentes. Esto se debe, quizás, a que la mayor parte de autores aun no establecen de manera suficiente que los grupos que dirigen la protesta, visualizan el agua al mismo tiempo, como un servicio público y un recurso político.

En dicho sentido, P. Avila (2006), trata un tipo de *protestas políticas*, poniendo como ejemplo las movilizaciones que encabezó la organización “Colonias Unidas del Sur” (CUS) de Morelia (Michoacán), que mostró las nuevas formas de conflicto en los asentamientos populares, durante los años 1990.

Usando este último ejemplo, P. Avila sostiene que *la protesta política por el agua es parte del periodo inicial* de un movimiento, es decir, cuando los grupos demandan la introducción del servicio y plantean al Estado un proyecto alternativo de abastecimiento.

Utilizando el mismo ejemplo, la autora sugiere que, en el caso de las *luchas de transformación de la gestión del agua*, (que ella denomina “movimientos reivindicativos”) (Avila 2006) éstas son características de la etapa *posterior* a la introducción del servicio, ya que la organización urbana “plantea –e incluso lleva a cabo– *un proyecto gestión paralela* con el fin de tener un control social del agua y evitar la estatización del servicio para garantizar el abastecimiento a la población” (ÁVILA, 2006, p.45).

Recapitulando, puede sostenerse que los grupos que encabezaron las protestas por el agua fueron evolucionando en sus demandas, lo que hizo evidente su grado de maduración política. En su fase *inicial* (la *protesta política*), las demandas no llegaron a tener una influencia en la gestión urbana, sólo plantearon resolver un problema urbano puntual – la dotación de agua – sin mayor trascendencia. Más tarde, estos grupos se concretaron a desarrollar acciones de carácter general y reivindicativas, con lo que

la organización social planteó formas diferentes de relación con el Estado (*luchas de la transformación de la gestión del agua*), a través de, la gestión relativamente autónoma del servicio, de una mayor participación en la toma de decisiones y, en ciertos casos, de una mayor intervención en la agenda social en su manejo, por ejemplo.

Todo ello implicó que las protestas trascendieran el campo de *lo social* transformándose en protestas con verdaderas demandas *políticas y culturales*. Dicho de otra manera, en *lo social*, la dotación de agua originó una mayor participación social en el manejo del agua provocando así mismo, una mayor participación en la toma de decisiones y los procesos de defensa del agua como recurso escaso.

En el marco general de las transformaciones que vivió el país, esto puede entenderse como un proceso progresivo de concesión de poder a la sociedad (AVILA, 2006). Esta última que ha sido limitada y no sin trastornos, como veremos.

Al margen de todo ello, debemos resaltar que el régimen político mexicano, garante de una *governabilidad poco flexible* (DE ALBA y JOUVE, 2006), no permitió sino hasta los años 1990, una notable participación social en el manejo del agua que cambiaría paulatinamente. Dicha transformación de la *governabilidad* mexicana en materia de apertura en los servicios públicos, podría sintetizarse en tres procesos principales: a) de procesos de descentralización gubernamental delegando autoridad del ámbito federal al municipal; b) de cambios en el abastecimiento del agua a nivel regional; y c) del progresivo cambio normativo para el otorgamiento de concesiones al sector privado y social (DE ALBA *et al*, 2005). Para fines de este análisis, solo el último punto es de nuestro interés.

En dicho sentido, con los cambios en la legislación del agua que, según diversos autores, buscaron la paulatina privatización del servicio (BARKIN, 1999; BENDICK, 1993), los espacios de participación a través de la cogestión pública y social del servicio de agua se abrieron. Así, en materia de administración general del recurso hídrico, el régimen político mexicano registro movimientos de apertura. Sin embargo, esta

tendencia se concretaría – como parte de las tradiciones autoritarias del régimen político –, a otorgar el agua de forma discrecional, sin una cesión de poder aparente, a grupos afines políticamente (AVILA, 2006). Es decir, el Estado mexicano promovió la gestión económica sin otorgar la autonomía política en el servicio de agua. Como tendencia general, si en ciertos estudios se sostiene que estas medidas lograron una mayor eficacia en la gestión del recurso (CAZORLA-CLARISÓ, 2003; CIRELLI & MELVILLE, 2000; CNA, 2001; DE ALBA, 2005b), los conflictos por el agua, en sus aspectos políticos, parecen aun con una fuerte presencia en la escena metropolitana de México. Ese es, justamente, el punto que vamos ahora a demostrar.

### 3.2 Las tensiones políticas por el agua

La eficiencia en la gestión del agua no es un tema estrictamente “técnico” de gestión y de operación de grandes infraestructuras, incluyen también una serie de procesos de operación política y manejo de conflictos. De esta forma, cuando el agua es disputada por facciones y grupos *en el plano local* y no existe una gestión institucionalizada y eficaz del servicio de agua, el agua se convierte en un factor generador de tensiones sociales urbanas.

Es decir, el conflicto social o político aparece *cuando no hay un marco legal e institucional* en torno a la gestión del agua, sino sólo regulaciones y acuerdos sociales – de tipo informal – que son susceptibles de violarse al haber interés de algún grupo o facción por el control del recurso.

Igualmente, puede decirse que el surgimiento de conflictos sociales por el agua no se manifiesta necesariamente como acciones o movilizaciones sociales. Se trata de disputas – de carácter local –, que surgen *inicialmente*, entre los pobladores urbanos (de clases y orígenes sociales o culturales diferentes) con otros actores sociales y políticos (instituciones, empresas, partidos políticos, campesinos, etc.).

Estas *tensiones*, que tienen por móvil el control del agua, pueden concebirse como una forma del ejercicio de la dominación sobre una población o sobre un territorio

específico (PRÉTECEILLE, 1999). En este sentido, dichas tensiones son una expresión de lo que definimos antes como la *hidropolítica*, es decir, cuando el manejo del agua observa *usos políticos* y *tensiones* en el manejo del poder local. Como hemos advertido anteriormente, dichas tensiones rebasan los límites locales y se llegan a *imbricar* con otros niveles de la acción colectiva. En relación con los *usos políticos* del agua, estos pueden expresarse en distintos modos y planos. Ahora veremos cinco ejemplos.

En primer lugar, cuando el agua es usada como una bandera política o como una expresión de las disputas electorales entre partidos nacionales. A ese respecto, las campañas políticas en las elecciones presidenciales de 2006 en México, muestran claramente dicho elemento de *oportunidad política* de los partidos, al incorporar el debate del agua a su lista de promesas. En el caso del candidato del PRI, Roberto Madrazo, proponía desde enero (2006) crear una “secretaría del agua”, quizá influido por la eficacia mediática que obtuvo el gobierno del Estado de México en la gestión del agua<sup>13</sup>. Por su parte, el candidato del PAN, Felipe Calderón, inició una serie de *spots*, sobre todo después del debate del 25 de abril para incluir dentro de sus promesas la construcción del “Acuaférico”, una gran obra de infraestructura, para abastecer de agua a la metrópoli de México. (*Reforma*, 25/04/2006). Por su parte, y paradójicamente, el candidato del PRD —que fue titular del Gobierno del Distrito Federal—, no tenía una propuesta visible sobre el manejo del recurso, o al menos que fuera utilizada en la misma dimensión.

En segundo lugar, el agua también es usada como un medio para buscar otros objetivos, sea corporativizar o debilitar a las organizaciones urbanas independientes (principio de cooptación política); sea para negociar o intercambiar obras sociales por agua o para impulsar la carrera política de funcionarios o dirigentes sociales (principio de usos político). Con el control ejercido por ciertos líderes, sus movimientos tienden a *personalizarse*, al no haber un marco legal e institucional o mecanismos sociales para el manejo y resolución de los conflictos. De un lado, pueden mencionarse la serie de diri-

gentes sociales que fueron electos a la Asamblea Legislativa del Distrito Federal (ALDF) y que entre otros elementos, provocarían un *impasse* de las movilizaciones de contestación política en la capital del país (DE ALBA & JOUVE 2005b). De otro lado, existirían otras tensiones que no giran solo en función de la obtención de las representaciones políticas (diputaciones o senadurías) o cargos en el gobierno, sino también surgen entre los viejos y nuevos grupos metropolitanos, los fraccionadores, los campesinos. Estas tensiones, por la falta de canales institucionales, a veces generan el uso de la violencia, como otra expresión de la resolución de conflictos.

En tercer lugar, las tensiones políticas por el agua se han agudizado como una consecuencia directa de la explosión demográfica (IRACHETA 2004), lo que, en un contexto de imprevisión gubernamental (Eibenschutz 1999) ha modificado sustancialmente las relaciones del régimen político en la metrópoli, en su estabilidad y en su gobernabilidad. Si nos sujetamos a la presencia y frecuencia de ciertos fenómenos políticos como las protestas sociales (CAMPA CIPRIÁN, 1994; DAVIS, 1998; NUÑEZ, 1990; PERLÓ & SCHTEINGART, 1984; PRADILLA, 2000). En dicho caso, P. Avila sostiene, un dato al menos curioso: que en las organizaciones sociales que protestan por el agua, se observan distinciones jerárquicas por la “antigüedad” que tiene en las protestas, lo que, según la autora, favorece conflictos entre ellas. En general, estas tensiones surgen desde el momento en que *no hay una intervención del Estado (o esta es ineficaz)* en la dotación y gestión del servicio del agua, lo que generará que algunos actores o grupos busquen, en sus zonas de influencia, tener el control de un recurso escaso y estratégico como el agua

En quinto lugar, el punto ineludible de las tensiones generadas por las disputas por el agua es que, en su mayoría, están ligadas al carácter limitado del recurso. De hecho, este punto nos traslada a un círculo vicioso, donde los conflictos dejaran de producirse en tanto este aspecto no sea resuelto. Varios de las fuentes consultadas y algunos especialistas coinciden sobre los límites de la disposición del agua en la metrópoli y que la

disponibilidad actual no alcanza para satisfacer la demanda (CNA, 2002; MARTÍNEZ, 2004; RODRÍGUEZ, 2003). De esta forma, los grupos sociales que se confrontan por el control del recurso, tienden a desarrollar actitudes *partimonia listas* (IRACHETA *et al*, 1988) porque, después de construir, por ejemplo, una obra para el abastecimiento del barrio o asentamiento popular, se resisten a negociar la “entrega” al Estado de las obras (cisternas, pozos, etc.) o evitan compartir el agua con los nuevos colonos u otros asentamientos irregulares (AVILA, 2006).

En general, estos aspectos, como otros antes mencionados, nos permiten recordar aquí los paralelos y los vínculos entre las prácticas patrimonialistas tradicionales del régimen mexicano (DE ALBA & JOUVE, 2005a) con el origen de los conflictos por el agua. Y con en ello, la razón misma de la *formación histórica* de la metrópoli de México (Borja *et al* 2004, Iracheta 2000, Iracheta 1997).

## Conclusiones

Siguiendo nuestra hipótesis acerca de una vinculación de las tensiones políticas por el servicio del agua, y de estas con el conflicto metropolitano y la génesis del régimen político en México, en este artículo nos preguntamos sobre cual es la pertinencia del empleo de conceptos como la *hidropolítica* y la *governabilidad* de servicios públicos o del agua en el tratamiento de dicha hipótesis?.

En primer lugar, esta hipótesis nos ha servido para definir el *campo de lo político del agua* como un campo de análisis *multifacético*, o bien, *multidisciplinario*. Aunque pudo sostenerse que la explosión demográfica es un vector importante de los análisis del futuro de la metrópoli, en este artículo se sugiere que dichos análisis deberán trascender las fronteras de lo social, de lo económico y evidentemente, de lo político.

En segundo lugar, este eje problemático nos precisa a desarrollar nuevos ángulos de análisis de la *geopolítica del conflicto metropolitano* en América Latina. Las metrópolis son un vector de ángulos nuevos en tanto que la sinergia de sus interrelaciones sustituyen y, en cierto sentido, *se oponen* –

vía la masificación- y *alteran* –vía los procesos político electorales-, a las prácticas autoritarias del viejo régimen.

Este es el caso de la metrópoli de México. Por la índole de sus transformaciones *socioinstitucionales* y *sociopolíticas* que afectan todos los actores sociales, los conflictos y las tensiones de la metrópoli son un factor de *renovación e impulso* de prácticas democráticas. Lo cual exige de la transparencia y de la rendición de cuentas (*accountability*),— así como la transformación sustancial de la participación ciudadana. Aunque ello no excluya retornos autoritarios, la metrópoli es un “factor” de la modernidad política de *lo local*. Esta “modernidad metropolitana” se explicará a partir de las prácticas neocapitalistas de un mundo *all on line* y un mundo del *usufructo del conflicto* en la agenda política de los nuevos actores en disputa.

En tercer lugar, la metrópoli deviene un *territorio en tensión permanente*, el espacio en cuestión, que ahora será sujeto a procesos *multirrelacionales*, que nos sugiere la obsolescencia de los análisis y decisiones de corto plazo, o de la visión de una sociedad bipolar; igualmente, de iniquidad de los enfoques donde la práctica científica se ajusta a una especialidad. Al mismo tiempo, la metrópoli de México es campo de referencias de *lo político*: por un lado, en la consolidación y en la transformación del régimen, como un nuevo “centro” de la de-localización del viejo *Welfare state*. Por otro lado, en el fenómeno de la *fragmentación social* -o polarización del conflicto- se vuelve un signo del decline y de la *recomposición* de los actores políticos tanto a nivel nacional, pero sobre todo, a nivel local.

En cuarto lugar, las protestas sociales que disputan desde décadas atrás su espacio y modo de expresión en la metrópoli de México tienen – después de las reformas institucionales de los años noventa –, una *nueva coyuntura histórica*, que nos proporciona *nuevos elementos de la geopolítica del conflicto*. Parecía que el fenómeno del arribo de partidos de oposición disminuiría los grados de conflictividad. Aunque ello sea parte de un lastre histórico, muchas evidencias sugieren lo contrario: un proceso de agudización de la polarización social y política tiene lugar.

Entonces, ¿Qué dirección tienen los conflictos *sociopolíticos* y *socioinstitucionales* en la metrópoli de México, en torno al agua? En los últimos años, y en el caso particular de los conflictos por el agua, las organizaciones se radicalizan, las demandas tienen un hilo conector con los procesos electorales y con el cambio de autoridades. Se trata de un tipo de conflicto social que trasciende su espacio natural para ocupar otro en la agenda de la política y de lo político, creando lo que hemos llamado el campo de *lo político del agua*.

Debido a la extrema carencia del agua, los escenarios de futuro en la metrópoli son poco optimistas. No parece viable que en el corto plazo estas protestas observen un reflujo, mas bien al contrario, el problema se agudizará tanto como el “desastre ecológico” que anuncian los especialistas para las próximas dos décadas (PERLÓ, 2001). Y este cuadro sombrío puede establecerse aún con mayor amplitud si la conflictiva se interrelaciona con otros fenómenos tales como una mayor *fragmentación política*, la descomposición social que se evidencie con la incapacidad histórica para tomar acuerdos de orden metropolitano; o bien, con conflictos por los servicios y las condiciones de vida que, en conjunto, acusan un constante deterioro de los niveles de vida en vida metropolitana de México.

#### Notas:

<sup>1</sup> En este trabajo no consideramos pertinente incluir una discusión de los conceptos tales como mundialización o, mas corrientemente la globalización, concepto que nos parece mejor aplicable para nosotros. Sin embargo, solo en un plano general, podemos recuperar la definición de Schugurenski, según la cual la globalización es una “dinámica con ramificaciones culturales, económicas, políticas, sociales, que implican la intensificación de flujos transnacionales de la información, de materias, y del capital alrededor del globo (que eliminan las barreras técnicas, políticas o legales), el desarrollo de bloques de negocios, y la consolidación de cuerpos supranacionales de gobierno y de poderes militares (traducción libre) (SCHUGURENSKI, 1999, p.285). Por su parte, Isaac Perez afirma: “El proceso de globalización en gran medida ha sido impulsado por el modo de desarrollo informacional basado en la tecnología del conocimiento y la información, dentro del cual existe una conexión estrecha entre espíritu y materia, lo cual nos muestra como expectativa el surgimiento histórico de nuevas formas de interacción, control y cambios sociales. Dentro de

estos últimos, la estructuración del fenómeno urbano comienza a presentarse con tendencia a la interconexión, a la interdependencia y a la intercomunicación con sus obvios ingredientes de subordinación, dependencia y dominación” (ISAAC Enriquez Pérez “Los procesos de globalización y la política pública como instrumento reestructurador del espacio urbano en México. Las Ciudades mexicanas y sus respuestas frente a la “Era de la Información”).

<sup>2</sup> En este trabajo se evita flagrantemente la utilización del termino “movimientos sociales”, por no incluírnos en una polémica adicional al propósito central que de hecho, discute la “tradicionalidad” de este concepto, en tanto nos proponemos el concepto de “grupos de contestación política”, como veremos. El tema de los movimientos sociales en México es largamente tratado por diferentes autores. A manera de ejemplo, podemos citar los trabajos siguientes: Jorge Durand y Jorge Alonso “Teorizaciones sobre movimientos sociales; En La formación de la acción colectiva en el nuevo modelo de desarrollo; Francisco Zapata Pluralismo teórico y metodologías combinadas para el análisis de la acción colectiva; Juan Manuel Ramírez Saíz. El pensamiento social y los actores colectivos en el fin de siglo mexicano; Sergio Zermeño Diez preguntas sobre los movimientos sociales; Emilio Duhau, El concepto de movimientos sociales: un balance inicial sobre su empleo en México (1970-1996), entre muchos otros.

<sup>3</sup> En dicho sentido, un análisis de las desigualdades de acceso al servicio del agua, por ejemplo, nos permitiría, por un lado, observarlas como un cierto reforzamiento a los procesos de segregación social de poblaciones desfavorecidas. Al mismo tiempo, como parte de los diferentes niveles de urbanización de la metrópoli en su conjunto.

<sup>4</sup> Según nos aclara Mario Matus, este proceso puede ser similar en la experiencia de varios países latinoamericanos (MATUS, 2000), o al menos es coincidente en la importancia que adquirieron los gobiernos locales en este periodo, en todo el continente (NICKSON, 1996) .

<sup>5</sup> Un ejemplo de todo ello puede notarse en la dotación de servicios. En el caso del agua, la dotación media por habitante es menor a los 50 litros diarios en los barrios pobres de la metrópoli de México mientras que en las zonas residenciales, la dotación de agua alcanza los 500 litros diarios Rodríguez E, Gustavo. 2003. El agua en la Zona Metropolitana del Valle de México. In Diagnóstico para la Actualización del Programa de Ordenación de la Zona Metropolitana del Valle de México, ed. PUEC/UNAM/SEDESOL. México

<sup>6</sup> Las razones del deterioro político del régimen han sido explicadas por diversos autores, en el pasado. Varios autores han hechos muy importantes trabajos al respecto Castillo J, Patiño E, (Coords). 1990. Cultura Política de las Organizaciones y Movimientos Sociales. México: Ed. La Jornada Iracheta AX, Villar C, coord. 1988. Política y movimientos sociales en la ciudad de México. México: P y V editores. 196 pp. Perló C, Schteingart K, Marta. 1984. Movimientos sociales urbanos en México. Revista Mexicana de Sociología. n.46, p. 120.

- <sup>7</sup> Si embargo, algunos autores han resaltado también la aparición de grupos con liderazgos que no parecieron apoyarse en relaciones de clientelismo político, porque habrían introducido “formas innovadoras de participación social y democratización en la toma de decisiones”. Avila G, Patricia. 2006. Movimiento urbano y conflictos por el agua. In: *La Gota de la Vida. Hacia una gestión sustentable y democrática del agua*. México: Fundación Heinrich Böll., p.27; véase también Nuñez O. 1990. Innovaciones democrático-culturales del movimiento urbano-popular. México: UAM.
- <sup>8</sup> No obstante también se documentaron las luchas sociales en otras ciudades del país como Chihuahua (Orozco 1976), Monterrey (Montaño 1976), Durango (Mesa 1984), Cuernavaca y Guadalajara (Regalado 1986), entre otros (Castillo et al 1990).
- <sup>9</sup> R. Maury aclara que no debe confundirse la hidropolítica con la política del agua, ya que ésta última se refiere al quehacer del Estado en materia de agua (desde legislaciones hasta proyectos de desarrollo).
- <sup>10</sup> Otro nivel podría ser el nivel internacional de los conflictos por el agua. Por los objetivos de este trabajo, no lo hemos abordado, no sin reconocer que en el pueden encontrarse elementos de alta importancia para la geopolítica del agua en el mundo.
- <sup>11</sup> La autora abunda, “Por ejemplo, en algunas colonias de Morelia (estado de Michoacán), se han registrado enfrentamientos por el agua que desencadenaron en la muerte de un colono (Tenencia Morelos, 1992) o intentos de homicidio (Loma de Santa María, 1993) (Á Bennet V. 1997. *The politics of water: urban protest, gender and power in Monterrey*. Mexico. Pittsburg, EUA: University of Pittsburg Pressvila, 2006, p.35). En ningún caso ella señala casos de este tipo en la metrópoli de México. De hecho, según nuestras pesquisas, esos casos no existen hasta ahora.
- <sup>12</sup> La parte siguiente se inspiró parcialmente de una clasificación que desarrolla Patricia Ávila, 2006. Op. Cit. p. 43 quien parece ser que es la persona con una mayor cantidad de trabajos tiene sobre los conflictos del agua en México. Sin embargo, el texto de la autora se limita a enumerar estos grupos, A diferencia de ella, nosotros buscamos establecer los vínculos de estos grupos de contestación social con los cambios de régimen político. Esta vinculación entre uno y otro fenómeno la hemos evidenciado en otros de nuestros trabajos anteriores (Cf. bibliografía).
- <sup>13</sup> El gobierno del estado de México, dirigido por Arturo Montiel (1998-2004) fue el primero en el país en crear una “Secretaría del Agua”. Este gobernador, al finalizar su mandato participo en la competencia interna de su partido, el PRI, para obtener la candidatura a la presidencia. Paradójicamente, algunos meses antes fue envuelto en un escándalo de corrupción que trascendió a nivel nacional y que habría sido una de las razones que hicieron perder al candidato de su partido, Roberto Madrazo, en julio 2006.

## References

- ARAU, R. *Historia de una organización urbana-popular en el valle de México*. México: Casa Chata, Tlalpan, 1987.
- ARRAIGADA C. *Pobreza en América Latina: nuevos*

escenarios y desafíos de políticas para el hábitat urbano, CEPAL-ONU, Chile, 2000.

AVILA G., Patricia. *Urban poverty and water management in Mexico. Causing conflict: managing water services in poor urban areas and squatter settlements in Mexico*. Michoacan: Centro de Estudios Rurales de El Colegio de Michoacán, 2001. 20 pp.

\_\_\_\_\_. *Movimiento urbano y conflictos por el agua*. In: *La Gota de la Vida. Hacia una gestión sustentable y democrática del agua*. México: Fundación Heinrich Böll, 2006.

ÁVILA P. *La otra dimensión de la privatización: la gestión social del agua en las ciudades*. *Ciudades*. n. 43, México, 1999.

BARKIN, D. *Los Campesinos y el Agua: Una Nueva Perspectiva*. In: *Agua pasó por aquí: experiencias sociales de manejo sostenible. Una alternativa a la privatización*. Mexico, 1999. p. 157-63.

BENDICK J, Marc. *Privatización de los servicios de bienestar social: una idea que hay que tomar en serio*. In: *La privatización y el Estado benefactor*, ed. Kamerman Sheila B., Alfred J. Khan, pp. 116-42. México.: Fondo de Cultura Económica, 1993.

BENNET V. *The politics of water: urban protest, gender and power in Monterrey. Mexico*. Pittsburg, EUA: University of Pittsburg Press, 1997.

BOLVITVINIK, J; HERNANDEZ, L.; ENRIQUE. *Pobreza y distribución del ingreso en México*. México: Siglo XXI Eds, 1999.

BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local and Global. Management of Cities in the Information Age*. London: Earthscan Publications, 1997.

BORJA, J.; DE ALBA, F.; IRACHETA, A. X. *El desafío metropolitano*. Mexico, D.F: PUEC-UNAM. 2004.

CAMPA CIPRIÁN, R. *La incorporación ciudadana en la administración del uso del suelo*. In: R ENCINAS, Alejandro, ed. (Comp.) *Sociedad y desarrollo urbano*. México: Cámara de Diputados. LV Legislatura, 1994. p. 335-9.

CANO O., Antonio. *Las Grandes Regiones Metropolitanas: Un espacio ecológicamente insostenible y socialmente ingobernable*. *Jornadas de Economía Crítica. La Fragilidad Financiera del Capitalismo. Crecimiento, Equidad y Sostenibilidad: ¿Cómo Cerrar el Triangulo?* p.1-30, 2000.

CASTILLO, J.; PATIÑO, E. (Coords). 1990. *Cultura Política de las Organizaciones y Movimientos Sociales*. México: Ed. La Jornada,

CAZORLA-CLARISÓ, J. *Conflictos en el Manejo Integrado de los Recursos Hídricos: la Crisis de la Gobernabilidad y los Usuarios del Agua*. 2003.

CIRELLI, C; MELVILLE, R. *La crisis del agua. Sus dimensiones ecológica, cultural y política*. *Revista Memoria*, n.134, abril de 2000.

CNA. *El agua en México: retos y avances*. In: *Crisis de Gobernabilidad en la gestión del agua*. Chile: México / SEMARNAP, 2001.

\_\_\_\_\_. *Situación del Subsector Agua Potable, Alcantarillado y Saneamiento a Diciembre de 2001*. Comisión Nacional del Agua. Mexico, 2002.

- CONAPO. *Evolución de las ciudades de México, 1900-1990*, Consejo Nacional de Población, México, 1993.
- DAVIS D, E. *El Leviatán Urbano*. La Ciudad de México en el siglo XX. México: FCE. p.441. 1998.
- DE ALBA, F. Geopolítica metropolitana, el manejo del conflicto y la “crisis permanente” en el entorno de cambios políticos de la metrópolis de México. *Revista Anuarios Espacios Urbanos UAM*. Junio-septiembre, p.57-78. México, 2005a.
- \_\_\_\_\_. La « guerra del agua » en la metrópoli de México, las protestas y la gobernabilidad. *Hacia una “catástrofe ecológica” anunciada? Inedit*, 2005b.
- \_\_\_\_\_. La hidropolítica en la crisis decisional de la metrópoli de México: Coyuntura o síntomas de colapso? *Ciudades*, n.66. p.27-32, 2005c.
- \_\_\_\_\_. ¿Es manejable la megalópolis de México? Cuando la modernidad se transforma en disputa clientelar. Análisis de la ‘crisis de Texcoco’. *Territorios*, n.12. p.31-52, 2005.
- DE ALBA, F.; JOUVE, B. Gobernabilidad metropolitana de México, entre flujos globales y transformaciones políticas: ¿En la búsqueda de una “tercera vía”? *Geografía Espacios y Sociedades*. v.1, n.1 (2005). Grupo GES Open Journal System, 2005a.
- \_\_\_\_\_. Mexico entre flux globaux, transformations politiques et recherche d’une “troisième voie”. In *Des flux et des territoires. Vers un monde sans États?* ed. B Jouve, Y Roche, (coord.), p.47-70. Montréal: Presse de l’Université du Québec, 2005b.
- DE ALBA, F.; NOISEUX, Y.; NAVA, LF. Neoliberalism and Water Privatization in Mexico City, Institutional and Economic Actors, One Decade After the Reforms”. *Article Inedit*, 2005.
- DUHAU, E. La urbanización popular en la ciudad de México. In *Pobreza, condiciones de vida y salud en la ciudad de México*, ed. Mc Schteingart. México: El Colegio de México, 1995.
- Eibenschutz HR. *Bases para la planeación del desarrollo urbano en la Ciudad de México*. Mexico: Porrúa y la UAM. Unidad Xochimilco, 1999. 304 p.
- GARZA G. *Una década de planeación urbano-regional en México*. Mexico: El Colegio de México, 1989.
- \_\_\_\_\_. El carácter metropolitano de la urbanización en México. 1980-1988. *Estudios Demográficos y Urbanos*. El Colegio de México, v.5, n.1, enero-abril, 1990.
- \_\_\_\_\_. *La ciudad de México en el fin del segundo milenio*. Mexico: Colmex y GDF, 2000. 767 p.
- Gleick P. Amarga agua dulce: los conflictos por recursos hídricos. *Ecología Política* núm. 8, España, 1994.
- IRACHETA, AX; VILLAR, C (coord.). *Política y movimientos sociales en la ciudad de México*. México: P y V editores, 1988. 196 p.
- IRACHETA C, ALFONSO, X. Quien paga qué en la Zona Metropolitana del Valle de Mexico: la difícil relación entre el Distrito Federal y el estado de Mexico. In *El desafío metropolitano*, ed. BWH Bordi, Esteban; De Alba, Felipe; Iracheta, Alfonso X, p. 159-99. Mexico, D.F.: PUEC-UNAM-ALDF, 2004.
- IRACHETA C; ALFONSO, X. El agua y el suelo en la zona metropolitana del Valle de México. *Revista Sao Paulo em perspectiva. Metrópole & globalizacão*. Revista da Fundacao SEADE, São Paulo, 2000.
- IRACHETA C; ALONSO XAVIER. *Planeación y desarrollo una visión del futuro*. Una visión de futuro Problemas y perspectivas del desarrollo y la urbanización en México y el estado de México. México: PyV, 1997.
- JOUVE B. Gouvernance métropolitaine: vers un programme de recherche comparatif. *Politique et sociétés* 22. p.119-42, 2003.
- MARTÍN A. *Tres millones y medio de marginados en la zona de miseria del Distrito Federal*. Problemática Urbana del Distrito Federal. Mexico: UAM-A, CYAD, 1980.
- MARTÍNEZ M; CONCEPCIÓN. *La Participación de la Empresa Privada en la gestión del servicio de agua en el Distrito Federal*. México.: UNAM. PUEC. Asamblea Legislativa del Distrito Federal. II Legislatura, 2004. 15-57 p.
- MAURY R. Hidropolítica y conflictos por el agua en el Mediterráneo: el caso del Medio Oriente. In: *Agua, cultura y sociedad en México*, ed. Pe Avila. Mexico, 2001.
- MELUCCI A. Identité et changement: le défi planétaire de l’action collective. In *Au-delà du néolibéralisme: quel rôle pour les mouvements sociaux?* ed. J-L Klein, P-A Tremblay, H Dionne, p. 9-20. Sainte-Foy: Presses de l’Université du Québec, 1997.
- MESA A. El movimiento urbano-popular en Durango. *Nueva Antropología*, n.24, 1984.
- MONTAÑO J. *Los pobres de la ciudad en los asentamientos espontáneos*. México: Siglo XXI, 1976.
- NÉGRIER E. A French Urban Powershift? The Political Construction of Metropolization. *French Politics* 1, 2003. p.175-98
- NUÑEZ O. *Innovaciones democrático-culturales del movimiento urbano-popular*. México: UAM, 1990.
- OROZCO V. Las luchas populares en Chihuahua. *Cuadernos Políticos*. n.9, julio-septiembre, 1976.
- PARNREITER C. Mexico: The Making of a Global City. In: *Global Networks, Linked Cities*, ed. SS (Ed.), p. 352. New York: Routledge, 2002.
- PERLÓ C; SCHTEINGART K; MARTA. Movimientos sociales urbanos en México. *Revista Mexicana de Sociología*. n.46, p.120, 1984.
- PERLO M; GONZALEZ R; ARSENIO; ERNESTO. *¿Guerra por el agua en el Valle de México? Estudio sobre las relaciones hidráulicas entre el Distrito Federal y el Estado de México*. Mexico: UNAM-PUEC. 2006,143 pp.
- PRADILLA C, EMILIO. Gobierno federal, PRI y caos urbano. In: *La Jornada*. Mexico, 2000.
- PRÉTECEILLE E. Inégalités urbaines, gouvernance, domination? Réflexions sur l’agglomération parisienne. In *Les nouvelles politiques locales*, ed. R Balme, A Faure, A Mabileau, pp. 57-76. Paris: Presses de Sciences Po, 1999.
- REGALADO J. El movimiento popular independiente en Guadalajara. In: *Perspectivas de los movimientos sociales en la región centro-occidente.*, ed. Jc Tamayo. México: UNAM, U de G, 1986.

RODRÍGUEZ A; WINCHESTER L (coord). *Ciudades y gobernabilidad en America Latina*. Santiago de Chile: Ediciones SUR, 1997.

RODRÍGUEZ E, GUSTAVO. El agua en la Zona Metropolitana del Valle de México. In: *Diagnóstico para la Actualización del Programa de Ordenación de la Zona Metropolitana del Valle de México*, ed. PUEC/UNAM/SEDESOL. México, 2003.

SÁNCHEZ A, Armando. Actores y Mercado de Tierras en una Zona Conurbada de la Ciudad de México: La Región Zumpango, 2001.

STONE C. Political Leadership in Urban Politics. In *Theories of Urban Politics*, ed. D Judge, G Stoker, H Wolman, p. 96-116. London: Sage, 1995.

STREN RE. *New Approaches to Urban Governance in Latin America*. Toronto: Centre for Urban and Community Studies, University of Toronto, 2000.

TREVIÑO AH. Actores sociales y organizaciones por el agua. *Ciudades*. n.43, México, 1999.

TURNER V. *Drams, fields and metaphors*. Ithaca: Cornell University Press, 1974.



# **Dissertações - Resumos**



# DISSERTAÇÕES APRESENTADAS POR ACADÊMICOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL - MESTRADO ACADÊMICO - UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - CAMPO GRANDE-MS (2002-2006)\*

Desde 1998, o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local - Mestrado Acadêmico da Universidade Católica Dom Bosco, vem se destacando em relação a outros programas de mestrado no país, por se tratar de um programa multidisciplinar, em que a interação entre as várias atividades desenvolvidas na vida profissional dos mestrados, aliada ao conhecimento adquirido academicamente, resulta no despertar para o desenvolvimento local endógeno, ou seja, de dentro para fora, brotando no seio da comunidade de forma a buscar o protagonismo e consequentemente o seu desenvolvimento sustentável.

Ao todo são 88 dissertações concluídas e apresentadas no período de 2002 a 2006, as quais constituem trabalhos intimamente relacionados, direta ou indiretamente, ao desenvolvimento local de pequenas comunidades. As linhas de pesquisa do programa contemplam por um lado, reflexões sobre a dimensão cultural (material e simbólica) dos sistemas territoriais locais nas suas relações com o desenvolvimento local, dando-se ênfase às identidades locais (inclusive religiosas), aos processos de interculturalidade, ao etnodesenvolvimento e às populações tradicionais (com ênfase em territórios indígenas). Já em outro aporte, contempla o estudo a respeito da dinâmica territorial, na compreensão das formas de solidariedade sócio-comunitária e do uso sustentável dos recursos naturais, para a formulação e gestão de iniciativas estratégicas para o desenvolvimento local.

A relação que segue foi organizada em ordem cronológica de apresentação das dissertações, seguidas do nome do autor(a), do orientador(a) e data de apresentação da dissertação. Todos os trabalhos, sem exceção estão disponíveis na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local e na Biblioteca Felix Zavataro, no campus da Universidade Católica Dom Bosco-UCDB, na cidade de Campo Grande-MS e a partir de 2006 as dissertações começaram a ser inseridas no site do Programa: [www.ucdb.br/mestrados/desenvolvimentolocal](http://www.ucdb.br/mestrados/desenvolvimentolocal).

## 2002

1 - TÍTULO: INDICADORES POTENCIAIS DAS UNIDADES BÁSICAS DE NEGÓCIOS DA CADEIA PRODUTIVA DO COURO, COMO ALTERNATIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA MATO GROSSO DO SUL

NOME: Celso Flud Júnior

ORIENTADOR: Regina Sueiro de Figueiredo

DATA DA APRESENTAÇÃO: 27/09/2002

RESUMO: Mato Grosso do Sul desponta no cenário nacional como o estado detentor do maior rebanho bovino do país. Entretanto, ocupa a segunda posição em abate, e a quinta na produção de couros brasileiros. O processamento da pele bovina atinge apenas o primeiro estágio de curtimento, obtendo-se como resultando o couro wet-blue, cuja transformação em semi-acabado e acabado ocorre fora do Estado, deixando de agregar valores à economia estadual, também prejudicada pela comercialização do couro wet-blue, que, em decorrência de sua qualidade inferior, realiza-se a preços menores, em relação aos praticados com couros de melhor qualidade. O presente trabalho tem como objetivo geral investigar indicadores potenciais quantitativos e qualitativos das unidades básicas de negócios - produtores rurais, transportadoras, frigoríficos e curtumes - como alternativas de desenvolvimento para Mato Grosso do Sul. As fontes da pesquisa foram as publicações pertinentes ao assunto, as instituições detentoras de dados a respeito e a aplicação de questionários e entrevistas nas unidades básicas de negócios. A pesquisa possibilitou o conhecimento quantitativo e qualitativo, histórico e atual, no âmbito estadual, e, em determinados tópicos, no plano nacional e mundial, das relações entre a produção do gado bovino, seu transporte e abate, e o processamento da pele bovina. Permitiu, também, verificar os fatores condicionantes da má qualidade do couro e suas causas. A correlação dos dados quantitativos de produção e de comercialização permite o dimensionamento das capacidades utilizadas e dos incrementos possíveis, além das perdas financeiras na comercialização do couro, em função de sua qualificação em categorias inferiores. A classificação do couro wet-blue comercializado apresenta uma concentração de 86% nas quinta, sexta e sétima categorias, cujas principais causas estão nas imperfeições apresentadas no campo, em virtude da ação do homem e dos ectoparasitos. Em termos econômicos, a diferença de preços do couro wet-blue, entre os praticados e os possíveis, no caso de melhoria da qualidade, representa R\$ 600 mil a menos de faturamento por dia, ou R\$ 15 milhões mensais, ou, ainda, R\$ 180 milhões anuais. Os subprodutos do processamento da pele são vendidos para outros Estados, quando poderiam ser industrializados no Estado para a fabricação de diversos produtos, gerando renda e empregos. O número de empregos diretos, proporcionados pelos produtores rurais, frigoríficos e curtume, atinge cerca de 143 mil, podendo ser alavancado com um melhor aproveitamento das áreas utilizadas na criação do gado e das capacidades instaladas nos frigoríficos e curtumes. Espera-se que os dados e resultados apurados no presente trabalho possam promover pesquisas específicas, subsidiar estudos e sensibilizar os agentes e atores envolvidos quanto à importância da cadeia produtiva do couro no desenvolvimento do Estado.

\* Pesquisa elaborada pelos mestrados do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local: Leila Cristina Gonçalves de Oliveira (graduada em Ciências Econômicas) e Rodrigo Mota Fernandes (graduado em Marketing e Comércio Exterior). Ambos são bolsistas da CAPES.

## 2 - TÍTULO: TV UCDB: UM INSTRUMENTAL DE MARKETING PARA DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Rosane Aparecida Ferreira

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 18/11/2002

RESUMO: O objetivo da dissertação foi pesquisar e analisar o marketing da televisão universitária da Universidade Católica Dom Bosco TV UCDB, na expectativa de que esta mídia seja um instrumental de marketing e contribua diretamente para que o Desenvolvimento Local ocorra. O trabalho foi realizado em vários bairros na cidade de Campo Grande-MS. Seiscentos e sessenta e dois questionários da pesquisa foram aplicados a pessoas que tinham TV a cabo. A análise dos dados aponta para várias conclusões interessantes. Em primeiro lugar, a TV-UCDB é um veículo de comunicação pouco conhecido e por ser a Cabo atinge um público restrito. Em segundo lugar, foi detectado que dentre as três Televisões Universitárias que compõem o Canal Universitário em Campo Grande, a TV UCDB detém o primeiro lugar no mercado. A mensuração de sua audiência e a identificação de seu público-alvo são dificultadas pelo fato de ser uma mídia técnica. E, finalmente, concluiu-se que a TV UCDB em sua peculiar atribuição que é disponibilizar para a sociedade os questionamentos e conhecimentos gerados na instituição acadêmica, universalizando o saber, também é um poderoso instrumental de marketing e contribui significativamente para o exercício da cidadania, todavia está sub-utilizada por falta de um plano de marketing.

## 3 - TÍTULO: RURALIDADE E POTENCIALIDADES EM DESENVOLVIMENTO LOCAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE/MS

NOME: Robinson Jorge Paulistch

ORIENTADOR: Vicente Fidelis de Ávila

DATA DA APRESENTAÇÃO: 22/11/2002

RESUMO: O objetivo da pesquisa foi o de estudar as manifestações, explícitas ou implícitas, de potencialidades básicas para o desenvolvimento, de caráter endógeno, na dimensão comunitário-local do setor rural do município de São Gabriel do Oeste, Mato Grosso do Sul. A identificação e análise de potencialidades básicas para o irrompimento do desenvolvimento comunitário local, em São Gabriel do Oeste, tratada no âmbito do Desenvolvimento Local, teve como linha mestra, além do núcleo conceitual do Programa em Desenvolvimento Local, os aspectos referenciais de formação educacional nessa área de estudo. A metodologia adotada para realização deste trabalho foi embasada na pesquisa descritivo-qualitativa, utilizando as técnicas de entrevista semi-estruturada e de observação. O trabalho foi dividido em Introdução, cinco capítulos intermediários: 1 - Referenciais Metodológicos e Conceituais, 2 - O Meio Rural Contemporâneo, 3 - Aspectos Pluridimensionais do Município de São Gabriel do Oeste, 4 - A Comunidade de São Gabriel do Oeste Face ao seu Processo de Desenvolvimento Local, 5 - Potencialidades Relevantes; Conclusão do pesquisador sobre o trabalho desenvolvido em São Gabriel do Oeste, Bibliografia, na qual constam as referências citadas e utilizadas diretamente na pesquisa, e os Anexos (A, B e C). As potencialidades detectadas foram separadas em dois grandes grupos: explícitas e implícitas. Por explícita considerou-se aquela potencialidade verbalizada pelos entrevistados, ou escrita pelos participantes da oficina municipal, além da realizada por intermédio da consulta Delfos. Implícita, a que pode ser percebida tanto na fala dos entrevistados quanto pela observação do pesquisador. As potencialidades detectadas referem-se tanto ao viés do desenvolvimento rural quanto ao caráter geral do referencial teórico do Desenvolvimento Local.

## 4 - TÍTULO: SÃO GABRIEL DO OESTE: CONDICIONANTES TERRITORIAIS DE UM MEIO DINÂMICO EM MATO GROSSO DO SUL

NOME: Marcelo Ramão da Silveira Barbosa

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat.

DATA DA APRESENTAÇÃO: 22/11/2002

RESUMO: A questão central do presente trabalho foi identificar os fatores que se combinaram, no território de São Gabriel do Oeste, para dar-lhe o caráter dinâmico e de renovação constante de suas combinações, diante dos momentos de crise que afetaram o sistema produtivo local durante o período estudado. Buscou-se analisar o papel de cada elemento da combinação e seu peso nas articulações que implantavam no território. Utilizando-se da abordagem multi-escalar e da visão sistêmica da realidade, foi possível identificar os fatores que desencadearam as transformações que o meio e no meio foram postas e que ao se combinarem tornaram o meio dinâmico. Analisou-se o papel dos fatores físicos, humanos e biológicos das combinações e o peso de cada uma dessas variáveis ao longo do tempo. Identificou-se a relação do meio com o sistema econômico internacional e sua sensibilidade a qualquer transformação que nele ocorra.

## 5 - TÍTULO: DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO DE ASSENTAMENTOS RURAIS NA REGIÃO DE PONTA PORÃ E AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Marco Aurélio Perroni Pires

ORIENTADOR: Reginaldo Brito da Costa.

DATA DA APRESENTAÇÃO: 25/11/2002

RESUMO: Procurou-se mostrar a realidade dos assentamentos rurais do município de Ponta Porã Estado de Mato Grosso do Sul, através do diagnóstico sócioeconômico. O objetivo foi verificar se está havendo desenvolvimento local sustentável nos assentamentos rurais do município estudado. Os estudos tiveram início com a caracterização dos assentamentos em sua trajetória desde o acampamento até a sua instalação e situação atual, por meio da coleta de informações nos órgãos oficiais governamentais e com a aplicação de um questionário aos assentados "in loco". Em seguida realizou-se uma análise dos dados coletados por meio de questionamento realizado nos assentamentos. Visualiza-se a situação atual dos assentamentos em relação às ações realizadas nas localidades estudadas, inclusive a dificuldade que os técnicos encontram em prestar um serviço de Assistência técnica. Levantou-se também a perspectiva dos assentados em relação aos projetos de desenvolvimento dos assentamentos pesquisados, com as expectativas, anseios e desejos explícitos como possibilidades efetivas de realmente estar alcançando o seu objetivo: melhora da qualidade de vida através do seu trabalho, identificando-se com o local e delimitando o seu território através do estabelecimento das redes de cooperação e integração. Concluiu-se que os assentamentos pesquisados demonstram a sua realidade e situações efetivas de que precisa haver melhora no processo dos mesmos,

por diversas circunstâncias como atitudes inadequadas, podem e devem ser revistas para elaborar novas ações capazes de promover o desenvolvimento local e sustentável desses assentamentos, uma vez que o modelo proposto encontra-se distante do ideal, mas se tomadas às providências devidas, o desenvolvimento local sustentável será uma realidade.

6 - TÍTULO: A RÁDIO COMUNITÁRIA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Cláudia Mara Stapani Ruas

ORIENTADOR: Mariluce Bittar

DATA DA APRESENTAÇÃO: 25/11/2002

RESUMO: Esta dissertação teve como objetivo geral analisar até que ponto a radiodifusão comunitária pode ser considerada como fator de desenvolvimento local. Investigou-se também o tipo de programação veiculada, o grau de influência da grade de programação e sua importância no cotidiano dos ouvintes, bem como as características das comunidades pesquisadas: Bairro Guanandi e Bairro José Abrão. Para o desenvolvimento deste estudo, optou-se por pesquisa qualitativa e questionários semi-estruturados, aplicados aos presidentes das associações comunitárias e aos ouvintes das emissoras locais, escolhidas para esta investigação: Rádio Comunitária Nova Maracanã e Rádio Comunitária Metropoly. Com base nas conceituações teóricas de radiodifusão e nas abordagens orientadas pela perspectiva do desenvolvimento local, constatou-se que os dois processos assemelham-se em sua essência, principalmente porque devem ser geridos pela e para a comunidade. Apesar de todas limitações, tanto de ordem interna quanto externa, a radiodifusão possui o poder, seja em que localidade for inserida, de construir cultura democrática, indivíduo cidadão em direção à sociedade que considere o ser humano como força motivadora, propulsora e receptora dos benefícios do relacionamento entre a radiodifusão local e desenvolvimento comunitário. Concluiu-se que, a radiodifusão comunitária pode ser considerada como fator de desenvolvimento local ou não, dependendo de como a própria comunidade se apropria dela como instrumento de cidadania.

7 - TÍTULO: A RÁDIO FM UCDB: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Valter Demirdjian

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 29/11/2002

RESUMO: Esta dissertação visa mostrar que, a Rádio FM UCDB é uma alternativa para conscientizar a população ouvinte, dos atributos necessários para que o Desenvolvimento Local ocorra. Para tanto foi necessário inteirar-se do histórico da Fundação Dom Bosco, para detectar sua filosofia, além de conhecer a sua estrutura. O referencial teórico aliado à grade de programação e a pesquisa de campo propiciaram a interação entre a Rádio FM UCDB e o Desenvolvimento Local, mostrando definitivamente que os meios justificam os fins.

8 - TÍTULO: O TURISMO NO ESPAÇO RURAL DO PANTANAL SUL-MATO-GROSSENSE

NOME: Noslin de Paula Almeida

ORIENTADOR: Adyr Balestreri Rodrigues

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/11/2002

RESUMO: Esta pesquisa que adota o turismo no espaço rural como tema principal, tem como objetivo conhecer e analisar a importância deste fenômeno na região do Pantanal, especificamente no Estado do Mato Grosso do Sul. A atividade turística ocupou um espaço de destaque na economia local com o desenvolvimento de diferentes segmentos como o turismo rural, ecoturismo, agroturismo e turismo ecológico. Em diferentes regiões do interior do Estado as comunidades autóctones foram inseridas em um cenário que vislumbrava o turismo como uma nova e promissora fonte de renda, e ainda com a possibilidade de ter o meio ambiente preservado em favor de uma atividade dita como sustentável. A trajetória do turismo no espaço rural em Mato Grosso do Sul possui características próprias de outras regiões do país onde já se desenvolveu. Porém, a forma de exploração da atividade turística, que coloca o meio ambiente e a população local como atores principais do processo, nem sempre lhes proporciona a melhoria desejada na qualidade de vida, assim como a preservação ambiental necessária. O reconhecimento do Pantanal como um destino eminentemente ecológico, leva-nos a uma observação e reflexão críticas necessárias sobre os aspectos culturais do homem pantaneiro, muitas vezes prejudicado na oferta do produto turístico. Por fim, o turismo rural e o ecoturismo vêm como um segmento que busca agregar valor ao produto turístico com a inserção e o enaltecimento da cultura do homem pantaneiro, objetivando a busca de um desenvolvimento sustentável com base local.

9 - TÍTULO: IMPLANTAÇÃO, AVANÇOS E CONQUISTAS DO ASSENTAMENTO CAPÃO BONITO EM SIDROLÂNDIA

NOME: Célia Regina Pirolo dos Reis

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 09/12/2002

RESUMO: Os conflitos de terra no Brasil têm seu eixo embrionário a partir da chegada dos portugueses. Em 1534, o território Brasileiro foi dividido em capitânicas hereditárias e posteriormente o modelo econômico da produção pautada na monocultura de cana-de-açúcar, voltada para exportação e a aprovação da Lei de Terras em 1850, acentuou ainda mais a concentração de terras nas mãos de poucos, formando assim os grandes latifúndios. Na estrutura fundiária de Sidrolândia sempre predominaram as grandes propriedades, dentre elas a fazenda Capão Bonito. Visando à possibilidade de criação de um assentamento nessa área, o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Sidrolândia visitou a Superintendência Regional do INCRA para viabilizar a implantação de um assentamento. Em 14 de dezembro de 1988, o Instituto Nacional de Reforma Agrária apresentou a proposta de criação do assentamento e o mesmo foi implantado em uma área de 2,705 mil hectares e beneficiou 133 famílias oriundas de diversas cidades de Mato Grosso do Sul. Após doze anos de implantação é possível fazer uma análise das conquistas e dos avanços alcançados. Em 1990 verificou-se que 85% da área do assentamento apresentava solo com baixa fertilidade, inviabilizando assim a produção agrícola. Na busca de soluções para este problema a Empaer orientou os parceleiros a buscarem na produção do leite e na avicultura uma alternativa econômica para se manterem na terra. O assentamento foi beneficiado também com uma escola dotada por três etapas da Educação Básica, um posto de saúde onde funciona o Programa de Saúde da Família, um orelhão e uma linha de transporte diária. No dizer dos assentados, “agora sim está se efetivando a verdadeira reforma agrária”.

10 - TÍTULO: INICIATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO SETOR DO VESTUÁRIO EM MATO GROSSO DO SUL: O CONSÓRCIO DE EXPORTAÇÃO COMO ALTERNATIVA

NOME: Milton Brás Portocarreiro Naveira

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 18/12/2002

RESUMO: Os novos processos de comunicação vêm colocando os empreendedores em contato com os diversos nichos do comércio internacional em praticamente todos os setores econômicos, ampliando oportunidades para micro e pequenas empresas. Estas, para se tornarem competitivas diante de grandes organizações procuram inserir-se em redes relacionais de cooperação. O “consórcio de exportação” vem se apresentando como uma alternativa importante nesse sentido. Em Mato Grosso do Sul, o setor de vestuário foi o primeiro a se mobilizar para organizar um consórcio de exportação, com sede em Campo Grande. A pesquisa concentrou-se na busca de responder se esse setor reunia capacidades endógenas para ser competitivo no mercado internacional por meio do consórcio de exportação como alternativa de desenvolvimento. O objetivo foi o de avaliar essa iniciativa, do ponto de vista das empresas participantes e do próprio consórcio em si, como forma de cooperação empresarial, analisando sua situação de competitividade em termos de articulação interna e local e de capacidade de inovação e gestão de seu negócio. O método de abordagem foi sistêmico, com análise ampliada (técnicas qualitativas e multiescalar (ambientes meta, macro, meso e micro) dos dados coletados direta e indiretamente. Observou-se que o grupo de sete empresas consorciadas já obteve respostas positivas junto ao mercado alemão e italiano, ainda que necessite avançar na articulação e funcionalização dos empreendimentos dentro do consórcio e a aglomeração do setor ainda não tem sido suficiente para atrair e articular os outros elementos da cadeia produtiva dentro do Estado propiciando a otimização do desempenho desse setor.

11 - TÍTULO: ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL DA REGIÃO DE TRÊS BARRAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS

NOME: Carlos José de Oliveira

ORIENTADOR: Luis Carlos Vinhas Ítavo

DATA DA APRESENTAÇÃO: 20/12/2002

RESUMO: O objetivo desta pesquisa foi identificar alternativas para o desenvolvimento rural da região de Três Barras, localizada na região sudeste do Município de Campo Grande – MS, contextualizando fundamentos teórico - metodológicos de Desenvolvimento Local, indicando caminhos para que os pequenos proprietários rurais descubram seus potenciais endógenos e despertem para iniciativas coletivas próprias, visando à construção de uma melhor qualidade de vida para suas comunidades. O presente trabalho poderá contribuir para subsidiar conhecimentos para aplicação de políticas públicas para a região-objeto de estudo ou outras que apresentem um perfil semelhante. Para a realização deste estudo, consultamos documentos como atas, ofícios, relatos, pareceres técnicos, legislação e entrevistamos, como complementação das informações, os atores sociais direta e indiretamente ligados à região-objeto de estudo. Este estudo indicou a existência de importantes alternativas para o fortalecimento das pequenas propriedades rurais na região de Três Barras, com base no interesse dos atores sociais locais em agenciar mudanças que contemplem o interesse coletivo, entre elas o fortalecimento da instituição associativista, a luta para a criação de um Laticínio - Escola, beneficiando alunos e produtores de leite, bem como a industrialização da produção local, por meio da agroindústria rural de pequeno porte.

12 - TÍTULO: COMUNIDADE, ESCOLA E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ESTUDO NO ÂMBITO DA COMUNIDADE URBANA E DO ENTORNO DO DISTRITO DE ANHANDUÍ, MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS

NOME: Izaura Maria Moura Campos

ORIENTADOR: Vicente Fideles de Ávila

DATA DA APRESENTAÇÃO: 20/12/2002

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi o de estudar a comunidade urbana e a do entorno do Distrito de Anhanduí, município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, para caracterizar as potencialidades que ela detém para co-participar de possível processo de concepção e gestão de sua instituição escolar como pólo estratégico de formação e irradiação da cultura de desenvolvimento local endógeno em toda a comunidade. Estudos preliminares foram realizados para se conseguir o embasamento teórico dos quais resultou o livro: “Formação educacional em Desenvolvimento Local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos” (ÁVILA et al., 2000). Posteriormente, implementaram-se as sessões de observação no local e a coleta de materiais por meio de entrevistas semi-estruturadas, tendo sido ouvidas várias pessoas, inclusive algumas indiretamente ligadas ao Distrito, tais como executivos e outras autoridades do âmbito municipal e a comunidade local, suas lideranças e demais pessoas comuns. Essa parte do trabalho de campo, no Distrito de Anhanduí, aconteceu em dois momentos. No primeiro momento ouviram-se as lideranças formais do Distrito, como: representante do Conselho Regional de Anhanduí, Presidente da Associação de Moradores, dono do Cartório de Registro Civil, representantes das igrejas (católica e evangélica), comerciantes, professores e alunos. Como todas essas entrevistas ocorreram no ano 2000 e para se obter um trabalho mais atualizado, pois nesse período houve mudanças no Distrito, é que esta pesquisadora resolveu retornar ao local e entrevistar cinco pessoas da comunidade: comerciantes, empresários e o representante do Conselho Regional do Distrito de Anhanduí. Nessas entrevistas realizadas foram detectadas várias potencialidades latentes, algumas até implícitas: a solidariedade, o espírito participativo, a cooperação e união das pessoas que sentem a necessidade da geração de empregos e de se obter maior investimento na educação. Vêm a escola como pólo estratégico de formação de cultura, pois é o centro de tudo, e a educação como prioridade para o desenvolvimento do Distrito. Sentimos que a comunidade tem uma visão de futuro bastante ousada, como demonstraram participantes da comunidade durante a oficina realizada para elaboração do Plano Regional de Desenvolvimento para a Região de Campo Grande e entorno.

13 - TÍTULO: TURISMO E TERRITORIALIDADE: O MESTICISMO COMO MANIFESTAÇÃO EM BOA SORTE-MS

NOME: Waldir Leonel

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 20/12/2002

RESUMO: A presente pesquisa, visa analisar a importância do turismo místico na localidade de Boa Sorte e suas implicações no desenvolvimento local. O turismo como viés do desenvolvimento, para as comunidades do território, traz discussões acerca das potencialidades encontradas na área estudada. A localidade possui forte manifestação mística, dada aos atrativos encontrados no local, apresentando grande poder de atração de turistas, indivíduos e grupos que interferem, de alguma maneira, nas atividades da população. Assim sendo, analisou-se a influência da ufologia, como fenômeno, e a sua manifestação na população turística e local. Fenômenos estes, originados de dois empreendimentos turísticos, os quais denotam um espaço sacralizado. Foram realizados trabalhos de campo, com aplicação de questionários, entrevista, documentação oral e fotográfica. Identificou-se durante o processo, quem é o consumidor destes espaços, pelo perfil do visitante. Diante dos resultados, consideramos os seguintes pontos: o tipo de desenvolvimento que ocorre é exógeno e a comunidade está alheia ao processo. O território analisado, não se restringe apenas ao município de Corguinho, visto que o processo avança também para o município vizinho. Faz necessário, portanto, traçar estratégias junto à comunidade, para que busquem as vias do desenvolvimento.

---

## 2003

---

14 - TÍTULO: DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREA DE CONFLITO INTERÉTNICO

NOME: Maria Christina Sollberger Pacca

ORIENTADOR: Antonio Jacob Brand

DATA DA APRESENTAÇÃO: 13/02/2003

RESUMO: A implementação de ações de Desenvolvimento Local em áreas de conflito interétnico, entre Índios Kaiowá e colonos assentados no Sul de Mato Grosso Sul, pode auxiliar na solução de dilemas comuns no território, buscando, no cotidiano da convivência, a criação e o desenvolvimento de capital social para fazer emergir possibilidades locais e capacidades de efetivações coletivas. Ações voltadas ao estímulo do diálogo e da reflexão sobre as necessidades imediatas dos atores, intermediadas pelo Estado, gerador do conflito, podem permitir a construção de entendimentos capazes de unir os dois grupos na busca de uma solução para o próprio conflito de fundo: a questão do direito à terra. Nesse sentido, desenvolveu-se um trabalho de reflexão, observando contradições históricas, étnicas e cotidianas, e interações possíveis de solidariedade e confiança mútua no contexto da territorialidade.

15 - TÍTULO: CADEIA PRODUTIVA DA CARNE DE FRANGO EM MATO GROSSO DO SUL: RELAÇÕES ORGANIZACIONAIS, INSTITUCIONAIS E ENTRE SEUS ELOS, COMO CONSEQÜÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Mara Huebra de Oliveira Gordim

ORIENTADOR: Tito Carlos Machado de Oliveira

DATA DA APRESENTAÇÃO: 26/02/2003

RESUMO: Qualquer intervenção econômica, seja ela pública ou privada, não pode ter seus efeitos completamente medidos e compreendidos, se não a entendermos como parte de um sistema composto por vários elos, com complexas relações entre as unidades e agentes que a compõem e, principalmente, se não a inserirmos em um mundo globalizado, onde a interdependência é a característica fundamental das unidades responsáveis pelos fluxos do mercado mundial. Desta forma, a análise da cadeia produtiva da carne de frango em Mato Grosso do Sul, objeto desta dissertação, se constitui principalmente, na observação não só das relações existentes entre seus elos e na relação da própria cadeia com a sociedade sul-mato-grossense, mas como estas relações interferem no desenvolvimento local, segundo os sistemas territoriais identificados por Denis Maillat. Para isto, a metodologia utilizada foi a entrevista semi-estruturada, com análise ampliada – técnicas quantitativas – com dados coletados direta e indiretamente no campo da economia positiva, e posteriormente da economia normativa. Esta análise permitiu a elaboração de sugestões para o governo estadual no sentido de tornar o setor mais competitivo, harmônico e justo, tanto econômica quanto socialmente.

16 - TÍTULO: CIDADES SÃO CENÁRIOS DE ENCONTROS: GESTÃO URBANA E DEMOCRACIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPO GRANDE-MS

NOME: Sérgio Seiko Yonamine

ORIENTADOR: Tito Carlos Machado de Oliveira

DATA DA APRESENTAÇÃO: 27/02/2003

RESUMO: Nesta dissertação, debruço-me sobre as cidades. Olho para Campo Grande e nesta enxergo todas as outras. Deixo de lado estudos específicos sobre seu território, e me dirijo, fascinado, ao exame das diferenças que existem na constituição física, de cidade para cidade, e das relações dos moradores de cada uma com o lugar onde se fixaram. Descarto como ponto focal o exame das forças sociais locais, os antagonismos e as convergências que se criam entre elas e suas relações com o cotidiano das comunidades. Quero fazer outra reflexão. Em um exercício de abstração, busco o âmago, a razão de existir cidades. E encontro uma resposta: as cidades existem, porque os homens querem ser livres. Seria temerário afirmar que as cidades, e somente estas, propiciam a liberdade, mas é certo que a liberdade, apenas ela, justifica a cidade. Tendo como pano de fundo a análise crítica dos processos de gestão da cidade de Campo Grande, a partir de sua elevação à condição de capital do novo Estado de Mato Grosso do Sul em 1977 e, principalmente, do período inaugurado com a Constituição de 1988, até a edição da lei 10257, em julho de 2001, que institui o Estatuto da Cidade, na dissertação faço um passeio teórico pelos temas que, na verdade, interessam-me, a liberdade, a democracia, o desenvolvimento e a condição urbana. Nesta análise, volto-me especialmente às experiências de planejamento participativo, iniciadas em meados da década de 1980, às mudanças institucionais e a consolidação da gestão democrática, bem como às articulações entre o ordenamento territorial e a organização

## INTERAÇÕES

política com suas implicações nos processos de desenvolvimento acontecidos. Concluo com uma análise dos riscos que o processo em curso pode correr e proponho passos a serem implantados para sua continuidade. Na dissertação procuro enxergar com o olhar dos viajantes, querendo ver todo o percurso das caminhadas e ao mesmo tempo conseguir perceber todos os detalhes do cotidiano dos lugares visitados. Como um viajante, oscilo entre a isenção de observador passante e a paixão e a insistência de quem vislumbra no dia a dia de cada cidade visitada, momentos de sua própria vida.

17 - TÍTULO: CULTURA MATERIAL E PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: A CERÂMICA KADIWÉU  
NOME: Vlademir Senna

ORIENTADOR: Emilia Mariko Kashimoto

DATA DA APRESENTAÇÃO: 27/02/2003

RESUMO: A cerâmica indígena Kadiwéu foi o objeto de estudo desta pesquisa, com intuito de analisar sua potencialidade para se constituir a base material de uma proposta de desenvolvimento local, considerados seu valor etnocultural, suas características originais e as mudanças geradas, a partir do contato com a civilização branca, além do caráter laboral que perpassa sua produção, ao longo do tempo e no contexto da realidade atual. O primeiro capítulo, consta de um breve painel histórico desde a grande nação Guaicuru até a junção dos Guaicuru do Sul com os Mbaya do Norte, da qual resultaram os atuais índios Kadiwéu, com destaque para a questão da arte ceramista. No segundo capítulo, foram analisados os meios de distribuição da cerâmica Kadiwéu produzida para o comércio turístico, face ao valor que lhe é atribuído dentro do contexto cultural indígena, por meio de entrevistas nos pontos de venda nas principais cidades sul-mato-grossenses que a comercializam. No terceiro capítulo, foi feito um estudo comparativo entre as características das peças Kadiwéu do acervo da UCDB, oriundas da aldeia Alves de Barros, e aquelas dos registros de Boggiani (1897), ao tempo em que foram analisados os depoimentos de algumas artesãs ceramistas a respeito dos traços característicos de sua produção, colhidos em entrevistas realizadas por Siqueira Jr (1993). No quarto capítulo, procurou-se estudar a correlação entre a arte indígena e a proposta do desenvolvimento local, como uma possibilidade de preservação e manutenção da cultura Kadiwéu.

18 - TÍTULO: AS AÇÕES DA COMISSÃO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE: UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Gislene Garcia de Souza Ferreira

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 28/02/2003

RESUMO: O resgate histórico das ações da Comissão de Conservação Ambiental de São Gabriel do Oeste, com detalhes dos personagens que se destacaram, das leis criadas, da conscientização da população e sua inserção no contexto do Desenvolvimento Local são os pilares desta pesquisa que traz informações relevantes como o projeto inicial e o perfil do município, para que pudéssemos vislumbrar as mudanças ocorridas em âmbito municipal e em seus habitantes, atitudes estas observadas até os dias de hoje, fruto do esforço de pessoas comuns que foram os líderes deste movimento. A capacidade de organização destes atores locais que orientaram as ações da Comissão de Conservação Ambiental de São Gabriel do Oeste, promovendo o desenvolvimento local de forma equilibrada, com gestão dos recursos locais e principalmente visando ao desenvolvimento sustentável, com mudanças harmônicas, crescimento econômico, alternativas de bem estar do ser humano, e conservação dos recursos naturais. A força da comunidade no desenvolvimento de seu município, valorizando a terra, implantando projetos, buscando recursos federais, estaduais, municipais e privados, enfim, a união na conquista dos objetivos comuns e o reflexo destas ações inclusive no cenário internacional.

19 - TÍTULO: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS PEQUENOS PRODUTORES DE LEITE DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE- MS - (AGOSTO 2001 - AGOSTO 2002)

NOME: Rosirene Reggiori Pereira Caldas

ORIENTADOR: Antonia Railda Roel

DATA DA APRESENTAÇÃO: 06/03/2003

RESUMO: A atividade leiteira no Brasil possui enorme representatividade decorrente de seu aspecto econômico, social e em teor nutritivo dos alimentos, no entanto, do ponto de vista organizacional, tecnológico e gerencial é muito frágil e apresenta reduzida competitividade e lucratividade. O presente trabalho teve como principal objetivo diagnosticar a pequena produção primária leiteira do município de Campo Grande-MS, da produção à comercialização, em face da regulamentação de novas normas para a captação, armazenamento, transporte e industrialização do produto sob o enfoque do desenvolvimento local. O trabalho consistiu na análise de dados de uma pesquisa desenvolvida na área rural do Município pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SEDEC), em parceria com o Sindicato Rural de Campo Grande e a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (UNIDERP), durante o período de agosto de 2001 a agosto de 2002. O diagnóstico demonstra que a atividade leiteira para os pequenos produtores do Município é de extrema importância na composição da renda mensal, mesmo apresentando uma reduzida produtividade, qualidade e baixo poder de negociação. Na interação entre o perfil do pequeno produtor de leite e a nova legislação regulamentada pelo governo, constatou-se que o segmento não dispõe de condições estruturais e financeiras propícias à adoção das inovações tecnológicas propostas. A proposição de inovações para o aumento da competitividade e lucratividade do setor não surtirá o efeito desejado, enquanto não houver uma adequação entre a realidade e as especificidades das comunidades locais em que se projetam. A garantia a pesquisas e assistência técnica local, a difusão de informações, a capacitação da mão-de-obra, o acesso a linhas de crédito diferenciadas, o controle e a garantia de preços mínimos dos produtos, o incentivo à pequena indústria rural e, o estímulo às organizações sociais cooperativistas e associativistas são sugeridos como mecanismos e estratégias para a viabilização do desenvolvimento rural sustentável. Para isto, torna-se necessária uma redefinição da atuação governamental e da sociedade na formulação de políticas públicas.



20 - TÍTULO: A DINÂMICA DAS EMPRESAS FAMILIARES NAS REGIÕES DE DOURADOS E TRÊS LAGOAS E SEUS REFLEXOS NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Sheila Madrid Saad

ORIENTADOR: Regina Sueiro de Figueiredo

DATA DA APRESENTAÇÃO: 08/03/2003

RESUMO: As empresas familiares são definidas mundialmente como uma forma de unidade de negócio que, por sua natureza atípica, ou seja, vinculada à cultura e aos valores estabelecidos pela família, devem ser estudadas e analisadas de uma maneira particular. É preciso lembrar que, para uma empresa se tornar-se profissional, o primeiro passo não é contratar administradores profissionais que não pertençam à família; o fundamental é a atitude que a família assume diante da profissionalização. Muitos executivos contratados por estas empresas queixam-se de problemas como falta de clareza na orientação que a família pretende imprimir à empresa e das dificuldades de conseguir resultados onde há muitas situações questionáveis. Para a maior parte das pessoas, as duas coisas mais importantes em suas vidas são suas famílias e seu trabalho. É fácil compreender o poder das organizações que combinam ambas as coisas. Estar em uma empresa familiar é algo que afeta todos os participantes. Como as empresas familiares construídas sob a égide da família e como a família é a base da sociedade, a cada momento de crise dessas organizações, entram em crise também a localidade, que precisa definir uma nova dinâmica para equilibrar o território. Estudar os fatores que envolvem as organizações familiares é permitir que exista uma análise correlata de uma importante força que impulsiona o desenvolvimento local.

21 - TÍTULO: A ENERGIA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NO AMBIENTE

NOME: Elizeu Pereira Vicente

ORIENTADOR: Regina Sueiro de Figueiredo

DATA DA APRESENTAÇÃO: 08/03/2003

RESUMO: A pesquisa da relação entre o uso da eletricidade no ambiente rural e a modernização produtiva procura mostrar a relevância deste insumo para o desenvolvimento do setor primário, principal vetor da economia no Estado de Mato Grosso do Sul. No final da década passada, foi implementado em todo o país o Programa “Luz no Campo”, pelo Governo Federal, objetivando a intensificação das atividades rurais pela agregação tecnológica ao produto originário do campo com a eletrificação rural. Mais recentemente, foi instalada a política de “Universalização do Atendimento de Energia Elétrica” no país, um instrumento ainda mais intenso para levar a energia elétrica aos cidadãos, ainda não atendidos, tanto no meio rural quanto urbano. Neste estudo, procura-se analisar potenciais, diretrizes capazes de articular soluções para a dotação de infra-estrutura de energia elétrica às propriedades ainda não atendidas no ambiente rural, aproveitando-se estas iniciativas, considerando como laboratório de experiência a região central de Mato Grosso do Sul que envolve os municípios de Campo Grande, Ribas do Rio Pardo e Sidrolândia. A necessidade de delimitar-se um espaço geográfico levou-nos à escolha destes três municípios, pela representatividade da amostra e diversidade de características no contexto regional. A significativa distinção das características de atendimento entre o meio rural e urbano, aliada aos objetivos de análise da influência das inovações técnicas produzidas pela utilização da energia na produtividade do campo, objetivou a dedicação específica do estudo focado no ambiente rural. Foram realizadas pesquisas de campo semi-estruturadas nos três municípios, tratadas em conjunto com pesquisas bibliográficas, direcionadas à análise da perspectiva de aumento da produtividade e consequente qualidade de vida do produtor rural, a partir da utilização da energia elétrica nos processos de produção. A proposta de uma solução híbrida, dispondo-se de um rol diferenciado de fontes energéticas, apesar de ser complexa em termos de concepção técnica, pode ser adequada à realidade econômica e ambiental de cada aplicação, tratando o problema menos pela ótica da eletrificação rural, e mais pela energia rural, para a qual a composição de fontes primárias e secundárias poderá se constituir na melhor alternativa. Estas alternativas para tratar a oferta de energia para cada solução pesquisada deve ser coerente com as necessidades próprias de cada utilização, e esta sim é uma característica peculiar de cada propriedade e proprietário rural. Pensando no setor de infra-estrutura como elemento genérico para instrumentalização dos estudos, e no tema energético como foco mais específico em análise, é que inserimos o tema no contexto do Programa de Desenvolvimento Local.

22 - TÍTULO: A ENERSUL NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA DE ENERGIA-ELÉTRICA EM MATO GROSSO DO SUL DE 1979 A 1999

NOME: Lúcio Kaiti Kawano

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 12/03/2003

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo identificar o grau de benefício em relação às intenções, investimentos e serviços propostos e realizados pela ENERSUL para a sociedade sul-mato-grossense. Tais serviços referem-se à adoção da gestão pela qualidade total como forma de gerenciamento, na utilização das mais recentes tecnologias, na capacitação de seus funcionários para poderem operar com os mais recentes equipamentos tecnológicos, operação de diversas redes, combinando serviços em novos produtos, desenvolvendo produtos avançados e novos negócios com a utilização das sinergias com o seu *core business*. A pesquisa caracteriza-se pela investigação exploratória, descritiva e explicativa.

23 - TÍTULO: VOUCHER ÚNICO: UM MODELO DE GESTÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA EM BONITO-MS

NOME: João Francisco Leite Vieira

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 13/03/2003

RESUMO: A relação entre turismo e território converge para o processo de transformação, com a apropriação e consumo de espaços na produção de territórios turísticos, na construção do capital social em Bonito-Mato Grosso do Sul. Sob a ótica da territorialidade e do desenvolvimento local, o conhecimento histórico é de fundamental importância para a compreensão dos fatores que contribuíram para a consolidação de práticas sustentáveis para o meio ambiente. As variáveis do desenvolvimento local estabelecem influência direta. Com relação ao homem, o meio ambiente e as comunidades primeiras, coloca-se como condição, na análise do surgimento espontâneo de um instrumento de gestão, o Voucher Único, criado por um membro da comunidade e em torno do qual se estabeleceu um pacto de adoção e utilização, por todos os atores da atividade turística

local. O Voucher passou a ser comercializado nas agências em Bonito, sem, contudo a Prefeitura abdicar do controle da frequência; a partir daí baseado na constituição de uma rede de cooperação voltada a exploração sustentável dos recursos turísticos do município, envolvendo o poder público e o trade turístico.

24 - TÍTULO: CONDIÇÕES SÓCIOECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ASSENTAMENTO PARAÍSO EM MATO GROSSO DO SUL

NOME: José Leonel Ribeiro

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 26/03/2003

RESUMO: Esta dissertação analisa a melhoria das condições socioeconômicas das famílias de trabalhadores sem terra, com vistas no Assentamento Paraíso de Terenos-MS, após terem sido assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária e adquirido a condição de pequenos proprietários rurais. A grande preocupação foi com relação aos tipos de resultados mais concretos que possam estar sendo obtidos pelos esforços, tanto em nível das unidades familiares quanto da coletividade de assentados, no sentido da melhoria de sua condição socioeconômica e do desencadeamento de um processo de desenvolvimento local. O objetivo do trabalho foi o de investigar a estrutura, organização e funcionamento da dimensão socioeconômica das famílias envolvidas no Projeto de Assentamento de Reforma Agrária Paraíso, no município de Terenos-MS, tanto no âmbito da unidade da parcela, quanto do assentamento, comparando essas condições com aquelas vivenciadas anteriormente, de modo a observar nesse estudo de caso, em que medida o projeto contribuiu para sua melhoria. Abordou-se a melhoria das condições socioeconômicas a partir da percepção dos atores do processo, ou seja, das famílias do assentamento Paraíso, assim como de condições concretamente constatadas. Foram utilizadas como fontes da investigação, pesquisa documental e bibliográfica, levantamento de campo com aplicação de questionários aos titulares e filhos maiores de 14 anos e entrevista com o presidente da associação de assentados. Na análise dos dados coletados, foi utilizado o método da análise ampliada, combinando-se técnicas quantitativas e qualitativas. Para as famílias de origem rural, embora as condições socioeconômicas ainda sejam inadequadas, houve melhoria, se consideradas sua condição anterior ao assentamento. Quanto às famílias de origem urbana, houve perda de qualidade dos serviços sociais e de infra-estrutura. Embora a variação média da renda das famílias de origem rural tenha apresentado uma melhor performance que a das famílias de origem urbana, a renda das primeiras continua menor que a das segundas. Observa-se que 53 % das famílias encontram-se abaixo da linha de pobreza. Percebe-se que o objetivo maior para o ingresso no Programa Nacional de Reforma Agrária foi o desejo de produzir na própria terra, ficando em segundo e terceiro lugar, respectivamente, deixar de ser empregado e aumento de renda. Quanto aos filhos dos titulares, se não houver melhoria da renda familiar, 73% deles pretendem retornar às cidades. Conclui-se que os assentados não possuem condições suficientes para conduzir, de forma autônoma, um processo de desenvolvimento na escala humana.

25 - TÍTULO: PENSAMENTO DE AGENTES EXTERNOS E INTERNOS ACERCA DE PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA COMUNIDADE DISTRITAL DE ANHANDUÍ

NOME: Maria Wilma Casanova Rosa

ORIENTADOR: Vicente Fideles Ávila

DATA DA APRESENTAÇÃO: 27/03/2003

RESUMO: Partindo-se da evidência de que o desenvolvimento local tem sido um processo de impulso para ultrapassagem de barreiras, no que se refere ao desenvolvimento das comunidades, buscou-se, com esta dissertação, conhecer o pensamento dos diversos agentes em relação à comunidade distrital do Anhanduí em Campo Grande - Mato Grosso do Sul, e detectar como esta participa do processo de desenvolvimento das potencialidades reais e latentes que se fazem presentes na concepção e gestão de seu cotidiano. A comunidade distrital há muito tempo roga pela sua emancipação político-administrativa, porém, por causa da distância de cinquenta quilômetros que a separa da capital, sente-se isolada e carente de muitos serviços. A metodologia aplicada partiu do princípio descritivo, com ênfase na análise para uma abordagem qualitativa do conteúdo, subsidiada nas considerações teóricas dos conceitos estudados e discutidos durante os trabalhos. Na ocasião, procurou-se fazer uma análise dos pontos de vista dos diversos agentes capazes de auxiliar no desenvolvimento dos potenciais: os agentes externos, representantes do legislativo, do executivo e de outras instituições, cuja relação com a comunidade distrital é ativa; os agentes internos, divididos em lideranças oficiais e agentes locais, sendo esses, o cerne da análise. Procurou-se verificar quais desses pontos de vista apresentavam perspectivas de desenvolvimento local tendo em vista a capacidade de ver e descobrir as reais forças latentes. Em primeiro momento, um contato direto com os agentes externos e internos da comunidade, por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação in loco pôde concluir-se que a comunidade distrital é vista pelos agentes externos como uma fonte potencial, pela sua vontade de participar das ações locais. No que diz respeito aos agentes internos, fica demonstrada uma posição de ansiedade por melhorias que a levem ao reconhecimento de sua identidade e ao despertar para o aproveitamento de suas potencialidades, que considera como suficiente e natural - a sua riqueza agropecuária.

26 - TÍTULO: POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DA COMUNIDADE DE SÃO GABRIEL DO OESTE EM TERMOS DE OCUPAÇÃO

NOME: Regina de Fátima Freitas Carvalho Ferro

DATA DA DEFESA: 28/03/2003

Resumo: Com o objetivo de proceder ao levantamento das potencialidades locais que proporcionem o desenvolvimento endógeno da comunidade de São Gabriel do Oeste em termos de emprego, foi percorrido o caminho da pesquisa qualitativa com uma abordagem fenomenológica, utilizando-se de: revisão bibliográfica sobre o tema; levantamento de dados estatísticos do local estudado para proporcionar um conhecimento da realidade socioeconômica; entrevistas semi-estruturadas envolvendo empregados e empregadores; e, a observação dos fenômenos que viessem a completar os dados levantados nas entrevistas. Desta feita, partindo da correlação traçada entre emprego e potencialidades existentes no município, foram feitas análises, com uma apreciação comportamental da estrutura produtiva e da força de trabalho por setores, como também, das particularidades que caracterizam a vida econômica do município. Ainda no mesmo estudo, foram examinadas as distribuições

estáticas da mão-de-obra; a taxa da atividade demográfica e da participação do contingente feminino; bem como, as características sociais que fundamentam uma subsequente interpretação dos atuais índices de subemprego. A remuneração dos trabalhadores e, de modo particular, o seu preparo educacional e qualificação da força de trabalho foram estudados, como subsídio às análises relativas ao emprego. Depois de trilhado esse caminho, foi possível detectar e apontar algumas potencialidades que podem alavancar o desenvolvimento local endógeno em São Gabriel do Oeste, considerando que seu aproveitamento significa também respeito, para que seja possível tirar proveito, despertá-las, desenvolvê-las, sem com isso agredir o lugar. Portanto, o município apresenta potencial de viabilidade para desencadeá-lo do processo desenvolvimentista na linha aqui apresentada, que venha lastrear a sustentabilidade, criando emprego e gerando renda, considerando o perfil da população que compõe esse local e as riquezas naturais que contempla toda a área municipal.

#### 27 - TÍTULO: A INTRODUÇÃO DO VITELo ORGÂNICO DO PANTANAL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

NOME: Nilson Paulo Ricartes de Oliveira

ORIENTADOR: Luis Carlos Vinhas Ítavo

DATA DA APRESENTAÇÃO: 28/03/2003

RESUMO: Objetivou-se avaliar a eficiência de criação e abate do Vitelo Orgânico do Pantanal como alternativa sustentável ao pecuarista pantaneiro, por meio da pecuária sustentável respeitando usos e costumes locais, pois trata-se de atender as necessidades básicas do pantaneiro, que contribuirá para melhorar a vida e a sustentabilidade do local. Foram utilizados 54 animais da raça Nelore destinados ao abate, sendo 27 fêmeas e 27 machos com idades entre 8 e 10 meses, com peso médio de 198,20 kg. Os animais eram oriundos de cinco fazendas cadastradas no programa Vitelo Orgânico do Pantanal, todas situadas na sub-região de Nhecolândia. Os bezerros avaliados foram provenientes da estação de nascimento entre os meses agosto e novembro de 2001. Os animais foram distribuídos em esquema fatorial 3x3x2 (três tipos de pastagens, três idades de abate e dois sexos), com três repetições por tratamento. As pastagens utilizadas foram: nativa, composta por Capim mimoso, Capim rabo de burro e capim carona; pastagem cultivada, composta por *Brachiaria decumbens* e *B. humidicola*; e mista, composta por capins nativos e pastagem cultivada. Todos os animais permaneceram nos piquetes, em um sistema de pastejo contínuo, recebendo suplementação mineral até atingirem a idade de abate (oito, nove e dez meses de idade). A taxa de lotação utilizada para as pastagens foi 0,3 UA/hectare para a pastagem nativa, 0,5 UA/hectare para pastagens mistas e 1,0 UA/hectare para a pastagem cultivada, onde os animais permaneceram em regime de pastejo contínuo e taxa de lotação fixa. Os animais foram abatidos em lotes, em função da fazenda, idade e sexo. Os parâmetros avaliados foram peso de abate, peso de carcaça quente (somatória das carcaças esquerda e direita antes do resfriamento) e rendimento de carcaça. Os dados foram analisados por meio de análise de variância e regressão. Houve interação significativa ( $P < 0,05$ ) entre idade de abate e tipo de pastagem em que os animais foram mantidos até o abate, juntamente com suas matrizes. Os animais criados em pastagens mistas apresentaram melhor desempenho ( $P < 0,05$ ), para as idades de abate aos oito e dez meses, determinando assim um maior peso ao abate, comparado aos animais criados em pastagens nativas e/ou cultivadas (*B. decumbens* e *B. humidicola*), sendo que estas não diferiram entre si ( $P > 0,05$ ). Quando se avaliou em função da idade, apenas o resultado de peso de abate dos animais criados em pastagem nativa não sofreu efeito da idade, apresentando média igual a 181,52 kg. Entretanto, os resultados de peso de abate dos animais criados em pastagem mista e cultivada apresentaram comportamento linear positivo. Não houve diferença significativa para as equações de regressão linear obtidas para as pastagens mista e cultivada, verificada pela técnica de identidade de modelos de regressão. Observou-se que os animais mantidos em pastagem nativa apresentaram melhores resultados de peso de abate, peso de carcaça quente e rendimento de carcaça, sendo numericamente superiores aos animais abatidos com idades superiores (9 e 10 meses), criados na mesma pastagem, porém, sem diferir entre si ( $P > 0,05$ ), sendo a média igual a 181,52 kg, 91,12 kg e 50,17%. Todavia, tal fato não ocorreu com os resultados das outras pastagens em que os resultados de peso de abate e peso de carcaça quente foram influenciados pela idade de abate, apresentando comportamento linear positivo com o aumento da idade de abate, com exceção do rendimento de carcaça que não foi influenciado pela idade de abate, apresentando média de 52,68 e 52,24% respectivamente para as pastagens mista e cultivada. Os resultados obtidos para os animais mantidos em pastagem mista e cultivada foram superiores aos demais resultados para as pastagens nativa. O peso de carcaça quente e o rendimento de carcaça não diferiram de acordo com o sexo dos animais. A criação de bezerros machos e fêmeas, para produção de vitelos, em pastagens mistas (nativa e cultivada) abatidos entre o oitavo e o décimo mês, proporcionariam o mesmo rendimento financeiro, já que apresentaram resultados similares quanto ao desempenho, avaliado através do peso de abate e do rendimento de carcaça. O Vitelo Orgânico do Pantanal apresenta resultados favoráveis à sua criação e poderia fornecer subsídios favoráveis para aqueles produtores cadastrados no programa a fim de obterem recursos financeiros para manter a sustentabilidade da pecuária pantaneira, desta forma, os valores mantidos pelo programa garantiriam a produtividade das propriedades e o bem estar da comunidade pantaneira.

#### 28 - TÍTULO: CIDADE SAUDÁVEL - ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CAMPO GRANDE

NOME: Crhistinne Cavalheiro Maymone Gonçalves

ORIENTADOR: Regina Sueiro de Figueiredo

DATA DA APRESENTAÇÃO: 28/03/2003

RESUMO: Esta dissertação analisa alguns dispositivos legais de políticas públicas da saúde, no município de Campo Grande-MS e sua relação com o movimento por Cidades Saudáveis. Esse movimento é um projeto que se originou do programa emanado da Organização Mundial de Saúde, voltado à melhoria da qualidade de vida, por meio da execução de políticas públicas saudáveis, como o fortalecimento e o encorajamento da participação social e a intersetorialidade de ações. O método de análise do estudo teve abordagem qualitativa e quantitativa e constituiu-se em extrair dados, de documentos oficiais, que permitissem a caracterização do território selecionado, a identificação da participação e atuação dos conselheiros em atas, a legislação, e ainda outros dados, oriundos de depoimentos de 18 atores sociais que compõem a amostra, sendo eles 16 conselheiros municipais de saúde e 2 gestores secretários. As entrevistas aplicadas possibilitaram a identificação do entendimento dos conselheiros quanto aos conceitos de qualidade de vida e a filosofia Cidade Saudável e também, a identificação das formas de participação social frente às políticas públicas de saúde. O suporte teórico utilizado, a partir dos

estudiosos como Westphal, Mendes e Ferraz entre outros possibilitou estudar a evolução histórica conceitual do tema. Identificou-se que as Leis municipais 3413 e 3871, publicadas nos anos 1997 e 2001, respectivamente, estão voltadas à política de viabilizar em Campo Grande diretrizes e ações sobre Cidade Saudável. O Relatório final da III Conferência Municipal de Saúde também expressa essa realidade de implantação. Os resultados da pesquisa evidenciaram que apenas um conselheiro expressou ter ciência dessa deliberação no Relatório final. A participação social é legitimada pelo poder público. Mas, ainda apresenta fragilidade em seu processo de informação, educação e conhecimento sinalizando a dificuldade na mobilização pela defesa da qualidade de vida e à promoção do desenvolvimento local da cidade.

29 - TÍTULO: SISTEMA DE INFORMAÇÕES COMO FERRAMENTAS DE APOIO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NO ÂMBITO DO PROGRAMA KAIOWÁ/GUARANI

NOME: Giane Saraiva Sampaio Vargas

ORIENTADOR: Antonio Jacob Brand

DATA DA APRESENTAÇÃO: 03/04/2003

RESUMO: O objetivo desse trabalho foi analisar a relevância de um sistema de informação, tendo como base as experiências desenvolvidas no âmbito do Programa Kaiowá/Guarani considerando, especialmente, o fato de que o programa em questão é de caráter interdisciplinar e institucional, mantendo ações conjuntas com órgãos públicos, prefeituras, ONGs, Universidades e comunidade local. Nesse contexto, é fundamental disponibilizar informações do Programa Kaiowá/Guarani que possam ser acessadas com maior rapidez e facilidade. A presente proposta de estudo encerra uma pesquisa qualitativa apoiada em pesquisas bibliográficas, nos arquivos do programa Kaiowá/Guarani, nos currículos *lattes* e entrevistas com os pesquisadores, bolsistas, funcionários do programa e em discussões coletivas da equipe envolvida na iniciativa. Durante a coleta de dados, principalmente nas entrevistas, percebeu-se que a maioria das informações estão muito dispersas. Por estarem em papel e em arquivos acabam não ficando centralizadas e, com isto, dificultando o acesso às mesmas. Existe, portanto, uma necessidade de se realizar o armazenamento de uma série de informações que não se encontram efetivamente isoladas umas das outras, ou seja, existe uma ampla gama de dados que se referem a relacionamentos existentes entre as informações a serem manipuladas. Concluiu-se que ao permitir o cruzamento e a organização de dados gerados pelas distintas áreas do conhecimento, o sistema de informação contribui para a produção de um conhecimento também interdisciplinar, oferecendo, portanto, inúmeras novas possibilidades a programas voltados para o desenvolvimento de comunidades locais.

30 - TÍTULO: PLANEJANDO O DESENVOLVIMENTO ENDÓGENO UTILIZANDO REDES SOCIAIS DE INFORMAÇÃO

NOME: Maurício Nagem Jorge Saad

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 04/04/2003

RESUMO: Durante o período em que cursei as disciplinas previstas no Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, sem exceção, ficou patente a preocupação de se reconhecer o caráter endógeno próprio de cada local a ser investigado e a necessidade de se respeitar e planejar o desenvolvimento focando as potencialidades e características da geografia da comunidade em questão; procedimentos que atendem aos princípios do próprio programa que, sem dúvida, encerram a principal questão desse objeto de estudo – o desenvolvimento local. Paradoxalmente passei a comparar a sistemática da visão empreendida, com a progressiva tendência de interpretação correlacionada em rede, em que ao se ampliar o foco, ou seja, escolhido como local, inevitavelmente se remete a uma geografia global, as atividades e ações de caráter intrínseco, por força da indiscutível capacidade de informação e comunicação, impõem o conceito de contexto globalizado, sob pena de, em curto prazo, o planejamento e objetivos das iniciativas propostas ficarem limitados em sua origem, ou até mesmo comprometidos do ponto de vista estratégico de inserção desejado da expectativa natural de ampliação e crescimento de oportunidades. A presente proposta não tem a pretensão de se impor como inédita na interpretação das diferentes visões de planejamento, mas de simplesmente evidenciar a atual tendência de nas ações investigativas, se utilizar as ilimitadas fontes de informações gerencias disponibilizadas, para garantir que o desenvolvimento local ocorra em uma escala ampliada, como realmente já vem acontecendo em outras atividades, obedecendo a uma rede social, entre outras, sem jamais desrespeitar os princípios originalmente propostos, considerando, dentro dos limites deste novo foco, uma abordagem intersetorial e descentralizada do território, sem esquecer os aspectos culturais, infra-estrutura e as necessidades específicas de cada região que agora o compõe. É necessário ampliar nossa investigação e agregar conhecimentos, para se dar conta dessa realidade. Para tanto, é imprescindível visualizar o espaço em questão, articulando mapas, serviços, informações e políticas, aprofundando o conhecimento da realidade local, as relações com a população, suas necessidades, sempre remetidas a esta nova visão de ampliação do foco, assegurando relações fundamentais entre cada sujeito, que deve ser compreendido como um ser total, detentor de direitos sociais, civis, políticos que devem ser defendidos. Para garantir que o planejamento contemple este compartilhamento em um contexto maior, proponho que o desenvolvimento endógeno seja elaborado com base nas redes sociais de informação, com a necessária abrangência exigida nesse novo contexto globalizado, o que torna esta geografia um território processo, espaço em permanente construção, produto de uma dinâmica social que não deve ser ignorada, pois interage permanentemente, em um território que nunca está acabado, ao contrário, está em constante reconstrução. Esta concepção transcende sua redução a uma superfície-solo e suas características geofísicas, para instituir-se como território de vida pulsante, de conflitos de interesses, de projetos e de sonhos. É, portanto, mais que um território-solo, um território econômico, político, cultural e sanitário que se complementam.

31 - TÍTULO: CONDICIONANTES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL DOS ASSENTAMENTOS RURAIS EM MATO GROSSO DO SUL: O CASO DE CAPÃO BONITO II, EM SIDROLÂNDIA.

NOME: Marivam Marcos Paiva Ribas

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Boulergat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 23/04/2003

RESUMO: O objetivo dessa pesquisa foi o de selecionar um assentamento rural ainda não emancipado, de Mato Grosso do Sul, Capão Bonito II, como estudo de caso, para verificar as variáveis internas e externas (endógenas e exógenas), de diversos níveis do território (nacional, regional e local) que convergiram e combinaram para lhe dar origem, definir sua estrutura e funcionamento, com foco especial na avaliação da capacidade interna de organização e de processos interativos de aprendizagem. A meta da pesquisa foi a de se conhecer as forças ambientais, em diversas escalas e dimensões, capazes de serem conjugadas na concretização e sucesso do assentamento. A investigação realizada apresenta resultados de várias formas de coleta, mas principalmente de diagnóstico participativo para conhecimento da realidade social e econômica de projeto. Pôde-se verificar que as forças condicionantes de caráter exógeno (os movimentos sociais na luta pela Reforma Agrária, o Estado e o mercado do entorno) têm tido maior peso na definição e concretização do assentamento que as forças conjugadas internamente. Entretanto, a consolidação não se fez só em relação à dimensão física desse território institucionalizado pelo Estado, mas também no fortalecimento das unidades econômicas familiares. Em realidade, observou-se, que os cinco anos de vivência no assentamento ainda não foram suficientes para que as famílias pudessem construir sobre si um sentimento de identidade comunitária (dimensão social do território), o que dificulta também a construção da identidade de pertença ao lugar (dimensão cultural). Essas dimensões são consideradas fundamentais para a construção, valorização e apropriação do território. O processo de desenvolvimento territorial, ou da territorialidade, é condição fundamental para se obter sinergias de forças emergentes do assentamento, para atribuir maior sucesso ao projeto de desenvolvimento local, com sustentabilidade social, econômica, cultural, política e ecológica, com base em uma visão sistêmica e integrada da realidade.

32 - TÍTULO: INOVAÇÃO NA GESTÃO PÚBLICA ESTADUAL E O DESENVOLVIMENTO LOCAL: PROCESSO DE COMPRAS ELETRÔNICAS

NOME: Gilberto Tadeu Vicente

ORIENTADOR: Regina Sueiro de Figueiredo

DATA DA APRESENTAÇÃO: 15/05/2003

RESUMO: A pesquisa analisa a iniciativa do gestor público estadual que busca uma estratégia de inovação para o processo de aquisição eletrônica de bens e serviços em que oportuniza a participação social, expressa pelos agentes socioeconômicos, como fator de desenvolvimento local. Também foram entrevistados doze agentes socioeconômicos (atores) que compõem as redes de relações sociais. O estudo foi realizado, no período de 1998 a 2002, quando foram examinados dispositivos legais, notadamente de âmbito federal, como a legislação pública combinada com a medida provisória que disciplina as licitações na modalidade de pregão para aquisição de mercadorias e serviços. Igualmente, procurou conhecer a literatura sobre estratégias de inovação processual e gerenciamento que impulsionasse iniciativas de participação social nas ações de gestão local, utilizando-se de estrutura tecnológica e mudanças de posturas na tomada de decisão frente ao sistema convencional de compras. A investigação trouxe contribuição no sentido de rever e inserir incisos, parágrafos e artigos que contemplassem a inovação processual com utilização de recursos tecnológicos e que permitisse a compra de bens e serviços. Isso acarretou mudanças de postura na gestão pública local e avanços nas políticas públicas, com a criação de leis e decreto, no que tange a licitação para leilão com pregão eletrônico. Para a esfera estadual a Lei n. 2.152 de outubro de 2000 que foi regulamentada pelo Decreto n. 10.163 de dezembro de 2000, Lei 2.532 de novembro de 2002 (do pagamento a fornecedores). Para a esfera federal a publicação da Lei n. 10.191 de fevereiro de 2001 (área da saúde) e n. 10.520 de julho de 2002. Outra contribuição foi a disseminação de conhecimentos para outros estados sobre processualística legal que mostrou o desafio pela modernização e eficiência da gestão pública do Estado de Mato Grosso do Sul, junto a Secretaria de Estado de Gestão de Pessoal e Gastos na Superintendência de Compras e Suprimentos.

33 - TÍTULO: ARRANJO PRODUTIVO DO SETOR MOVELEIRO DE DOURADOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Eliane Arruda do Nascimento

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Boulergat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 23/05/2003

RESUMO: Este estudo teve como objetivo investigar se existe interdependência, articulação e consistência de vínculos entre os componentes do setor moveleiro de Dourados entre si e com outros órgãos complementares, capazes de gerar competitividade empresarial. Procurou-se verificar possíveis formações de vínculos de identidade no setor e no território, assim como se existe um compartilhamento de visões e valores entre empresas do mesmo território, a ponto de constituir fonte de dinamismo local, e avaliar o grau de interação das empresas do setor moveleiro com outros atores econômicos, políticos e sociais de Dourados e se existiam processos de compartilhamento e socialização de conhecimento no ambiente empresarial. A metodologia foi a de análise ampliada, com a combinação de técnicas quantitativas e qualitativas, o método de abordagem sistêmico, buscando compreender a inter-relação e interdependência entre um conjunto de variáveis que concorrem para dar origem aos ambientes, nas diferentes escalas do território, verificando-se as condições favoráveis ou limitantes, assim como as interferências de uma escala sobre outra. Partiu-se de uma revisão teórica sobre arranjos produtivos e conceitos correlatos, inclusive de definições de desenvolvimento territorial e local que pudessem ser correlacionados, assim como de uma literatura específica a respeito do setor moveleiro e de sua situação em várias escalas territoriais até a de Dourados. A coleta de dados estatísticos e documentais relativos ao setor foi realizada junto aos empresários do setor moveleiro de Dourados, por meio de trabalhos do SEBRAE em parceria com o Município e por observações in loco. Os resultados permitiram visualizar que há, ainda, a necessidade de se sensibilizar o setor moveleiro de Dourados, para que surjam lideranças, no sentido de conduzir seus integrantes a construir o capital social e humano, favorecendo o desenvolvimento de projetos estratégicos comuns, para se deflagrar iniciativas endógenas, de modo a se criar externalidades, tornando o setor mais competitivo no mercado local, nacional e, quem sabe, internacional, a médio e longo prazo, constituindo-se, então, em um Arranjo Produtivo Local e, posteriormente, em um Sistema Produtivo Local.

34 - TÍTULO: NÚCLEO INDUSTRIAL DE CAMPO GRANDE-MS: A SEGURANÇA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM AMBIENTE DE RISCO TECNOLÓGICO

NOME: Adonir Venuzino Rocha Both

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/06/2003

RESUMO: A modernidade passou a gerar várias situações de risco, criadas no ambiente fabricado pela sociedade. O risco tecnológico tem origem nos ambientes onde predominam a evolução do processo técnico-científico, resultante da racionalidade instrumental. A intensidade dos efeitos sobre a população depende da vulnerabilidade social e institucional do ambiente no qual ela se insere. A questão da pesquisa foi saber até que ponto o ambiente tecnológico do Núcleo Industrial de Campo Grande representa ameaças à integridade física de seus moradores. Parte-se da hipótese de que o Núcleo Industrial de Campo Grande possa se constituir em um ambiente potencialmente perigoso para seus moradores e de que estes estejam em situação de vulnerabilidade aos impactos causados por essa situação, sem que os mesmos tenham percepção efetiva dos perigos a que estão sujeitos, motivos pelos quais não se mobilizaram até o presente momento para melhorar suas condições de segurança. O objetivo geral foi o de analisar o estado de segurança dos moradores do Bairro Núcleo Industrial de Campo Grande – MS, diante da situação de risco tecnológico gerado pelas indústrias locais e, em específico, investigar no ambiente construído do Núcleo Industrial, as condições de periculosidade oferecidas pelas formas de tecnologia utilizadas pelas indústrias e meios de transporte, verificar o grau de vulnerabilidade dos moradores e das instituições responsáveis pela garantia da segurança social. A metodologia utilizada passou-se em uma visão sistêmica do desenvolvimento territorial. A pesquisa, exploratória, seguiu os seguintes procedimentos: revisão de literatura; amostra qualitativa; coleta de dados em fontes primárias e secundárias; organização e tabulação das informações; análises ampliadas, combinando-se técnicas quantitativas e qualitativas. Os resultados obtidos confirmaram a hipótese. O Núcleo Industrial de Campo Grande é um ambiente construído que oferece riscos tecnológicos ainda não passíveis de percepção pelos moradores e lideranças, colocando-os em situação de vulnerabilidade. O baixo padrão de vida desses moradores, a frágil organização social, e a informação deficiente sobre as condições de perigo, somada às instituições públicas que ainda necessitam de aperfeiçoamento da estrutura e agilidade no cumprimento da defesa civil, concorrem para ampliar essa condição de vulnerabilidade dos moradores para se protegerem de possíveis acidentes.

35 - TÍTULO: A IMPORTÂNCIA DO SISTEMA DE TRANSPORTE COLETIVO PARA O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE-MS

NOME: Jairo Garay Ribeiro de Oliveira

ORIENTADOR: Maria Helena Rossi Vallon

DATA DA APRESENTAÇÃO: 07/06/2003

RESUMO: A dinâmica de algumas disciplinas cursadas no programa de mestrado em desenvolvimento local, fez-me compreender com nítida perfeição que o espaço é o lugar do acontecer solidário, é nele que todos os fenômenos se sobressaem e despontam para a interação das pessoas e da vida em comum na busca de atender suas múltiplas necessidades. Da mesma forma que os fatos se sucedem, o homem conclui ser necessário pensar globalmente, planejar nacionalmente, agir localmente e sentir a responsabilidade pessoalmente. Assim, é indiscutível ignorar as potencialidades e características geográficas que envolvem o próprio lugar, pois a ele se remetem todas as forças econômicas e sociais que o homem não pode prescindir em sua luta constante de transformação e mudanças que o coloca na condição de responsável pelo crescimento e desenvolvimento do lugar em que habita. Nessa seqüência de fatos torna-se soberano reconhecer que a dispersão de atividades tem aumentado constantemente nas cidades modernas e, em virtude disso, o urbanista vê-se cada vez mais dependente dos meios de transporte para realizar as funções essenciais de que tanto necessita. É neste contexto que se focaliza a intenção deste trabalho, sem, no entanto, querer ter a pretensão de se impor como solução aos prováveis problemas que dele surgem, mas sobretudo, de realçar sua importância, na medida em que o mesmo torna-se indispensável para a garantia do desenvolvimento urbano. Garantias essas que se realizam por meio de viagens intra-urbanas, com características específicas de horário, velocidade; de vias; dos meios de locomoção e com diferentes itinerários; sem, no entanto, desprezar, os aspectos culturais, econômicos e de infraestrutura do próprio local. É imprescindível assinalar que as investigações sobre o tema são extremamente profundas e envolvem inúmeras variáveis ao longo do tempo, além de empregar grande variedade de tecnologias utilizadas para atender as necessidades do público usuário em seu ato de deslocamento. Em virtude destes fatos, cabe aqui observar que a tendência mundial é priorizar o transporte público, uma vez que o mesmo será ainda mais econômico do que o ato de construir vias e estacionamentos para atender as necessidades de pequenos meios de transporte.

36 - TÍTULO: COMITÊ DE BACIA HIDROGRÁFICA: INSTRUMENTO DE PODER E DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Abadio Queiroz Baird

ORIENTADOR: Sérgio Ricardo Oliveira Martins

DATA DA APRESENTAÇÃO: 16/06/2003

RESUMO: Toda política voltada para a gestão dos Recursos Hídricos deve estar consubstanciada em normas jurídicas, planos e programas que revelem o conjunto de intenções, decisões, recomendações e determinações de governo quanto à gestão desses recursos, com propósito firme de proteger os recursos naturais, zelando pelo seu uso racional e respeitando uma justificada e acertada legislação pertinente. É dentro dessa realidade e perspectiva que este trabalho foi concebido. Espera-se que o conteúdo aqui consignado possa levar os leitores a uma real compreensão e entendimento de que o comitê de bacia hidrográfica pode tornar-se em uma verdadeira ferramenta de articulação entre os interessados de uma determinada bacia hidrográfica, transformando-se em um instrumento de poder e desenvolvimento local. Para tanto, basta extrair da legislação os mecanismos mais justos e necessários para criação, implantação e funcionamento de comitês de bacias hidrográficas, procurando conciliar o crescimento econômico e a conservação ambiental, sabendo, desde logo, que deverá haver uma mudança de comportamento pessoal e social, além da necessária transformação nos processos de produção e consumo. Se com essa contribuição, puder ficar demonstrado que temos que disciplinar o domínio, o uso, o aproveitamento, a preservação e a defesa da água de uma bacia hidrográfica, criando para isso comitês de gestão, fico feliz porque pude contribuir ao menos com um pouco daquilo que vivi e continuo sonhando: todos temos que cuidar da água nossa de cada dia.

37 - TÍTULO: PERCEPÇÃO SOBRE PRÁTICAS CONSERVACIONISTAS E O DESENVOLVIMENTO LOCAL NA BACIA DO CÓRREGO GUARIROBA EM CAMPO GRANDE-MS

NOME: Luiz Eduardo de Rezende Valle

ORIENTADOR: Reginaldo Brito da Costa

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/06/2003

RESUMO: As atividades econômicas do ser humano sempre ocasionaram impactos no meio ambiente, sendo que o progresso tecnológico, ao longo da civilização, aumentou essa interferência. Como consequência da imposição de povos considerados mais desenvolvidos sobre culturas autóctones, algumas comunidades foram cerceadas em sua trajetória de crescimento, levando-as a buscar padrões de desenvolvimento desconsiderando suas condições locais. Em Campo Grande, Estado de Mato Grosso do Sul, a ação localizada de produtores rurais, acarretou interferência no meio ambiente, capaz de prejudicar a população dessa cidade, ao interferir na bacia de captação de água da Capital. Este trabalho, no entanto, verificou que alterações na percepção desses produtores está ocasionando mudanças de atitude em relação à produção e a adoção de práticas conservacionistas em suas propriedades rurais. Essa mudança está propiciando o desenvolvimento local da região, a partir da recuperação das condições ambientais, da melhoria das condições para a produção agropecuária e da manutenção da qualidade e quantidade dos recursos hídricos para fornecimento de água à comunidade urbana, localizada na Capital.

38 - TÍTULO: AVALIAÇÃO DE POSSÍVEIS CONSEQÜÊNCIAS DA CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO EM RELAÇÃO A COBERTURA VEGETAL E QUALIDADE DE VIDA DAS PESSOAS DO LOCAL: ESTUDO DE CASO DA FAZENDA RIO NEGRO

NOME: Mariza Corrêa da Silva

ORIENTADOR: Adriana Odália Rímoli

DATA DA APRESENTAÇÃO: 01/07/2003

RESUMO: A Fazenda Rio Negro localiza-se no Pantanal, Município de Aquidauana, região da Nhecolândia e é formada por 7.700ha. Em maio de 1999 a Fazenda foi adquirida pelo Instituto Conservation International do Brasil (CI-Brasil), que transformou 7.000ha da área em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O objetivo desta pesquisa foi fazer uma análise comparativa multi-temporal da cobertura vegetal da RPPN Fazenda Rio Negro com base em imagens de satélite de Junho de 1994 e junho de 2002. As imagens utilizadas foram Landsat 5 (TM) e Landsat 7 (ETM). Através da análise e interpretação destas imagens foi possível gerar índices de cobertura vegetal da área da RPPN Fazenda Rio Negro que propõem uma discussão sobre as alternativas econômicas da pecuária no passado e do ecoturismo desenvolvido atualmente, como possibilidade de propiciar o desenvolvimento da comunidade local. Os resultados mostraram diferenças pouco consideráveis em termos de índices de cobertura vegetal da área. Com respeito, a relação do homem pantaneiro com o meio ambiente, entrevistas revelaram maior satisfação da comunidade local com as atividades de turismo (em relação à pecuária), que culminaram em incremento na média da renda familiar e nível cultural.

39 - TÍTULO: VARIABILIDADE CLIMÁTICA E PREVISÕES: APLICABILIDADE DESATÉLITES DE OBSERVAÇÕES AMBIENTAIS COM O INSTRUMENTO DE PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Paulo Shiguenori Kanazawa

ORIENTADOR: Willian Tse Horng Liu

DATA DA APRESENTAÇÃO: 31/07/2003

RESUMO: Este estudo explora a aplicabilidade de dados e informações obtidos de satélites como NOAA (Administração Nacional Oceânica e Atmosférica) e Landsat, como instrumento de planejamento para um desenvolvimento local sustentável. O desenvolvimento local sugerido segue as linhas básicas apresentadas pela Agenda 21 (PNUD, Rio 92), adotando os princípios propostos por Ignacy Sachs (1997): “colocando em prática o eco-desenvolvimento, por meio da recriação do planejamento”. A variação inter anual de taxa de desmatamento e parâmetros climáticos, incluindo temperatura média anual e precipitação total no Município de Terenos, foi analisada para o período de 1981 a 2000. Foram utilizadas aerofotos de 1966, fornecidas pelo DSG (Diretoria de Serviço Geográfico) e imagens de Landsat de 1985, 1996 e 2000 para calcular a taxa de desmatamento, usando o método de classificação de imagem e análise do software SPRING, desenvolvido pelo INPE (Instituto Nacional de Pesquisa Espacial), disponível na internet. Os dados cumulativos anuais do NDVI (Índice de Vegetação da Diferença Normalizada) foram utilizados para correlacionar as taxas de desmatamentos calculadas dos dados do NOAA AVHRR (Radiômetro Avançado de Altíssima Resolução), GAC (Cobertura de Área Global), no período de 1981 a 2000, fornecidos pelo GSFC/NASA (Centro Espacial de Voo Goddard / Administração Nacional Aeroespacial). Os resultados mostraram que a temperatura média anual aumentou de 22.5° para 24.6° C e a precipitação total anual diminuiu de 1500 para 1250 mm e o NDVI cumulativo anual diminuiu de 7.3 para 6.8 (durante o período de 1981 a 2000). A cobertura vegetal natural do Município de Terenos apresentou-se reduzida de 68%, em 1966; 35%, em 1985; 32%, em 1996; e 27%, em 2000, indicando que o desmatamento afetou o clima regional. Foi obtido um valor de coeficiente de correlação de 0.91 entre NDVI e a taxa de desmatamento, demonstrando que a redução do índice do verde da superfície analisada coincidiu com a redução de vegetação nativa. Conclui-se que os satélites ambientais geraram informações importantes, tornando-se uma ferramenta útil para monitorar a variabilidade climática anual e melhorar os parâmetros para o planejamento de desenvolvimento local de forma sustentável. Para estudo adicional, sugere-se a aplicação de modelo de SIG (Sistemas de Informações Geográficas), baseado na utilização combinada de mapas digitais de uso de terra, aero-fotogrametria e imagens digitais de satélite, com validação de dados de campo, para se obter uma estratégia adequada de recuperação de terras degradadas para um plano de desenvolvimento sustentável regional satisfatório para o Município de Terenos, no estado de Mato Grosso do Sul.

40 - TÍTULO: INICIATIVAS METODOLÓGICAS DE ENSINO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL NA CIDADE DE PORTO MURTINHO-MS

NOME: Carlos Alberto Heyn

ORIENTADOR: Vicente Fideles de Avila

DATA DA APRESENTAÇÃO: 02/10/2003

RESUMO: Este estudo se refere à experiência da implementação de iniciativas metodológicas com professores de escolas públicas municipais e estaduais de Porto Murtinho, pela qual se pretendeu desenvolver um trabalho, a partir de 2001, visando a envolver os professores do ensino fundamental, a fim de interfaciar ensino escolar e desenvolvimento local, com base no enfoque teórico da publicação “Formação Educacional em desenvolvimento local: relato de estudo em grupo e análise de conceitos”, de Ávila et al. (2000). A presente dissertação tem por objeto de estudo a investigação de como se processa a implantação de um projeto piloto de educação, utilizando como ferramenta a aplicação de iniciativas metodológicas de ensino escolar na perspectiva do Desenvolvimento Local, envolvendo o município de Porto Murtinho-MS, em processo autoformativo de investigação/experimentação de iniciativas metodológicas que, aproveitando e/ou considerando as características, condições e potencialidades locais, dinamizem quantitativo-qualitativamente a atividade de educação e desenvolvimento local e, ao mesmo tempo, reflitam a melhoria da qualidade de vida da comunidade-localidade.

41 - TÍTULO: REDE DE CONHECIMENTO: INTEGRAÇÃO E COOPERAÇÃO NO ÂMBITO DO COINTA

NOME: Gilmar Saraiva Sampaio

ORIENTADOR: Sérgio Ricardo de Oliveira Martins

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/06/2003

RESUMO: A pesquisa apresentada tem por finalidade sugerir a construção de uma rede de conhecimento, disponibilizando um *site*, por meio da *Internet*, possibilitando o acesso as informações das ações desenvolvidas pelo COINTA – Consórcio Intermunicipal da Bacia do Rio Taquari, objetivando a integração e cooperação entre os municípios participantes facilitando a formação do capital social. Esta rede de conhecimento proporciona um ambiente de forma politicamente democrático em que todos os municípios que compõem o consórcio participem ativamente e opinem, imediatamente sobre definições e decisões de forma articulada, auxiliando o desenvolvimento local sustentável. A metodologia utilizada para a realização desta pesquisa foi documental, onde analisou-se as atas, relatórios, memorandos, entre outros documentos elaborados e utilizados pelo COINTA. Durante a coleta de dados percebeu-se que as informações estão muito dispersas, por estarem em papéis e em arquivos não centralizados, com isto, dificultando o acesso as mesmas. Conclui-se que ao disponibilizar a rede de conhecimento entre os municípios, esta contribui com o consórcio, permitindo um ambiente dinâmico e interativo, capaz de promover a confiança, a solidariedade e a cooperação entre seus membros.

---

## 2004

---

42 - TÍTULO: A UTILIZAÇÃO DO GÁS NATURAL COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: UM ESTUDO DE CASO NA CERÂMICA CAMPO GRANDE-MS

NOME: Cristiane de Castilho Merighi

ORIENTADOR: Eduardo José de Arruda

DATA DA APRESENTAÇÃO: 13/02/2004

RESUMO: A presente pesquisa visa a manter os pressupostos do Mestrado em Desenvolvimento Local na indústria Cerâmica Campo Grande - MS, com a utilização do gás natural, como matriz energética, no processo de produção de tijolos de oito furos. A empresa está situada, na cidade de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul. Para tanto, o estudo foi baseado no aporte bibliográfico sobre o tema, tais como: livros, revistas e diversos arquivos especializados da área, bem como a coleta de dados realizada in loco, para poder dimensionar a pesquisa dentro de uma realidade local concreta. O trabalho se caracteriza como um estudo de caso. A população estudada foi composta por proprietários, funcionários, clientes, pesquisadores, técnicos, ceramistas de diversas indústrias no país, por meio de entrevistas e observações pessoais, baseadas em questões chave sobre o referido assunto, dificuldades encontradas e resultados obtidos. Da análise dos dados coletados, constatou-se que os procedimentos utilizados pelo empresário após a interlocução do pesquisador podem ser modificados, para a melhoria do produto, visando à qualidade de vida de funcionários e moradores da cidade de Campo Grande. Porém, se for dado um caráter dinamizador às ações organizacionais, visando à consecução de objetivos, a empresa poderá melhorar o padrão de qualidade em diversos aspectos. Ao final, são apresentadas sugestões de Desenvolvimento Local, de forma a torná-lo um processo mais relevante na organização.

43 - TÍTULO: PREVISÃO DE CHEIAS VIA SATÉLITE PARA O PLANEJAMENTO AMBIENTAL DO PANTANAL: SUBSÍDIOS PARA AS ATIVIDADES HUMANAS NO BIOMA

NOME: Fábio Martins Ayres

ORIENTADOR: Willian Tse H. Liu

DATA DA APRESENTAÇÃO: 05/07/2004

RESUMO: As condições hidrológicas da Bacia do Alto Paraguai foram estudadas por meio de toda a bacia bem como suas seis sub-bacias de acordo com os dados hidrometeorológicos disponíveis. As sub-bacias foram nomeadas de acordo com a estação hidrometeorológica que monitora a área de drenagem da sub-bacia incluindo: Cuiabá, Cáceres, São Francisco, Ladário, Porto Esperança e Porto Murtinho. Dados de Cota mensal, Precipitação e NDVI para o período de 1981 a 1993 foram utilizados para construção do modelo de COTA utilizando a abordagem de regressão linear e o período de 1995 a 2000 foi utilizado para validação do modelo de COTA. As correlações entre COTA e Precipitação (PCP) e entre COTA e NDVI foram feitas com o objetivo de selecionar as variáveis dependentes satisfatórias para a construção do modelo. Os resultados dos modelos revelaram os valores de R 0.757, 0.600, 0.865, 0.747, 0.758, 0.748 e 0.575 obtidos respectivamente



nos modelos da BAP, Cuiabá, Cáceres, São Francisco, Ladário, Porto Esperança e Porto Murtinho respectivamente. Pelo modelo de validação, os erros absolutos médios de 16.85%, 102.16%, 15.36%, 7.67%, 14.34%, 20.0% e 29.02% foram obtidos pela BAP, Cuiabá, Cáceres, São Francisco, Ladário, Porto Esperança e Porto Murtinho respectivamente. Observa-se que o modelo apresentou eficácia com exceção do modelo de Porto Murtinho que apresentou erros de previsão causados por uma variabilidade inter-anual de COTA mais elevada. Conclui-se que o modelo de previsão de COTA baseado em abordagens estatísticas apresentadas neste estudo pode oferecer uma ferramenta útil para prever COTA e, conseqüentemente, para prevenir estragos em períodos de COTA elevada, assim como para prever o controle do tráfico fluvial, evitando desta forma erosões da barranca dos rios durante as COTA reduzidas. Para estudos futuros, será necessário um adequado modelo de simulação hidrológica baseado no modelo numérico do terreno de grande acurácia e um sistema de previsão de chuvas como os sistemas de radar para atender uma previsão avançada de inundação em tempo real e definição de medidas de mitigação.

44 - TÍTULO: ESTUDO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO DA UNIDERP – CAMPUS IV – RIO VERDE DE MATO GROSSO/MS FACE AOS REFERENCIAIS TEÓRICOS DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Abel Henrique Miranda Sá

ORIENTADOR: Vicente Fideles de Avila

DATA DA APRESENTAÇÃO: 09/08/2004

RESUMO: Estudo do curso de administração da UNIDERP – Campus IV / Rio Verde do Mato Grosso/MS face aos referenciais teóricos do Desenvolvimento Local, é uma pesquisa e dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, apresentada em 2004 por Abel Henrique Miranda Sá, sob orientação do Prof. Dr. Vicente Fideles Ávila. Objetivo geral da pesquisa: verificar se há ou não convergência entre teorias e práticas curriculares do curso de administração da UNIDERP – Campus IV e sinalizações teóricas sobre administração e gestão no âmbito da conceitualização de Desenvolvimento Local. Metodologia: estudo descritivo, bibliográfico e de campo, com análise de conteúdo e comparativo. Realizaram-se oitenta e cinco entrevistas com participantes do processo de formação acadêmica e das práticas profissionais dos egressos. Resultados finais revelaram afinidades na proposta institucional (atendimento de demandas local e regional, missão, concepção, objetivos, perfil do egresso, estrutura curricular); nas vivências acadêmicas (locais de nascimento, de moradia e de trabalho dos acadêmicos, conteúdos programáticos favoráveis de algumas disciplinas, opiniões de docentes, acadêmicos e egressos em relação a tópicos da teoria); nas práticas profissionais (migração interna dos egressos e sua atuação no campo da administração, opinião dos egressos quanto ao conhecimento e utilização de tópicos da teoria, opiniões favoráveis de autoridades universitárias, representantes das comunidades e do poder público municipal). Foram também encontradas não-afinidades na proposta institucional (o paradigma do Desenvolvimento Local não se constitui em diretriz assumida); nas vivências acadêmicas (ausência curricular da disciplina antropologia, reduzida presença de conteúdos programáticos em algumas disciplinas, pouco envolvimento de docentes em reflexões e práticas sobre Desenvolvimento Local, inexpressivo uso da temática nos trabalhos de conclusão de curso); nas práticas profissionais (não identificação dos egressos pelos representantes das comunidades e do poder público municipal, ausência percebida de perfil de egressos favoráveis ao Desenvolvimento Local, falta de clareza quanto às funções da Universidade no processo de Desenvolvimento Local, demandas por ampliação do trabalho universitário nas comunidades). O autor sugere o estudo da inclusão curricular na UNIDERP, Campus IV, especialmente no curso de administração, de componentes teórico-práticos de Desenvolvimento Local, como novo paradigma, além do fortalecimento das afinidades identificadas.

45 - TÍTULO: CULTURA, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: POTENCIALIDADES E PERSPECTIVAS NA COMUNIDADE DE FURNAS DO DIONÍSIO

NOME: Anelize Martins de Oliveira

ORIENTADOR: Marcelo Marinho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 09/08/2004

RESUMO: Fundada por volta de 1890 por Dionísio Antônio Vieira, Furnas do Dionísio é uma comunidade negra que vem sobrevivendo às dificuldades impostas pela vida moderna, de modo a manter seu patrimônio sociocultural como alternativa para a preservação de sua cultura e hábitos de vida, além do próprio desenvolvimento. Em virtude de o trabalho caracterizar-se como um estudo de caso, contemplando atividades de campo, por se tratar de um estudo intensivo das manifestações presentes na comunidade, partiu-se de métodos indutivos, qualitativos e quantitativos para se chegar à análise dos núcleos conceituais que discutem as relações intrínsecas entre cultura, turismo e desenvolvimento local. Para tanto, podem ser observados no decorrer do estudo os significados da cultura para o turismo, analisada como produto da atividade turística; bem como seu significado para o processo de desenvolvimento local, ao considerá-la como ferramenta eficaz que pode propiciar benfeitorias locais. Assim, identificaram-se as manifestações culturais da comunidade, não apenas como forma de preservação de seu legado e fortalecimento da identidade territorial. A busca por alternativas e possibilidades de inovação, aporta para atividades que possam gerar benfeitorias locais, nas quais a prática social do turismo pode possibilitar melhorias econômicas e sociais, desde que esteja efetivamente relacionada à gestão participativa dos recursos disponíveis. Considerando a cultura como maior potencial de desenvolvimento social, humano e econômico, demonstra-se que o protagonismo da comunidade gradativamente vem ressurgindo como força implícita ao fundamentar a importância de sua herança histórico-cultural para gerações futuras e como alternativa de desenvolvimento sustentável e territorial a partir de melhorias que podem ser imputadas pelo processo de desenvolvimento local.

46 - TÍTULO: CUMBARU (DIPTERYX ALATA VOG) – UMA FORMA ALIMENTAR E DE RENDA À COMUNIDADE DO ASSENTAMENTO ANDALÚCIA – NIOAQUE/MS

NOME: Rosemarly Fernandes Mendes Candil

ORIENTADOR: Eduardo José de Arruda

DATA DA APRESENTAÇÃO: 09/08/2004

RESUMO: Esta dissertação teve como objetivo o aproveitamento dos recursos do Cerrado sul-mato-grossense, gerando como opção para a comunidade do assentamento Andalucia, uma exploração bioextrativa e orientada do Cumbaru (*Dipteryx alata Vog.*), agregando maior valor a este fruto, disponível no assentamento, como fonte alimentar com alternativas de consumo e/ou comercialização. Investigou-se e desenvolveu-se também receitas à base de Cumbaru. Para o desenvolvimento deste estudo optou-se por uma pesquisa quali-quantitativa, com questionários semi-estruturados aplicados aos titulares e cônjuges, entrevistas, curso de capacitação com aulas teórico-práticas ministradas à comunidade do assentamento Andalucia, Nioaque/MS. Este estudo mostrou o aproveitamento dos recursos do Cerrado e ressaltou o uso do Cumbaru com agregação de valores. A partir da análise térmica das sementes deste fruto, pode-se propor um processamento de torra com e sem a casca a partir de 150°C no intervalo de 30 a 45 minutos, respectivamente, como a temperatura adequada para início dos trabalhos de prospecção da temperatura ótima de preparação das amêndoas. Com base nas conceituações teóricas do Cumbaru e nas abordagens orientadas pela perspectiva de desenvolver uma fonte alimentar e de renda para a comunidade, constatou-se que os protagonistas ficaram sensibilizados para explorar o fruto de forma racional, na alimentação e comercialização, com a responsabilidade da conservação da espécie e do bioma Cerrado. Notou-se que apesar de todas as limitações detectadas no assentamento a expectativa da utilização do Cumbaru, surgiu como uma força propulsora, motivadora para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, principalmente, porque na perspectiva do desenvolvimento local, as atividades devem ser geridas pela e para a comunidade.

47 - TÍTULO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL COMO INSTRUMENTO IRRADIADOR DE DESENVOLVIMENTO LOCAL – A EXPERIÊNCIA DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL - SENAC-MS

NOME: Eloine Marques de Carvalho dos Santos

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 16/08/2004

RESUMO: Esta dissertação teve por objetivo geral analisar se a formação do adolescente aprendiz profissional do Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC/MS constitui um instrumento irradiador de desenvolvimento local, buscando identificar se o ensino-aprendizagem colabora para a formação de capital social e verificar a influência da educação profissional do adolescente, no contexto da sociedade, com ênfase no desenvolvimento local. O referencial teórico aportado apresenta como está estruturada legalmente a relação do adolescente com o mundo do trabalho, aborda alguns sentidos do trabalho, demonstra o conteúdo da Lei de Aprendizagem, discorre sobre a educação profissional no Brasil desde a chegada dos portugueses até os dias atuais, diferencia a educação profissional da formação profissional e registra os conceitos fundamentais de desenvolvimento local, pertinentes à temática. Ao final, detalha a experiência da turma de aprendiz profissional do ano de 2002, do SENAC/MS, em Campo Grande. Optou-se pela utilização de metodologia quali-quantitativa, revelada por meio da estatística realizada sobre entrevistas que tiveram por base roteiros estruturados, que possibilitaram apreender fenômenos quantificáveis e aprofundar-se nos significados das ações e relações humanas. Constatou-se que para se constituir em um instrumento irradiador de desenvolvimento local, a formação profissional precisa ultrapassar a etapa de mero treinamento de técnicas e alcançar a educação profissional, passando a utilizá-la como ferramenta para a ação transformadora.

48 - TÍTULO: REDE DE GESTÃO COMPARTILHADA COMO ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO PARA A REGIÃO TURÍSTICA DA COSTA LESTE DE MATO GROSSO DO SUL (RTCL/MS)

NOME: Geancarlo de Lima Merigue

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 19/08/2004

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo, à luz da concepção teórica existente sobre “arranjo produtivo local”, realizar um diagnóstico sistematizado sobre as origens, atores envolvidos, formas de organização e funcionamento da estrutura turística existente e liderada por diferentes Municípios associados da UNIPAR, na constituição da Região Turística da Costa Leste do Mato Grosso Sul (RTCL/MS), incentivado por uma política de regionalização turística. Especificamente, buscou-se avaliar a origem e trajetória da rede de atores e instituições envolvidos, o tipo de interação e papéis exercidos respectivamente, assim como a identificação de produtos e mercados existentes e a dinâmica do arranjo, em termos de governança, aprendizagem interativa e capacidade inovativa. A abordagem foi sistêmica, em uma tentativa de análise e interpretação do complexo, interdisciplinar e multidimensional, privilegiando o método do jogo dialógico das variáveis contidas dentro de uma realidade contextualizada. A pesquisa demonstrou que a RTCL/MS configura-se como um arranjo ainda incipiente, mas que apresenta potencialidades endógenas, especialmente relacionadas com a governança e enraizamento territorial dos empreendimentos, além de recursos locais naturais e construídos, capazes de se transformarem em forças locais e sistêmicas de desenvolvimento, como resposta à atual e significativa interveniência de variáveis do alto e externas, nesse sentido.

49 - TÍTULO: PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO DE CORUMBÁ: UM OLHAR SOBRE A ARQUITETURA MODERNA NA PERSPECTIVA DA MEMÓRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: João Bosco Urt Delvizio

ORIENTADOR: Emília Mariko Kashimoto

DATA DA APRESENTAÇÃO: 20/08/2004

RESUMO: A memória do ambiente construído de uma cidade tem no potencial histórico do seu patrimônio arquitetônico, um dos elementos fundamentais para o processo de sua formação. Os diversos estilos arquitetônicos, que representam o pensamento e o comportamento de uma época, são uma das bases da memória social de um povo. Relacionar patrimônio, memória e desenvolvimento local, focando o patrimônio arquitetônico de Corumbá, em Mato Grosso do Sul, por meio de

expressões da Arquitetura Moderna, é o que compreende este trabalho.

Optou-se por, inicialmente, expor alguns conceitos, tais como, desenvolvimento local, patrimônio, memória, lugar e território, com base em abordagens teóricas fundamentada nas obras de diversos autores. Em seguida, procedeu-se a uma apresentação da cidade através de aspectos relacionados à sua história, à evolução urbana e principalmente ao patrimônio arquitetônico tombado e não tombado, analisando-se potencialidades que esta história ainda mantém em aberto para o desenvolvimento atual e futuro. Tendo como base os dados levantados em pesquisa de campo, investiu-se em uma reflexão acerca da memória cultural de Corumbá, sob a ótica das expressões da Arquitetura Moderna, apontando alguns possíveis encaminhamentos para subsidiar o desenvolvimento ligado ao patrimônio tangível, estendendo seu envolvimento com a realidade e a comunidade local. Embora a arquitetura apresentada, produzida entre as décadas de 40 a 60 do século passado, não pertença à época economicamente áurea da cidade, tem fortes ligações com um período áureo para a arquitetura – a Arquitetura Moderna – e, para a cidade, ainda que não sob o ponto de vista econômico. Por fim, esta pesquisa procura inserir-se em uma linha de investigação da produção arquitetônica e da memória, ao mesmo tempo, contribui para o debate acerca do patrimônio arquitetônico de Corumbá, na medida em que analisa o potencial histórico das suas áreas urbanas.

50 - TÍTULO: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS E RELAÇÃO COM MEIO AMBIENTE DOS MORADORES DO ASSENTAMENTO NOVA QUERÊNCIA: POTENCIALIDADES DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Edílson Soares da Silveira

ORIENTADOR: Adriana Odália Rímoli

DATA DA APRESENTAÇÃO: 25/08/2004

RESUMO: Esta dissertação analisa as condições socioeconômicas, físicas e ambientais das famílias assentadas no assentamento Nova Querência, no município de Terenos – MS. O objetivo da pesquisa foi investigar as estruturas sociais, físicas, econômicas e ambientais e também, as potencialidades de desenvolvimento local, cujo período de análise foi de janeiro de 2001 a agosto de 2004. Foram utilizadas várias fontes de investigação, pesquisas documental e bibliográfica, levantamento de dados com pesquisa de campo com os assentados, presidente da associação de assentados e com técnicos extensionistas do IDATERRA (Instituto de Desenvolvimento Agrário, Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso do Sul). Foram levantadas questões de âmbitos social, econômico e ambiental, que impedem um desenvolvimento local duradouro para a comunidade local. Um dos principais problemas enfrentados pelos assentados é a falta de união entre eles para a criação de uma cooperativa agrícola, que segundo os próprios assentados, poderia propiciar uma melhoria na qualidade de vida da maioria das famílias do assentamento Nova Querência. As relações dos assentados rurais com o meio ambiente geram problemas de degradação ambiental bem evidentes, o que implica a promoção do desenvolvimento sustentável no local.

51 - TÍTULO: COMUNIDADE SÃO BENEDITO, CAMPO GRANDE/MS: PATRIMÔNIO CULTURAL, TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Eliane de Matos

ORIENTADOR: Emília Mariko Kashimoto

DATA DA APRESENTAÇÃO: 27/08/2004

RESUMO: Os homens em comunidade em seu território constroem ao longo de sua própria história sentimentos que são compartilhados e apropriados pelos membros deste grupo. Ao compartilhar emoções e vivências ocorre a manifestação cultural deste grupo em que a cultura pode ser interpretada também com o modo de pensamento, de agir, de vestir, de expressão de determinado grupo humano, em suas relações intra e intergrupais. Esta pesquisa analisa a comunidade São Benedito, uma comunidade formada pela vinda de uma negra, de nome Eva Maria de Jesus, da cidade de Mineiros/GO, para se estabelecer na cidade de Campo Grande/MS, por volta de 1904. Cumprindo uma promessa, construiu a igreja de São Benedito. A fundadora desta comunidade morreu em 1926 e antes de morrer pediu a seus descendentes que não deixassem de rezar ao seu santo. E essa promessa continua a ser cumprida pelos seus descendentes até hoje. A igreja é tombada em nível estadual e municipal. De 1998, quando foi realizada uma primeira pesquisa na comunidade, localizada no bairro São Francisco, neste município, até o ano de 2003, algumas mudanças ocorreram tais como, a pavimentação de sua rua principal, a construção de uma escola e creche, reforma do salão da associação dos descendentes e lombada eletrônica. A presente pesquisa abrangeu a realização de entrevistas em que se buscou analisar se o desenvolvimento ocorrido se deu a partir da identidade de valores culturais relativos a sua religiosidade, tentando relacionar turismo cultural e perspectiva de desenvolvimento local a partir do conhecimento das manifestações culturais existentes. Os moradores da comunidade observaram como positivas as mudanças materiais ocorridas, porém, que ainda se faz necessária mais união entre seus membros para que, juntos, possam firmar a identidade afro-brasileira, segundo palavras de muitos entrevistados. Os dados apontados em decorrência da pesquisa mostram que a maioria dos entrevistados soube apontar fatos relativos à chegada de Tia Eva em Campo Grande, vêem a Igreja de São Benedito como testemunho da história do local; entendem o patrimônio histórico como sendo uma herança cultural e que essa Igreja é prova ao turista que chega na localidade. No entanto, sabem que para que o turismo ocorra de modo organizado e estruturado, precisam estar preparados e aprimorados no que diz respeito os traços culturais afro definidos como identidade do grupo. A comunidade observa que espera que o turismo divulgue sua história, valorizando-os perante toda a sociedade e o presente trabalho analisa esse entendimento sob a perspectiva do turismo cultural voltado para o desenvolvimento local.

52 - TÍTULO: CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A EXPERIÊNCIA DO PROJETO MUDANDO PARA MELHOR BURITI-LAGOA, CAMPO GRANDE-MS

NOME: Ordyllette Gomes Penque

ORIENTADOR: Sérgio Ricardo Oliveira Martins

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/08/2004

RESUMO: A presente dissertação é resultado de estudos desenvolvidos com o objetivo de analisar as ações de capacitação e responder em que medida a capacitação da pessoa contribui para a promoção de seu próprio desenvolvimento e o da comunidade local, e possibilita ampliar o processo de participação. O público alvo da pesquisa é formado por pessoas de baixa renda, residentes em comunidades urbanas e que estavam passando por processo de capacitação em seu contexto territorial,

observando-se assim o enfoque de desenvolvimento local. Nesse sentido, optou-se por acompanhar, por meio de um estudo de caso, os resultados das capacitações realizadas durante o decorrer do projeto da Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS), Mudando para Melhor Buriti Lagoa, executado pela Empresa Municipal de Habitação (EMHA). Com essa intenção, foi realizada pesquisa de campo, pela qual foram coletados dados acerca da identificação dos moradores, avaliação da antiga e da nova moradia, já que ocorreu remanejamento das famílias que moravam em área de risco, e avaliação dos cursos de capacitação, com levantamento da situação de trabalho e renda antes e depois dos cursos. A abordagem do trabalho foi qualitativa, com base no método dialético, podendo ser classificada, quanto à finalidade, como pesquisa descritiva e explicativa. No estudo de caso foram utilizadas técnicas de observação direta, complementada por pesquisa documental e bibliográfica, esta última envolvendo e acompanhando todo o processo. Dos resultados da pesquisa, concluiu-se que as ações de capacitação ali realizadas não atingiram o principal desejo dos moradores que era a pretensão de melhorar suas condições de trabalho e renda, mas uma maior sociabilização pessoal, com a família e na comunidade foi atingida.

53 - TÍTULO: ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Darlene Maria Gonçalves Batista Cavalcante

ORIENTADOR: Sérgio Ricardo de Oliveira Martins

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/08/2004

RESUMO: O presente trabalho aborda a questão da participação popular na elaboração dos orçamentos públicos municipais no Brasil, em particular no município de Campo Grande, capital do estado de Mato Grosso do Sul, sob dois enfoques. O primeiro relata e analisa esta experiência em Campo Grande e o segundo reflete sobre a participação popular neste processo, na ótica do Desenvolvimento Local. Subsidiando o trabalho, no que diz respeito ao orçamento público, apresenta-se uma retrospectiva sobre a sua origem e evolução, abordando não só a sua história como também, as mudanças técnicas e operacionais ocorridas no Brasil a partir de 1964. Neste passeio, chega-se ao orçamento participativo, suas fases e, ainda, a sua prática nos municípios brasileiros. No entanto, para analisar a questão da participação popular na elaboração dos orçamentos públicos no Brasil, não basta apenas pesquisar e relatar o seu processo evolutivo, é preciso que se tenha clareza sobre o que seja a participação. Deste modo, para melhor compreensão, são apresentadas concepções, conceitos e reflexões de estudiosos sobre a participação e o Desenvolvimento Local. Partindo do referencial teórico que subsidiou o trabalho, a pesquisa é realizada junto aos Conselhos Regionais, ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e aos Agentes Políticos responsáveis pelo processo de planejamento e orçamento no município de Campo Grande. Com base nos levantamentos, são criadas categorias de análise para verificar a questão da participação da sociedade campo-grandense na elaboração do orçamento do município. E, finalmente, após verificar como ela ocorre na prática, é apresentada uma reflexão de como seria a participação no contexto do Desenvolvimento Local.

54 - TÍTULO: ANÁLISE SOCIAL E AMBIENTAL DA RESERVA PARTICULAR DO PATRIMÔNIO NATURAL (RPPN): UMA ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NO MATO GROSSO DO SUL

NOME: Julia Correa Boock

ORIENTADOR: Adriana Odália Rímoli

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/08/2004

RESUMO: A relação do homem com o meio ambiente vem sendo discutida ao longo dos anos. A criação de áreas naturais privadas, especialmente protegidas, denominadas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), surge como uma alternativa de conservação ambiental e utilização racional e sustentável dos recursos naturais. Esta pesquisa teve como objetivo geral, avaliar a qualidade ambiental de oito RPPNs no estado do Mato Grosso do Sul e sua contribuição para o desenvolvimento local de seus municípios, sendo quatro com atividades de ecoturismo e quatro sem ecoturismo. Foram entrevistados oito proprietários e/ou administradores das RPPNs e foi aplicada uma tábua de avaliação da qualidade ambiental nessas áreas. Dos resultados obtidos por meio do índice de variação geral da qualidade ambiental das unidades de conservação (D Quc), utilizado para a pontuação nos cálculos do ICMS (Impostos de Circulação de Mercadorias e Serviços) Ecológico de Mato Grosso do Sul, foi observado que as RPPNs com ecoturismo ocupam os primeiros lugares neste "ranking". Quando analisados o "D Quc" separadamente, ou seja, apenas o índice de qualidade dos aspectos legais, planejamento e gestão, observou-se que as RPPNs com ecoturismo ainda continuavam nos primeiros lugares, mas que uma das RPPNs (Fazenda da Barra) passou do quarto para o segundo lugar. Quando analisado apenas o índice de qualidade das características ambientais, uma das RPPNs sem atividade de turismo (Reserva Ecológica Vale do Bugio), ascendeu para o primeiro lugar. Por último, foi analisado o índice de qualidade relacionado à comunidade local, onde as unidades com ecoturismo ficaram apenas com os dois primeiros lugares. Contudo, foi observado que atividades de ecoturismo em RPPNs são propulsoras do desenvolvimento local no estado de Mato Grosso do Sul e que aquelas RPPNs que visam apenas a conservação ambiental e pesquisa científica, quando executam atividades de educação ambiental, possuem grande potencial de desenvolvimento e também propiciam a melhoria na qualidade de vida das populações locais.

55 - TÍTULO: A IMPLEMENTAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL MATAS DO SEGREDO COMO OPORTUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA AS COMUNIDADES CIRCUNVIZINHAS

NOME: Leonardo Tostes Palmas

ORIENTADOR: Adriana Odália Rímoli

DATA DA APRESENTAÇÃO: 31/08/2004

RESUMO: As Unidades de Conservação são espaços protegidos pelo poder público. A criação dessas unidades iniciou no ano de 1872, quando o Governo dos Estados Unidos criou o Parque Nacional de Yellowstone. O Parque Estadual Matas do Segredo, localizado na área urbana de Campo Grande, foi criado a partir da mobilização dos moradores vizinhos ao parque. O modo pelo qual foi conduzida a implantação dessa unidade apresentou iniciativas de desenvolvimento local. Este trabalho teve como objetivo identificar as iniciativas de desenvolvimento local decorrentes da implantação deste parque, de modo a contribuir com a comunidade vizinha em futuras ações de implementação. Para tanto, foram realizadas entrevistas estruturadas com a população local e um Diagnóstico Participativo em Unidades de Conservação (DiPUC) elaborados pelo Instituto de

Florestas de Minas Gerais. Foram entrevistadas 115 pessoas vizinhas ao parque. Do DiPUC, participaram 600 moradores, que elaboraram um mapa da área, um calendário de atividades no parque, um diagrama de fluxo e um diagrama de relações objetivando verificar a percepção ambiental dos moradores e o nível de envolvimento da população, além de um resgate da linha histórica da criação da unidade. Percebeu-se que a comunidade local foi fundamental no processo de criação do parque. Essa mobilização popular caracterizou o que é chamado de capital social, um dos indicadores de desenvolvimento local. A análise dos resultados mostrou que os moradores consideraram que a proteção da mata trouxe resultados positivos: a proteção contra marginais, à pavimentação do local e à melhoria da qualidade ambiental. Foi citado o Projeto Florestinha criado a partir de iniciativas da própria comunidade com o objetivo de proteger as Matas do Segredo anteriormente à criação do parque. Essas e outras iniciativas apresentadas neste trabalho demonstraram que há desenvolvimento local e, se valorizada esta potencialidade, o parque poderá ser implantado sem maiores obstáculos.

56 - TÍTULO: VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL - UMA ANÁLISE DO CAPITAL SOCIAL EM DUAS COMUNIDADES DE CAMPO GRANDE-MS

NOME: Carlos Alberto Pereira

ORIENTADOR: Aparecido Francisco dos Reis

DATA DA APRESENTAÇÃO: 31/08/2004

RESUMO: A presente dissertação trata da teoria do capital social, que tem sido objeto de constantes estudos e adquire consistência teórica e sistematização tornando possível a elaboração de estratégias para a identificação de sua presença e conseqüências no Desenvolvimento Local das comunidades. Assim a pesquisa é uma reflexão da presença do capital social como mitigador da violência social, reflexão possível a partir da comparação dos níveis de violência e indicadores da presença do capital social em duas comunidades de Campo Grande-MS. Foi realizada inicialmente uma abordagem de conceitos e definições de capital social, desenvolvimento local e violência social, resultando em uma análise de dados colhidos por meio de um instrumento especificamente elaborado, com vistas a identificar o nível de capital social e a sua influência na violência social, fenômeno cada vez mais presente nas comunidades, acarretando transtornos de toda ordem, inclusive, em prejuízo ao Desenvolvimento Local.

57 - TÍTULO: ALUNOS DE ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO DOM BOSCO E MENTALIDADE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL - ESTUDO DE CASO

NOME: Fortunato Lopes Bennet

ORIENTADOR: Vicente Fideles de Avila

DATA DA APRESENTAÇÃO: 01/09/2004

RESUMO: Pela investigação documentada nesta dissertação, verificou-se em 2004, se o fato de o Ensino Médio do Colégio Dom Bosco estar inserido em contexto de ideais e princípios religiosos proporcionava ou poderia proporcionar influências diferenciadas na formação de pessoas solidárias para a promoção do Desenvolvimento Local de natureza genuinamente endógena. Este propósito implicou as seguintes vertentes investigatórias: a primeira, de cunho teórico, foi dedicada à compreensão e explicitação dos fundamentos básicos do Desenvolvimento Local, enfocando principalmente o “para quê” adotar essa perspectiva de desenvolvimento e o “como” desencadeá-la; a segunda, também de cunho teórico, refere-se à compreensão sobre a importância da religiosidade e como a mesma se revela em forma de identidade no âmbito do Colégio Dom Bosco; a terceira, sob a forma de trabalho de campo, abordou os alunos para verificação do objetivo acima; a quarta, também sob a forma de trabalho de campo, consistiu na avaliação e, ao mesmo tempo, na iniciativa relacionada ao Desenvolvimento Local (DL) junto a alunos do Colégio Dom Bosco (CDB); a quinta investigação assemelha-se à terceira, porém voltada exclusivamente aos alunos que fazem parte de grupos religiosos dentro do CDB. Como conclusão, foram apresentadas reflexões pessoais do pesquisador a respeito de toda a investigação levada a termo.

58 - TÍTULO: DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERSPECTIVA TERENA DE CACHOEIRINHA, MIRANDA-MS

NOME: Jorge Luiz Gonzaga Vieira

ORIENTADOR: Antonio Jacob Brand

DATA DA APRESENTAÇÃO: 02/09/2004

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo identificar e demonstrar a partir da perspectiva Terena de Cachoeirinha, localizada no município de Miranda, estado de Mato Grosso do Sul, as suas condições e potencialidades de desenvolvimento. Para isso fez-se o levantamento da trajetória histórica Terena, do Chaco à ocupação na região do Pantanal sul-matogrossense, participação na guerra contra o Paraguai (1865-1870) e o período posterior caracterizado pela perda dos territórios. Destaca-se nesse processo, portanto, a dispersão da população por fazendas e cidades da região e sua capacidade de socialização na relação com a sociedade brasileira. A partir dessa realidade, os Terena, com a sua mão de obra, desenvolvem papel relevante, do ponto de vista dos interesses brasileiros, no serviço militar, especialmente na defesa de suas fronteiras e no desenvolvimento da economia regional. Nesse contexto, os Terena demonstram sua capacidade de apropriação e construção de instrumentos de outras sociedades, utilizando-os no fortalecimento e afirmação da identidade étnica e de suas organizações. Com isso, em 1904, com uma população de 2.800 pessoas, conquistaram a Reserva de Cachoeirinha, com 2630 hectares, e, em 1918, foi instalado o posto do Serviço de Proteção ao Índio - SPI. O espaço de Cachoeirinha tornou-se base e referencial de realização do ethos Terena. Por isso, do ponto de vista da população de Cachoeirinha atual, com cerca de 8000 habitantes o desenvolvimento está condicionado, fundamentalmente, à recuperação do território, à formação sobre os direitos à educação específica e diferenciada, saúde e agricultura, fundamentados em projetos de etnodesenvolvimento que garanta a autonomia do povo Terena.

59 - TÍTULO: POTENCIALIDADES DO CUMBARU (DIPTERYX ALATA VOG.) PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL EM FRAGMENTOS DO CERRADO NO ASSENTAMENTO ANDALÚCIA-MS

NOME: Andréa Haruko Arakaki

ORIENTADOR: Reginaldo Brito da Costa

DATA DA APRESENTAÇÃO: 02/09/2004

RESUMO: As potencialidades, especialmente para o extrativismo no domínio morfoclimático do Cerrado apontam alternativas sustentáveis de desenvolvimento, como um caminho para a solução dos graves problemas, com os quais se defrontam os trabalhadores rurais e a falta de amparo do estado. O presente estudo ateu-se a pesquisar as potencialidades e viabilidades de utilização do cumbaru (*Dipteryx alata Vog.*), como alternativa de desenvolvimento local, presente em uma área de fragmento florestal no domínio morfoclimático do cerrado em Mato grosso do Sul, onde se encontra estabelecido o Assentamento Rural Andalucia. Dessa forma, com base em referenciais teóricos e conceituais, o primeiro capítulo apresenta as características e potencialidades da espécie em fragmentos do Cerrado. No segundo capítulo, abordam-se os aspectos de procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental; a escolha do município e da comunidade; a descrição da área e caracterização climática do Assentamento; a espécie em estudo e suas características; as pessoas a serem entrevistadas; bem como a pesquisa de campo. No capítulo três discorre-se sobre a comunidade local, com ênfase nas respostas obtidas por meio do questionário aplicado, envolvendo, particularmente, o conhecimento e utilização do cumbaru. E, finalmente, no capítulo quatro apresentam-se e discutem-se alternativas de desenvolvimento a partir das potencialidades do local. Nessa perspectiva, a questão do desenvolvimento local em áreas de fragmentos Florestais no estado de Mato grosso do Sul passa, necessariamente, pela valorização das espécies nativas ainda presentes na região. Isto foi demonstrado ao longo deste estudo e o cumbaru emerge como uma das alternativas na construção da sustentabilidade local. O que se abstraiu ao longo do Assentamento Andalucia, no que se refere à união, cooperação e interesse em buscar no cultivo do cumbaru e dos seus produtos, uma forma de aumentar a renda familiar, propiciando uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, o aumento da auto-estima e do bem estar social. É importante lembrar que já existe um capital social latente na comunidade e que os primórdios das redes de relações e cooperações mútuas estão acontecendo, em uma clara demonstração de que as diferenças entre os atores deixam de existir e a união é fortalecida, permitindo acontecer, paulatinamente, a tão sonhada inclusão social.

60 - TÍTULO: O CONHECIMENTO TRADICIONAL DOS KAIOWA-GUARANI E O PROCESSO DE ETNODESENVOLVIMENTO NA RESERVA INDÍGENA DE CAARAPÓ-MS

NOME: Luiz Augusto Candido Benatti

ORIENTADOR: Reginaldo Brito da Costa

DATA DA APRESENTAÇÃO: 03/09/2004

RESUMO: A drástica diminuição da diversidade biológica imposta pela lógica capitalista da sociedade envolvente tem ocasionado a perda de parte importante da cosmologia e vida religiosa da comunidade indígena Kaiowá e Guarani de Caarapó, MS. Na raiz dos problemas por que passa essa etnia, está o processo de “confinamento” em diminutos territórios, o que tem se agravado com aumento do contingente populacional. Buscou-se representar na percepção dos Kaiowá e Guarani subsídios que possibilitem a construção de alternativas de sustentabilidade junto a esta comunidade indígena, com ênfase na implantação de Sistemas Agroflorestais. Os dados obtidos durante o presente trabalho basearam-se nas técnicas comumente utilizadas hoje nas ciências sociais como: observações de campo, coleta de informações com informantes chaves (roteiros semi-estruturados) e oficinas temáticas. As informações levantadas demonstram que o manejo dos recursos naturais e as práticas agroflorestais dos Kaiowá e Guarani estão relacionadas, sobretudo, com a organização sociocultural deste grupo indígena. A reintrodução do componente arbóreo em consonância com o conhecimento local das comunidades envolvidas quer seja na forma de SAF's ou associadas às roças e quintais, deverá assumir importante papel no sentido de assegurar melhores condições ecológicas e socioeconômicas, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida daquelas comunidades.

61 - TÍTULO: O MUNICÍPIO DE BODOQUENA-MS: UMA ANÁLISE DO TURISMO COMO INSTRUMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Fany Oliveira Menezes

ORIENTADOR: Aparecido Francisco dos Reis

DATA DA APRESENTAÇÃO: 16/09/2004

RESUMO: O território sul-mato-grossense revela uma vocação natural para a exploração da atividade turística. Um dos destaques é a Serra da Bodoquena, localizada na porção centro sul do estado, na borda do Pantanal de Nabileque e onde se localiza o município de Bodoquena. O advento do turismo em Bonito, há uns dez anos, fez com que os municípios localizados na Serra da Bodoquena também despertassem para este “fenômeno” e buscassem revitalizar a economia de seus municípios seguindo os passos de sua nobre vizinha. Em decorrência da franca expansão do turismo na região, procurou-se aqui estudar o município de Bodoquena – MS que faz parte deste contexto, buscando uma reflexão sobre a construção desse espaço, considerado como produto em permanente processo de formação, a partir das especificidades ali encontradas, em que o turismo, como fenômeno e atividade, gera esta dinâmica. Considerou-se a importância dos recursos naturais, e do capital social como recursos turísticos e elementos fundamentais a serem utilizados como instrumentos no processo de desenvolvimento local da região da Serra da Bodoquena.

62 - TÍTULO: AS OPORTUNIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO SUSTENTÁVEL NO PARQUE ESTADUAL DO PROSA CAMPO GRANDE-MS

NOME: Daniela Vieira Cação

ORIENTADOR: José Rimoli

DATA DA APRESENTAÇÃO: 17/09/2004

RESUMO: A pesquisa sobre o uso público no Parque Estadual do Prosa foi realizada de acordo com a aplicação de entrevistas e questionários com a gerência, funcionários / estagiários e visitantes (turistas e a comunidade local de Campo Grande-MS). O trabalho apresenta um breve histórico do desenvolvimento do turismo em Unidades de Conservação, relatando a origem do turismo e lazer nos parques, explanando o papel do ecoturismo e da educação ambiental e a relação entre o turismo sustentável e o desenvolvimento local. Um estudo detalhado do parque é feito e são apresentados desde seu histórico, localização, plano de manejo e zoneamento até seus aspectos biofísicos e infra-estrutura e serviços de atendimento aos visitantes. É demonstrada, nesta pesquisa, como a visitação está acontecendo no parque; qual o perfil do visitante; a classificação das instalações (atrativos) para o atendimento ao visitante e as alternativas de nova infra-estrutura para o parque. Para concluir, foi feita uma proposta de algumas diretrizes para o desenvolvimento do turismo sustentável no Parque Estadual do Prosa.

63 - TÍTULO: AVALIAÇÃO DA EFICIÊNCIA DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA-COAAMS NO DESENVOLVIMENTO DE COMUNIDADES RURAIS

NOME: Claudir José Rubenich

ORIENTADOR: Antonia Railda Roel

DATA DA APRESENTAÇÃO: 27/09/2004

RESUMO: Objetivou-se realizar uma análise dos fenômenos envolvidos no meio em que vivem jovens que estudam ou estudaram na EFA - COAAMS identificando, assim, se os objetivos da escola estão se cumprindo, na perspectiva dos pais, por meio de observações locais e aplicação de questionários. O programa de reforma agrária brasileiro enfrenta problemas diversos, entre eles a falta de capacitação no sentido de viabilizar a transformação do assentado em agricultores familiares. O sistema de educação de alternância, EFA (Pedagogia de Alternância dos CEFFA's, Centros Familiares de Formação em Alternância) tem como objetivo capacitar os jovens na atividade agrícola apropriada e assim formar multiplicadores e inseri-los efetivamente nas atividades agrícolas, exercendo, assim, a extensão rural em suas comunidades de origem. Os jovens são originários de famílias assentadas no Estado de Mato Grosso do Sul, permanecendo por um período de quinze dias na escola e outros quinze dias junto às suas famílias. O estudo indicou que a FEA - COAAMS vem contribuindo para fixação desses jovens no meio rural, onde mais de 90% dos egressos estão exercendo atividades na Agricultura Familiar no Estado de Mato Grosso do Sul como agricultores nas suas propriedades ou técnicos em empresas do estado.

64 - TÍTULO: AS PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL ENTRE OS TERENA, NA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA, EM CAMPO GRANDE-MS, PELO ETNOTURISMO

NOME: Munier Abrão Lacerda

ORIENTADOR: Antonio Jacob Brand

DATA DA APRESENTAÇÃO: 30/11/2004

RESUMO: Os Terena são povos indígenas originários dos Aruak, que habitaram diversas regiões da América do Sul, assim como regiões limítrofes do então Estado de Mato Grosso, conhecidas como Chaco Boliviano e Chaco Paraguaio. Devido a atritos interétnicos, este povo deslocou-se até o atual Mato Grosso do Sul e se fixou nas proximidades das cidades de Miranda e Aquidauana, vindo a se espalhar por outros estados, inclusive em Mato Grosso e São Paulo, posteriormente. Na Guerra da Tríplice Aliança, contra o Paraguai, os Terena aliam-se ao Brasil e contribuíram muito para a vitória, no entanto, perderam muito de suas terras para as famílias dos militares e fazendeiros que se instalaram na mesma região, após a guerra. Com pouco espaço nas aldeias e condições cada vez mais difíceis de sobrevivência, muitos saíram em busca de oportunidades nas cidades, nas quais, atualmente, vivem em bairros próprios como é o caso do Bairro Marçal de Souza, em Campo Grande-MS, foco da nossa pesquisa. O desenvolvimento local, nesse panorama, é conceituado e analisado sob diversos aspectos, principalmente no que se refere ao território, territorialidade e ao etnodesenvolvimento dos Terena no bairro em questão, procurando verificar as possibilidades e perspectivas representadas pelo turismo, que já acontece no local. Analisando diferentes nichos de mercado do turismo, encontram-se diversas nomenclaturas para designá-lo em áreas indígenas, que tratam da valorização da cultura e desenvolvimento destas sociedades. Assim, há o turismo cultural, o turismo indígena, o ecoturismo, o etnoturismo, entre outros. Nesse aspecto, o mercado de turismo está repleto de opções e convites para a sua prática voltada aos povos indígenas. Mas, o que acontece é que esta temática está ainda em discussão, pois há pessoas que são a favor, mesmo sem saber o seu real significado e implicações. Não há, portanto, um etnoturismo estabelecido comercialmente e adequado. Encontramos, porém, a ocorrência do turismo na aldeia urbana, em Campo Grande, bem como em áreas indígenas da Austrália, onde há um comitê que regula o turismo indígena e, também, na Amazônia brasileira, onde apesar de algumas aldeias não permitirem, há hotéis se instalando no local. Quanto a FUNAI, órgão brasileiro, proíbe o turismo em área indígena, apesar de ele acontecer em diversos locais. A questão central refere-se à pergunta, até onde o etnoturismo, no caso da aldeia urbana - Marçal de Souza, em Campo Grande - MS, pode representar um apoio ao seu desenvolvimento, na perspectiva do desenvolvimento local. Levando-se em consideração a bibliografia consultada e a própria realidade, entendemos que há possibilidades de que isto possa acontecer, desde que haja um planejamento específico para tal e que seja de acordo com a vontade e o protagonismo da comunidade envolvida. Até o momento, o turismo, como uma iniciativa da sociedade ocidental entre os não-índios, tem servido aos seus propósitos, e os Terena, povo indígena analisado, têm interagido com este fenômeno, aprendendo rapidamente os princípios pertinentes e por meio de artesanato e outras manifestações culturais têm demonstrado capacidade de empreendedorismo, buscando novas alternativas para se manterem neste mercado que pode tornar-se uma nova e promissora forma de sobrevivência neste mundo globalizado.

65 - TÍTULO: PRODETUR – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO – SERRA DA BODOQUENA – UM ESTUDO SOBRE A PARTICIPAÇÃO POPULAR - não oficial 28/01/2005

NOME: Osana de Lucca

ORIENTADOR: Sérgio Ricardo de Oliveira Martins

DATA DA APRESENTAÇÃO: 17/12/2004

RESUMO: Este trabalho objetiva analisar a participação popular no âmbito do Programa de desenvolvimento do Turismo em Bodoquena – MS focalizando a estrutura e instrumentos utilizados pelo Poder Público para a convocação à participação da sociedade civil organizada envolvida no desenvolvimento do turismo local na região. Na pesquisa foi utilizada a metodologia qualitativa de caráter exploratório, descritivo e analítico por enfatizar a compreensão da singularidade e a contextualização dos fatos e eventos encontrados. As estratégias delineadas no âmbito do PRODETUR/SUL foram concebidas para incentivar o turismo com foco na dinamização e fortalecimento do município e da participação social, visando, ainda, ao desenvolvimento regional tendo em vista a conquista da sustentabilidade e reais benefícios para a população das áreas turísticas, mediante a implementação de novas estratégias baseadas na participação popular e fortalecimento da gestão local. No que tange à participação popular, observamos que a comunicação horizontalizada não vem correndo como o esperado, porém, a sociedade organizada articula-se para que a serra da Bodoquena inclua-se como um pólo de destaque no turismo nacional.

66 - TÍTULO: A ALDEIA INDÍGENA DE LIMÃO VERDE: ESCOLA, COMUNIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Wanderley Dias Cardoso

ORIENTADOR: Antonio Jacó Brand

DATA DA DEFESA: 15/12/2004

Resumo: Este trabalho procura analisar a comunidade Terena da aldeia Limão Verde, localizada no município de Aquidauana, em relação ao papel da Escola Lutuma Dias - instalada dentro da aldeia e que oferece a Educação Básica - frente ao etnodesenvolvimento. Busca saber se a escola tem capacitado a comunidade para a formulação de projetos próprios do desenvolvimento. Ele parte da análise de textos etnográficos que narram comportamento e ações dos Terena, bem como as políticas implantadas nessa comunidade. Mostra a trajetória Aruak-Guaná-Terena, como um povo que, onde valha a idéia de ter havido mudanças culturais ao longo de sua história, na assimilação dos valores que estão em torno destes, têm consciência de que é um Povo que precisa manter o que o identifica como Terena. Aponta o desafio de construir a escola indígena terena de Limão Verde, apoiado na trajetória do Povo Terena, na luta pela ampliação do território e voltada ao fortalecimento da comunidade local.

---

## 2005

---

67 - TÍTULO: PLANEJAMENTO E MANEJO DO PARQUE ESTADUAL DAS NASCENTES DO RIO TAQUARI

NOME: Sylvia Torrecilha

ORIENTADOR: Willian Tse H. Liu

DATA DA APRESENTAÇÃO: 14/03/2005

RESUMO: Este trabalho desenvolveu métodos adequados de planejamento, manejo e monitoramento do Parque Estadual das Nascentes do Taquari, aplicáveis às demais categorias de proteção integral do Sistema Estadual de Unidades de Conservação. Em uma primeira etapa foram aplicadas técnicas de geoprocessamento e sensoriamento remoto para caracterizar e analisar a estrutura da paisagem da unidade, incluindo os aspectos físicos, biológicos e culturais em modelo de Sistema de Informação Geográfica. A análise integrada da paisagem e seus elementos possibilitou a elaboração do zoneamento ambiental do Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari de bases para o seu manejo. Este banco de dados foi elaborado com os mesmos parâmetros cartográficos o que permite o estabelecimento de critérios de monitoramento ambiental. Em uma segunda etapa analisaram-se as bases conceituais e de gestão do ICMS ecológico nos seus quatro anos de existência, tanto dos aspectos quantitativos quanto qualitativos, tomando como base, principalmente, os municípios de abrangência da unidade, isto é, Alcinoópolis e Costa-Rica. Avaliou-se a importância desta ferramenta, como principal indutor a criação das unidades de conservação no MS, enfocando também necessidade de rever os critérios qualitativos, tanto no seu modo de aplicação quanto nos cálculos do índice. E em uma terceira etapa estabelecem-se critérios para avaliar sistematicamente a efetividade do manejo das unidades de proteção integral ajustando o método aos critérios qualitativos do ICMS ecológico.

68 - TÍTULO: MANIFESTAÇÃO DO SAGRADO NO FORTE COIMBRA: IDENTIDADES POLÍTICA, MILITAR E RELIGIOSA NA TERRITORIALIDADE DE FRONTEIRA

NOME: Marlei Teixeira

ORIENTADOR: Dr(a). Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 24/10/2005

RESUMO: O presente trabalho diz respeito à devoção a nossa Senhora do Carmo, Padroeira do Forte Coimbra, que teve sua origem com a fundação do Forte e perpetua até os dias atuais. Para analisar essa devoção na territorialidade de fronteira tornou-se necessário abordar o conceito de Sagrado, aspectos culturais, políticos e militares a fim de oferecer ao leitor possível entendimento sobre esta relação entre homem e sagrado bem como os efeitos desta religiosidade.



69 - TÍTULO: COLÔNIA SÃO LUÍS: PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL NA PERCEPÇÃO SOCIOAMBIENTAL DE UMA COMUNIDADE NO PANTANAL

NOME: Eliane Crisóstomo Dias Ribeiro

ORIENTADOR: Aparecido Francisco dos Reis

DATA DA APRESENTAÇÃO: 20/12/2005

RESUMO: A Colônia São Luís está localizada no município de Rio Verde de Mato Grosso, no Estado de Mato Grosso do Sul. Popularmente conhecida como Coloninha, sua comunidade está situada às margens da Rodovia MS 427, distante 62Km da cidade de Rio Verde de Mato Grosso e 42Km da cidade de Rio Negro. Está localizada à margem direita do Rio Negro e delimitada, de um lado, pela Serra de Maracaju, e, do outro, pelo início da planície pantaneira. Sua colonização teve início há cerca de 40 anos e tem mantido constante a sua população, que é de aproximadamente 25 famílias. O projeto de pesquisa foi desenvolvido, nesta área, com o objetivo de analisar a relação que esses moradores têm com a terra; os modos com que tratam os recursos naturais e o grau de harmonia entre a população e o ambiente. A metodologia aplicada é do tipo descritiva, consistindo de registro, análise e interpretação dos fatos para explicar os fenômenos sociais. Ao aprofundar-se na descrição dos fenômenos sociais, destaca-se a interpretação da realidade sob uma óptica qualitativa. Para o levantamento de dados e informações, foram contemplados os principais aspectos do meio natural, físico e sociocultural. A pesquisa foi realizada em duas etapas descritas a saber: coleta de dados de fontes primárias e pesquisa de campo. A comunidade caracteriza-se por uma população tradicional que enfrenta fatores ambientais limitantes, mas apresenta elevada potencialidade de capital social para o desenvolvimento local.

70 - TÍTULO: ARTESANATO REGIONAL: CASA DO MASSA BARRO

NOME: Rosângela Carla de Oliveira Müller

ORIENTADOR: Dr(a). Aparecido Francisco dos Reis

DATA DA APRESENTAÇÃO: 20/12/2005

RESUMO: A Casa do Massa Barro é uma associação localizada na cidade de Corumbá-MS, fundada em outubro de 1982 (há 23 anos). É formada por voluntários (Diretoria e associados). Trata-se de uma associação artesanal, sem fins lucrativos que foi formada com crianças e rapazes da região de Cervejaria. A associação é destinada principalmente a trabalhos em cerâmica, não excluídas, porém, outras atividades correlatas, sob a orientação das senhoras Ida Sanches Monaco e Josephina Por Deus da Silva. O objetivo principal é despertar e estimular nas crianças e rapazes carentes da região, o gosto pela cerâmica e ao artesanato em geral. Tem um “aspecto de inclusão social”, à medida que o artesanato é proporcionado às crianças, de uma maneira geral, estas abandonam as ruas e a marginalidade, colaborando assim com a comunidade. Com a argila as crianças e adolescentes, artesãos na entidade, modelam exemplares com riqueza de detalhes: são figuras de tuiuiús, garças brancas, jacarés, capivaras, araras, tucanos e onça-pintada. As peças são difundidas e valorizadas no Brasil e na Europa. Tem também a imagem de São Francisco estilizada e a imagem de Nossa Senhora do Pantanal. O aspecto social do artesanato, por possibilitar ao artesão, melhores condições de vida e atuar contra o desemprego, pode ser considerado elemento de inclusão social. O artesão também desempenha um papel relevante na comunidade e sua arte é fator de prestígio. O artesanato abrange, entre outros, os valores social, artístico, pedagógico, cultural e psicológico.

71 - TÍTULO: O VOLUNTARIADO EM COMUNIDADE COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL: O CASO VILA PILOTO

NOME: Juscyo Mário Barbosa Martins

ORIENTADOR: Dr(a). Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 20/12/2005

RESUMO: A presente pesquisa visa a manter os pressupostos do mestrado em Desenvolvimento Local inseridos na comunidade da Vila Piloto no Município de Três Lagoas-MS, tendo em vista as prioridades e as necessidades que a própria comunidade local deseja para ter uma melhor qualidade de vida. Um trabalho de base comunitária deve ocorrer de forma cooperada, procurar alternativas de Desenvolvimento Local. A formação de grupos de voluntariado pode ser um caminho para resolver os problemas de ordem social tão visíveis na comunidade da Vila Piloto. Atualmente, essa realidade vem sendo percebida por meio de manifestações que muitas vezes alteram a convivência da sociedade daquele local. Um trabalho sério com o objetivo de construir um futuro melhor, com justiça social é o caminho para a comunidade da Vila Piloto.

---

## 2006

---

72 - TÍTULO: O MERCADO CONSUMIDOR DE PRODUTOS ORGÂNICOS EM CAMPO GRANDE-MS: UMA ALTERNATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Cristiane Maria Vendramini Momesso

ORIENTADOR: Antonia Railda Roel

DATA DA APRESENTAÇÃO: 22/02/2006

RESUMO: O alimento é fundamental para prevenção e auxílio ao tratamento de doenças, portanto é inconcebível que provoque danos à saúde do homem. Felizmente, cada dia que passa aumenta a preocupação dos órgãos competentes com a ingestão dos alimentos. O sistema de produção orgânico não só resguarda o ambiente de agressões, como produz alimentos sem resíduos nocivos à saúde. É ainda alternativa para pequenos produtores visando ao desenvolvimento local e à sustentabilidade. A demanda de produtos orgânicos vem crescendo no Brasil e no mundo. Em Campo Grande-MS, muitos produtores estão interessados em trabalhar neste tipo de cultivo, no entanto, falta a informação sobre o potencial de mercado local. Objetivou-se, assim, avaliar o potencial de mercado consumidor de produtos orgânicos, o conhecimento da população da capital do Estado sobre o assunto, bem como a disponibilidade em pagar mais e ir a um lugar específico para adquiri-los. Optou-se por uma pesquisa exploratória com abordagem quantitativa que teve como meios de investigação a bibliografia e

a pesquisa de campo. Para realizar este estudo foi aplicado um questionário em uma amostra de mulheres residentes na cidade de Campo Grande, em bairros de alta renda familiar. Concluiu-se que, de maneira geral, a maioria das mulheres entrevistadas afirmou conhecer o produto orgânico, porém, apenas aproximadamente a metade realmente sabia seu significado. No entanto, todas as entrevistadas afirmaram que comprariam alimento orgânico, parte delas pagaria mais caro (51,95%) e ainda estaria disposta a procurar local próprio de comercialização (66,23%). Após esclarecimentos, ou seja, uma breve explicação sobre os benefícios do produto orgânico, quase a totalidade (99,35%) optaria por estes produtos, denotando a não utilização do produto por falta de divulgação adequada.

73 - TÍTULO: AS AÇÕES DOS CATÓLICOS CARISMÁTICOS NA TERRITORIALIDADE DA PARÓQUIA DE SÃO FRANCISCO EM CAMPO GRANDE-MS: A CULTURA IMATERIAL (MÍSTICA) COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Magali Luzio Ferreira

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 24/02/2006

RESUMO: A presente pesquisa investiga os pressupostos do Mestrado em Desenvolvimento Local no Bairro São Francisco, em Campo Grande – MS, com enfoque no Movimento de Renovação Carismática da Paróquia de São Francisco. Para tanto, o estudo foi baseado no aporte bibliográfico sobre o tema, tais como: livros, sites e apostilas e na coleta de dados realizada in loco, para se poder dimensionar a pesquisa dentro de uma realidade local e concreta. A população estudada foi composta por carismáticos do local pesquisado e fora deste, por moradores do bairro e por mendigos, utilizando de entrevistas e observações pessoais, baseadas em questões-chaves sobre o referido assunto, dificuldades encontradas e resultados obtidos. Quanto à análise dos dados coletados, constatou-se que os procedimentos utilizados pelos carismáticos, após a interlocução do pesquisador podem ser modificados, como por exemplo, esclarecer para a população local quais são os princípios da Renovação Carismática. Por outro lado, identificou-se que o crescimento, tanto individual quanto coletivo, interferiu diretamente nas ações comunitárias, com aspectos voltados ao Desenvolvimento Local.

74 - TÍTULO: AVALIAÇÃO QUÍMICA E TÉRMICA DE ERVA-MATE: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE NA RESERVA INDÍGENA KAIOWÁ E GUARANI, CAARAPÓ, EM MATO GROSSO DO SUL

NOME: Gessiel Newton Scheidt

ORIENTADOR: Reginaldo Brito da Costa

DATA DA APRESENTAÇÃO: 03/03/2006

RESUMO: O presente trabalho objetivou a avaliação térmica (TG/DTG e DSC), quantificação dos elementos minerais por absorção atômica e teor de cafeína das progênies nativas de erva-mate (*Ilex paraguariensis* St. Hil.), para permitir o monitoramento e complementar à avaliação genética dessas progênies em campo, a fim de permitir a seleção do material genético mais produtiva e adequada aos propósitos da exploração sustentável do recurso natural pela comunidade indígena. Os resultados, a partir da análise termogravimétrica, permitem sugerir a técnica como uma ferramenta importante para a investigação da variabilidade genética, observando que as progênies com maior concentração de minerais são 5, 6, 4, 2, 3, 1 e 7 respectivamente. A concentração do teor de cafeína variou na faixa de 6,566 mg/g a 13,630 mg/g, com destaque para os blocos I e IV. Não houve desvio significativo da linearidade entre os tratamentos, encontrando-se  $r = 0,9945$  entre 0,002 a 0,007 mg/g, o que valoriza o potencial energético da espécie. Os resultados experimentais, realizados em triplicata, permitem sugerir, que as disposições das diferentes progênies distribuídas nos blocos ao acaso, resultam em variações apreciáveis nos teores de minerais e cafeína obtidos das diferentes progênies nativas. A comunidade indígena kaiowá e Guarani apresenta diversas potencialidades, muito delas ainda latentes, por causa de sua resistência sociocultural. Porém cabe ressaltar, o envolvimento de novas alternativas sustentáveis, como a determinação do teor energético de cafeína das progênies nativas de erva-mate amplia o leque de opções e agregação de novos conhecimentos ao uso e manufatura da erva-mate. Esse conhecimento gerado pode vir a ser divulgado, permitindo a revitalização cultural e proporcionando bem-estar a toda comunidade.

75 - TÍTULO: CREME DENTAL COM ÓLEO DE NIM (*Azadirachta indica* A. de Jussieu): UMA INOVAÇÃO COMO ALTERNATIVA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ASSENTAMENTOS RURAIS

NOME: Augusto Rodrigues da Silva

ORIENTADOR: Eduardo José de Arruda

DATA DA APRESENTAÇÃO: 03/03/2006

RESUMO: Organizada em oito capítulos, esta dissertação propõe o Desenvolvimento Local e sua evolução pelo uso do óleo de nim como constituinte de inovação de produto de higiene bucal (creme dental experimental), no Assentamento Fazenda Santa Mônica, Município de Terenos em Mato Grosso do Sul. O vegetal nim (*Azadirachta indica* A. de Jussieu), até então era utilizado como defensivo agrícola, biodefensivo, na gleba vizinha: Assentamento Nova Querência. O produto, ora disponibilizado como dentífrico, foi formulado devido à solicitação destas comunidades por melhorias na saúde bucal. Os objetivos da pesquisa calcaram-se nos conhecimentos tradicionais (etnobotânicos) acerca da utilização da planta. Daí, realizamos amplos estudos bibliográficos sobre as investigações mundiais a respeito do vegetal: propriedades odonto-farmacológicas, princípios ativos, uso industrial, efeitos colaterais, toxicidade, estrutura molecular, estágio atual das utilizações medicinais da planta. Das qualidades investigadas úteis à odontologia, autores de renome internacionais citam: ação bactericida, bacteriostática, antifúngica, antiinflamatória, analgésica, cicatrizante, dentre outras. Após as pesquisas, realizamos exaustivos ensaios atualizados, formulando receitas próprias de dentífricos, substâncias catalisadoras, acrescidas do óleo de nim, o nosso diferencial de inovação tecnológica e produto alternativo. Composto simultaneamente às análises físico-químicas de cremes dentais comerciais nacionais e importados. Aviamos, assim, receita base de fórmula destinada aos cuidados bucais, balanceando nosso produto segundo as Boas Práticas de Fabricação e Controle (BPF/C). Das averiguações físico-químico-analíticas levantamos: teor de voláteis, sólidos totais, tensão superficial, detergente, pH (os dados mostraram que a maioria das fórmulas comerciais têm equivalência em constituintes e teores). Temos hoje, um dentífrico equivalente às melhores marcas comerciais. Tal produto experimental obteve nos testes de aceitabilidade positiva, a maioria dentre os julgadores. Na etapa dos exames

clínicos aferiremos: controle químico da placa bacteriana, inibição, crescimento e proliferação dos microorganismos na microbiota bucal. Esperamos promover saúde bucal, qualidade de vida, cidadania, economia solidária e participativa. Disseminando as potencialidades do nim e industrializando o território da reforma gerando: matérias primas, insumos e inovações, a partir da produção de creme dental, incrementando vetorialmente o Desenvolvimento Local.

76 - TÍTULO: ESTRUTURA E DESEMPENHO TERRITORIAL DO APL CERÂMICO “TERRA COZIDA DO PANTANAL” DE RIO VERDE E COXIM/MS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Vanessa de Gouveia Leite

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 06/03/2006

RESUMO: O objeto de estudo é o Arranjo Produtivo Local “Terra Cozida do Pantanal” e a questão que norteou a pesquisa foi a compreensão da origem dessa aglomeração empresarial, assim como a natureza dos vínculos estabelecidos entre seus integrantes, capazes de atribuir competências para a manutenção de uma dinâmica de inovação que se reverta em desenvolvimento local, com especial atenção aos processos de aprendizagem interativa, capacidade inovativa e enraizamento do conhecimento produzido. O método de abordagem foi sistêmico e a metodologia da análise ampliada (técnicas quantitativas e qualitativas), por meio de revisão bibliográfica, fontes documentais e dados coletados junto aos atores. O APL, que se originou em um contexto agropecuário, de baixa densidade demográfica e renda per capita, aparece como o mais dinâmico dentre os outros arranjos cerâmicos do Estado, no que toca a processos inovativos, tendo sido o único a avançar para os produtos de revestimento. Está se submetendo a um novo processo de modernização tecnológica e reestruturação produtiva, na busca de novos produtos e mercados, por meio de articulação dos ceramistas, com apoio de organizações sociais, o que implica inovação de estratégia competitiva e formas de aprendizagem, com a manutenção do espírito de coesão solidária, para propiciar as forças endógenas do desenvolvimento.

77 - TÍTULO: ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA SOJA EM CHAPADÃO DO SUL

NOME: Alessandra Cristina Conforte

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 06/03/2006

RESUMO: O presente trabalho teve como objetivo principal a realização de um diagnóstico a respeito do Arranjo Produtivo Local de Soja em Chapadão do Sul-MS, observando-se a transferência de conhecimento e aprendizagem gerados no cultivo da soja, com a identificação do conjunto articulado de atores econômicos e organizações de apoio e a relação desse processo com o desenvolvimento local. A abordagem foi sistêmica, privilegiando o método do jogo dialógico das variáveis contidas de uma realidade territorial e o método de pesquisa foi quali-quantitativo. Pôde-se constatar que o APL de soja originou-se de iniciativa particular de colonização de agricultores sulistas em áreas de cerrados, junto a um dos corredores agrícolas do Centro-Oeste, caracterizando-se por organizar no território apenas a fase de cultivo da cadeia produtiva da soja. Apresenta significativo desempenho inovativo em todas as etapas produtivas, com melhoria de qualidade, redução de custos e logística de abastecimento e distribuição. Essas inovações têm se originado de uma dinâmica de aprendizagem coletiva dos atores locais entre si (redes sociais informais), com as organizações de apoio (centros de pesquisa especialmente) nas várias escalas de organização territorial e também com os fornecedores de insumos e equipamentos locais, regionais e nacionais. Trata-se de um tipo de combinação interativa territorial favorecedora de um processo de melhoria do padrão de desenvolvimento socioeconômico da população envolvida. A resposta endógena e territorial do APL apóia-se muito mais nos recursos enraizados e imateriais, difíceis de serem transferidos do lugar e que foram ali acumulados ao longo do tempo: o conhecimento tácito e a capacidade de fazer parcerias. Entretanto, os atores locais mostram-se ainda passivos na inovação dos processos de comercialização, que permanecem nas mãos de três grandes empresas multinacionais.

78 - TÍTULO: O GÊNERO ILEX: ALTERNATIVAS DE SUSTENTABILIDADE NO USO DE ETNOESPÉCIES PELOS KAIOWÁ E GUARANI EM MATO GROSSO DO SUL

NOME: Adriana Zanirato Contini

ORIENTADOR: Reginaldo Brito da Costa

DATA DA APRESENTAÇÃO: 10/03/2006

RESUMO: O presente trabalho objetiva investigar o papel etnobotânico de espécies do gênero Ilex no cotidiano dos índios Kaiowá e Guarani da Reserva Indígena de Caarapó, Mato Grosso do Sul. Pontuar os sinais indicativos de desenvolvimento ao longo de sua história, embasarão as sinalizações para desencadeamento do processo de desenvolvimento local desses povos, a partir do material botânico nativo em foco, também objetivo desta pesquisa. No primeiro capítulo, realizou-se uma contextualização histórica da Ilex paraguariensis St. Hil., a ervamate, a espécie mais utilizada do gênero pelos Kaiowá e Guarani; buscou-se, assim, delinear o papel desta espécie nos processos ocorridos, inclusive no concernente à colonização do sul do Estado. O segundo capítulo traz uma descrição física - clima, solo, relevo, vegetação - da área estudada, de modo a criar o cenário necessário para a contextualização das outras etapas deste trabalho. No terceiro capítulo, é discutida a metodologia utilizada para a obtenção e análise dos dados. Os métodos para a escolha dos informantes, as técnicas de entrevista, registro e análise são abordados, de modo a expô-los ao julgamento e justificar aqueles que serão empregados. O quarto capítulo se destina à discussão dos resultados, de fato. Pretendese analisá-los sob a ótica do desenvolvimento local, buscando apontar indicações que levem à reflexão das possibilidades de utilização da espécie vegetal enfocada, na melhoria da qualidade de vida daquela população.

79 - TÍTULO: FRAGMENTOS DE VEGETAÇÃO NATURAL E O EXTRATIVISMO COMO ALTERNATIVA DE SUSTENTABILIDADE EM ÁREA KAIOWÁ E GUARANI, CAARAPÓ, MS

NOME: Flávio Luiz Hilário Rego

ORIENTADOR: Reginaldo Brito da Costa

DATA DA APRESENTAÇÃO: 10/03/2006

RESUMO: O processo compulsório de confinamento imposto aos Kaiowá e Guarani trouxe mudanças marcantes em sua estrutura social e econômica e uma drástica redução de recursos naturais. A reversão deste quadro se dará pela disponibilização de novas áreas a serem recuperadas e revegetadas e pela percepção, especialmente dos mais novos, de que diversos produtos oriundos da vegetação, poderão ser utilizados. Após anos de esforços para reverter os avanços da fragmentação florestal na Reserva Indígena de Caarapó, tem ocorrido de forma lenta, porém consistente, a recuperação da vegetação remanescente, isto devido à participação dos moradores locais e órgãos parceiros. Os Kaiowá e Guarani reconhecem a importância da conservação ambiental e da necessidade de transmitir esta preocupação aos mais jovens, que são instruídos nas escolas indígenas acerca das mais diversas utilidades que as espécies vegetais podem ter. Na riqueza dos relatos confirma-se o pressuposto de um imenso acervo de conhecimentos tradicionais, contendo formas de utilização, modelos de manejo e gestão ambiental, que apontam para uma situação melhor e de possível sustentabilidade a partir dos recursos naturais ainda presentes e a sua utilização de forma racional.

80 - TÍTULO: A ATIVIDADE TURÍSTICA E O PERFIL DO PROFISSIONAL NO MUNICÍPIO DE BONITO/MS COM ALTERNATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Marta Maria Lopes Soller

ORIENTADORA: Maria Augusta de Castilho

DATA DA DEFESA: 13/03/2006

RESUMO: A presente pesquisa tem como objetivo de estudo o turismo em Bonito - MS e tem por finalidade estudar o turismo, analisando, simultaneamente, a atividade turística no município e quem é o profissional que trabalha com o fenômeno na localidade, justificado pelo crescimento desta atividade na localidade, decorrente do seu potencial natural e diversidade de ecossistemas. Esta pesquisa é a extensão de estudos realizados anteriormente, cerca de uma década, nesta região o que fomenta na pesquisadora cada vez mais o interesse em discutir as dificuldades decorrentes da exploração da atividade turística, bem como suas alternativas e propostas, buscando relatar fatos presentes, para que se possa entender todo esse processo no futuro. A região da Serra da Bodoquena vem se desenvolvendo, através da implantação do turismo, em virtude de seu potencial histórico-cultural e, principalmente natural. A relação existente entre turismo e natureza é indiscutível, ainda mais nesta localidade, onde os proprietários de atrativos naturais preparam seu produto, e os colocam no mercado, muitas vezes sem planejamento algum, esquecendo-se que esta é uma região formada por ambientes frágeis, onde o cuidado carece de atenção redobrada. A ligação entre desenvolvimento e meio ambiente é colidente, pois pode causar danos consideráveis ao patrimônio natural, então, são necessários projetos mais racionais, com a minimização dos impactos, fundamentado na realidade de cada localidade. Desta forma, considera-se de relevante importância o estudo aqui sugerido, para avaliar o modo como o turismo é fator de inclusão social no município de Bonito, gerando empregos e sendo um instrumento no processo de Desenvolvimento Local com responsabilidade social.

81 - TÍTULO: DESENVOLVIMENTO LOCAL E ACESSO A INFORMAÇÃO: O SOFTWARE LIVRE COMO UMA ALTERNATIVA DE INCLUSÃO DIGITAL

NOME: Elaine Cristina Souza Oliveira

ORIENTADOR: Luis Carlos Vinhas Ítavo

DATA DA DEFESA: 13/03/2006

RESUMO - O foco principal desta pesquisa foi a análise do desenvolvimento local desencadeado através do acesso a informação permitido por uma ação de inclusão digital às tecnologias de informação e comunicação, utilizando-se de software livre como estratégia para viabilização do mesmo. Foi abordada a experiência do Telecentro instalado no bairro das Moreninhas, o primeiro desta natureza no Estado de Mato Grosso do Sul. Buscou-se, além disso, compreender os mecanismos da chamada "inclusão digital", sua ligação com o desenvolvimento e meios para promovê-la, como por exemplo, o uso de software livre. Verificou-se a importância e impacto que a instalação do Telecentro causou naquele ambiente proporcionando àquelas pessoas um espaço para pesquisa e contato com um universo de informação inacessível para sua condição social, bem como, a expectativa e possibilidade de obtenção de um emprego, ou melhoria do atual.

82 - TÍTULO: HOTELARIA E ENDOGENEIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL EM CORUMBÁ-MS

NOME: Roosiley dos Santos Souza

ORIENTADOR: Dr(a). Vicente Fideles de Ávila

DATA DA APRESENTAÇÃO: 31/03/2006

RESUMO: Considerado um dos principais pólos de atração turística de Mato Grosso do Sul, o município de Corumbá proporciona o desenvolvimento de várias modalidades do turismo que são capazes de movimentar variados setores e serviços da economia. Atualmente, a atividade turística (uma das vocações que o município possui) é considerada promissora por oferecer grandes oportunidades para a geração de emprego e renda. Dessa forma surgiu a necessidade de sabermos como essa atividade poderia influenciar no desenvolvimento econômico, social, cultural e no próprio desenvolvimento local. Portanto, o referido estudo foi centrado nos serviços de hospedagem. Face ao exposto, o objeto da presente pesquisa pretendeu investigar o grau de contribuição dos meios de hospedagem, em especial a do tipo hotel urbano, e se estes acrescentam valores à atividade turística e ao local. O problema era conhecer até que ponto essa atividade contribui para a endogeneização do desenvolvimento no âmbito das comunidades locais corumbaenses. O objetivo do trabalho era detectar os empreendimentos hoteleiros da área urbana da cidade de Corumbá e assim observarmos as suas características do ponto de vista da origem, estrutura e funcionamento, bem como do apoio político e institucional recebido, no sentido de que pudéssemos verificar as potencialidades, facilidades e dificuldades que essa atividade apresenta para o desenvolvimento. Obtivemos, como resultados, dados que comprovaram que há potencialidades e dificuldades para que ocorra essa relação

efetiva da rede hoteleira com a comunidade-localidade, bem como dados que influenciam a atividade turística no tocante a “deslanchar” como uma vocação do próprio município. A comunidade ainda não “desabrochou” para as suas reais potencialidades, habilidades e conhecimentos, para que efetivamente parta dela o desejo de que seja instalado o desenvolvimento local endógeno com a ajuda da rede hoteleira, assim como agentes externos, a fim de que as concernentes comunidades criem e implementem a auto-sustentação e associações de apoio ao turismo, envolvendo desde a produção hortifrutigranjeira até o lazer-entretenimento alheio e próprio.

83 - TÍTULO: UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, ECOTURISMO E TERRITORIALIDADES LOCAIS NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Joaquim Rodrigues DE Melo Netto

ORIENTADORA: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DE DEFESA: 18/04/2006

RESUMO: O presente trabalho é fruto de reflexão desenvolvida, com base em um estudo comparativo, a respeito de diferentes iniciativas em unidades de conservação associadas ao ecoturismo, procurando-se observar até que ponto as territorialidades construídas por regras de estratégia conservacionista, associadas à prática de serviços ecoturísticos em uma mesma propriedade, quando sobrepostos a territórios locais tradicionais favorecem o desenvolvimento local. Partiu-se da análise de três modelos contidos na lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e dos princípios do ecoturismo, para então analisá-los em realidades brasileiras distintas e por diferentes formas de gestão, à luz do conceito de desenvolvimento local. O estudo permitiu verificar os modelos de unidades de conservação que mais facilitam ou dificultam as conexões e coerência lógica entre as diferentes territorialidades superpostas que possam garantir a sustentabilidade sistêmica e holística dos diferentes sistemas territoriais locais.

84 - TÍTULO: COMUNIDADE URBANA E DESENVOLVIMENTO LOCAL EM ÁREA DE INVASÃO: BAIRRO TAQUARUSSU CAMPO GRANDE-MS

NOME: Edson José Pessoa Sandes (edsandes@terra.com.br)

ORIENTADOR: Maria Augusta de Castilho

DATA DA APRESENTAÇÃO: 06/04/2006

RESUMO: O objetivo deste trabalho foi demarcar e estudar a “Comunidade Urbana do Taquarussu”, delimitada pelas ruas Turiassu, Patriarca, Yporã e São Roque, situada no espaço geográfico da quadra n. 28 do Bairro Taquarussu, do entorno da via “Norte-Sul”, ladeado pelos bairros Jacy, Guanandy e parte do Aero Rancho, na Cidade de Campo Grande, Mato Grosso do Sul; pesquisar a invasão urbana e suas conseqüências; elucidar e caracterizar o processo meramente físico da “urbanização” a que essas áreas do entorno da “Via Norte-Sul” foram submetidas. Se houve elaboração de laudos e vistorias de técnicos municipais, gestores urbanistas, sociólogos, psicólogos e assistentes sociais na implantação da urbanização local. Verificar as transferências ocorridas, para os Conjuntos Canguru e Mário Covas, que receberam e acolheram os moradores transferidos do Bairro do Taquarussu. Estudos preliminares foram realizados para fortalecer o embasamento teórico, com o intuito de se comprovar os efetivos e fortes laços de estreitamentos e de relacionamentos, se com preponderância para os “primários”, quais os ideais e conflitos comuns, a importância do “lugar” e do “território”, principalmente na área originária do Bairro Taquarussu, bem como nas áreas assentadas, buscando e apontando, por meio dos indicadores de escolaridade, educação, faixa etária e renda, e de que benefícios dispunham, tais como: habitação, saneamento, saúde e educação, entre outros. Se as evidências e comprovações, configuram esta “Comunidade Urbana” pelos princípios norteadores de sua definição, conceituação e aplicabilidade, e a sua confrontação com a realidade dos programas existentes, das Políticas Habitacional e Urbana, se aplicadas no ou para o “Local”. Posteriormente, foram implementadas ainda, as sessões de observação no local e a coleta de materiais por meio de entrevistas semi-estruturadas junto à população envolvida. A verificação de em que escala e grau de importância se revestem os diversos projetos e, notadamente, esse localizado e focado no presente trabalho, no que tange à problemática sociológica da ocupação irregular, às mudanças e aos assentamentos, sua concordância ou discordância; e, até mesmo, recomendar, sugerir, com uma visão maior, que é a do grande e esperado objetivo social, da cidadania, da qualidade de vida, saúde, e da satisfação do ser humano, e a promoção do desenvolvimento habitacional, urbano, com a competente proteção ao meio ambiente. Concluída a pesquisa, ficaram evidenciados pequenos laços de estreitamento entre os ocupantes dos lotes, pertencentes à Comunidade do Taquarussu. A participação e o interesse de um pequeno grupo na solução das necessidades e de regularização da área. Possibilidades de motivação dos demais ocupantes para implantação de DL.

85 - TÍTULO: GESTÃO AMBIENTAL INTEGRADA NA PERSPECTIVA DO DESENVOLVIMENTO LOCAL PARA O MUNICÍPIO DE CORUMBÁ-MS

NOME: Nelson de Almeida Júnior

ORIENTADOR: Sérgio Ricardo de Oliveira Martins

DATA DA APRESENTAÇÃO: 17/04/2006

RESUMO: O presente trabalho investiga as relações da Gestão Ambiental Integrada na perspectiva do Desenvolvimento Local, apresentando o caso de Corumbá, no qual se implantou a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMATUR) e conseqüentemente uma gestão ambiental pautada no processo participativo da comunidade local. No primeiro capítulo, discorreremos sobre as bases conceituais para a Gestão Ambiental Integrada e Compartilhada, a Participação Popular, a Responsabilidade Social, do Desenvolvimento Local e finalmente a Sustentabilidade. Em um segundo momento, o trabalho aborda os processos de instalação da Gestão Ambiental Local, apresentando todas as etapas desde a criação da Lei e Decreto Regulamentadores, os procedimentos de Licenciamento Ambiental, o sistema de Banco de Dados e o processo de formação do Conselho Municipal de Meio Ambiente (CMMA) e sua evolução ao longo do tempo. Como terceiro e último capítulo, abordamos a Gestão Ambiental Local de Corumbá/MS na perspectiva do Desenvolvimento local, Responsabilidade Social e Sustentabilidade, na qual se estabeleceram os principais obstáculos para consolidação do sistema de gestão ambiental. Desta forma, concluímos que o grande desafio é despertar o interesse da comunidade local no processo de tomada de decisão

da Gestão Ambiental Local, possibilitando que essa comunidade desabroche para suas potencialidade no processo de Desenvolvimento Local, e consequentemente estabelecer uma ética ambiental responsável e comprometida com os recursos naturais e a coletividade.

86 - TÍTULO: A DINÂMICA DO CONHECIMENTO ENTRE OS PRODUTORES DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ARRANJO PRODUTIVO LOCAL DA MANDIOCA NO VALE DO IVINHEMA

NOME: Paulo Cezar Santos do Vale

ORIENTADOR: Cleonice Alexandre Le Bourlegat

DATA DA APRESENTAÇÃO: 29/04/2006

RESUMO: A grande questão que norteou a pesquisa foram às mudanças inovativas capazes de gerar um conhecimento territorial tão especializado e competitivo em tão pouco tempo, relacionado ao cultivo de mandioca no Arranjo Produtivo Local do Vale do Ivinhema. O objetivo foi correlacionar e estabelecer o peso dos diferentes atores econômicos e organizações de apoio que convergem e se combinam no ambiente organizacional desse APL, para criar situações coletivas de aprendizagem, identificando como as diversas formas de conhecimento são mobilizadas e combinadas. Os resultados agrupados e tabulados foram correlacionados com as informações de natureza bibliográfica e documental, com apoio do referencial teórico. Pôde-se verificar o peso das competências construídas historicamente pelos atores econômicos (conhecimento tácito), atuando como pré-condição territorial na retro-alimentação da aprendizagem coletiva do APL. Na dinâmica interativa foi possível identificar as diferentes formas de produção e conversão do conhecimento coletivo (internalização, explicitação, combinação e socialização), assim como suas formas de enraizamento territorial nos indivíduos e organizações. Nessa dinâmica pode-se destacar o papel das redes sociais, construídas entre os produtores de mandioca, na socialização do conhecimento produzido; do SEBRAE-MS como órgão de articulação das organizações de apoio aos produtores de mandioca, criando espaços coletivos de aprendizagem de modo a proporcionar a internalização e externalização do conhecimento; da EMBRAPA na produção e combinação de conhecimento codificado em interação ou complementaridade a outras unidades de pesquisa; do IDATERRA com órgão decodificador em processos de conversão do conhecimento científico para tácito (internalização) e de tácito para científico (explicitação); além de outras organizações que atuam na capacitação tecnológica e organizacional dos produtores de mandioca, a exemplo do SENAR e OCB. Essa dinâmica permite constatar que a ciência por si só não é portadora de certezas definitivas no plano teórico e que o conhecimento local se constrói com base na interação dessas certezas com outras certezas relacionadas ao mundo empírico. São esses conhecimentos mobilizados por processos interativos que se enraízam no território, aqueles que permitem sua especialização e as ações de iniciativa local que se voltam para o desenvolvimento coletivo, no atendimento das principais necessidades humanas de subsistência, participação, entendimento e criação.

87 - TÍTULO: ASSOCIAÇÃO TRÊS-LAGOENSE DE ARTESANATO: A COMUNIDADE E SUAS POTENCIALIDADES PARA O TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL

NOME: Luciana Correia Dietrich

ORIENTADOR: Dr(a). Sérgio Ricardo Oliveira Martins

DATA DA APRESENTAÇÃO: 25/05/2006

RESUMO: O presente estudo teve como objetivo verificar se a Associação Três-Lagoense de Artesanato configura-se como uma comunidade na perspectiva do Desenvolvimento Local e analisar sua relação com a atividade turística no município de Três Lagoas - MS. Este trabalho foi desenvolvido em três capítulos, os quais apresentam a teoria relacionando-a aos dados coletados por meio da pesquisa de campo. Iniciou-se este estudo abordando-se conceitos de Comunidade e Desenvolvimento Local e discutindo-se seus pontos convergentes; em seguida buscou-se aprofundamento quanto às questões que abrangem as características desta associação, finalizando-se com as relações que envolvem a Associação Três-Lagoense de Artesanato, as atividades desenvolvidas por esta e o turismo no município de Três Lagoas. Os instrumentos de coleta de dados foram entrevista e questionário semi-estruturado, os quais foram aplicados com a presidenta da associação em estudo e com os demais componentes do grupo, sendo que as respostas obtidas foram apresentadas e analisadas no decorrer do trabalho. Observou-se, de acordo com as informações obtidas, que a Associação Três-Lagoense de Artesanato configura-se como uma comunidade, que possui potencialidades para o exercício do desenvolvimento local, que o município de Três Lagoas possui grande potencial para o desenvolvimento da atividade turística e, finalmente, que há uma relação estreita entre o artesanato em geral e o turismo bem como entre a associação investigada e a atividade turística em Três Lagoas.

# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

## Critérios para publicação

---

Art. 1 - *Interações*, Revista Internacional do Programa de Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, destina-se à publicação de matérias que, pelo seu conteúdo, possam contribuir para a formação de pesquisadores e para o desenvolvimento científico, além de permitir a constante atualização de conhecimentos na área específica do Desenvolvimento Local.

Art. 2 - A periodicidade da Revista será, inicialmente, semestral, podendo alterar-se de acordo com as necessidades e exigências do Programa; o calendário de publicação da Revista, bem como a data de fechamento de cada edição, serão, igualmente, definidos por essas necessidades.

Art. 3 - A publicação dos trabalhos deverá passar pela supervisão de um Conselho de Redação composto por cinco professores do Programa de Desenvolvimento Local da UCDB, escolhidos pelos seus pares.

Art. 4 - Ao Conselho Editorial Internacional caberá a avaliação de trabalhos para publicação.

Parágrafo 1º - Os membros do Conselho Editorial Internacional serão indicados pelo corpo de professores do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Local, com exercício válido para o prazo de dois anos, entre autoridades com reconhecida produção científica em âmbito nacional e internacional.

Parágrafo 2º - A publicação de artigos é condicionada a parecer positivo, devidamente circunstanciado, exarado por membro do Conselho Editorial Internacional.

Parágrafo 3º - O Conselho Editorial Internacional, se necessário, submeterá os artigos a consultores externos, para apreciação e parecer, em decorrência de especificidades das áreas de conhecimento.

Parágrafo 4º - O Conselho Editorial Internacional poderá propor ao Conselho de Redação a adequação dos procedimentos de apresentação dos trabalhos, segundo as especificidades de cada área.

Art. 5 - A Revista publicará trabalhos da seguinte natureza:

I - Artigos originais, de revisão ou de atualização, que envolvam, sob forma de estudos conclusivos, abordagens teóricas ou práticas referentes à pesquisa em Desenvolvimento Local, e que apresentem contribuição relevante à temática em questão.

II - Traduções de textos fundamentais, isto, é daqueles textos clássicos não disponíveis em língua portuguesa ou espanhola, que constituam fundamentos da área específica da Revista e que, por essa razão, contribuam para dar sustentação e densidade à reflexão acadêmica, com a devida autorização do autor do texto original.

III - Entrevistas com autoridades reconhecidas na área do Desenvolvimento Local, que vêm apresentando trabalhos inéditos, de relevância nacional e internacional, com o propósito de manter o caráter de atualidade do Periódico.

IV - Resenhas de obras inéditas e relevantes que possam manter a comunidade acadêmica informada sobre o

avanço das reflexões na área do Desenvolvimento Local.

Art. 6 - A entrega dos originais para a Revista deverá obedecer aos seguintes critérios:

I - Os artigos deverão conter **obrigatoriamente**:

- a) título em português, inglês, espanhol e francês;
- b) nome do(s) autor(es), identificando-se em rodapé dados relativos à produção do artigo, ao(s) seu(s) autor(es) e respectivas instituições, bem como a auxílios institucionais e endereços eletrônicos;
- c) resumo em português, inglês, espanhol e francês com, no máximo seis linhas ou 400 caracteres, rigorosamente corrigidos e revisados, acompanhados, respectivamente, de palavras-chave, todas em número de três, para efeito de indexação do periódico;
- d) texto com as devidas remissões bibliográficas no corpo do próprio texto;
- e) notas finais, eliminando-se os recursos das notas de rodapé;
- f) referências bibliográficas.

II - Os trabalhos devem ser encaminhados dentro da seguinte formatação:

- a) uma cópia em disquete no padrão Microsoft Word 6.0;
- b) três cópias impressas, sendo uma delas sem identificação de autoria e outra acompanhada de autorização para publicação, impressa e on-line, devidamente assinada pelo(s) autor(es);
- c) O texto deverá ter entre 10 e 18 páginas redigidas em espaço 1,5;
- d) caso o artigo traga gráficos, tabelas ou fotografias, o número de toques deverá ser reduzido em função do espaço ocupado por aqueles;
- e) a fonte utilizada deve ser a *Times New Roman*, tamanho 12;
- f) os caracteres itálicos serão reservados exclusivamente a títulos de publicações e a palavras em idioma distinto daquele usado no texto, eliminando-se, igualmente, o recurso a caracteres sublinhados, em negrito, ou em caixa alta; todavia, os subtítulos do artigo virão em negrito;

III - Todos os trabalhos devem ser elaborados em qualquer língua e encaminhados em três vias, com texto **rigorosamente corrigido e revisado**.

IV - Eventuais ilustrações e tabelas com respectivas legendas devem ser contrastadas e apresentadas separadamente, com indicação, no texto, do lugar onde serão inseridas. Todo material fotográfico será, preferencialmente, em preto e branco.

V - As referências bibliográficas e remissões deverão ser elaboradas de acordo com as normas de referência da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT - 6023).

VI - As opiniões e conceitos emitidos pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade.

VII - Os limites estabelecidos para os diversos trabalhos somente poderão ser exceções em casos realmente excepcionais, por sugestão do Conselho Editorial Internacional e a critério do Conselho de Redação.

Art. 7 - Não serão aceitos textos que não obedecerem, rigorosamente, os critérios estabelecidos. Os textos recusados serão devolvidos para os autores acompanhados de justificativa.

Art. 8 - Ao autor de trabalho aprovado e publicado serão fornecidos, gratuitamente, dois exemplares do número correspondente da Revista.

Art. 9 - Uma vez publicados os trabalhos, a Revista reserva-se todos os direitos autorais, inclusive os de tradução, permitindo, entretanto, a sua posterior reprodução como transcrição, e com a devida citação da fonte.

Para fins de apresentação do artigo, considerem-se os seguintes exemplos (as aspas delimitando os exemplos foram intencionalmente suprimidas):

a) Remissão bibliográfica após citações:

*In extenso*: O pesquisador afirma: “a sub-espécie *Callithrix argentata*, após várias tentativas de aproximação, revelou-se avessa ao contato com o ser humano” (SOARES, 1998, p.35).

Paráfrase: como afirma Soares (1998), a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado “avessa ao contato com o ser humano”...

b) Referências bibliográficas:

JACOBY, Russell. *Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Trajetória/Edusp, 1990.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. A redefinição do lugar. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 1995, Aracaju. *Anais...* Recife: Associação Nacional de Pós-Graduação em Geografia, 1996, p. 45-67.

\_\_\_\_\_. *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 1987.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

SOUZA, Marcelo L. Algumas notas sobre a importância do espaço para o desenvolvimento social. In: *Revista Território* (3), p.14-35, 1997.

WIENER, Norbert. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. 9. ed. São Paulo: Cultrix, 1993.

c) Emprego de caracteres em tipo itálico: os programas de pós-graduação *stricto sensu* da universidade em questão...; a sub-espécie *Callithrix argentata* tem se mostrado...

Endereço para correspondência e envio de artigos:

Universidade Católica Dom Bosco

Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Local – Mestrado Acadêmico

INTERAÇÕES – Revista Internacional de Desenvolvimento Local

Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário

CEP 79117-900 Campo Grande-MS

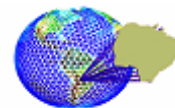
Fone: (67) 3312-3594

e-mails: [interacoes@ucdb.br](mailto:interacoes@ucdb.br) / [maugusta@ucdb.br](mailto:maugusta@ucdb.br)





UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO  
CENTRO DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E EXTENSÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO LOCAL  
MESTRADO ACADÊMICO



# INTERAÇÕES

Revista Internacional de Desenvolvimento Local

## ASSINATURA ANUAL

NOME COMPLETO \_\_\_\_\_

CPF \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_ N. \_\_\_\_\_

BAIRRO \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_

CIDADE \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ CELULAR \_\_\_\_\_

E-MAIL \_\_\_\_\_

DATA DA ASSINATURA \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

VALOR ANUAL VÁLIDO PARA 2007: R\$ 50,00 (CINQUENTA REAIS)

**OBS.: PERIODICIDADE SEMESTRAL (MARÇO E SETEMBRO);**

Para compra de artigos e outras informações, entrar em contato com a Editora UCDB  
(Av. Tamandaré, 6000 – Jardim Seminário – CEP 79117-900 – Campo Grande-MS –  
tel/fax: (67) 3312-3373)

\_\_\_\_\_  
Assinatura

**Procedimentos:**

Fazer depósito bancário em favor da **Fundação Tuiuiú**, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais), em uma das seguintes contas: **Banco do Brasil**, agência **2609-3**, conta corrente **5902-1**; ou **HSBC**, agência **0842**, conta corrente **11822-40**. Enviar comprovante do depósito com a ficha de assinatura via fax ou para Editora UCDB: Av. Tamandaré, 6.000, Jardim Seminário, CEP 79117 900 - Campo Grande-MS.

Para qualquer dúvida, entrar em contato pelo fone/fax: (67) 3312-3373; ou e-mail: [editora@ucdb.br](mailto:editora@ucdb.br).